

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (DOUTORADO)

GUSTAVO CONCEIÇÃO BAHR

DIÁLOGO DE SABERES E PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO
DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ

PONTA GROSSA

2024

GUSTAVO CONCEIÇÃO BAHR

DIÁLOGO DE SABERES E PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO
DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani

PONTA GROSSA

2024

B151 Bahr, Gustavo Conceição
 Diálogo de saberes e práticas bioculturais como dispositivos de autonomia
 socioambiental em territórios tradicionais rurais do estado do Paraná / Gustavo
 Conceição Bahr. Ponta Grossa, 2024.
 215 f.

 Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do
 Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani.

 1. Território. 2. Patrimônio geográfico. 3. Saberes - práticas tradicionais. 4.
 Metodologia qualiquantitativa. I. Floriani, Nicolas. II. Universidade Estadual de
 Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

GUSTAVO CONCEIÇÃO BAHR

“DIÁLOGO DE SABERES E SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ”

Ponta Grossa, 11 de dezembro de 2024

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Nicolas Floriani (UEPG)

Prof. Dr. Sérgio Fajardo (UNICENTRO)

Profª. Dra. Cecília Hauresko (UNICENTRO)

Prof. Dr. Almir Nabozny (UEPG)

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)



Documento assinado eletronicamente por **Almir Nabozny, Professor(a)**, em 16/12/2024, às 15:19, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani, Professor(a)**, em 16/12/2024, às 18:36, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Fajardo, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 19:59, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cecilia Hauresko, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 20:18, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 17/12/2024, às 20:14, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Dedico aos meus pais, que sempre me incentivaram no caminho da educação.

A meu filho e minha esposa, com amor.

Aos povos da floresta, com respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela oportunidade de realizar toda minha formação acadêmica em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Nesse sentido, esses agradecimentos compreendem, também, todo corpo docente e funcionários que à integram.

Ao Instituto Federal do Paraná, instituição da qual faço parte, que me proporcionou período de afastamento integral das minhas atividades profissionais propiciando assim a conclusão do trabalho.

À toda minha família: meu filho Luiz Gustavo, minha esposa Janaína, minha mãe Sandra, minha avó Tereza (que nos deixou nesse interim), minhas irmãs Letícia e Thaís, e a pequena Maria Alice, que de maneira muito próxima acompanharam todo o processo de concretização de um sonho. Agradeço a atenção, amor, carinho e, sobretudo, paciência durante esses anos.

Ao Prof. Dr. Nicolas Floriani, orientador do trabalho, que sempre compreendeu de maneira muito sábia os meus anseios e as minhas angustias, proporcionando uma orientação ética e profissional.

Aos professores Dr. Almir Nabozny e Dr. Sérgio Fajardo por suas sugestões e proposições durante a participação na banca de qualificação.

Aos professores que participaram da banca de defesa de tese, Prof. Dr. Almir Nabozny, Profa. Cecília Hauresko, Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Prof. Dr. Sérgio Fajardo, pela análise crítica e as valiosas contribuições.

Ao amigo Almir Nabozny, que nessas décadas de amizade sempre demonstrou companheirismo, sendo de extrema importância durante todo processo de construção do trabalho.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Interconexões, Prof. Nicolas Floriani, Cleusi Bobato Stadler, Telma Regina Stroparo, Bruna Santos, Fernanda de Arruda Paes, e todos aqueles que passaram pelo Inter, pelas discussões e parcerias nos trabalhos de campo.

Aos amigos José Aparício da Silva e Daniel José Gonçalves, pelas divagações da vida; ao amigo Igor de Barros Ferreira Dias, pelo auxílio nos trabalhos de campo e catalogação das plantas medicinais; ao amigo Danilo Henrique Divardin, pela colaboração nos trabalhos de campo e de revisão; ao Sr. Luiz Lubczyk pelas inúmeras dicas; ao Sr. Benjamin Alves Ferreira Junior pelas trocas de experiências.

Um agradecimento mais que especial àqueles que compartilharam comigo as suas visões de mundo, as suas vivências, as suas territorialidades; àqueles que estão além dos mata-burros e com os quais aprendi muito sobre as relações que estabelecem com a natureza, em que os saberes e práticas de reprodução da vida local estão fundamentados em um imaginário de natureza integrado às suas vivências. Do Faxinal Sete Saltos de Baixo: Sr. Antônio Pires das Chagas, Otacília das Chagas, Marli do Rocio Pires das Chagas Ferreira e Marilei de Fátima Ferreira Gonçalves; de Sete Saltos de Cima: Antônio Ostrufka e Aparecida de Fátima Machado Ferreira; do Faxinal dos Galvão: Antônio Silvestre Leite, Maria Janete Leite e Paulo Ricardo Leite; do Faxinal Charqueada dos Betim: Pedro de Lourdes Betim, Rosni da Aparecida Betim, Diego da Aparecida Betim, Jocimara Aparecida Ribeiro Domingues e Lívia Domingues Betim, assim como Sr. Ozande Betim, Sr. Irides e Sr. Jair.

Agradeço à todos os povos da floresta!

Pantanal

Gente que entende
E que fala a língua das plantas, dos bichos
Gente que sabe o caminho das águas
Das terras, do céu

Marcus Viana (Pantanal, Bloch Discos, 1990)

Viajando pelo interior

Estou chegando do interior
Tenho muitas histórias, posso lhe contar
Ah, meu amigo, não se vê mais verdes
E a discothèque já chegou por lá

João Lopes (João Lopes, Continental, 1981)

RESUMO

A atuação do capital no espaço rural dos países subdesenvolvidos é bastante agressiva, pois, além de expropriar os camponeses de suas terras, opera no sentido de deslegitimar os seus saberes — violência material e simbólica. O sistema hegemônico impõe um arcabouço tecnificado no campo, baseado na utilização de um número reduzido de trabalhadores, práticas ambientalmente insustentáveis e o uso de grandes áreas de terra, que, além de resultar em uma paisagem rural bastante homogênea, que no caso do estado do Paraná é ocupada predominantemente por plantios de produtos destinados à exportação e reflorestamentos com árvores exóticas, também visa homogeneizar o modo de viver da população rural. Assim, todo um arcabouço de conhecimentos historicamente acumulados — sistemas de práticas bioculturais, que têm como base os saberes e práticas tradicionais — é ignorado e muitas vezes dizimado. Diante desse processo de colonialidade do poder e do saber, o reflexo dessas ações é imensurável, pois assim o povo de um país perde parte de seu patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender em que medida o diálogo de saberes entre as práticas bioculturais e outros saberes podem viabilizar a autonomia socioambiental em territórios tradicionais rurais do Paraná, frente aos contextos de territorialização de projetos de desenvolvimento e de tecnologias no espaço rural. Para isso, integraram a pesquisa sujeitos que ocupam territórios tradicionais e rurais no centro-sul do estado, e que participaram de projetos de ação-participativa coordenados pelo Grupo de Pesquisa Interconexões (UEPG), que por meio do diálogo de saberes criam estratégias buscando a autonomia socioambiental. Portanto, para mensurar e analisar os diferentes graus de autonomia, baseado em Floriani e Floriani (2020), criou-se e aplicou-se uma metodologia qualiquantitativa que aborda as dimensões ambiental, territorial, cultural e econômica, as quais compreendem 68 indicadores. Nesse sentido, constatou-se que os sujeitos que compõem a pesquisa enquadram-se no grau máximo de autonomia, que, mesmo diante de diversos obstáculos a eles impostos, criam estratégias a partir do desenvolvimento de suas atividades tradicionais, visando minimizar a cooptação por parte dos atores atrelados ao grande capital, ao mesmo tempo que demonstram a possibilidade de coexistir com o atual sistema vigente, e, ainda, foi possível, identificar as fragilidades e potencialidades relacionadas a cada território, bem como mapear as geografias e os conflitos ali existentes.

Palavras-chave: território; patrimônio geográfico; saberes e práticas tradicionais; metodologia qualiquantitativa.

ABSTRACT

The performance of capital in rural areas of underdeveloped countries are quite aggressive, because in addition to expropriating peasants from their lands, they also work to delegitimize their knowledge — material and symbolic violence. The hegemonic system imposes a technological framework on the countryside, based on the use of a small number of workers, environmentally unsustainable practices, and the use of large areas of land. In addition to resulting in a very homogeneous rural landscape, which in the case of the state of Paraná is predominantly occupied by plantations of products destined for export and reforestation with exotic trees, also aims to homogenize the way of life of the rural population. Thus, an entire framework of historically accumulated knowledge — systems of biocultural practices, which are based on traditional knowledge and practices — is ignored and often decimated. In face of this process of coloniality of power and knowledge, the impact of these actions is immeasurable, as the people of a country lose part of their material and incorporeal heritage. Seen in this term, the general objective of this work is to understand to what extent the dialogue of knowledge between biocultural practices and other knowledge can enable socio-environmental autonomy in traditional rural territories of Paraná, in the face of the dialogue of knowledge, in the context of territorialization of development projects and technologies in rural areas. To this end, the research included characters who occupy traditional and rural territories in the central-south of the state and who participated in participative action projects coordinated by the Interconexões Research Group (UEPG), that by means the dialogue of knowledge, create strategies seeking socio-environmental autonomy. Therefore, in order to measure and analyse the different degrees of autonomy, based on Floriani and Floriani (2020), a qualitative and quantitative methodology was created and applied that covering the environmental, territorial, cultural and economic dimensions, which comprise 68 indicators. From this vantage point, it was found that the characters which comprise the research adheres to the highest degree of autonomy, that even in the face of several obstacles imposed on them, they create strategies based on the development of their traditional activities, aiming to minimize co-optation by agents linked to large capital, while demonstrating the possibility of coexisting with the current system in force, and, furthermore, it was possible to identify the weaknesses and potentialities related to each territory, as well as to map the geographies and conflicts existing there.

Keywords: territory; geographic heritage; traditional knowledge and practices; qualitative and quantitative methodology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mosaico: observar, escutar e participar	49
Figura 2 –	Desenho esquemático da composição hierárquica das informações da metodologia	53
Figura 3 –	Região dos Faxinais do Paraná	61
Figura 4 –	Áreas de estudo	73
Figura 5 –	Faxinal Charqueada dos Betim, Imbaú – PR	75
Figura 6 –	Criador comum do Faxinal Charqueada dos Betim	76
Figura 7 –	Rio Charqueada, Imbaú – PR	77
Figura 8 –	Fonte de São João de Maria	78
Figura 9 –	Capela de Santa Cruz	79
Figura 10 –	Campo de futebol	79
Figura 11 –	Igreja Católica	80
Figura 12 –	Cemitério faxinalense	80
Figura 13 –	Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa – PR	82
Figura 14 –	Rio Sete Saltos, Ponta Grossa – PR	83
Figura 15 –	Criador comum do Faxinal Sete Saltos de Baixo	84
Figura 16 –	Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida	85
Figura 17 –	Placa na entrada do Faxinal Sete Saltos de Baixo	86
Figura 18 –	Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima, Ponta Grossa – PR	91
Figura 19 –	Sede do CETA	92
Figura 20 –	Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão, Guamiranga – PR	93
Figura 21 –	Residência localizada no Faxinal dos Galvão	94
Figura 22 –	Plantio de sementes crioulas	100
Figura 23 –	Sementes de feijão crioulo	101
Figura 24 –	Cartaz de festa do Faxinal Charqueada dos Betim	109
Figura 25 –	Reunião no Faxinal Charqueada dos Betim	110
Figura 26 –	Participação no 8º Encontro dos Povos Faxinalenses	111
Figura 27 –	Votação da Lei Municipal – Câmara Municipal de Imbaú ...	113
Figura 28 –	Cercamento de áreas de uso comum	114
Figura 29 –	Mata-burro destruído	114
Figura 30 –	Uso da terra com eucalipto	115
Figura 31 –	Patrimônio Geográfico do Faxinal Charqueada dos Betim.	117

Figura 32 –	Conflitos no Faxinal Charqueada dos Betim	119
Figura 33 –	Nascente d'água no Faxinal Sete Saltos de Baixo	124
Figura 34 –	Mata-burro no Faxinal Sete Saltos de Baixo	125
Figura 35 –	Ornamentação religiosa em casa faxinalense	126
Figura 36 –	Cartaz de festa no Faxinal Sete Saltos de Baixo	127
Figura 37 –	Mutirão para organização de festas	131
Figura 38 –	Patrimônio Geográfico do Faxinal Sete Saltos de Baixo	135
Figura 39 –	Conflitos no Faxinal Sete Saltos de Baixo	136
Figura 40 –	Cartaz do evento: Vivências em agroecologia	138
Figura 41 –	Material resultante da fermentação de microorganismos ...	141
Figura 42 –	Casa de Sementes Agricultor José Sarnick	144
Figura 43 –	Patrimônio Geográfico Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima	148
Figura 44 –	Conflitos Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima	149
Figura 45 –	Comercialização de produtos orgânicos em Imbituva	150
Figura 46 –	Húmus de minhoca	153
Figura 47 –	Igreja Católica do Faxinal dos Galvão	156
Figura 48 –	Cartaz de festa no Faxinal dos Galvão	156
Figura 49 –	Patrimônio Geográfico Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão	161
Figura 50 –	Conflitos Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão	162
Figura 51 –	Brasão do Município de Imbaú	165
Figura 52 –	Meliponário de abelhas jataí	167
Figura 53 –	Meliponário de abelhas mandaçaia	167
Figura 54 –	Iscas para captura das ASF	169
Figura 55 –	Transferência de um enxame capturado na floresta para a caixa racional	169
Figura 56 –	Diferentes modelos de caixas racionais	171
Figura 57 –	Hortas próximas as residências	174
Figura 58 –	Resultado da colheita de feijão crioulo	174
Figura 59 –	Cultivo de morango	176
Figura 60 –	Orientações sobre a horta no sistema de mandala	176
Figura 61 –	Coleta de amostra de solo	177
Figura 62 –	Casa de Sementes Joaquim e Juvelina Leite	178

Figura 63 –	Estufa para produção de mudas	180
Figura 64 –	Plantio consorciado	181
Figura 65 –	Bioconstrução	181
Figura 66 –	Criação de porcos da raça Moura	183
Figura 67 –	Propaganda de comércio da carne do porco Moura	184
Figura 68 –	Embalagem para produtos da agrofloresta faxinalense	186
Figura 69 –	Diálogo de saberes e práticas	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Dimensão ambiental – Faxinal Charqueada dos Betim	98
Gráfico 2 –	Dimensão territorial – Faxinal Charqueada dos Betim	106
Gráfico 3 –	Dimensão cultural – Faxinal Charqueada dos Betim	107
Gráfico 4 –	Dimensão econômica – Faxinal Charqueada dos Betim ..	110
Gráfico 5 –	Índices por dimensões (%) – Faxinal Charqueada dos Betim	115
Gráfico 6 –	Dimensão territorial – Faxinal Sete Saltos de Baixo.....	121
Gráfico 7 –	Dimensão ambiental – Faxinal Sete Saltos de Baixo	123
Gráfico 8 –	Dimensão cultural – Faxinal Sete Saltos de Baixo	126
Gráfico 9 –	Dimensão econômica – Faxinal Sete Saltos de Baixo	132
Gráfico 10 –	Índices por dimensões (%) – Faxinal Sete Saltos de Baixo	133
Gráfico 11 –	Dimensão ambiental – Sete Saltos de Cima	139
Gráfico 12 –	Dimensão territorial – Sete Saltos de Cima	142
Gráfico 13 –	Dimensão cultural – Sete Saltos de Cima	143
Gráfico 14 –	Dimensão econômica – Sete Saltos de Cima	144
Gráfico 15 –	Índices por dimensões (%) – Sete Saltos de Cima	146
Gráfico 16 –	Dimensão ambiental – Faxinal dos Galvão	152
Gráfico 17 –	Dimensão territorial – Faxinal dos Galvão	155
Gráfico 18 –	Dimensão cultural – Faxinal dos Galvão	157
Gráfico 19 –	Dimensão econômica – Faxinal dos Galvão	158
Gráfico 20 –	Índices por dimensões (%) – Faxinal dos Galvão	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Referências utilizadas no processo de construção do roteiro metodológico	52
Quadro 2 –	Dimensão Ambiental	54
Quadro 3 –	Dimensão Territorial	55
Quadro 4 –	Dimensão Cultural	57
Quadro 5 –	Dimensão Econômica	58
Quadro 6 –	Faxinais do Paraná que são ARESUR	67
Quadro 7 –	Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Charqueada dos Betim	102
Quadro 8 –	Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Sete Saltos de Baixo	128
Quadro 9 –	Comparativo entre diferentes modelos de caixas racionais.....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Dimensões e indicadores	52
Tabela 2 –	Graus de autonomia	59
Tabela 3 –	Indicadores Faxinal Charqueada dos Betim	116
Tabela 4 –	Indicadores Faxinal Sete Saltos de Baixo	133
Tabela 5 –	Indicadores Sete Saltos de Cima	146
Tabela 6 –	Indicadores Faxinal dos Galvão	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Apiário Flamboyant
AP	Antes do presente
APP	Área de Preservação Permanente
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
a.n.m.	acima do nível do mar
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APF	Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses
ARESUR	Áreas Especial de Uso Regulamentado
ARPIN-Sul	Articulação dos Povos Indígenas do Sul
ASAECO	Associação Solidária de Agricultores Agroecológicos de Ponta Grossa e Região
ASF	Abelhas Sem Ferrão
CETA	Centro de Estudos e Treinamento em Agroecologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COVID 19	<i>Coronavirus disease</i> 2019
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FECOQUI	Federação de Comunidades Quilombolas do Paraná
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEA	<i>Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles</i> ou Indicadores de Sustentabilidade das Explorações Agrícolas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IG	Indicação Geográfica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
FPRMA	Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana
GP	Grupo de Pesquisa
GPS	<i>Global Position System</i> ou sistema de Posicionamento Global
GTCM	Grupo de Trabalho Clóvis Moura

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASA	Movimento Aprendizes da Sabedoria
MICI	Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros
MOIRPA	Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná
MOPEAR	Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
N	Nitrogênio
NEA	Núcleo de Estudo em Agroecologia
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PET	Polietileno tereftalafo
PIB	Produto Interno Bruto
PMO	Plano de Manejo Orgânico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPMAC	Portal das plantas medicinais, aromáticas e condimentares
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SETI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SP	São Paulo
SPDH	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UR	Unidades de Referência
USF	Universidade Sem Fronteiras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – O DIÁLOGO DE SABERES E OS SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS ENQUANTO CAMINHO PARA A AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL	25
1.1 OS IMAGINÁRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CONFRONTO: DA COLONIALIDADE DO SABER ECOLÓGICO À EMERGÊNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS SUBALTERNOS	25
1.2 A ABORDAGEM GEOGRÁFICA SOBRE OS TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS E A BUSCA PELO DIÁLOGO DE SABERES	35
1.3 SUBJETIVIDADES, TERRITORIALIDADES E RACIONALIDADES ECOLÓGICAS: ELEMENTOS EM DISCUSSÃO NA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL	40
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE PESQUISA	48
2.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: OBSERVAR, ESCUTAR E PARTICIPAR – MÉTODO ETNOGRÁFICO DE PESQUISA PARA COMPREENDER, ANALISAR E INTERPRETAR AS DIMENSÕES E VARIÁVEIS INDICADORAS DA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL	49
2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DAS ENTREVISTAS E TRABALHOS DE CAMPO	59
CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E OS SUJEITOS DA PESQUISA	61
3.1 FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA REGIÃO DOS FAXINAIS	62
3.2 ÁREAS DE ESTUDO – SUJEITOS DA PESQUISA	72
3.2.1 Faxinais com criador comum	73
3.2.1.1 <i>Faxinal Charqueada dos Betim</i>	74
3.2.1.2 <i>Faxinal Sete Saltos de Baixo</i>	81
3.2.2 Faxinais sem criador comum	86
3.2.2.1 <i>Sete Saltos de Cima</i>	87
3.2.2.2 <i>Faxinal dos Galvão</i>	90
CAPÍTULO 4 – OS SABERES E PRÁTICAS BIOCULTURAIS TERRITORIALIZADOS	95
4.1 FAXINAL CHARQUEADA DOS BETIM	96
4.2 FAXINAL SETE SALTOS DE BAIXO	118
4.3 UNIDADE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA FAXINAL SETE SALTOS DE CIMA	137

4.4	UNIDADE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA FAXINAL DOS GALVÃO	150
CAPÍTULO 5 – O DIÁLOGO DE SABERES E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL		163
5.1	DIÁLOGO DE SABERES E AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL.	164
5.1.1	No reino encantado das abelhas sem ferrão	164
5.1.2	Por uma vida sem veneno	172
5.1.3	A floresta comunitária faxinalense	182
5.2	A AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL PELA ÓTICA DOS SUJEITOS	187
DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS		193
REFERÊNCIAS		199
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO		210
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA		211
ANEXO B – LEI Nº 640, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019		214

INTRODUÇÃO

As formas como a sociedade se relaciona com a natureza são distintas no tempo e no espaço. Se tomarmos como exemplo setores ligados ao sistema hegemônico capitalista, a natureza é uma fonte de recursos, passível de ser apropriada com o intuito único de gerar lucros. Em contrapartida, tem-se um grupo bastante heterogêneo, constituído por povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e agroecológicos, entre outros, que possuem uma lógica antagônica à anteriormente citada, em que os saberes e práticas de reprodução da vida local estão fundamentados em um imaginário de natureza integrado às suas vivências, decorrendo em relações de uso e gestão dos bens naturais de acordo com níveis ampliados de interdependência e que tendem a um equilíbrio entre os sistemas ecológicos e sociais.

Dessa diferença entre regimes de imaginários e de práticas de natureza, o presente texto traz uma abordagem a partir da Geografia sobre essas relações, com base no paradigma complexo dos fenômenos físicos e humanos, dentro de uma proposta que vislumbra caminhos epistemológicos e metodológicos amparados na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, a partir dos quais buscar-se-á enfatizar — junto aos sujeitos de pesquisa — a centralidade de uma práxis arraigada ao patrimônio biocultural regional.

Esses sujeitos, por sua vez, estão localizados no espaço rural do centro-sul do estado do Paraná, integrando a região dos faxinais¹, os quais possuem complexas relações sociais e territoriais, estando culturalmente associados a esses territórios, com ocupação centenária e envolta por saberes e práticas bioculturais, que permitiram — e ainda permitem — uma relação com a natureza de forma antagônica àqueles grupos ligados ao sistema hegemônico, sobretudo porque apresentam uma perspectiva de uso diferenciada, visando o equilíbrio ecológico.

Nesse sentido, integram a presente pesquisa² sujeitos que evidenciam marcadamente duas características em comum: a) ocupam a região dos faxinais; e b)

¹ O que aqui é intitulado de região dos faxinais compreende área do centro-sul do estado do Paraná, região associada à Floresta Ombrófila Mista, onde se localizam as Comunidades Tradicionais Faxinalenses (Cunha, 2003; ITCG, 2010).

² A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa e está registrada sob o número CAAE 63076022.4.0000.0105. Número do parecer: 5.684.665 (ANEXO A). Ainda, seguiram-se todas as normativas expressas na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que

são agricultores familiares. No entanto esses aspectos ainda podem ser desdobrados, pois, se levarmos em conta que esses sujeitos ocupam a região dos faxinais, eles também compartilham a cultura e identidade faxinalense — suas territorialidades. E referente à segunda característica acima citada, o fato de serem agricultores familiares não implica necessariamente a constituição de um grupo homogêneo, pois esses sujeitos operam atividades bastante diversificadas, sendo, por exemplo, agricultores parcialmente integrados ao capital agroindustrial global, agricultores agroecológicos, agricultores em fase de transição agroecológica e agricultores de subsistência que residem em comunidades faxinais com a presença do criador comunitário, mas sobretudo desenvolvem suas atividades “a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar” (Schneider, 2009, p. 9).

Uma certa homogeneidade é, portanto, destacada nos grupos, embora dentro destes seja possível verificar contradições no que tange aos sistemas de práticas, evidenciando a confluência de imaginários e regimes de natureza. Nesse sentido, Escobar (2005) destaca três regimes de natureza: a natureza orgânica, na qual a sociedade e a natureza não se encontram separadas, com união entre os mundos biofísicos, humano e supranatural, assim como seres humanos e não humanos, e ainda seres sobrenaturais, os quais não constituem domínios distintos e separados; a natureza capitalista, sendo esta cristalizada com o advento do sistema capitalista e a ordem epistêmica moderna no fim do século XVIII, em que as atenções voltadas para a natureza capitalista a têm como mercadoria; e a tecno-natureza, baseada no domínio crescente da artificialidade, repousando sob o significado da reinvenção da natureza e faz proliferar a alteridade.

No intuito de avanço na discussão, em direção a uma práxis territorial, os sujeitos que integram a presente pesquisa já participaram de projetos anteriores³, de

disciplina sobre pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, visando ao respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes, considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

³ As comunidades envolvidas na presente pesquisa já participaram de projetos desenvolvidos tanto anteriormente como no transcorrer da tese, pelo Grupo de Pesquisa Interconexões, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenado pelo Prof. Dr. Nicolas Floriani. O Faxinal Sete Saltos de Baixo (Ponta Grossa) integrou o Projeto “Selo da Agrofloresta Faxinalense”. Os demais sujeitos aqui envolvidos fizeram parte do Projeto “NEA: Núcleo de Estudos em Capacitação Sociotécnica em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses”, sendo eles agricultores residentes no Faxinal Charquada dos Betim (Imbaú), Sete Saltos de Cima (Ponta Grossa) e Faxinal dos Galvão (Guamiranga).

ação participativa. Nesse contexto, o caminho adotado para o desenvolvimento do trabalho é dentro da perspectiva da interdisciplinaridade (dialogando com diversos campos do conhecimento científico) e transdisciplinar (a qual possui interlocução com os saberes vernaculares), a partir dos quais os sujeitos são integrados à pesquisa/ação participativa, buscando, por meio do diálogo de saberes, romper com a dicotomia sujeito/objeto, produzindo conhecimento com e para esses. Sendo assim, todo o processo de elaboração se desenvolve no nível da cotidianidade, na busca constante em perceber, escutar, dialogar, sentir, sendo o espaço-tempo cotidiano um processo fundamental (Saquet, 2021).

Portanto, a proposta de análise aqui instituída tem como ponto basilar o diálogo entre os saberes, em uma compreensão de que os conhecimentos da pesquisa são híbridos, não ocorrendo hierarquização entre os conhecimentos científicos e vernaculares. Nessa perspectiva, o trabalho caminha no sentido a um diálogo de saberes (Saquet, 2021), ou ainda na compreensão da ecologia de saberes de Santos (2010, p. 54), que “tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”, pois “parte do pressuposto de que todas as práticas de relação entre seres humanos e entre eles e a natureza participa mais de uma forma de saber” (Santos, 2008, p. 157).

Ainda, como se constitui em um trabalho no qual o ponto de partida é a Geografia, as abordagens transcorrem dentro de uma concepção que busca compreender a relação entre os fenômenos físicos e humanos, visto que “as dimensões natural e social constituem a raiz da Geografia, ainda que, na atualidade, outras leituras sobre o espaço geográfico não consideram, necessariamente, assim” (Suertegaray, 2021, p. 53). Nesse sentido, nos amparamos naquilo que Souza (2019, p. 21) propõe como Geografia Ambiental, entendida pelo autor como “a expressão ‘geográfica’ da manutenção da aposta na viabilidade e utilidade (ou mesmo urgente necessidade) de um diálogo de saberes entre ciências da sociedade e ciências da natureza”. Além disso, visto o caráter interdisciplinar, a pesquisa também se insere no campo da Ecologia Política, sendo “orientada para a contextualização crítico-social (análise de relações de poder, de fatores econômicos e de quadros culturais) dos processos dialéticos em que a humanidade afeta e interfere em processos geoecológicos” (Souza, 2019, p. 24).

A pesquisa também apresenta a necessidade de uma abordagem epistemológica híbrida, com análises voltadas para a relação entre a sociedade e a natureza, dentro da perspectiva socioambiental, conceito que visa promover essa articulação (Suertegaray, 2021). Essa necessidade epistemológica decorre, sobretudo, pelo fato de o trabalho envolver territórios de fronteira, os quais estão relacionados a sujeitos subalternos que não desvinculam o saber-fazer e o fazer-saber, sujeitos cujos sistemas simbólicos e materiais patrimoniais — histórica e territorialmente arraigados — guiam suas práticas cotidianas, sendo nosso intuito compreender e traduzir, de acordo com o *corpus* conceitual acadêmico ora destacado, os seus modos de ser, de viver e cuidar do espaço em que vivem e como estes são transformados ou não dentro de um campo de conflitividade. Esses territórios de fronteiras são a “constituição e extensão das zonas de contato entre os saberes. Tais espaços fronteiriços, portanto, são constantemente povoados por conflitos e por diálogos que fazem saberes moventes” (Hissa, 2010, p. 61).

Nesse sentido, presume-se um certo grau de resistência e resiliência socioecológica dessas coletividades frente aos processos de territorialização de regimes de natureza capitalistas que incidem no seu cotidiano e influenciam as formas de autonomia socioambiental. De acordo com Floriani e Floriani (2020), autonomia socioambiental é entendida como a capacidade de uma coletividade constituída por humanos e não humanos de reproduzir sua territorialidade em suas dimensões sociais (organização, trabalho e distribuição de seus produtos, relações familiares, de gênero e etária, entre outras), tecnológicas (práticas produtivas e de gestão de bens), culturais (sistema de comunicação e imaginários), levando-se em conta um campo de ação social em que diversos projetos de natureza e sociedade confluem em um território.

Os autores destacam, ainda, que a autonomia socioambiental é entendida como sinônimo de alternativas ao desenvolvimento, ou seja, que os sujeitos envolvidos sejam aptos a

[...] não apenas conceber de outra forma mecanismos que permitam a uma organização social ser capaz de reproduzir-se materialmente, mas também de engendrar instituições em que a gestão, as normas, e os valores que regem as estratégias de sociabilidade se desloquem do atual sistema de racionalidade capitalista para outras racionalidades, com possibilidade de sobrepor-se ou então de coexistirem com a atualmente vigente (Floriani; Floriani, 2020, p. 4).

A autonomia socioambiental é uma categoria da Ecologia Política, a qual implica capacidade de organização, de associação e grau de resistência à cooptação externa, sendo que a sua busca pode “ser alcançada por meio da mobilização de capacidades e recursos internos” (Floriani; Floriani, 2020, p. 12). A proposta metodológica apresentada, segundo os próprios autores, não está acabada. Nesse sentido foram realizadas adaptações, as quais surgiram também devido às necessidades verificadas no decorrer dos trabalhos de pesquisa-ação junto aos sujeitos. Portanto, o entendimento aqui adotado de autonomia socioambiental avança na proposta de Floriani e Floriani (2020), na qual se incorporaram novas dimensões de análise, visando, portanto, a uma abordagem ambiental, territorial, cultural e econômica.

Diante do exposto, instituiu-se como objetivo geral do trabalho compreender em que medida o diálogo de saberes entre as práticas bioculturais e outros saberes podem viabilizar a autonomia socioambiental em territórios tradicionais rurais do Paraná, frente aos contextos de territorialização de projetos de desenvolvimento e de tecnologias no espaço rural. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar, por meio de uma etnografia da paisagem, os sistemas de saberes e práticas bioculturais materiais e imateriais nos territórios em estudo;
- b) Mapear e interpretar participativamente (dialogicamente) as territorialidades, bem como os principais conflitos que envolvem as áreas de estudo;
- c) Avaliar a autonomia socioambiental em quatro comunidades rurais e tradicionais pertencentes à região dos faxinais, a partir de um conjunto de indicadores de sustentabilidade territorial;
- d) Caracterizar o que é autonomia socioambiental na perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A estrutura do texto aqui apresentada tem, em um primeiro momento, a reflexão teórica de autores ligados à temática em questão, sendo o primeiro capítulo intitulado “Diálogo de saberes e os sistemas de práticas bioculturais enquanto caminho para a autonomia socioambiental”. Nesse capítulo, discute-se sobre os imaginários de sustentabilidade contextualizando desde a colonialidade do saber ecológico à emergência dos saberes tradicionais subalternos. Também discorre-se sobre a abordagem geográfica dos territórios e territorialidades tradicionais, trazendo

uma visão da Geografia Ambiental, da Ecologia Política e da Ecologia de Saberes, além das subjetividades, territorialidades e racionalidades ecológicas como elementos para discutir a autonomia socioambiental.

Na sequência, no segundo capítulo, debate-se sobre os procedimentos metodológicos, iniciando com o detalhamento da metodologia proposta por Floriani e Floriani (2020), a qual é uma referência fulcral no trabalho, bem como o diálogo realizado com outras fontes — o processo de construção da metodologia. Nesse sentido, ocorre o detalhamento da proposta de avanço na metodologia, e ainda discutem-se os procedimentos relacionados à realização das entrevistas e os trabalhos em campo.

O terceiro capítulo inicia com uma revisão bibliográfica sobre os faxinais do Paraná, trazendo referenciais que tratam da temática, assim como a proposta de uma leitura “não essencialista” dos faxinalenses, ou seja, dentro de uma compreensão de que essas comunidades possuem conflitos de imaginários e de práticas de natureza que levam a rupturas com seu contexto histórico-espacial e que podem desestruturar seus laços ecossociais e, portanto, sua relativa autonomia socioambiental — resiliência — em relação ao contexto local e regional. Ainda nesse capítulo, ocorre a caracterização dessas comunidades — as suas geografias —, a partir dos referenciais bibliográficos e com a utilização de dados secundários.

Em seguida, no quarto capítulo, apresenta-se a parte empírica da pesquisa, sendo expostos os resultados da aplicação do questionário qualiquantitativo e das entrevistas gravadas. Esse é o resultado das atividades realizadas junto aos sujeitos da pesquisa durante as incursões aos locais que serão descritos em tal capítulo, bem como as participações em campo no contexto das investigações do Grupo de Pesquisa Interconexões.

O quinto capítulo é o momento no qual efetuamos o diálogo de saberes, dentro de uma perspectiva não hierárquica, horizontalizada, a partir da realização de debates em torno do mapeamento da dinâmica passada, presente e futura, com base nos saberes-fazeres acumulados historicamente e territorializados e nos saberes científicos. A concepção adotada não é de disputa, mas sim integradora, isto é, de que o conjunto de conhecimentos pode agregar e produzir novas perspectivas sobre a autonomia socioambiental.

CAPÍTULO 1 – O DIÁLOGO DE SABERES E OS SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS ENQUANTO CAMINHO PARA A AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL

O capítulo de abertura da tese traz o referencial teórico que embasa toda a discussão que se segue, em torno do diálogo de saberes e das práticas de natureza. Nesse contexto, o intuito do texto inicial é inserir o leitor no âmbito da pesquisa, abordando as relações empreendidas pelos povos e comunidades tradicionais, bem como camponeses, com os diversos atores sociais que atuam no território e a partir das quais se estabelecem estratégias de cooperação, antagonismo, facilitação ou neutralidade entre eles, a fim de demarcar e defender os direitos e identidades socioterritoriais.

Ainda, discute-se sobre os imaginários vernaculares de sustentabilidade, os quais são resultado de uma relação (i)material com a natureza e também fruto daquelas relações socioterritoriais atuais e passadas, em cuja pluralidade de escalas (multitemporais e multiespaciais) confluem territorialidades, isto é, os saberes territoriais de uma dada coletividade que são confrontados, subtraídos, abstraídos e também construídos de acordo com os processos de formação socioespacial que imprimem ritmos às regiões vividas.

A partir da ciência geográfica, buscaremos evidenciar as territorialidades em jogo na defesa e valorização do modo de viver e habitar das populações tradicionais, assim como suas contradições. Por territorialidades, entendemos as expressões ideacionais e materiais dos saberes e práticas de natureza que possuem o poder simbólico de produzir novas subjetividades (significações e identificações da realidade) e de, igualmente, influenciar e legitimar as ações objetivas de um grupo para um determinado fim (racionalidade).

1.1 OS IMAGINÁRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CONFRONTO: DA COLONIALIDADE DO SABER ECOLÓGICO À EMERGÊNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS SUBALTERNOS

O debate acerca do processo de degradação ambiental perpassa pela compreensão do entendimento de natureza, ou seja, como determinado grupo social

interage com a natureza. Para Porto-Gonçalves (2004, p. 35), esse processo é instituído e ampliado a partir da “ideia de uma natureza objetivada e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, [a qual] cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo”. Paralelamente à ascensão desse modo de produção, tem-se o avanço da ciência moderna, que “assumiu uma preponderância total, reclamando para si o monopólio do conhecimento válido e rigoroso, o que ocorreu com a consagração da epistemologia positivista” (Santos, 2008, p. 155).

Nesse sentido, Suertegaray (2021, p. 30) destaca que “a natureza, na Modernidade, foi concebida como externa ao ser humano e como máquina; o tempo, como seta, indicando uma finalidade; o espaço, como absoluto; e a sociedade, como um contrato entre indivíduos”. Já para Morin (2008, p. 108), “um dos maiores problemas da civilização ocidental está no fato de a sociedade evoluir e se transformar exatamente no circuito ciência — tecnologia — indústria”. Portanto, essa externalidade do ser humano em relação à natureza, propagada pela modernidade, associado ao prelúdio do sistema de capital com a natureza adquirindo somente valor de troca, torna-se responsável por um grande desequilíbrio dos ciclos naturais. Além do papel industrial destacado pelo autor, Leff (2006, p. 415) também afirma que

[...] a produção agrícola, pecuária e florestal depende ali fundamentalmente das condições geográficas e ecológicas do meio no qual as culturas evoluíram, transformando os ecossistemas através de seus estilos étnicos de apropriação da natureza. No entanto, a produção silvícola e agropecuária vem adotando as formas de propriedade da terra e os padrões tecnológicos de uso do solo que impõe uma racionalidade econômica e tecnológica, traduzindo-se em formas de superexploração e subutilização dos recursos potenciais. Os processos produtivos induzidos pela economia de mercado — das grandes empresas capitalistas até os gigantes da biotecnologia — deslocam os valores culturais tradicionais com suas práticas atuais de uso da terra e dos recursos.

A sociedade carrega consigo a herança de separação com a natureza, e esse quadro de divórcio é a razão pela qual a transformou em mercadoria. Consequentemente, a partir de quando esse grupo social não se vê integrado à natureza, algo do qual não faz parte, ou conforme palavras de Suertegaray (2021), a ideia presente de que a natureza é um outro, ocorre assim a utilização descomedida de seus recursos e os consequentes processos de degradação ambiental.

Segundo Porto-Gonçalves (2012, p. 96-97), “essa visão consagrada que separa homem e natureza comandará o fazer científico e é um dos pilares do imaginário do que se chama mundo moderno, um mundo no qual em grande parte, o homem domina a natureza”. Ainda sobre o assunto, o autor coloca em outro momento que

[...] a questão ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso — e sua versão mais atual, desenvolvimento — é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza! Portanto, aquilo que a questão ambiental coloca como desafio é, exatamente, aquilo que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução, ou seja, a dominação da natureza, ideia que comanda o imaginário do mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2004, p. 98).

Nesse sentido, Floriani *et al.* (2019, p. 24) destacam que

[...] o processo de dominação do sistema ideológico logocêntrico da ciência sobre outras formas culturais de representação da realidade, constrói-se com base em uma imaginação de mundo ancorada em uma profunda clivagem entre sociedade e natureza, traduzidos em dicotomias conceituais, tais como: objetivo e subjetivo, corpo e mente, razão e emoção, ou seja, pensar e sentir.

Portanto, “ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 21). Da mesma forma Castoriadis e Cohn-Bendit (1981, p. 29) falam sobre essa questão, sendo que uma relação diferenciada com a natureza do que a sociedade atual tem apresentado “implica uma outra cultura, no sentido mais profundo desse termo. Implica um outro modo de vida, outras necessidades, outras orientações da vida humana”. Podemos exemplificar esses outros modos de vida, essas outras formas de relação com a natureza, a partir de experiências oriundas de povos e comunidades originárias e tradicionais, além de experiências procedentes de alguns povos que ocupam, sobretudo, o ambiente rural, as quais estão assentes em outros imaginários de produção de natureza e de relação entre coletivos humanos e não humanos, tal como se apresenta a proposta da agroecologia.

A agroecologia, de acordo com Altieri (1987), fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis,

socialmente justos e economicamente viáveis. Já Guzmán (2012) a define como o funcionamento ecológico necessário para se praticar uma agricultura sustentável, com acesso igualitário aos meios de vida, com articulação de suas dimensões técnica e social.

Portanto, esse saber complexo, que aborda justiça social, respeito às diferenças e sustentabilidade, e que visa à produção de alimentos saudáveis, possui diversas similaridades às práticas adotadas pelas populações tradicionais, e consequentemente não se encontra atrelado ao sistema de capital, que nesse setor é muito presente e atuante, sobretudo no grande mercado de fertilizantes e agrotóxicos. Ainda, esse processo de degradação empreendido pelas relações de produção e consumo capitalistas, e potencializado por redes sociotécnicas instrumentalizadas pela lógica da otimização e eficiência produtiva e da maximização do lucro se torna bastante amplo, transformando profundamente a forma de reprodução dos seres humanos e não humanos, também afetando e subordinando os saberes e práticas tradicionais historicamente arraigados em um território.

Santos (2008, p. 155) afirma que “a ciência moderna ocidental [...] arrasou, marginalizou ou descredibilizou todos os conhecimentos não científicos que lhe eram alternativos, tanto no Norte como no Sul”, processo esse designado pelo autor como epistemicídio. A esse respeito, Porto-Gonçalves (2004, p. 97) destaca que

[...] a partir do momento de domínio dessa natureza, também ocorre o extermínio de diversos povos intimamente ligados a essa, junto com seus saberes. Assim, todo um rico acervo de conhecimentos, criativamente desenvolvido e adaptado a circunstâncias locais, foi inferiorizado por uma visão colonial que desperdiçou essa imensa experiência humana, desenvolvida ao longo de milhares de anos, por milhares de povos.

Descola (1997, p. 247) salienta que “no pensamento moderno [...] a natureza só tem sentido por oposição às obras humanas” e refere-se aos indígenas da Amazônia, acrescentando que estes “têm um extraordinário conhecimento empírico das inter-relações complexas entre organismos e seu meio ambiente e de que eles aplicam este conhecimento em suas estratégias de subsistência” (Descola, 1997, p. 252). Nesse sentido, Leff (2006, p. 417) destaca que

[...] a revalorização dos saberes tradicionais e a revitalização de economias autogeridas para satisfazer as necessidades básicas das comunidades começam a ser incorporadas às demandas de novos atores sociais no meio rural do Terceiro Mundo. Os saberes autóctones articulam o conhecimento

técnico com as cosmovisões dos povos, integrando assim os processos de significação cultural em que se decantam percepções e práticas arraigadas a contextos geográficos, ecológicos e sociais específicos.

Diante do que foi até o momento abordado, podemos afirmar que os saberes vernaculares tornam-se essenciais para a própria compreensão da sustentabilidade dos ciclos reprodutivos socioecológicos, saberes esses associados à territorialidade (a base material e simbólica que um dado grupo constrói com seu espaço vivido e com ele se identifica e se apropria) de sujeitos que são integrados à natureza, veem-se e se sentem enquanto natureza, ou conforme palavras de Krenak (2020, p. 16-17), a partir da visão indígena: “eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”.

Para Leff (2006, p. 116), a construção de sociedades sustentáveis passa “pela configuração de novas identidades e saberes que entram em jogo na revalorização e ressignificação da natureza. A racionalidade econômica e instrumental dominante nega a ordem ecológica”, pois os “grupos sociais, povos e etnias que mantinham uma relação profunda com a natureza foram desterritorializados pelo avanço de uma ‘agricultura sem agricultores’” (Porto-Gonçalves, 2012, p. 100). Assim, o processo de territorialização realizado pelo capital resultou em significativas alterações, as quais vão além das mudanças na paisagem dos territórios tradicionais e rurais, atingindo diretamente a cultura, a identidade e o modo de viver dos povos e comunidades.

Semelhante ao que ocorre nos demais países latino-americanos, o espaço rural brasileiro é ocupado por atores sociais antagônicos que buscam territorializar seus projetos coletivos e suas visões de mundo. Assim, é possível presenciar uma miríade de territorialidades tradicionais ligadas à campesinidade e ao modo de vida das populações autóctones e que tratam, de alguma forma, de resistir à expansão das relações de produção capitalista nesse espaço, que estão relacionadas às monoculturas de exportação, pecuária, mineração e reflorestamentos. Floriani e Barreira-Bassols (2016) destacam algumas similaridades referentes aos aspectos socioculturais dos territórios tradicionais latino-americanos, como as formas de apropriação das paisagens, referindo-se sobretudo ao regime coletivo dos bens naturais; o uso múltiplo e diversificado de seus bens patrimoniais, sendo esses baseados em um esquema de reciprocidade e comunalidade; e formas de resistência

e adaptação frente ao poder hegemônico, em que desenvolvem estratégias políticas para garantir a reprodução das práticas sociais de natureza.

Já frente ao processo de territorialização do modo de produção capitalista sobre os territórios tradicionais, Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) destacam que toda expansão realizada pelo capital é invasão de territórios para os grupos sociais que ali vivem. Ainda, os conflitos territoriais são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial rural, sendo que essas diferentes formas de uso da terra resultam em distintas formas de conflitos e tensões socioterritoriais, que desvelam, em primeira instância, a forma como esses atores imaginam e praticam o território e produzem suas naturezas.

Na contramão dessas ações empreendidas pelo capital no espaço rural, e os consequentes impactos gerados, o reconhecimento dos saberes e práticas associados aos povos e comunidades tradicionais podem viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico, e Leff (2006, p. 415) destaca que

[...] vem se reconhecendo a importância do patrimônio cultural da humanidade, e a possibilidade de aproveitar o vasto repertório de conhecimentos ainda existente em diversas culturas, para desenhar políticas de manejo dos recursos capazes de manter o equilíbrio ecológico, a biodiversidade e a base de recursos naturais, provendo, ao mesmo tempo, as populações locais de meios para participar, e oportunidades para beneficiar-se, diretamente, da gestão de seus recursos, através de práticas produtivas compatíveis com suas identidades culturais.

As relações secularmente construídas entre os povos tradicionais e os seus territórios resultam no conjunto de saberes e práticas de naturezas, sensíveis e integrados ao tempo e ao espaço socioecológico, isto é, esses saberes-fazeres patrimoniais são fundamentados numa rede ampliada de relações humanas que se estendem ao coletivo de não humanos, de maneira a não ultrapassar (respeitar) os limites e vocações reprodutivas do híbrido natureza-cultura, variando conforme o grau de interdependência e de integração à sociedade moderna. A fim de defender suas identidades e territórios — portanto, suas territorialidades —, as populações tradicionais têm cotidianamente traçado estratégias de sobrevivência: seja fazendo frente ao projeto de expropriação de seus capitais sociais e naturais, seja realizando alianças com os mais diversos setores da sociedade civil, o que implica dialogar e compreender a relação com a sociedade envolvente, entre o tradicional e o moderno, configurando alternativas ao sistema vigente.

Assim, Floriani, Ther Rios e Floriani (2013, p. 1) salientam que essas “alternatividades [...] questionam o modelo hegemônico de entendimento das práticas sociais de natureza”, ou conforme destacado por Leff (2006, p. 81):

Sem dúvida, os instrumentos de controle ideológico, tecnológico e econômico oferecem obstáculos à incorporação das condições ecológicas e dos princípios de equidade social e democracia política por novas formas de organização produtiva e social, assim como à emergência de uma nova consciência e de estratégias de poder capazes de modificar a ordem dominante.

Desse modo, a colonialidade enquanto subalternização de expressões culturais não hegemônicas manifesta-se pela invisibilização do conhecimento produzido pelos territórios periféricos, sendo, conforme Porto-Gonçalves (2010), um conhecimento imposto para todo o mundo com origem na Europa, ocorrendo a imposição do eurocentrismo como caminho único. De acordo com Hissa (2010, p. 58), “a ciência se afirmou como a palavra que pretende se elevar sobre todas as demais; como o conhecimento hegemônico que, para existir, exclui ou deslegitima todas as outras formas de saber”. A esse respeito, Acosta (2016, p. 55) enfatiza que

[...] após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade. Para cristalizar o processo expansionista, a Europa consolidou uma visão que colocou o ser humano figurativamente falando por fora da Natureza. Definiu-se a Natureza sem considerar a Humanidade como sua parte integral, desconhecendo que os seres humanos também somos Natureza. Com isso, abriu-se o caminho para dominá-la e manipulá-la.

Floriani e Floriani (2020) argumentam, a partir das reflexões do pensador peruano Aníbal Quijano (1928-2018), que os sujeitos considerados subalternos sofrem um trabalho de ideologização e convencimento por meio dos aparelhos ideológicos do Estado (escola, mídia, religião, estilos de vida consumista etc.), que entre outros impactos visam extinguir seus saberes e práticas, processo que é resultado da colonialidade do poder, ao passo que

[...] os mecanismos de poder hegemônicos operam igualmente por resiliência e vão se adaptando, neutralizando, cooptando e eliminando os desafios oriundos da contestação social, ou então, utilizando-se desses a fim de garantir os elementos centrais dos interesses (materiais e ideológicos) dos grupos e instituições sociais que lideram essas ações estratégicas (Floriani; Floriani, 2020, p. 6).

Diante do exposto, a superação dessa visão dicotômica empreendida pela ciência moderna e reverberada pelo modo de produção capitalista de separação entre a natureza e o ser humano se torna essencial para o Bem Viver (*Buen Vivir*), pois é “imprescindível construir modos de vida que não sejam regidos pela acumulação do capital” (Acosta, 2016, p. 28). É nesse sentido que a colonialidade surge como imposição da ciência moderna, instituindo essa como a única alternativa, que ao mesmo tempo que se estabelece como exclusiva forma de conhecimento, não reconhece os demais saberes, atuando, ainda, no sentido de decretar a separação entre a sociedade e a natureza, uma das razões, conforme já explanado, de desequilíbrio dos ciclos ecológicos.

Portanto, entende-se que a manutenção e a ressignificação dos saberes e práticas tradicionais são fundamentais, principalmente em um momento em que o sistema hegemônico, operando sob a ótica neoliberal, tem atuado de maneira bastante agressiva sobre a população subalterna, sobretudo as quais se inserem nas dinâmicas das comunidades tradicionais rurais, as quais se configuram como espaços ou zonas de contato, conflitos, transição e coexistência com os sistemas hegemônicos (Floriani; Floriani, 2020), nos quais “o povoamento das fronteiras pelos saberes poderia minimizar conflitos e potencializar encontros feitos de diálogos” (Hissa, 2010, p. 64). Nessa concepção, Saquet (2009, p. 84) defende a necessidade de

[...] projetos alternativos de desenvolvimento [...] de valorização dos lugares, das diferenças e dos ritmos, dos saberes locais, da recuperação e preservação da natureza, enfim, da valorização da vida com o máximo de autonomia e qualidade possíveis em detrimento da mercantilização, da globalização perversa e excludente, da concentração da riqueza e da centralização política e decisória.

Partimos da hipótese de que a escolha por projetos alternativos ao desenvolvimento (ou alternativos ao modelo de desenvolvimento econômico imposto à periferia) implica escolhas sobre em quais tecnologias uma dada sociedade deve investir. Essas tecnologias — por implicarem a mediação territorial entre coletivos humanos e coletivos não humanos — têm uma posição central nos projetos de

emancipação social. Elas devem levar em conta as especificidades socioecológicas e territoriais nas quais são gestadas e apropriadas — a agrobiodiversidade — e principalmente levar em conta os processos decisórios locais, isto é, que escapem, pelo menos parcialmente, da centralização esterilizante da criatividade local por parte das instâncias jurídicas e técnicas do Estado e do mercado hegemônico.

Assim, uma tecnologia emancipatória deve levar em conta as dimensões sociais, ecológicas e territoriais de uma comunidade. Uma rede tecnológica que conecte coletivos humanos e não humanos e que possa se adaptar (e não o contrário) às necessidades e projetos locais, conforme a capacidade de reprodução desses coletivos. O entendimento das capacidades emancipatórias de uma tecnologia social subverte os princípios de dependência ao sistema hegemônico quando ela permite sua apropriação criativa e acessibilidade ao longo da rede de atores que a usam, em que “cada sociedade cria sua técnica e seu tipo de saber, como também seu tipo de transmissão do saber” (Castoriadis; Cohn-Bendit, 1981, p. 13).

No intuito de caracterizar e evidenciar o núcleo de representação (imaginário) moderno de sustentabilidade e sua relação com a tecnologia e emancipação, tem-se que a ideia de sustentabilidade não está dissociada do debate de como os paradigmas das ciências da natureza influenciaram a ideia do desenvolvimento econômico, e como este pode se sustentar ao longo do tempo utilizando-se continuamente dos recursos naturais. Portanto, a ideia ou imaginário de sustentabilidade ecológica, por sua vez, é apropriada pela economia e associada à reprodução do sistema econômico, em que o próprio termo “sustentabilidade” existe com uma valoração econômica dos ciclos naturais.

Nesse sentido, destaca-se ainda o papel do mercado, que, pressionado pela sociedade civil organizada para resolver os impactos de suas atividades de produção e consumo exacerbados, age no sentido de criar (ou tentar criar) estratégias de mitigação relacionadas a essas perturbações, com práticas muitas vezes falaciosas que atuam apenas como bandeira de marketing no intuito de aumentar o leque para o comércio de seus produtos, apresentando-se, dessa forma, como empresas sustentáveis. Tendo isso em vista, o próprio conceito de sustentabilidade torna-se um campo de disputa entre atores sociais dos mais diversos campos, sendo que essa “agenda vai sendo apropriada pelo discurso político, que sustenta o capitalismo, e

transformada, em favor de sua própria lógica, em mercadoria” (Suertegaray, 2021, p. 39).

Desse modo, o consumismo é atualmente a força motriz que vem a maximizar esses impactos, resultantes da relação entre a sociedade e a natureza sob a ótica vinculada ao sistema capitalista hegemônico, colocando em xeque o poder de resposta do planeta, devido ao acelerado e agressivo (mau) uso que é empreendido. Em vista disso, “a crise ambiental veio questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico” (Leff, 2006, p. 133).

Para Escobar (2010), o conhecimento sobre a natureza é um aspecto central para se pensar sobre a atual crise ambiental, mas não a partir de visões mecanicistas de natureza, mas sim com a proposta de estratégias para a descolonização do saber como uma forma de descolonizar a natureza e a Terra. O autor ainda acrescenta que a grande inovação presente nos discursos e práticas na Europa pós-renascentista foi a utilização do conhecimento para intervir poderosamente no real, onde o conhecimento de natureza supunha o domínio dela por meio da tecnologia.

Segundo Leff *apud* Escobar (2010, p. 149, tradução nossa), “embora a natureza seja um domínio ontológico real, ela tornou-se cada vez mais hibridizada com cultura e tecnologia, e tem sido cada vez mais produzido pelo nosso saber”. Ainda destaca que a natureza tornou-se tão inextricavelmente hibridizada com a tecnologia e a cultura que sua própria vida tornou-se um híbrido biofísico e tecnossocial, sendo impossível apontar onde termina a biologia e começa a tecnologia (Escobar, 2010).

Portanto, não se trata aqui da simples questão de uma proposta interdisciplinar, sendo necessária uma ruptura epistemológica com as ciências, conforme as conhecemos, e a criação de um conhecimento ambiental que possa dar conta das múltiplas determinações de entidades complexas que surgiram como resultado das transformações modernas — diálogo de saberes. Leff *apud* Escobar (2010) refere-se a essa entidade como complexidade ambiental, a qual inclui o real, que é constituído pelas ordens ontológicas hibridizadas de natureza, cultura e tecnologia; os efeitos sobre essa realidade da economia crescente do mundo e da tecnologização da vida em geral; e as próprias ciências, visando a uma transdisciplinaridade que vai além das

disciplinas, sendo que esse delineamento de uma nova racionalidade ambiental orienta esforços rumo à sustentabilidade.

1.2 A ABORDAGEM GEOGRÁFICA SOBRE OS TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS E A BUSCA POR UM DIÁLOGO DE SABERES

A busca pela construção de um diálogo de saberes transcorre pelos diferentes campos do saber, a qual não possui sentido de disputa ou mesmo de superioridade de um campo perante outro, mas sim como proposta de um diálogo franco e ético, em que todos os conhecimentos caminham no sentido da compreensão dos saberes de natureza. Nesse sentido, adotamos uma abordagem de natureza interdisciplinar, com o envolvimento de diversos saberes acadêmicos; e transdisciplinar, buscando o resgate e a ressignificação dos saberes tradicionais.

A abordagem relacionada aos saberes acadêmicos se ampara principalmente na Geografia, sendo esse o nosso ponto de partida — nosso lugar de fala. Nesse sentido, foi instituída como categoria de análise do trabalho o território, categoria que atualmente se transformou na mais utilizada, que mesmo sendo de origem geográfica se encontra presente em diversas outras ciências.

Entre as diferentes abordagens elaboradas pelos autores que se dedicam à temática (Ratzel, 1974; Raffestin, 1993; Souza, 2006; entre outros), Haesbaert (2016) argumenta que o território deve ser analisado, no âmbito da Geografia, em suas múltiplas dimensões, incluindo a interação sociedade-natureza, sendo que “território [...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2007, p. 1).

O autor ainda traz uma síntese na qual agrupa território em três vertentes básicas: a política, em que as concepções são referentes ao espaço-poder; a econômica, a qual fala que muitas vezes é economicista, enfatizando a dimensão das relações econômicas que ocorrem no espaço; e a cultural, sendo essa com predominância da concepção simbólica e mais subjetiva (Haesbaert, 2016). E é nessa última vertente, a essa porção do espaço envolto por questões culturais e identitárias, que o nosso trabalho concentra suas análises.

Nessa perspectiva, Saquet (2009, p. 82) destaca que território é uma “construção histórica e relacional de identidades, [levando em conta] tanto os processos culturais inerentes às relações de poder, como as identidades simbólico-culturais mais específicas”. O autor ainda indica que “o homem tem centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc.” (Saquet, 2009, p. 85). Ainda, Guatarri e Rolnik (1996, p. 323) apontam que

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Como componente do território, “a territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família [...], no rural-agrário [...] de maneira múltipla e híbrida” (Saquet, 2009, p. 90). Segundo Haesbaert (2007, p. 3),

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Nesse sentido, “a territorialidade significa mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social” (Saquet, 2015, p. 122); portanto,

[...] refere-se a (re)produção de identidades sociais e ancora os processos de subjetivações de categorias sociais. Nesse sentido, as práticas locais territorialmente e historicamente arraigadas são portadoras de visões-projetos de mundo que fundamentam os comportamentos, discursos e ações sociais (Floriani; Nabozny, 2020).

Além disso, essas territorialidades são também construídas a partir das relações que os grupos sociais possuem com a natureza, campo onde as abordagens da Geografia sempre transitaram. Conforme destaca Mendonça (1996, p. 66), essa é “a única entre as ciências humanas [a] ter em conta os aspectos físicos do planeta (quadro natural)”. O que talvez para alguns possa se apresentar como um problema,

entende-se aqui como um importante e significativo diferencial, pois nessa interface existe um amplo campo de debate. No entanto trabalhos com essa concepção ficaram durante muito tempo ausentes na Geografia, visto que “temas e problemas ‘híbridos’ foram perdendo espaço e prestígio. O que antes fora o cerne da identidade geográfica já não parecia merecer [...] mais que uma atenção periférica, quando muito” (Souza, 2018, p. 29).

Todavia Moreira (2013) defende o resgate dessa tradição geográfica, ou seja, o estudo das relações que intervêm na transformação da superfície terrestre, sendo esse o verdadeiro espaço da sociedade humana. Visando ao estudo desse campo de interação, Souza (2019, p. 21), por exemplo, propõe o que chama de Geografia Ambiental, sendo que

[...] ao ser apresentada enquanto um enfoque, uma perspectiva, uma maneira de olhar, fortalecemos a ideia de que a Geografia Ambiental é uma maneira de construir o objeto de conhecimento que privilegia os hibridismos, o diálogo de saberes, ao mesmo tempo em que abdicamos da pretensão de delimitar um novo território subdisciplinar. A Geografia Ambiental constitui uma tentativa não de substituir os conteúdos particulares e especializados associados à “Geografia Física” e à “Geografia Humana”, mas sim um intento, bem mais modesto e realista, de promover a valorização de problemas e questões em que o diálogo de saberes vinculados ao conhecimento da Terra como morada humana dá o tom.

Nesse sentido, a proposta de interpretação adotada no presente trabalho trilha caminhos próximos ao que Souza (2019) chama de Geografia Ambiental, no que tange à busca por um diálogo de saberes, assim como o desafio de valorizar a interlocução com outras disciplinas. Frisamos novamente a importância assumida na tese, com o intuito de articular os conhecimentos tradicionais sobre natureza em conjunto com os científicos, que nas palavras de Mendonça (2005), são ações desenvolvidas sob o ponto de vista da holisticidade, que em trabalhos com a temática ambiental visam à crítica ao modelo assumido pela ciência moderna, até então, que ao longo dos tempos não somente se colocou em um patamar mais elevado, como minimizou os saberes de grupos sociais subalternos.

De acordo com Porto-Gonçalves (2004, p. 139), “a questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Estão aí implicadas, portanto, as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e o mundo orgânico”. Com relação à forma como as ciências, de uma

maneira geral, têm se dedicado aos estudos sobre a natureza, Escobar (2005, p. 18) argumenta que

Com isso eu me refiro não somente à inabilidade dos povos modernos em encontrar meios para lidar com a natureza sem destruí-la, mas também ao fato de que as respostas dadas por formas modernas de conhecimento para “a questão da natureza” — das ciências naturais às ciências humanas — provaram-se insuficientes para a tarefa, apesar do avanço reconhecível que parece ter sido dado nas últimas décadas.

Para Dimas Floriani *apud* Floriani *et al.* (2019, p. 26), o diálogo entre os diferentes saberes recai em “um método interpretativo das narrativas (científicas e dos saberes locais) [...] envolvidas na configuração das diversidades socioterritoriais”. Os autores ainda destacam que esse método é capaz de unir em um mesmo plano investigativo a interpretação de práticas, imaginários e conhecimentos de uma dada coletividade sobre sua territorialidade, e quais são as possíveis interfaces que produzem entre os saberes de natureza (Floriani *et al.*, 2019).

Algumas indagações da pesquisa também encontram suporte na Ecologia Política, sobretudo as que transcendem o campo teórico-conceitual de investigação. Nesse sentido, destaca-se o próprio processo de escolha dos sujeitos da pesquisa (comunidades tradicionais e rurais do estado do Paraná), que ocorreu como resultado do envolvimento desses em trabalhos de pesquisa/extensão/ação, que denotam em atributos que inserem o estudo também no campo da militância. A adoção dessa abordagem está diretamente relacionada ao ativismo — portanto no contexto da Ecologia Política, concordando aqui com Porto-Gonçalves (2004, p. 7) quando afirma que a questão ecológica é essencialmente política, um “estilo que transita entre o rigor científico-filosófico e o manifesto político”. Ainda a esse respeito, Leff (2006, p. 300) reforça que

[...] a ecologia política emerge nessa nova perspectiva do saber, nessa politização do conhecimento pela reapropriação social da natureza. A ecologia política se encontra assim no momento de fundação de seu campo teórico-prático, na construção de um novo território do pensamento crítico e da ação política.

No âmbito do referencial teórico do trabalho, na concepção da Ecologia Política, Escobar (2005) adota uma postura que visa à busca de caminhos de união entre o biofísico, o cultural e o tecnoeconômico para a produção de outros tipos de natureza social, argumentando ainda que a Ecologia Política tem como objetivo

produzir relações ecológicas e sociais mais justas e sustentáveis. Também, Souza (2019, p. 24) frisa que

[...] a Ecologia Política é orientada para a contextualização crítico-social (análise de relações de poder, de fatores econômicos e de quadros culturais) dos processos dialéticos em que a humanidade afeta e interfere em processos geoecológicos.

Nossa perspectiva de trabalho encontra em Porto-Gonçalves e Leff (2015, p. 65) suporte teórico com o qual concordamos, quando argumentam que a Ecologia Política é um “campo disciplinar e político do encontro de diferentes racionalidades na apropriação social da natureza e na construção de um futuro sustentável”. Os autores ainda ressaltam que a Ecologia Política possui caráter interdisciplinar, dialogando com diversos campos do conhecimento científico, e transdisciplinar, a qual possui interlocução com os saberes vernaculares (Porto-Gonçalves; Leff, 2015).

Nesse sentido, e sobretudo visando avançar no campo do debate ambiental, a transdisciplinaridade adquire fundamental importância, sendo que para Leff (2009, p. 21)

[...] a construção do saber ambiental implica uma desconstrução de conhecimento disciplinar, simplificador, unitário [pois] a complexidade ambiental extrapola o campo das relações de interdisciplinaridade entre paradigmas científicos para um diálogo de saberes, que implica um diálogo entre seres diferentes.

Portanto, em um “contexto de disputas pelos sentidos representacionais do mundo, são produzidas práticas divergentes e/ou convergentes de apropriação simbólica e material de naturezas possíveis de serem concebidas e produzidas” (Floriani *et al.*, 2019, p. 26). Além disso, Souza (2019, p. 33) destaca que

[...] é preciso contextualizar culturalmente o próprio conhecimento científico. Cumpre fazê-lo dialogar com os saberes vernaculares (um tanto imprecisamente denominados “locais”, como se a ciência moderna fosse totalmente “universal” e “sem sotaque”), com os saberes produzidos fora dos circuitos e padrões acadêmicos nas mais variadas escalas e por atores os mais diversos. Transcender (sem negar ou rejeitar simplisticamente) o conhecimento científico, propugnando uma abertura radical deste para com os saberes vernaculares.

Floriani e Floriani (2021, p. 46), no sentido de ampliar a discussão, adotam o termo “ecologia das práticas”, o qual se refere “ao processo de construção do

conhecimento científico e de outros saberes culturalmente legitimados, tais como os etnoconhecimentos”, sendo que “caracteriza-se, nesses termos, a existência de uma ecologia de práticas e saberes de natureza entre coletivos humanos que agenciam coisas, seres e discursos” (Latour, 2004; Deleuze, 1992 *apud* Floriani *et al.*, 2022, p. 5).

Assim, Leff (2006, p. 111) destaca que “a dialética que se expressa através de um diálogo de saberes é o que produz uma revolução permanente em direção ao novo e à diversidade de uma sociedade ecológica”, na qual “o saber ambiental constitui uma nova racionalidade e uma nova episteme” (Leff, 2006, p. 300). Portanto, a adoção de uma abordagem baseada no diálogo de saberes vai ao encontro de preceitos teórico-metodológicos não universalistas, questionando a própria hierarquia instituída pela ciência como a detentora do conhecimento uno e verdadeiro. Mas sobretudo as perspectivas do diálogo de saberes buscam justamente essa interação de diferentes conhecimentos, dos quais os sujeitos subalternos, que ao longo do processo histórico sempre foram subjugados, possam angariar espaços com melhor qualidade de vida na sociedade. Nesse sentido, todas as relações aqui analisadas, nas quais ocorre o diálogo de saberes entre diferentes sujeitos, e destes com o ambiente vivido, ocorrem na perspectiva do território, ou seja, as práticas arraigadas historicamente e espacialmente se concretizam no âmbito do território.

1.3 SUBJETIVIDADES, TERRITORIALIDADES E RACIONALIDADES ECOLÓGICAS: ELEMENTOS EM DISCUSSÃO NA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL

O avanço do capital no espaço rural atuou no sentido de deslegitimar um conjunto de saberes e práticas territorializadas, com a imposição de modelos tecnológicos de produção. Toda essa nova conjuntura transcorre no âmbito do território, sendo este entendido aqui como uma porção do espaço envolto por questões culturais e de identidade, local onde os grupos sociais se relacionam, e, portanto, modificam a natureza, e mais, expressam suas culturas, subjetividades, territorialidades e racionalidades ecológicas.

De acordo com Leff (2009, p. 21), “o ambiente não é somente um objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes

mundos de vida”. O autor ainda destaca que o saber relacionado ao ambiente é cultura, portanto um espaço apropriado por uma coletividade — um território —, e mais, é a “construção de sentidos coletivos e identidades compartilhadas que formam significações culturais diversas na perspectiva de uma complexidade emergente e de um futuro sustentável” (Leff, 2009, p. 21).

Essa reflexão nos auxilia a compreender como determinados grupos sociais realizam a ocupação a partir de perspectivas sustentáveis. Obviamente esse é um movimento de múltiplas racionalidades, em que há um campo de tensionamento no qual é possível evidenciar antagonismos e concordâncias, ou seja, relações de forças na busca da legitimação e dominância.

No entanto as racionalidades contrárias ao regime capitalista, conforme as perspectivas dos regimes de natureza de Escobar (2005), as quais se enquadram na concepção da natureza orgânica, possuem em seu jogo discursivo as identidades culturais arraigadas em suas práticas de natureza, em um processo relacional mediado pelos saberes-fazer e os tempos e espaços ecossistêmicos, portanto dos ciclos, limites e potencialidades geocenobióticas dos territórios.

Assim, Leff (2009, p. 20) evidencia que “o questionamento à racionalização crescente do conhecimento e a objetivação do mundo tem levado a estabelecer a questão dos valores e da subjetividade no saber”, ou seja,

[...] o saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividades e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios. O diálogo de saberes se produz no encontro de identidades (Leff, 2009, p. 19).

Portanto, “a racionalidade ambiental emerge das potencialidades e possibilidades contidas em diferentes processos materiais, ordens ontológicas e formações simbólicas” (Leff, 2006, p. 113). Para isso, a racionalidade ambiental é uma racionalidade aberta à complexidade autopoiética (criativa e criadora), estando, portanto, aberta ao diálogo de saberes e práticas, às identidades e subjetividades culturais-territoriais, distinta da racionalidade tecnoinstrumental e econômica hegemônica, universalizante, objetivadora e logocêntrica, sendo uma

[...] proposta de construir uma racionalidade ambiental a partir da emergência do saber ambiental e das transformações do conhecimento. [...] Dentro dessa racionalidade ambiental, a utopia se apresenta como uma política da

diversidade e da diferença, fundada nas potencialidades da natureza, na tecnologia e na cultura, que se constrói socialmente através de uma teoria política e de ações estratégicas (Leff, 2006, p. 82).

Assim, Morin (2008, p. 108-109) destaca que

[...] até época recente, o domínio da natureza identificava-se com o desabrochar humano. Verificou-se, entretanto, uma tomada de consciência nos últimos decênios: o desenvolvimento da técnica não provoca somente processos de emancipação, mas também novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos humanos pelas entidades sociais.

Nesse sentido, o discurso/proposta de domínio da natureza, assim como a consideração desta como uma mercadoria, que estão diretamente associados ao avanço científico e do sistema de capital, tem levado a um caos ambiental, como os casos de eventos extremos cada vez mais frequentes. Mesmo diante da hegemonia da racionalidade capitalista, Santos (2008) insiste para que outros conhecimentos não científicos e não ocidentais prevaleçam, sobretudo como forma de resistência nas práticas cotidianas.

Floriani e Floriani (2021) destacam que ocorre, sobretudo em uma pequena escala, a produção de racionalidades que se enfrentam nas experiências materiais e culturais na relação sociedade e natureza. Referente a esse recorte, Floriani, Ther Rios e Floriani (2013, p. 78-79) frisam “que na escala dos territórios, um jogo de oposições é evidenciado quando uma racionalidade é imposta sobre as outras formas de ações e saberes pelo uso e apropriação de natureza”.

E também temos como resultado de racionalidades substantivas, a produção de híbridos, consequências do processo de disputa pela apropriação do território, o que evidencia os aspectos conflitivos das políticas de natureza. Esses híbridos, por sua vez, são internalizados e ressignificados pelos atores sociais, em um processo contra-hegemônico contrário à racionalidade tecnoinstrumental, reestabelecendo os laços entre a humanidade e a não humanidade (Floriani; Ther Rios; Floriani, 2013). Dessa forma, Hissa (2010, p. 57) argumenta que

[...] estas experiências — uma manifestação dos saberes e das tradições culturais locais —, quando postas em diálogo com o conhecimento científico referenciado por uma nova ética transdisciplinar, ao expressar possibilidades de abertura política e de expansão das fronteiras do saber, podem construir esperanças, fortalecer utopias e redesenhar lugares de transformação social.

Para Leff (2006), a racionalidade ambiental está relacionada à orientação da produção do meio rural, em que os produtores fazem uso de um grande potencial ecotecnológico, “compatibilizando ao mesmo tempo a autogestão e autossuficiência das comunidades com a preservação dos equilíbrios ecológicos globais e com a produção de excedentes comercializáveis para a economia global” (Leff, 2006, p. 418).

E sobretudo nesse meio rural destacamos as comunidades tradicionais, onde Diegues (2004, p. 14) frisa que “existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. [...] não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o ‘natural’ e o ‘social’, mas sim um *continuum* entre ambos”. Assim, essas conexões são resultado de suas cosmologias, resultando em integração de humanos e não humanos à natureza. Descola (1997, p. 245), referindo-se aos povos amazônicos, destaca que

Diferentemente do dualismo mais ou menos irredutível que, em nossa visão moderna do mundo, rege a distribuição dos humanos e não-humanos em dois campos ontologicamente distintos, as cosmologias amazônicas exibem uma escala de seres, em que as diferenças entre os homens, as plantas e os animais são de grau e não de natureza.

O autor, ao se referir aos *Achuar*, destaca que sua “habilidade técnica é indissociável da capacidade técnica de criar um meio intersubjetivo” (Descola, 1997, p. 146), e ainda evidencia que

[...] longe de se reduzirem a lugares prosaicos provedores de alimentos, a floresta e as áreas destinadas ao cultivo constituem o palco de uma sociabilidade em que, dia após dia, seduzem-se seres que somente a diversidade das aparências e a falta de linguagem distinguem-se na verdade dos humanos (Descola, 1997, p. 246).

O interstício das relações que ocorrem entre a sociedade e a natureza, no contexto dos povos tradicionais, é promovido pelos saberes e práticas desses sujeitos, sendo ressaltado por Leff (2009, p. 18) que

O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida [...] cria mundo de vida, constrói novas realidades e abre o curso da história para um futuro sustentável.
O saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais

ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam.

Descola (1997, p. 247), ainda com relação ao povo *Achuar*, fala que “o que aqui chamamos de natureza não é um objeto que deve ser socializado, mas o sujeito de uma relação social. Prolongamento do mundo da casa, ela é verdadeiramente doméstica até em seus redutos mais inacessíveis”. O autor esclarece que nas terras baixas da América do Sul todas as cosmologias têm como característica comum não fazerem distinções ontológicas absolutas entre humanos, de um lado, e plantas e animais de outro, pois

Uma cosmologia em que a maior parte das plantas e dos animais está incluída em uma comunidade de pessoas, que partilham, total ou parcialmente, faculdades, comportamento e códigos morais, ordinariamente atribuída aos homens, não corresponde, de maneira alguma, aos critérios de tal oposição (Descola, 1997, p. 247).

“Exatamente como os povos da Amazônia, os povos subárticos concebem seu meio ambiente à maneira de uma densa rede de inter-relações, regida por princípios que não discriminam os humanos e os não-humanos” (Descola, 1997, p. 255). Portanto, as cosmologias são inerentes ao cotidiano dos povos tradicionais, as quais podemos estender aqui também a alguns territórios rurais, que em suas subjetividades — as formas de o sujeito, e sua comunidade de pertencimento, significar e experienciar a realidade — possuem relação com a natureza de forma a integrar todos — humanos e não humanos — em um conjunto indissociável. Embora apresente essa similaridade, conforme apontaram Floriani e Barrera-Bassols (2016), não podemos incluir em um único grupo todos os povos e comunidades presentes na América Latina, sobretudo no que tange às cosmologias — por exemplo, os quilombolas e faxinalenses que sofrem grande influência do catolicismo rústico, radicalmente transformado no período contemporâneo em muitas comunidades na faceta do neopentecostalismo atravessada igualmente pela sociedade capitalista da informação, realidade que será melhor detalhada no Capítulo 3.

Para Diegues (2004, p. 14), o “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer — a respeito do mundo natural, sobrenatural — geradores no âmbito da sociedade não-urbano/industrial”. Nesse contexto, as relações empreendidas por esses sujeitos com a natureza são o corolário das territorialidades empreendidas por eles. Para Saquet (2009, p. 90), “a territorialidade

efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família [...], no rural-agrário [...] de maneira múltipla e híbrida”.

Nesse sentido, são destacadas por Leff (2009, p. 23) a necessidade e a importância da ética “para que possa surgir um mundo onde convivam em harmonia a diversidade e as diferenças”, sendo que

[...] a ética ambiental rompe, assim, os esquemas de racionalidade fundados na verdade objetiva e abre perspectivas a uma nova racionalidade na qual o valor da vida possa se reencontrar com o pensamento e a razão amalgamar-se com o sentido da existência (Leff, 2006, p. 271).

Diante do exposto, cabe aqui um questionamento baseado em Leff (2006, p. 301): “que grau de autonomia tem a hiper-realidade do mundo hipereconomicizado?” Entende-se aqui que a busca por autonomia socioambiental é sinônimo de demandas por alternativas ao desenvolvimento, conforme defendem Floriani e Floriani (2020), na perspectiva da resiliência socioecológica desses grupos, que lhes permite continuar seu modo de viver, habitar e produzir, coexistindo com outras racionalidades e visões de mundo modernas (Floriani; Ther Rios; Floriani, 2013).

Igualmente, Castoriadis e Conh-Bendit (1981, p. 25) relatam que “o movimento ecológico apareceu como um dos movimentos que tendem para a autonomia da sociedade [...] trata-se, em primeiro lugar, da autonomia em relação [...] ao sistema técnico produtivo que está aí na sociedade atual”, pois

Falar de uma sociedade autônoma, de autonomia da sociedade não somente em relação a tal camada dominante particular, mas em relação a sua própria instituição, necessidades, técnicas, etc., pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos humanos de se autogovernar, no sentido mais forte da palavra (Castoriadis; Conh-Bendit, 1981, p. 29).

Portanto, os dispositivos de autonomia socioambiental são intrínsecos aos saberes e práticas bioculturais, e Floriani e Haliski (2017), a partir do diálogo com as ideias do sociólogo mexicano Enrique Leff (1946-), argumentam que a revalorização do conjunto de saberes não possui pretensão de cientificidade, na qual (re)valorizar os saberes populares tradicionais não significa supervalorizá-los ou mesmo minimizar o conhecimento científico, mas buscar alternativas para o diálogo entre esses. Os autores ainda destacam que “os conhecimentos dos atores do mundo rural, que são

pautados em um saber-fazer (conhecimentos repassados de geração em geração), geralmente entram em conflito com aqueles defendidos por instituições ambientais” (Floriani; Haliski, 2017, p. 201). Para Leff (2006, p. 416), é fundamental que ocorra a

[...] necessidade de se respeitar os princípios de autonomia, participação e autodeterminação dos povos [...] como uma condição para a preservação de sua cultura e suas identidades étnicas [...] a reivindicação das autonomias culturais dos povos é a reclamação de um direito das comunidades à preservação de sua língua, seus costumes e crenças, à decisão sobre suas próprias instituições, à reapropriação de seus territórios e de sua natureza como hábitat e meios de produção, e à reinvenção e readaptação de suas práticas de uso dos recursos. Hoje em dia as demandas de autonomia e diversidade cultural começam a ser reconhecidas como direitos humanos fundamentais.

Segundo Suertegaray e Moretti *apud* Suertegaray (2021, p. 51-52), “a construção da autonomia de maneira mais ampla [passa] não pelas demandas relativas à qualidade do ambiente, na perspectiva naturalizante, mas sobre o direito ao ambiente como espaço de vida”. Para a conquista do máximo de autonomia decisória possível, necessitam-se mediações cognitivas e práticas entre território e sociedade, pois a autonomia vai sendo construída na experiência, com base nas decisões que vão sendo tomadas (Saquet, 2021). Portanto, o conjunto de saberes e práticas bioculturais podem viabilizar, em diferentes graus, as comunidades à autonomia socioambiental, sendo que para Floriani e Floriani (2021) a produção dessas está diretamente relacionada à constituição de sujeitos ecológicos e que dependem da interação de quatro dimensões, sendo

1) Por um lado, sua relação com a natureza e a possibilidade de conflitos associados ao esquema da (in)justiça ambiental; quer dizer, o processo de marginalização social desses sujeitos pode agravar ou atenuar sua condição de reconhecimento jurídico-social; 2) uma diversidade de tipos de atores na condição de subalternidade diante dos demais atores — social, econômica e tecnologicamente estabelecidos —, bem como sua capacidade de exercer um diálogo desde sua condição de reconhecimento jurídico-político e cultural; esse diálogo compreende também a possibilidade de explicitar seus saberes e tecnologias próprias às suas experiências alternativas (de gestão dos territórios, práticas de manejo e de produção agroecológicas etc.); 3) associadas a essa possibilidade de diálogo estão suas capacidades enunciativas, apoiadas em bases práticas e políticas, garantindo-lhes possibilidades de autonomias diferenciadas; 4) por fim, a quarta dimensão se remete à produção de subjetividades pelas quais se constituem identidades coletivas e propostas para uma ética da natureza (Floriani; Floriani, 2021, p. 43).

Portanto, o caminho para a autonomia perpassa pelo respeito aos saberes que foram socialmente construídos na prática comunitária e, ainda, pelo estabelecimento necessário das relações entre os diferentes tipos de conhecimentos (Freire, 1996). Nesse sentido, pensando em nossa proposta, entendemos que as estratégias de visibilização (legitimação) dos saberes e práticas relacionados aos sujeitos subalternos são, sim, um caminho visando à autonomia socioambiental desses.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE PESQUISA

Para que possamos detalhar a metodologia adotada na pesquisa, é oportuno relembrar os objetivos do trabalho, os quais foram explanados na introdução. Portanto, o objetivo geral é compreender em que medida o diálogo de saberes entre as práticas bioculturais e outros saberes podem viabilizar a autonomia socioambiental em territórios tradicionais rurais do Paraná, frente aos contextos de territorialização de projetos de desenvolvimento e de tecnologias no espaço rural. Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar, por meio de uma etnografia da paisagem, os sistemas de saberes e práticas bioculturais materiais e imateriais nos territórios em estudo;
- b) Mapear e interpretar participativamente (dialogicamente) as territorialidades, bem como os principais conflitos que envolvem as áreas de estudo;
- c) Avaliar a autonomia socioambiental em quatro comunidades rurais tradicionais pertencentes à região dos faxinais, a partir de um conjunto de indicadores de sustentabilidade territorial;
- d) Caracterizar o que é autonomia socioambiental para os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Na concepção de uma práxis territorial, o desenvolvimento da pesquisa transcorre no campo da ação participativa, sendo que a metodologia adotada consiste na pesquisa realizada junto aos sujeitos, na qual o conhecimento gerado é voltado para eles, em uma interface entre o pesquisador e esses. Também conforme já comentado, para o desenvolvimento do trabalho que adota a perspectiva do diálogo de saberes, os sujeitos são integrados à pesquisa/ação participativa, buscando, portanto, romper com a dicotomia sujeito/objeto, produzindo conhecimento com e para esses. Sendo assim, todo o processo se desenvolve no nível da cotidianidade, na busca constante em perceber, escutar, dialogar, sentir, sendo o espaço-tempo cotidiano como processo fundamental (Saquet, 2021).

Tendo, portanto, o entendimento do espaço-tempo cotidiano como processo fundamental, também procura-se superar a relação sujeito/objeto como uma relação fria, baseando-se na proposta da Investigação-Ação Participativa (Fals Borda, 1999), na compreensão que essa possa “subsidiar a construção de pontes entre a ciência e os saberes populares” (Cichoski, 2021, p. 54). Ainda, torna-se fundamental o respeito

a esses saberes que foram socialmente construídos na prática comunitária, estabelecendo a necessária relação entre os diferentes conhecimentos (Freire, 1996), em uma “luta contra a monocultura do saber, não apenas na teoria, mas como uma prática constante do processo de estudo, de pesquisa-ação” (Santos, 2008, p. 154) (Figura 1).

2.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: OBSERVAR, ESCUTAR E PARTICIPAR – MÉTODO ETNOGRÁFICO DE PESQUISA PARA COMPREENDER, ANALISAR E INTERPRETAR AS DIMENSÕES E VARIÁVEIS INDICADORAS DA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL

A escolha de indicadores para a composição de parâmetros de análise está diretamente ligada aos objetivos propostos, ou seja, o que se pretende demonstrar a partir dos dados levantados. Nesse sentido, a proposta metodológica de Floriani e Floriani (2020), que visa determinar graus de autonomia socioambiental, categoria elencada no âmbito da Ecologia Política, é uma importante referência.

A hipótese central da metodologia apresentada é verificar em que medida a capacidade dos recursos (ou bens) mobilizados pelas comunidades estudadas é de alguma forma significativa para viabilizar as estratégias de construção de autonomia

Figura 1 – Mosaico: observar, escutar e participar



Fonte: O autor e Danilo Henrique Divardin (2024)

socioambiental (Floriani; Floriani, 2020). Portanto, são analisados conflitos/tensões internos e externos ao sistema, decorrentes das territorialidades-racionalidades-subjetividades envolvidas nos regimes de natureza que incidem sobre os territórios tradicionais, bem como as capacidades e recursos mobilizados pelas comunidades incentivadas pelos arranjos institucionais.

Assim, partindo de Floriani e Floriani (2020), que entendem que a proposta não se pretende acabada, aqui com o intuito de ampliar o campo de análise e debate, foi realizada na metodologia a inserção de indicadores que originalmente não estavam contemplados, sobretudo relacionados à abordagem da Geografia.

Na perspectiva teórica aqui proposta, a autonomia socioambiental transita pelo campo ambiental, territorial, cultural e econômico, categorias de análise que são pautadas como dimensões, as quais, por sua vez, são compostas por indicadores e parâmetros. Sendo assim, no sentido de subsidiar teoricamente as categorias de análise, outras metodologias subsidiaram o arcabouço que resultou na presente proposta. Aqui não se trata de criar uma “colcha de retalhos”⁴, mas sim se amparar em outros trabalhos que apresentam resultados satisfatórios, sobretudo dentro da perspectiva adotada.

Em um primeiro momento, para a elaboração da metodologia que se apresenta, partimos da concepção espacial, portanto da perspectiva do território, onde as práticas arraigadas historicamente e espacialmente se concretizam. Nesse sentido, sendo nosso recorte espacial a região dos faxinais, delimitação essa que engloba o centro-sul do estado do Paraná, ocupado pela população tradicional faxinalense, detentora de um saber complexo e de grande diversidade em seus aspectos culturais, ambientais, sociais e identitário, nos amparamo-nos no trabalho “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Série Faxinalenses do Sul do Brasil”, material esse dividido em quatro fascículos, produzido por Almeida, Marin e Shirashi Neto (2008).

O trabalho dos autores supracitados foi realizado por meio de técnicas de cartografia social, sendo que o resultado identificou uma gama de características e informações sobre as comunidades faxinais analisadas pelos autores. Portanto, após análise dos materiais elaborados, foi realizada uma seleção de informações que

⁴ O termo “colcha de retalhos” é utilizado como metáfora do simples ajuntamento de partes desconexas, que não apresentam unidade. No entanto uma colcha de retalhos é um tecido construído a partir de outros tecidos, de modo a constituir uma unidade com sentido próprio (Feriotti, 2007).

contribuem na composição dos indicadores referentes às dimensões territorial e cultural, assim como informações sobre conflitos, que são

[...] importantes para ver em que medida os sistemas de borda, nos quais se inserem as comunidades locais, são afetados e ameaçados pelos mecanismos dos sistemas hegemônicos, cuja centralidade é o mercado e a apropriação da natureza como recurso econômico, colocando em risco os ecossistemas (Floriani; Floriani, 2021, p. 3).

Na sequência, considerando que muitos dos saberes e práticas tradicionais relacionados às práticas agrícolas fundamentam-se em princípios sociotécnicos da agroecologia (ou vice-versa), e ainda por acreditar que a agricultura familiar de base ecológica é o *locus* da agricultura sustentável (Carmo, 1998; Brandenburg, 2002), outro referencial que embasa a metodologia é o “Plano de Manejo Orgânico” (PMO), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2021), que orienta sobre parâmetros referentes às exigências da legislação brasileira para a produção orgânica. Para os objetivos aqui propostos, o material apresenta diversas informações que são relevantes, as quais foram utilizadas na composição das dimensões ambiental e territorial. Nesse sentido, a escolha dessa abordagem deu-se por questões que estão diretamente relacionadas ao saber-fazer presente nas comunidades faxinais e rurais analisadas, como o desenvolvimento de agricultura de base ecológica, extrativismo de baixo impacto e o manejo sustentável, sobretudo da floresta comunitária.

Ainda na linha da produção agrícola sustentável, também são citadas duas metodologias que integram o escopo da pesquisa — a IDEA e Mesmis. IDEA (*Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles* ou Indicadores de Sustentabilidade das Explorações Agrícolas) é um sistema que avalia a sustentabilidade das práticas agrícolas, dentro de uma perspectiva agroecológica, em três eixos ou dimensões: a agroambiental, a socioterritorial e a econômica (Vilain, 2000). Já o método Mesmis foi desenvolvido para avaliações de sustentabilidade em agroecossistemas, o qual aborda sete atributos: produtividade, resiliência, confiabilidade, estabilidade, adaptabilidade, equidade e autogestão (Cândido *et al.*, 2002). Os métodos IDEA e Mesmis são duas das principais abordagens de avaliação da sustentabilidade agrícola aplicáveis à escala de unidades produtivas (Tommasino *apud* Cândido *et al.*, 2002).

Diante disso, no Quadro 1 pode-se verificar quais foram as referências que embasam a elaboração das dimensões que integram a proposta metodológica da tese.

Quadro 1 – Referências utilizadas no processo de construção do roteiro metodológico

DIMENSÕES	REFERÊNCIAS
AMBIENTAL	NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL PMO IDEA MESMIS
TERRITORIAL	AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL PMO
CULTURAL	NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL
ECONÔMICA	PMO IDEA MESMIS

Fonte: O autor

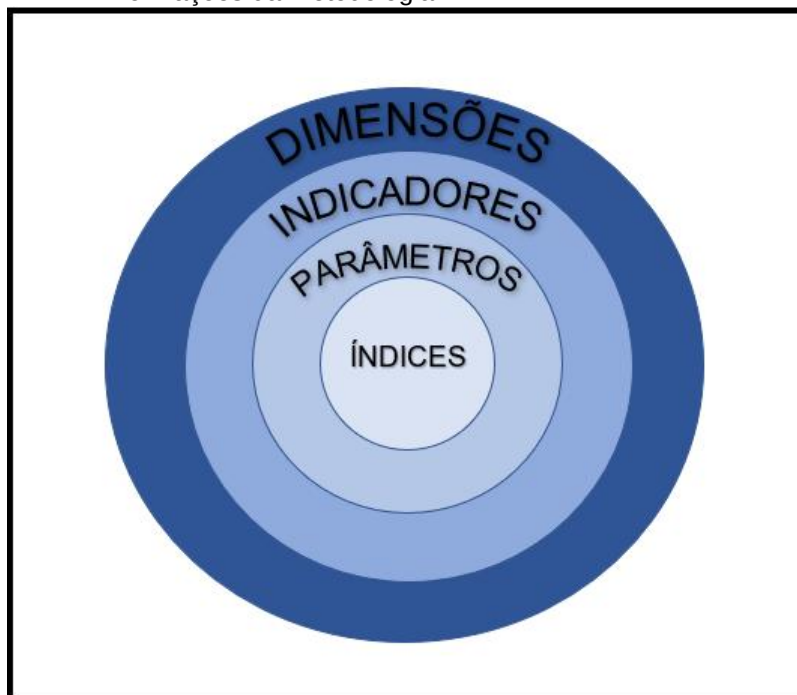
A partir daí, tem-se a estrutura da proposta, cuja apresentação é dividida em quatro dimensões: ambiental, territorial, cultural e econômica. Essas dimensões, por sua vez, são subdivididas em indicadores, conforme Tabela 1, os quais totalizam 68 indicadores, sendo estes compostos por parâmetros, e esses são escalonados em índices, variando de 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva) (Figura 2). Nesse sentido, a aplicação da metodologia nos leva a um resultado quantitativo — determinação do grau de autonomia socioambiental — sendo

Tabela 1 – Dimensões e indicadores

DIMENSÃO	NÚMERO DE INDICADORES
AMBIENTAL	30
TERRITORIAL	20
CULTURAL	11
ECONÔMICA	7
TOTAL DE INDICADORES	68

Fonte: Bahr (2024)

Figura 2 – Desenho esquemático da composição hierárquica das informações da metodologia



Fonte: Bahr (2024)

ainda possível identificar as fragilidades e potencialidades, assim como realizar comparações e análises.

Não obstante, esses dados por si sós podem traduzir parcialmente a realidade apresentada, portanto tem-se a necessidade de que a validade dessa ocorra também dentro de uma abordagem dialógica e compreensiva — qualitativa, na qual os saberes-fazer cotidianos da comunidade devem respaldar a metodologia aqui proposta.

Diante do exposto, apresentamos a metodologia qualiquantitativa de diagnóstico de autonomia socioambiental em territórios tradicionais e rurais, a partir do diálogo de saberes e sistemas de saberes e práticas bioculturais, conforme indicado nos quadros a seguir: Quadro 2 – Dimensão Ambiental; Quadro 3 – Dimensão Territorial; Quadro 4 – Dimensão Cultural; Quadro 5 – Dimensão Econômica.

Quadro 2 – Dimensão Ambiental

(continua)

DIMENSÃO	INDICADOR	PARÂMETROS		
		1	2	3
A M B I E N T A L	APP	< 50% protegidas	> 100 ≥ 50%	100% protegidas
	Reserva legal	< 20% da área	20% área	>20% área
	Uso de recursos naturais	Não faz	Faz, sem manejo	Faz, com manejo
	Uso de áreas de mata	Não faz	Faz, sem manejo	Faz, com manejo
	Plantas indicadoras	Poluição	Poluição e qualidade	Qualidade
	Avifauna	Não tem	Pouco	Número significativo
	Animais silvestres	Não tem	Pouco	Número significativo
	Água para consumo humano	Não tratada/dúvidas quanto à qualidade da origem	Nascente preservada fora da propriedade/ Filtrada	Nascente preservada na propriedade/ Tratada
	Água para agricultura	Não tratada/dúvidas quanto à qualidade da origem	Nascente preservada fora da propriedade Filtrada	Nascente preservada na propriedade/ Tratada
	Reciclagem/ reaproveitamento de lixo	Não faz	Alguns materiais	Sempre faz
	Resíduos orgânicos de cozinha	Sem preocupação	Lixo orgânico	Compostagem
	Esgoto	Ambiente	Fossa rudimentar	Fossa séptica
	Adubos	< 50% orgânico	< 90 ≥ 50%	≥ 90% orgânico
	Uso de adubação verde	Não faz	De vez em quando	Faz sempre
	Rotação de culturas	Não faz	Em alguns sistemas	Faz em todos os sistemas
	Consortiação de culturas	Não faz	Em alguns sistemas	Faz em todos os sistemas
	Compactação do solo	>0,5ha	≥0,5ha	Não tem
	Cobertura do solo	Solo exposto	Apenas com cultivo	Cobertura em todo o ano
	Defensivos químicos	Todas as culturas	Esporadicamente	Não faz/orgânicos
	Processos erosivos	Grandes	Pequenos, correção simples	Não tem
	Irrigação	Aspersão	Manual	Gotejamento
	Controle de plantas espontâneas	Herbicida	Herbicida + capina	Capina + cobertura
	Áreas degradadas	Várias	Algumas	Não há
	Desmatamento	Já realizou	Parcialmente	Nunca houve
	Mão de obra terceirizada	Para todas as atividades	Apenas algumas	Não há

Quadro 2 – Dimensão Ambiental

(conclusão)

	Infra estrutura	Não adequada	Precisa de adequações	Adequada
	Recursos hídricos	Poluído	Parcialmente poluído	Não poluído
	Uso de transgênicos	Ocorre dentro da comunidade	Ocorre na divisa da comunidade	Não ocorre nas proximidades
	Situação da propriedade em relação a produção orgânica	Não ocorre	Em transição	Toda é orgânica
	Há risco de contaminação da água	Grande	Médio	Nulo

Fonte: O autor

Quadro 3 – Dimensão Territorial

(continua)

DIMENSÃO	INDICADOR	PARÂMETROS		
		1	2	3
TERRITORIAL	Nível de escolaridade/qualificação profissional	Não suficiente para o desenvolvimento das atividades – sem interesse em qualificar	Não suficiente para o desenvolvimento das atividades – tem interesse em qualificar	Escolaridade suficiente para o pleno desenvolvimento das atividades
	Acesso à educação	Muito ruim	Médio	Excelente
	Acesso à saúde e serviços sociais	Muito ruim	Médio	Excelente
	Produção de autoconsumo	Insuficiente	Parcial	Suficiente
	Condição de moradia	Inadequado	Necessita de reformas	Adequado
	Continuidade e sucessão	Sem filhos/sem interesse em continuar no campo	Ainda estão em dúvidas	Interesse em continuar no campo
	Acesso à terra	Constantes pressões	Terra não documentada/sem pressões	Terra documentada/sem pressões
	Força de trabalho familiar	Somente o chefe de família	Envolvem-se parcialmente	Todos se envolvem diretamente
	Organização	Não participa de nenhuma organização	Tem interesse ou não participa mais	Participa de associações/comissões/sindicatos/conselhos
	Participação feminina e dos jovens (trabalho rural, sequência nas atividades familiares)	Sem interesse	Interesse moderado	Muitos interessados
	Repressão das igrejas	Baixa	Média	Alta

Quadro 3 – Dimensão Territorial

(continuação)

Preconceito	Baixo	Médio	Alto
Conflito pelo acesso e uso de bens naturais (importante identificar os atores envolvidos e como é feito) – desmatamento, excesso de criação, soja transgênica, utilização e venenos, nascentes contaminadas.	Baixo	Médio	Alto
Conflitos territoriais (importante identificar os atores envolvidos e como é feito) – fecho em áreas de uso comum, pecuária de corte ou de leite, reflorestamentos, fumiçultura, portão aberto, envenenamento de pastagem comum, chacareiros.	Baixo	Médio	Alto
Dispositivo jurídico de proteção do faxinal	Não possui	Parte dos itens ao lado	Abaixo assinado de autodefinição; acordo comunitário de uso dos recursos naturais; Decreto ARESUR; Lei Municipal.
Realização do mutirão	Não fazem	Esporadicamente	Regularmente
Mata-burro ⁵	Retirado	Precisa de manutenção	Conservado
Violência contra os faxinalenses (importante identificar os atores envolvidos e como é feito) – pistolagem, ameaças contra liderança, de gênero, preconceito étnico, lesão corporal, tentativa de homicídio, impedimento de passagem)	Baixo	Médio	Alto

⁵ Mata-burro é um dispositivo que impede a passagem de animais de comunidades que possuem o criador comum, ou seja, onde os animais são criados soltos.

Quadro 3 – Dimensão Territorial

(conclusão)

	Violência contra os bens dos faxinalenses (importante identificar os atores envolvidos e como é feito) – dano à criação, destruição de cercas, destruição de mata-burros, destruição e portões, roubo de criação, envenenamento / matança de criação, casa queimada)	Baixo	Médio	Alto
	Nível de satisfação com a vida na comunidade	Não satisfeito	Indiferente	Satisfeito

Fonte: O autor

Quadro 4 – Dimensão Cultural

(continua)

DIMENSÃO	INDICADOR	PARÂMETROS		
		1	2	3
C U L T U R A L	Criação comum de animais	Não ocorre mais	Ocorre parcialmente	Ocorre
	Realização de festividades (santos padroeiros, torneios esportivos, eventos folclóricos)	Não realizam	Esporadicamente	Frequentemente
	Presença de realizadores de ofícios patrimoniais (benzedeiras, mateiros, domadores, curandeiras, costureiras, carpinteiros, simpatia, Dança de São Gonçalo etc.) – importante identificar	Não	Muito pouco	Existe
	Quintais com ervas medicinais	Não possui	Pouco, gostaria de ter mais	Suficiente
	Ervas medicinais nativas	Não existe / não conhece	Já teve em maior número	Muitas
	Existência de equipamentos tradicionais (monjolo, carijo, pilão)	Não existe / não conhece	Já teve em maior número	Muitas
	Realizam a coleta da erva-mate	Não ocorre mais	Ocorre parcialmente	Ocorre
	Realizam atividades agroecológicas	Não ocorre mais	Ocorre parcialmente	Ocorre

Quadro 4 – Dimensão Cultural

(conclusão)

	Desenvolvem a meliponicultura	Não ocorre mais	Ocorre parcialmente	Ocorre
	Utilizam sementes crioulas	Não utilizam	Até 10 sementes	Mais de 10 sementes
	Se as questões culturais estiverem diminuindo, quais as causas	Chegada de novas famílias, falta de interesse dos jovens, neopentecostalismo	Um dos fatores destacados à esquerda	Não estão diminuindo

Fonte: O autor

Quadro 5 – Dimensão Econômica

DIMENSÃO	INDICADOR	PARÂMETROS		
		1	2	3
E C O N Ô M I C A	Produtividade	Não suficiente	Parcialmente suficiente	Suficiente
	Rentabilidade	Não suficiente	Parcialmente suficiente	Suficiente
	Condições de acesso a crédito rural	Tem dificuldades e não tem acesso	Tem acesso e dificuldades de pagar	Tem acesso, mas não utiliza
	Grau de endividamento da propriedade	Acima de 30% – não sabem como pagar (muito grande)	Entre 10 e 30% – pagamento dentro do orçamento/ planejamento	Não possui dívidas
	Outras atividades geradoras de renda	Não possui	Auxílio esporádico de algum familiar	Aposentadoria/ pensão/ verba proveniente de arrendamento/ auxílio do governo
	Registros contabilidade /	Não realiza	Realiza, mas poderia melhorar	Registros condizem com a realidade da propriedade
	Inserção nos mercados	Não consegue escoar toda produtividade, nem por preços mais baixos	Consegue escoar toda produtividade, com preços mais baixos	Consegue escoar toda produtividade por bons preços

Fonte: O autor

Nesse sentido, para a determinação quantitativa dos diferentes graus de autonomia socioambiental, a matriz proposta se ampara no somatório dos valores referentes aos índices dos parâmetros, os quais variam de 1 a 3, sendo: 1 (situação negativa); 2 (situação intermediária); 3 (situação positiva). Dessa forma, o grau de autonomia socioambiental fica estabelecido de acordo com os valores obtidos, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Graus de autonomia

GRAU DE AUTONOMIA	VALORES OBTIDOS
MÍNIMO ⁽¹⁾	68 – 102
MÉDIO ⁽²⁾	103 – 142
MÁXIMO ⁽³⁾	143 – 204

Fonte: O autor

Nota: (1) – Para determinação do grau mínimo de autonomia, estipulou-se até 50% de pontos (abaixo de 103);

(2) – Para determinação do grau médio de autonomia, estipulou-se entre 50 e 70% de pontos (entre 103 e 142);

(3) – Para determinação do grau máximo de autonomia, estipulou-se mais de 70% de pontos (acima de 142).

Portanto, a partir da aplicação da matriz, aqueles sujeitos que apresentem índice igual ou superior a 143 se enquadram na categoria de grau máximo de autonomia socioambiental, ou seja, constroem sua caminhada com práticas sempre o mais próximo possível de parâmetros em situação positiva nas dimensões ambiental, territorial, cultural e econômica. Enquanto aqueles com índice entre 103 e 142 apresentam grau de autonomia socioambiental médio; já os que possuem índice inferior a 103, o grau de autonomia socioambiental é mínimo.

2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DAS ENTREVISTAS E TRABALHOS DE CAMPO

Os trabalhos de campo são momentos imprescindíveis diante da concepção de proposta do trabalho que, além de consistirem em ocasiões em que as entrevistas são realizadas, são oportunidades de aproximação com os sujeitos, seus territórios e suas territorialidades; são oportunidades para observar, escutar e participar, visando compreender, analisar e interpretar as dimensões e variáveis indicadoras da autonomia socioambiental. As interlocuções são realizadas nos territórios dos sujeitos que integram a pesquisa, sendo que durante essa etapa também é solicitada ao entrevistador a assinatura do termo de consentimento (APÊNDICE A), bem como a permissão para realizar a gravação oral com a utilização de gravador.

O método utilizado durante essa importante etapa é o etnográfico, “composto de técnicas e procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo, a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do pesquisador

junto ao grupo a ser estudado” (Eckert; Rocha, 2008, p. 98). Esses momentos também são acrescidos de etnocaminhadas pelas propriedades, nas quais os relatos são colhidos e utilizados na composição da metodologia qualiquantitativa. Também durante os trabalhos de campo é realizada a coleta de material fotográfico, coleta de coordenadas e a realização de croquis.

CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo inicial descrever a formação socioterritorial do estado do Paraná, com ênfase ao que aqui chamamos de Região dos Faxinais do Paraná, no centro-sul do estado (Figura 3). Para isso, a abordagem adotada busca explicar essa ocupação sob uma perspectiva histórico-geográfica dos faxinais. Na sequência, é realizada a descrição das áreas de estudo, optando por dividi-las em dois grupos: faxinais com criador comum e faxinais sem criador comum⁶.

Figura 3 – Região dos Faxinais do Paraná



Adaptado de: Cunha (2003) e ITCG (2010).

Fonte: Bahr (2024)

Nota: Segundo o ITCG (2010), os municípios que possuem faxinais em seus territórios são: Piên, Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Mandirituba, Quitandinha, Lapa, Antônio Olinto, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Palmeira, Rebouças, Fernandes Pinheiro, Imbituva, Ponta Grossa, Irati, Guamiranga, Rio Azul, Inácio Martins, Prudentópolis, Pinhão Reserva do Iguaçu, Guarapuava, Turvo, Imbaú, Reserva, Boa Ventura de São Roque, Pitanga, Campina do Simão, Santa Maria do Oeste, Mato Rico, Diamante do Sul e Guaraniaçu.

⁶ Optou-se na tese pela denominação de “criador comum”, referindo-se às áreas de pastagens delimitadas por cercas ou valos onde ocorre a criação coletiva de animais. Essa opção se deu devido a ser a nomenclatura adotada pelos sujeitos da pesquisa, mesmo que a literatura faça uso de outras terminologias.

3.1 FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA REGIÃO DOS FAXINAIS

O espaço rural paranaense é caracterizado por uma miríade em sua sociedade, decorrente de um complexo processo histórico-geográfico de ocupação, o que também, por sua vez, resultou em uma grande diversidade de povos e comunidades sob os mais variados aspectos — político, social, cultural, ambiental. Muitas abordagens do Paraná rural se limitam a analisar o estado apenas como um celeiro do agronegócio. É fato que os números relacionados aos produtos que são destinados sobretudo às exportações são vultuosos, mas as nossas interpretações extrapolam esse viés quantitativo, pois o que nos chama a atenção caminha pela composição étnica, aspectos culturais e territoriais, ou seja, a formação socioterritorial do Paraná rural.

De acordo com Noelli (2000), a primeira leva de ocupação do sul do Brasil, e por conseguinte do estado do Paraná, ocorre a cerca de 12.000-13.000 AP (Antes do Presente), por grupos pertencentes às Tradições Umbu e Humaitá, e posteriormente, por volta de 2.000 AP, por grupos pertencentes aos troncos linguísticos Tupi e Jê. Essa visão corrobora a abordagem de que o Paraná nunca foi um vazio demográfico e improdutivo à espera de ocupação (Mota, 1992), ou, conforme palavras de Noelli (2000, p. 226), toda “a Região Sul foi ocupada [...] não existe nenhum tipo de ambiente no Sul que não tenha sido ocupado sistemática ou ocasionalmente”.

A visão de vazio demográfico foi amplamente difundida a partir das companhias colonizadoras e das falas governamentais, as quais embasaram a história oficial, e são até hoje reproduzidas nos livros didáticos. Portanto, aqui é entendido que a ocupação do Paraná está relacionada a povos que pertencem aos grupos linguísticos Tupi, formada pelos Guaranis e Xetás, além dos pertencentes ao grupo linguístico Jê, compostos pelos Kaingangs e Xoklengs.

Fontes históricas e etnográficas apresentam que esses grupos possuíam uma adaptação muito bem integrada aos ecossistemas do sul do Brasil, sobretudo com relação ao manejo agroflorestal, contribuindo, inclusive, para a ampliação da biodiversidade, onde “constituíam florestas antropogênicas, manejadas por eles ao longo de 2.000 anos” (Noelli, 2000, p. 246).

Esses povos também realizavam a coleta do pinhão da araucária, considerado um item básico da dieta vegetal, além da coleta das frutas nativas e o

consumo de grande variedade de mel proveniente da ampla diversidade de abelhas nativas, indicando grande capacidade de se adaptar ao meio, adquirindo novidades para a subsistência, medicina e matérias-primas. Para Carvalho e Floriani (2017, p. 11), esses povos autóctones “tinham na prática do uso comum dos bens naturais (terras, florestas e rios) a base organizacional de sua sociedade e, na prática da reciprocidade, o seu amálgama”.

Nos Campos Gerais do Paraná e centro-Sul do estado, regiões que compreendem a área de estudo da tese, o contato entre esses grupos originários e os sujeitos de origem europeia se deu a partir do século XVII, sendo destacado por Noelli (2000) que durante o processo de invasão e conquista europeia as populações Jê e Guaraní foram sendo dizimadas ou assimiladas, as quais foram reduzidas a grupos dispersos, processo efetivado em menos de 350 anos. Essa nova ocupação da região ocorreu com a implantação das sesmarias, que se configura na constituição de uma sociedade de base agrária com forte dependência do ambiente em sua formação, como a exploração dos campos naturais para criação e invernagem de gado, assim como o extrativismo florestal da erva-mate e da madeira (Cunha, 2003). Nessa nova ocupação estabelecida, todos os espaços passam pela substituição do meio natural, com a seleção na natureza de recursos que são indispensáveis à sua reprodução (Santos *apud* Cunha, 2003).

Na sequência, a região passa a ser transformada por áreas de domínio de latifundiários luso-brasileiros que herdaram as terras de antigas sesmarias, onde a princípio se dedicam à pecuária, e posteriormente à agricultura, sendo que “o trabalho escravo é a gênese do poder econômico dos grandes proprietários das terras — latifundiários —, do gado e dos meios de produção do Paraná” (Tavares, 2008, p. 402).

Nesse contexto, o caboclo torna-se um personagem relevante que integra a região do Paraná Tradicional⁷, fruto de ampla miscigenação que constitui uma riqueza ímpar, o qual ocupava sobretudo as regiões de mata, pois “ao contrário dos campos ocupados pelo latifúndio pastoril a floresta era uma terra livre [...]. O latifúndio pastoril

⁷ O chamado Paraná Tradicional é uma regionalização do estado que abrange o Litoral, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto, Segundo Planalto e o centro-sul paranaense, sendo este último pertencente ao Terceiro Planalto Paranaense, região de Guarapuava. A área de interesse da presente tese – a Região dos Faxinais – integra o Paraná Tradicional.

não enfrentava a mata, limitava-se às áreas de campo onde a atividade criatória podia ser desenvolvida” (Abramovay *apud* Cunha, 2003, p. 36). Para Fraga (2016, p. 38)

O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla [...] é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa.

Essas de campos regionalmente correspondem aos Campos Gerais do Paraná, definido por Maack (2012, p. 318) como “extensas áreas de gramíneas baixas desprovidas de arbustos, ocorrendo apenas matas ou capões limitados nas depressões em torno das nascentes”. Já as áreas de mata são representadas pela Floresta Ombrófila Mista, “que recobria de forma contínua os planaltos sul-brasileiros em uma altitude entre 400m e 1.000m a.n.m. (acima do nível do mar). A abrangência desse tipo de floresta é caracterizada pela *Araucária angustifolia* (Bertol.) Kuntze” (IBGE *apud* Moro *et al.*, 2017, p. 53).

Diante dessa conjuntura, temos a origem dos faxinais do Paraná, que mesmo com algumas divergências quanto à sua gênese, a presença do sujeito caboclo é unânime. Para Nerone (2015, p. 47), “na prática do modelo das antigas Reduções [Jesuíticas] é que se pode encontrar o embrião do sistema Faxinal, com os caracteres do uso coletivo da propriedade”, destacando ainda outras similaridades com as reduções, como “a forma comunitária de vida, o uso comunal da terra para a criação de animais no criadouro comum (regime de compáscuo), as atividades econômicas de subsistência e a coleta da erva-mate” (Nerone, 2015, p. 51). Todavia, para Tavares (2008, p. 463), a origem dos faxinais é “resultado de um pacto de aliança entre os povos indígenas escravos, negros africanos escravos e seus descendentes, que tinham nas fugas uma forma de luta e resistência à escravidão”.

Em vista disso, esse processo histórico-geográfico está diretamente relacionado à interação entre esse novo grupo social que se apresenta e a natureza, propiciando a origem dessa forma de organização de produção camponesa ou familiar típica da região do Paraná Tradicional (Cunha, 2003). Essa relação estabelecida entre os caboclos e a natureza, é mediada por seus saberes e práticas bioculturais, sendo

que é na/da natureza que todas as formas de reprodução social se tornam possíveis, relações essas que envolvem seres humanos e não humanos. De acordo com Tavares (2008, p. 382),

[...] a formação social camponesa dos faxinais do Paraná pode ser compreendida a partir de sua organização econômica, social e cultural iniciada no transcurso dos dois últimos séculos, calcada no binômio agricultura camponesa e meio ambiente. O faxinal produziu um acúmulo de experiências cuja configuração final é o resultado da articulação entre os recursos locais disponíveis e as necessidades dos camponeses de se reproduzirem socialmente.

Segundo Chang (1988), os faxinais são um sistema baseado em três componentes: a criação de animais para tração e consumo, a produção agrícola para o autoconsumo com a venda do excedente e a coleta da erva-mate. A importância da erva-mate também é destacada por Tavares (2008), quando o autor afirma que é justamente nos ervais que se consolida a aliança entre alguns povos indígenas e os escravos negros africanos para a formação dos faxinais do Paraná.

Cabe enfatizar a relevância da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) para os faxinalenses, árvore nativa que integra o ecossistema Floresta Ombrófila Mista. Essa importância perpassa a compreensão a partir da racionalidade capitalista, pois além do viés economicista, sendo esse um produto o qual foi responsável por um importante ciclo econômico do estado do Paraná (Ciclo da erva-mate)⁸, também possui grande importância terapêutica e cultural, o qual é compartilhado durante sua degustação, com a cuia sendo passada de mão em mão, simbologia essa que reforça laços de solidariedade, uma herança indígena⁹ ainda hoje bastante praticada, não somente nos faxinais, como em todo o sul do país.

Todavia, diante de uma diversidade de autores que buscam a caracterização dos faxinais, Löwen Sahr (2008), com base em elementos de autoidentificação elencados pelos próprios faxinalenses, aponta suas características

a) a associação da pecuária, da agricultura e do extrativismo em um sistema singular; b) a partilha do chão com as terras de criar sendo de uso comum; c) a prática de uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais;

⁸ O ciclo da erva-mate foi um período na economia do estado do Paraná, entre o as primeiras metades dos séculos XIX e XX (Linhares, 1969).

⁹ O vocábulo *mati* é de origem *Quíchua*, povos do Peru, e significa cabaça, cuia ou porongo, recipiente utilizado para tomar o chimarrão, que mais tarde foi adotado pelos povos sul-americanos e passou a denominar a própria bebida da erva-mate (Martins, 1926).

d) a forte convivência e integração com o meio ambiente através da conservação da bio-diversidade e de culturas de extrativismo. Acrescenta-se ainda sua história e cultura própria, suas tradições e seus costumes, bem como, sua vivência comunitária (Lowen Sahr, 2008, p. 216-217).

Essa farta história e cultura também é permeada por aspectos relacionados à religião — suas cosmologias —, onde é estabelecida relações com o sobrenatural a partir de suas rezas, celebrações e devoções. Nesse sentido, o catolicismo popular sempre foi hegemônico nas comunidades faxinalenses, apesar de as religiões neopentecostais terem ingressado massivamente nas últimas duas décadas.

É inerente aos faxinais o culto doméstico, rito vinculado às divindades regionais, pois, além do calendário oficial preconizado pelo catolicismo, as comunidades possuem culto aos santos locais. Nesse aspecto, e com grande devoção entre os faxinalenses, figura o Monge São João Maria¹⁰, personagem que exerce influência religiosa com caráter devocional de origem cabocla, o qual transitou pela região dos faxinais realizando rezas, batizados e curas com a utilização de plantas medicinais (Bahr; Castro, 2022).

Associada ainda ao catolicismo popular, Benatte, Campigoto e Carvalho (2011) destacam que a tradição também encontra-se presente nas curas e benzeduras, que são baseadas no conhecimento, identificação e uso de plantas medicinais, bem como na demarcação de espaços e na relação com o tempo, além da simbologia do trabalho e do descanso dos animais, o cotidiano e o extraordinário. Ainda segundo os autores

[...] a busca de proteção e de soluções para certas dificuldades enfrentadas no cotidiano dos faxinais, nas práticas devocionais relacionadas principalmente à saúde das pessoas e dos animais, à colheita e ao tempo bom, ou seja, ao clima favorável à agricultura e à pecuária, é um aspecto dessa religiosidade que pode ser traduzida como uma espécie de culto doméstico (Benatte; Campigoto; Carvalho, 2011, p. 143).

A religiosidade que permeia os faxinais, assim como outros aspectos relacionados à cultura, integra o imaginário popular coletivo, que mesmo diante de

¹⁰ Além de figura religiosa, o monge João Maria — ou São João Maria, como é chamado pelos faxinalenses — é amplamente conhecido pelos caboclos na região sul do Brasil. Sua figura mística é ligada à Guerra do Contestado, quando caboclos entraram em choque com as forças legais. Segundo pesquisadores, existiram três monges, mas nas narrativas do povo os três são citados como um só (Toledo; Campigoto, 2010).

modificações nas formas de organização social ou produtiva à permanência de suas identidades sobrevivem (Orreda *apud* Benatte; Campigoto; Carvalho, 2011).

Os faxinais do Paraná localizam-se em um amplo território do centro-sul do estado do Paraná, o que compreende 227 comunidades que estão distribuídas em 35 municípios (Souza, 2010). Atualmente, 28 são reconhecidas pelo Estado enquanto Unidades de Conservação (Quadro 6), que a partir do Decreto nº 3.446/1997 criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), que assim institui no Art. 1º:

Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucária angustifolia* (pinheiro-do-paraná) (Paraná, 1997).

Quadro 6 – Faxinais do Paraná que são ARESUR

(continua)

FAXINAL	MUNICÍPIO	ÁREA
Água Amarela de Cima	Antônio Olinto	567,17 ha
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	244,4 ha
Barra Bonita	Prudentópolis	3.830,00 ha
Barro Branco	Rebouças	1.524,00 ha
Bom Retiro	Pinhão	1.390,00 ha
do Barreirinho	Rebouças	110,00 ha
do Mato Preto Paiol	Lapa	139,97 ha
do Salso	Quitandinha	267,99 ha
Emboque	São Matheus do Sul	166,10 ha
Guanabara	Prudentópolis	30,74 há
Krüger	Boa Ventura de São Roque	457,51 ha
Lageado de Baixo	Mallet	114,20 ha
Lageado dos Mellos	Rio Azul	200,00 ha
Linha Ivaí-Anta Gorda	Prudentópolis	1.289,00 ha
Marcondes	Prudentópolis	1.180,00 ha
Marmeleiro de Baixo	Rebouças	2.274,90 ha
Marmeleiro de Cima	Rebouças	346,00 ha

Quadro 6 – Faxinais do Paraná que são ARESUR (conclusão)

Papanduva	Ivaí	1.336,00 há
Paraná Anta Gorda	Pinhão	780,02 ha
Salto	Rebouças	640 há
São Roquinho	Pinhão	1.187,50 ha
dos Seixas	São João do Triunfo	37,90 ha
Sete Saltos de Baixo	Ponta Grossa	106,30 ha
Taboãozinho	Prudentópolis	508,20 ha
de Taquari	Rio Azul	312,20 ha
Tijuco Preto	Prudentópolis	3.388,00 ha
Saudade Santa Anita	Turvo	814,99 ha
Rio do Couro	Irati	960 ha

Fonte: IAT (2023)

As ARESUR, além de se configurarem como um importante instrumento jurídico, também recebem o repasse do ICMS Ecológico por parte do Governo do Estado do Paraná, o qual é destinado às prefeituras onde se encontram as comunidades, verba essa que é utilizada para investimentos e melhorias nos próprios faxinais. Ainda, uma outra importante lei relacionada aos faxinais, na esfera estadual, é a Lei nº 15.673/2007 – Lei dos Faxinais, a qual reconhece o grupo e sua territorialidade, sendo especificada da seguinte maneira:

Art. 1º O Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como:

- a) produção animal à solta, em terras de uso comum;
- b) produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização;
- c) extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade;
- d) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.

Parágrafo Único - Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrossilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

Art. 3º Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto-reconhecimento Faxinalense, que será

atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Auto-reconhecimento.

Parágrafo Único - O órgão estadual responsável deverá comunicar o reconhecimento da identidade faxinalense à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada por Decreto Federal em 27 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto de 13 de julho de 2006.

Art. 4º As práticas sociais tradicionais e acordos comunitários produzidos pelos grupos faxinalenses deverão ser preservados como patrimônio cultural imaterial do Estado, sendo, para isso, adotadas todas as medidas que se fizerem necessárias (Paraná, 2007).

As comunidades apresentam grande diversidade em relação às suas características, sendo que Souza (2010) demarca sua interpretação com base em quatro categorias situacionais, sendo: 1) faxinais com uso comum – criador comum aberto; 2) faxinais com uso comum – criador comum cercado; 3) faxinais com uso comum – criador com criação grossa ou alta; 4) faxinais sem uso comum – mangueirões e poteiros. Nessa abordagem, o autor considera como faxinais comunidades que compartilham aspectos culturais e de identidade, e que também, de alguma forma, realizam o uso comum dos recursos naturais:

Tal comportamento demonstra de forma factual a persistência dos agentes faxinalenses na intenção de agrupar-se em torno das práticas tradicionais que incidem sobre o uso comum dos recursos naturais, sobretudo as pastagens, florestas e aguadas, outras vezes referem-se aos espaços sociais como capelas, cemitérios e campos de futebol, ou mesmo, antigos caminhos de servidão, por onde circulavam as “tropas de porcos”, caminhos utilizados para o extrativismo do pinhão e erva-mate, servindo também de trilhas que ligavam as roças às casas. (Souza, 2010, p. 249).

Cabe aqui enfatizar que mesmo diante de uma riqueza ímpar — cultural, social, ambiental —, resultado de um processo construtivo de identidade coletiva que se configura como amplo patrimônio cultural, que já ocupou cerca de ¼ do território paranaense, existem tentativas de silenciamento de suas histórias, assim como de seus sujeitos, iniciativas essas expressas pelo discurso da elite capitalista, enunciados, por exemplo, no silêncio dos livros didáticos e demais formas de manifestação da história “oficial”. Nesses, na maioria das ocasiões, é vinculada a narrativa histórica a partir dos ciclos econômicos¹¹, narrativa que não faz menções a

¹¹ Os ciclos econômicos do Paraná constituem-se em fases nas quais se desenvolviam determinadas atividades econômicas, como é o caso do Ciclo do Ouro, que ocorreu no litoral no século XVII, Tropeirismo no século XVIII, ciclo da erva-mate e extração de madeira no século XIX e o café e posteriormente a Agricultura no século XX.

esse Paraná profundo dotado de outras racionalidades, exemplo clássico da colonialidade do saber (Lander, 2015).

Nesse contexto é oportuno destacar que o processo de formação socioterritorial paranaense é intensamente marcado por conflitos e disputas, o qual resultou na espoliação de diversos povos de seus territórios, sendo que essa nova territorialização foi em nome do desenvolvimento¹² e a favor do capital — por exemplo, os inúmeros conflitos existentes no século XX:

Guerra do Contestado (1912- 16); Revolta de Porecatu (1945); Revolta dos Colonos do Sudoeste (1957); Guerra da Serra da Pitanga e vários outros conflitos de menor escala. Na “região de Tibagi (1933-35 e depois em 1941); em Jaguapitã (1946-49); Campo Mourão (1948 e 52); Cascavel (final da década de 50 até 61); Alto Paraná (1961)”. Essas disputas envolviam pequenos agricultores genericamente chamados de “posseiros” ou “colonos”, grandes proprietários e empresas colonizadoras, em geral articuladas as indústrias madeireiras (Salles *apud* GTCM, 2010, p. 24).

Esses conflitos territoriais, consequência do avanço do modo de produção capitalista, que também tiveram como alvo os territórios tradicionais faxinalenses, são promovidos, de acordo com Carvalho e Floriani (2017), por latifundiários agrários, migrantes gaúchos tecnificados, empresas associadas aos reflorestamentos de espécies exóticas, a fumicultura e a instalação de chácaras de lazer, agentes que atuam no sentido de desestruturar as comunidades.

O desmantelamento de suas territorialidades também está conexo com a territorialização de novas devoções, como ocorre com a atuação do neopentecostalismo, resultando na alteração do padrão cultural-identitário dos faxinais. Para Floriani e Floriani (2021, p. 52), as religiões neopentecostais

[...] introduzem novos hábitos e padrões comportamentais (fundamentados no individualismo e na apropriação privada dos bens comuns, sob a égide da teologia da prosperidade, ou do novo espírito do capitalismo para os pobres), provocando cisões nas comunidades, em detrimento de práticas sociais consuetudinárias de reciprocidade, com origem no catolicismo rústico, tais como os puxirões e as festividades.

¹² Floriani e Floriani (2020) indagam que é necessário ressignificar o próprio sentido do que vem a ser desenvolvimento, por meio de novos conceitos e outras formas de concebê-lo, visto que esse é atrelado ao modelo hegemônico, sendo que os autores ainda defendem estratégias em busca de alternativas ao desenvolvimento, no lugar de reafirmar as propostas de alternativas de desenvolvimento.

Ainda, podemos verificar que os conflitos que decorrem sobre os territórios e as territorialidades tradicionais, que acometem as identidades coletivas, tem como resultado o processo de degradação de suas práticas tradicionais, bem como ameaças à diversidade dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais. Souza (2015) destaca que esses grupos padecem com atentados aos seus direitos territoriais, de segurança alimentar, acesso à terra e à água, sendo que os direitos humanos fundamentais são violados na medida em que as garantias ao direito à vida, à liberdade, à igualdade e à cultura sofrem impedimentos, e

[...] a pressão da racionalidade dominante sobre as outras formas de conhecimento corresponde a uma situação de colonialismo feito de marginalização, descrédito e liquidação do que não possa ser reduzido aos imperativos da ordem racionalizadora (Souza, 2015, p. 99).

Dessa maneira, uma estratégia adotada por esses sujeitos no sentido de se fazerem serem vistos e ouvidos, assim como terem suas pautas discutidas e seus anseios deliberados, é a organização em movimentos sociais. No estado do Paraná, têm-se alguns setores com representação por movimentos, como a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPIN-Sul), a Federação de Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI), o Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA), o Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), o Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI), o Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA) e o Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana (FPRMA). Especificamente sobre os faxinais, a representação ocorre por intermédio da Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF), criada em 2005, que é, segundo Tavares (2008, p. 160), “constituída por camponeses faxinalenses com o objetivo de buscar sua valorização cultural e social de acordo com seu direito de existir enquanto faxinalense, à luta de terra e de uma forma equilibrada de seu modo de vida”, bem como “estão construindo sua identidade coletiva a partir de fatos e reivindicações do presente” (Souza, 2010, p. 254).

De acordo com Carvalho e Floriani (2017), as estratégias e demandas atuais dos faxinalenses apresentam dois cenários, sendo: 1) o combate ao projeto de modernização do campo, já em curso, em que os resultados apresentados até o momento, e com fortes indícios de ampliação no quadro apresentado, são de desmatamento, erosão e poluição dos solos, perda da biodiversidade, desagregação

da organização comunitária e proletarização do trabalhador rural; e 2) “um projeto utópico, tal qual o agroecológico (agroflorestal) enquanto paradigma alternativo de produção e relação com a natureza” (Carvalho; Floriani, 2017, p. 15). Os autores ainda destacam que

A compreensão dos sistemas de práticas (econômicas, tecnológicas e simbólicas) que influenciam os esquemas de valorização das geografias locais, das ações individuais e coletivas que se materializam e são simbolizadas no espaço, permitindo que seja virtualmente capaz de apreender a multicausalidade e o potencial sinérgico do conjunto de processos de ordem física, biológica, tecnológica e social que integram o tecido complexo que é a paisagem rural (Floriani; Carvalho; Strachulski *apud* Carvalho; Floriani, 2017, p. 16).

Portanto, os “novos sujeitos históricos que emergem da ruptura da própria contradição fundamental do sistema capitalista” (Carvalho; Floriani, 2017, p. 19) resistem em seus territórios com a criação de estratégias que são baseadas em seus saberes e práticas tradicionais, sendo que muitos desses foram ressignificados, visto que esses sujeitos também estão submetidos às mudanças que ocorrem no tempo e no espaço. Ainda, esses sujeitos vivem em uma realidade de fronteira, que, mesmo com o incremento de outras racionalidades, tem mantido, na medida do possível, suas autonomias socioambientais.

3.2 ÁREAS DE ESTUDO – SUJEITOS DA PESQUISA

Conforme já mencionado, a escolha dos sujeitos da presente pesquisa teve como critério o envolvimento destes em projetos coordenados pelo orientador da tese¹³. Nesse sentido, essa parte do trabalho discorre sobre o que a literatura aborda referente às áreas de estudo, com o intuito de conduzir o leitor ao campo de pesquisa,

¹³ Faxinal Charqueada dos Betim, Sete Saltos de Cima e Faxinal dos Galvão integraram o Projeto NEA – Núcleo de Estudos e Capacitação Sociotécnica de Populações Tradicionais em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses (NEA Territórios Faxinalenses). Esse projeto de ensino, pesquisa e extensão teve como objetivo principal promover a capacitação sociotécnica de comunidades rurais tradicionais faxinalenses do centro-sul paranaense com base em princípios e práticas da agroecologia. Para tanto, a criação deste NEA, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Interconexões (UEPG), contou com o financiamento do CNPq.

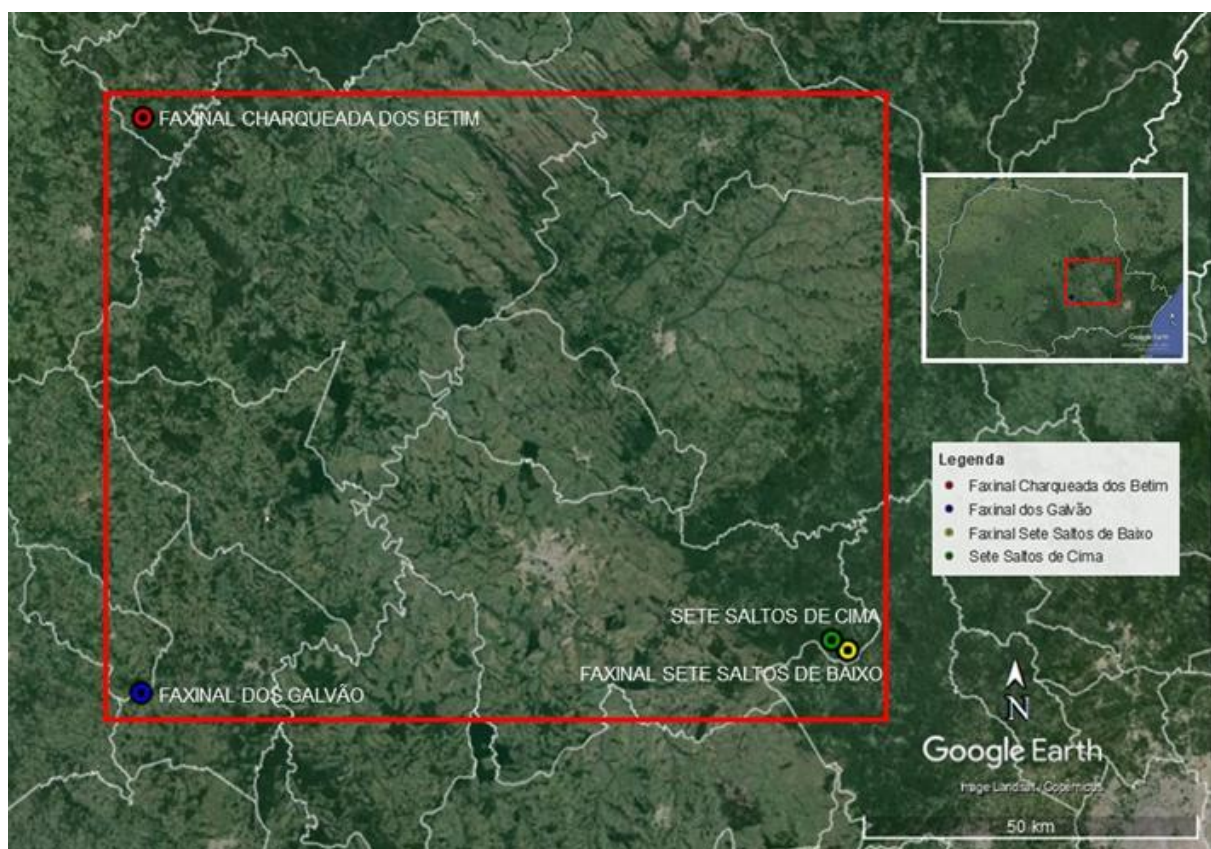
Já o Faxinal Sete Saltos de Baixo integrou o Projeto Selo Socioambiental “Produtos da Agrofloresta Faxinalense”, que teve por objetivo viabilizar propostas concretas de inclusão social para o desenvolvimento sustentável de comunidades faxinalenses em situação de vulnerabilidade socioterritoriais. Constituiu-se em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, aprovado por edital do Programa Universidade Sem Fronteiras sob nº 3 USF/SETI 2016.

ou seja, ao recorte espacial aqui adotado, por meio de artigos, livros, consulta a órgãos públicos, institutos de pesquisa. Para tanto, sem o objetivo de tipologizar, as quatro comunidades/áreas de estudo, dispostas conforme Figura 4, são divididas nesse momento em duas categorias: faxinais com criador comum e antigos faxinais sem a presença do criador comum.

3.2.1 Faxinais com criador comum

Integram a pesquisa dois faxinais que realizam o uso coletivo do território e dos recursos naturais, os quais possuem o criador comum cercado. Nessa área circulam livremente criações baixas (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e em menor número altas (gado bovino, muares e cavalos), sendo delimitadas em seu perímetro por cercas e/ou valos, e na maioria dos casos ocorrem intensas disputas, sobretudo pela manutenção das dimensões da área de uso comum.

Figura 4 – Áreas de estudo



Fonte: Bahr (2024)

3.2.1.1 *Faxinal Charqueada dos Betim*

A comunidade Charqueada dos Betim está localizada no município de Imbaú, sendo um dos 399 municípios que compõem o estado do Paraná. Faz parte da Mesorregião Geográfica Centro-Oriental Paranaense, compondo ainda a Microrregião Geográfica Telêmaco Borba (IPARDES, 2012). Imbaú faz divisa com Tibagi a sudeste, Telêmaco Borba a nordeste, Ortigueira a noroeste e Reserva a sudoeste. De acordo com o IBGE (2023), o município possui uma população de 14.249 habitantes e faz parte do grupo dos mais jovens no estado, com instalação oficial em 1 de janeiro de 1997, quando se desmembrou do município de Telêmaco Borba (Figura 5).

O início da ocupação que posteriormente veio a resultar na área urbana ocorre com a instalação da empresa de pavimentação asfáltica Cirol (Construtora Hidrelétrica e Rodoviária Ltda), em meados da década de 1960, visando à pavimentação da Rodovia BR-376 (Rodovia do Café - Governador Ney Braga), no trecho Apucarana a São Luiz do Purunã (Balsa Nova). Durante o tempo em que a empresa se estabeleceu no local, onde tinha o seu parque de máquinas e realizava a extração de diabásio¹⁴, diversos serviços e comércios instalaram-se nas proximidades, sendo que com o fim das atividades da empresa, formou-se um aglomerado, o qual passou a ser o distrito Cirol, pertencente a Telêmaco Borba e posteriormente o município de Imbaú.

Imbaú apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,622, o que é considerado um IDH médio, e um PIB per capita, com base no ano de 2020, de R\$ 17.219,46, sendo o mais baixo entre os municípios que integram a Microrregião (IBGE, 2023). De acordo com site oficial da Prefeitura Municipal (IMBAÚ, 2023), a economia do município está relacionada às atividades rurais, como agricultura, pecuária, apicultura, silvicultura e exploração florestal, sendo um município que integra a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG, 2023).

De acordo com Souza (2010), existem no município de Imbaú cinco comunidades faxinais: Charqueada de Baixo, Charqueada de Cima, Charqueada da Entrada, Faxinal de São Pedro e Charqueada dos Betim. Essa última, por sua vez, é nossa área de estudo, que se situa na porção sudoeste do município, a cerca de 10 km da área urbana, e atualmente 50 famílias de caboclos residem na comunidade.

¹⁴ Rocha ígnea que aflora na região em grande quantidade, a qual foi amplamente utilizada na obra.

Figura 5 – Faxinal Charqueada dos Betim, Imbaú – PR



Fonte: Bahr (2024)

Um grande destaque é a presença do criador comum (Figura 6), local onde são criados animais à solta, principalmente suínos e aves, que encontram na floresta boa parte de sua alimentação, como é o caso das frutas nativas araçá (*Psidium cattleianum*), gabirova (*Campomanesia xanthocarpa*), pitanga (*Eugenia uniflora*), entre outras, e também o pinhão (semente da *Araucária angustifolia*). O território faxinalense encontra-se em um ecótono da Floresta Ombrófila Mista (Florestas de Araucárias), Floresta Estacional Semidecidual e Estepe Gramíneo-lenhosa (Campos Gerais), integrantes do Bioma Mata Atlântica.

O território tradicional do Faxinal Charqueada dos Betim compreende uma área de 200 ha, possui um relevo suave ondulado característico do Segundo Planalto Paranaense e está assentado sob rochas sedimentares, as quais pertencem ao Grupo Itararé. O clima é caracterizado como Cfa, que apresenta temperaturas inferiores a 18°C nos meses mais frios e acima de 22°C nos meses mais quentes do ano, com concentração de chuvas no verão, mas sem estação seca definida (Cruz, 2007).

Figura 6 – Criador comum do Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

A toponímia se deve ao sobrenome dos pioneiros dessas florestas que ali se estabeleceram há cerca de 150 anos, associado ao rio que corta a comunidade — rio Charqueada (Figura 7) —, o qual é afluente do rio Imbaú e integram a bacia hidrográfica do rio Tibagi.

Assim como em diversos outros municípios, o poder público de Imbaú se mostrou durante muito tempo displicente em relação às comunidades tradicionais no município, não abrindo um canal de diálogo, sobretudo dentro da compreensão de que se trata de um povo com características próprias e, portanto, com demandas específicas. Ainda, durante muito tempo essa ausência também ocorreu em canais oficiais, como o site da prefeitura, ou mesmo no Plano Diretor, o que acarreta, a nosso ver, uma desvalorização dos faxinalenses do município.

No entanto, a partir de 2019, inicia-se um processo de organização dos faxinalenses da Charqueada dos Betim, e com isso passam a ter mais visibilidade,

Figura 7 – Rio Charqueada, Imbaú – PR



Fonte: O autor

como menções no site da prefeitura, destacando a fonte de São João de Maria (Figura 8) e da Capela de Santa Cruz (Figura 9). Também, nesse período, ocorreu a aprovação da Lei Municipal nº 640, de 17 de dezembro de 2019 (Imbaú, 2019), que

Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus Acordos Comunitários, que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum, nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema Faxinal no Município de Imbaú, Estado do Paraná.

Esse arcabouço jurídico se torna um importante instrumento relacionado à garantia do território e das territorialidades tradicionais, pois, além da preservação do criador comum, conforme expresso no texto da lei, essa também está relacionada à preservação da floresta comunitária faxinalense — a centralidade de todo o funcionamento da comunidade. No criador comum, além de ser o espaço onde se criam os animais à solta, é onde se encontram as residências e demais edificações de uso coletivo que formam a comunidade, como o campo de futebol, a Igreja Católica, as capelas e o cemitério (Figuras 10, 11 e 12).

Figura 8 – Fonte de São João de Maria



Fonte: O autor

Figura 9 – Capela de Santa Cruz



Fonte: O autor

Figura 10 – Campo de futebol



Fonte: O autor

Figura 11 – Igreja Católica



Fonte: Bahr (2024)

Figura 12 – Cemitério faxinalense



Fonte: O autor

Ainda, é na floresta comunitária faxinalense onde são coletadas plantas com finalidade medicinal, que associadas ao catolicismo popular configuram um aspecto cultural relevante no faxinal — a presença de benzedadeiras. Assim também, sob o ponto de vista religioso, existem na comunidade duas pequenas capelas que são atribuídas a santos locais, e uma igreja maior onde transcorrem as missas dominicais.

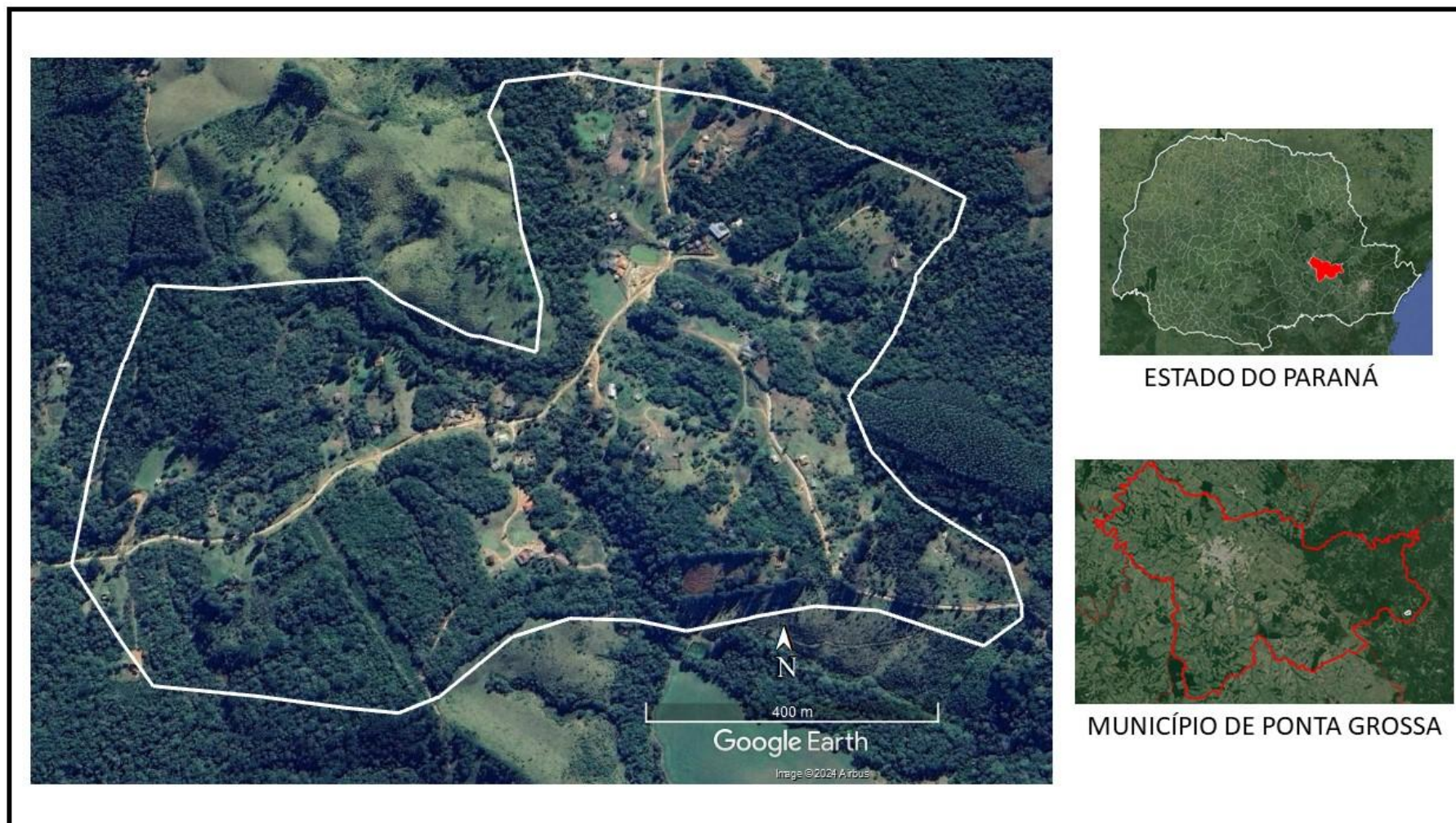
Não obstante, cabe destacar intensa disputa de racionalidades que tem resultado em conflitos, os quais foram destacados por Souza (2013), e mesmo se passando mais de 10 anos, ainda se encontram presentes na comunidade, como a morte de abelhas, o impedimento da luz (ocasionado pela presença de eucaliptos), ameaça aos verdureiros, estrago e perigo nas estradas, confinamento das famílias, êxodo rural, envenenamento de rios e nascentes, diminuição de águas nos rios e diminuição das nascentes. Nesse sentido, a busca por direitos é um caminhar constante, visando à preservação de seu território e de suas territorialidades.

3.2.1.2 *Faxinal Sete Saltos de Baixo*

O Faxinal Sete Saltos de Baixo localiza-se no Distrito de Itaiacoca, na porção leste do município de Ponta Grossa, a cerca de 60 km da área urbana, já próximo à divisa com Campo Largo. Ponta Grossa conta com 358.371 habitantes (IBGE, 2023), sendo a quinta maior população do estado do Paraná, e se configura como o núcleo da região dos Campos Gerais. Sendo a maior população, detém a maior economia e é referência regional em saúde e educação. Ainda, pertence à Mesorregião Centro-Oriental Paranaense, e à Microrregião Ponta Grossa (IBGE, 2023), além de integrar e sediar a Associação dos Campos Gerais do Paraná, órgão de representação microrregional (AMCG, 2023) (Figura 13).

No que diz respeito à ocupação territorial do Distrito de Itaiacoca, essa ocorreu a partir das sesmarias, no século XVIII, que posteriormente foram se fragmentando e formando vários sítios, fazendas e outras localidades, entre elas Sete Saltos (Silva, 2008). Nesse sentido, algumas dessas localidades vieram a se transformar em faxinais, sendo destacado por Gonçalves (2017) que, até 1994, existiam no município de Ponta Grossa sete comunidades com características de faxinais, todas localizadas

Figura 13 – Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa – PR



Fonte: O autor

no Distrito de Itaiacoca, sendo que a única existente atualmente é Sete Saltos de Baixo.

O território tradicional do Faxinal Sete Saltos de Baixo possui uma área de 106,30 ha, a qual é ocupada por 58 famílias. O faxinal é cortado pelo rio Sete Saltos — responsável pela nomenclatura da comunidade (Figura 14) e que integra a bacia hidrográfica do rio Ribeira, estando no Primeiro Planalto Paranaense, compartimento de relevo que se apresenta fortemente ondulado, com o criador comum localizado nas partes mais baixa do relevo, próximo aos cursos d'água, sendo separado das terras de plantar pelas cercas e valos, e nas estradas utilizam porteiras e mata-burros (Gonçalves, 2017).

A geologia do faxinal corresponde à Formação Suíte Monzagrafitos – Granito Três Córregos (Proterozóico Superior), granito onde os diques têm direção preferencial NW-SE paralelos ao Arco de Ponta Grossa, enquanto os solos predominantes são os Argissolos Vermelho-Amarelo (Ferreira, 2009).

Figura 14 – Rio Sete Saltos, Ponta Grossa – PR



Fonte: O autor

O criador comum do faxinal é composto pela Floresta Ombrófila Mista, que, de acordo com Moro e Lima (2012), ocorre de forma contínua nos três estados do Sul do país, sendo a mais extensa no Paraná formando uma gama de exemplares, onde o Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*) tem grande visibilidade, sendo ainda presente a erva-mate (*Ilex paraguaiensis*), a qual está diretamente ligada à cultura de diversos povos do Sul do país, entre eles os faxinalenses. Especificamente com relação à vegetação do Faxinal Sete Saltos de Baixo, as autoras destacam que esta apresenta uma diversidade compatível com uma área manejada, sendo que espécies tradicionais da floresta com araucária não se fazem mais presentes, sobretudo na área do criador comum (Moro; Lima, 2012) (Figura 15).

É nessa floresta onde também realiza-se de maneira coletiva a coleta de plantas medicinais, as quais são utilizadas, sobretudo, em associação com as crenças religiosas tradicionais. Staniski, Floriani e Strachulski (2014) realizaram um estudo etnobotânico no Faxinal Sete Saltos de Baixo, onde foram apontadas pelos

Figura 15 – Criador comum do Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

faxinalenses 51 plantas com finalidade de uso medicinal, sendo que “as plantas apresentam não somente um valor curativo das enfermidades do corpo, como também sagrado-simbólico, para curar os males da alma e buscar proteção espiritual através dos benzimentos” (Staniski; Floriani; Strachulski, 2014, p. 337).

Na floresta também encontra-se a erva-mate, da qual após a coleta os faxinalenses realizam o sapeco e a moagem, sobretudo de folhas de ervas nativas, em fornos de barro, posteriormente socam em pilão de madeira, prática cultural ainda presente na comunidade (Stadler, 2022).

A dimensão do sagrado no Faxinal Sete Saltos de Baixo, assim como na maioria dos faxinais, possui grande relevância, sendo expressa nos encontros semanais realizados na igreja para acompanhar as missas, ou nas rezas de terços e novenas, em que “a crença e o imaginário do caboclo são inspirados por contos e causos que são transmitidos dos mais velhos para os mais novos.” (Monteiro; Löwen Sahr, 2005) (Figura 16). Têm-se ainda as tradicionais festas em louvor aos santos, que são organizadas pela comunidade ou mesmo por algumas famílias como sinal de adoração, sendo que muitos casamentos e namoros são geralmente iniciados e arranjados nesses eventos sociais, o que denuncia a importância da ocasião na propagação e reprodução da cultura cabocla (Monteiro; Löwen Sahr, 2005).

Figura 16 – Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida



Fonte: O autor

O Faxinal Sete Saltos de Baixo integra o arcabouço de Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Paraná, que em 2013, por intermédio do Governo do Estado do Paraná, cria a Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR) Faxinal Sete Saltos de Baixo, descrito na Resolução nº 021/2013, sob o Decreto Estadual nº 7.397, de 20 de março de 2013 (Paraná, 2013) (Figura 17). Esse, além de ser um suporte jurídico territorial dos faxinalenses, o enquadramento da comunidade enquanto Unidade de Conservação Estadual também tem como benefício o recebimento do ICMS Ecológico. No entanto os valores nunca foram repassados por parte da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para os faxinalenses, conforme preconiza a legislação (Gonçalves, 2017).

3.2.2 Faxinais sem criador comum

Também compõem a pesquisa áreas que integram o território dos faxinais e que não contam com o criador comum. Essas propriedades atualmente encontram-se

Figura 17 – Placa na entrada do Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: Danilo Henrique Divardin (2024)

individualizadas, e no presente caso os moradores não se autoidentificam como faxinalenses, contudo possuem características culturais atreladas aos faxinais, sobretudo dentro de uma perspectiva geo-histórica, ou seja, os antepassados residiam em áreas com a presença do criador comum. Portanto, possuem os mesmos atributos socioterritoriais, vinculados por laços afetivos às suas terras, onde por meio das territorialidades constituem seus territórios.

Para Souza (2010), esse é um grupo bastante amplo, sendo que as territorialidades específicas convergem para uma mesma identidade coletiva, diante de um quadro no qual produzem estratégias de reprodução social, ou seja, são

[...] casos em que o território foi suprimido do controle do grupo, mas a tradição mantém-se organizada socialmente na prática de criar em “mangueirões” ou “potreiros”, no extrativismo florestal, nos quintais, no zelo pelos recursos hídricos, ou noutras sociabilidades relacionadas à religiosidade, e a memória que permanecem contingenciadas no saber tradicional dos membros do grupo, em razão da força dos impedimentos impostos pela violência física e simbólica (Souza, 2010, p. 264).

3.2.2.1 *Sete Saltos de Cima*

Também localizada no Distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa, localiza-se Sete Saltos de Cima, a qual é caracterizada como uma Comunidade Negra Tradicional (GTCM, 2010). O processo de formação territorial é o mesmo da sua vizinha, Sete Saltos de Baixo, originada a partir da fragmentação da antiga sesmária de Itaiacoca, no século XIX, que resultou no surgimento de pequenas e médias propriedades (Silva, 2008).

A comunidade é formada principalmente por familiares dos habitantes de Palmital dos Pretos, comunidade quilombola que fica nas proximidades, como também por pessoas que chegaram da comunidade do Sutil e Santa Cruz, ambas no município de Ponta Grossa, além de outras famílias que migraram das comunidades de Pugas e Bolo Grande, município de Palmeira. Sete Saltos de Cima é um antigo faxinal, localiza-se a cerca de 50 km do centro de Ponta Grossa; já no Primeiro Planalto Paranaense, região da Floresta Ombrófila Mista, e de acordo com classificação de Köppen-Geiger o clima é Cfb, com temperatura média do mês mais quente abaixo de 22°C, e altitude de 1.000 m a.n.m.

De acordo com Pereira (2022), a comunidade passou por um processo de reconfiguração territorial, substituindo as antigas áreas do criador comum pela

modalidade de loteamento, onde reuniu agricultores e chacareiros em um formato de vilarejo, sendo que do antigo faxinal ficaram presentes no território apenas os remanescentes dos valos. Esse procedimento

[...] contribuiu para que muitas famílias deixassem de ter criações; o fechamento das propriedades com cercas e porteiros restringiu o acesso às áreas florestadas, que na sua grande maioria pertencem às grandes propriedades; a inserção de sujeitos externos contribuiu para a transposição da estrada principal e inacessibilidade de estradas subjacentes. (Pereira; Tomasi, 2021, p. 163).

O processo de desintegração do criador comum em Sete Saltos de Cima ocasionou, em um primeiro momento, com que os moradores cultivassem seus produtos nessas pequenas áreas, junto às árvores frutíferas, sendo que foi possível aumentar a produção e inclusive projetar uma comercialização de seus produtos, por meio de uma ordenação que “passou a ser fortalecida por entidades governamentais e consolidou as propriedades como quintais agroecológicos. Com o manejo controlado e retroalimentado organicamente a produtividade aumentou” (Pereira, 2022, p. 159).

Mas evidencia-se que, mesmo com a fragmentação do criador comum, o que resultou, nessas pequenas propriedades individualizadas, na persistência dos laços cooperativos, revelando que as tradições culturais faxinalenses ainda encontram-se presentes — os territórios do saber, conforme aponta Pereira (2022), ao destacar a existência dos compartilhamentos de saberes e práticas, como os relacionados ao cultivo de alimentos, cuidados com o solo e rituais de benzimentos e curas.

Cabe destacar a forte ligação existente entre Sete Saltos de Cima — comunidade negra tradicional e Palmital dos Pretos — comunidade quilombola, as quais são vizinhas e possuem o mesmo processo de ocupação territorial, compartilhando da mesma ancestralidade. Para exemplificar essa conexão, ambas estão unidas em processos de reivindicação de direitos coletivos, como na formação da Associação de Moradores de Palmital dos Pretos e de Sete Saltos de Cima, que teve com um de seus resultados a construção da cozinha e horta comunitária, visando produzir alimentos para abastecer as escolas de educação básica da região pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁵, além de pleitearem recursos

¹⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter

para a construção de casas, sendo que cinco delas foram construídas em Sete Saltos de Cima (Pereira, 2022).

Ainda como fruto dessa articulação entre as comunidades vizinhas, a liderança quilombola de Palmital dos Pretos também

[...] se fortaleceu politicamente ao assumir o cargo de presidente da associação da água, expandindo sua atuação também para a comunidade vizinha de Sete Saltos de Cima (Ponta Grossa). A rede de relações sociais da liderança é sustentada por uma trama densa com os vizinhos, com uma horizontalidade fundamentada em táticas para permanecer, sobretudo pelo fortalecimento dos laços de amizade e parentesco pelos político-identitários. Também evidencia a efetivação de contatos com instituições de ensino de Ponta Grossa, Campo Largo e Curitiba, com entidades vinculadas a questão identitária, a participação em eventos e a articulação nos projetos da comunidade — construção de 14 moradias, manutenção e aumento do atendimento médico e projeto de pesquisa acadêmico (Tomasi; Pereira, 2021, p. 49).

Essa conexão de Sete Saltos de Cima com Palmital dos Pretos está diretamente relacionada ao compartilhamento de suas territorialidades, sendo que

[...] atualmente também há famílias quilombolas vivendo na Comunidade de Sete Saltos de Cima que reivindicam a pertença étnica e marcadores territoriais que os vinculam tanto a essa comunidade quanto a Comunidade Quilombola de Palmital dos Pretos, como um contínuo ou mesmo uma (des)continuidade integrada a identidade quilombola (Tomasi; Pereira, 2021, p. 163).

Como parte do acervo cultural praticado na comunidade, em Sete Saltos de Cima também há pessoas que mantêm preservado patrimônio relacionado à agrobiodiversidade. Stadler (2022) identificou três guardiões de sementes crioulas na comunidade, os quais manejam e multiplicam suas próprias sementes, sendo isso parte do patrimônio genético e cultural, tanto de faxinalenses como de quilombolas, sendo o armazenamento dessas em banco de sementes fundamental para a própria conservação de suas práticas agrícolas — a sua agrobiodiversidade.

Porém os moradores de Sete Saltos de Cima enfrentam alguns problemas, os quais se assemelham aos encarados pelas comunidades faxinais do estado do Paraná, sobretudo relacionados aos antagonismos de racionalidades. Nesse sentido, Stadler (2022) destaca principalmente a presença agressiva do agronegócio, sejam

suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (FNDE, 2024).

de madeiras¹⁶, que alteram o uso da terra com a substituição da vegetação nativa pelo plantio de árvores exóticas, ou também com o desenvolvimento de uma agricultura altamente tecnificada, com o plantio de produtos destinados à exportação, resultando em uma paisagem com lavoura homogênea, principalmente de milho e soja. Em ambos os casos, a situação se agrava com a precarização do trabalho dos moradores da comunidade que vendem sua força de trabalho, muitas vezes, por baixos salários.

Ainda, Stadler (2022) destaca outras deficiências, carências e dificuldades enfrentadas na comunidade, como ausência no acesso ao atendimento de saúde, serviços básicos precários (luz elétrica, saneamento básico), a falta de educação inclusiva que valorize e respeite a cultura local e a inexistência de uma organização cooperativista forte para formar uma associação empreendedorista familiar e comunitária.

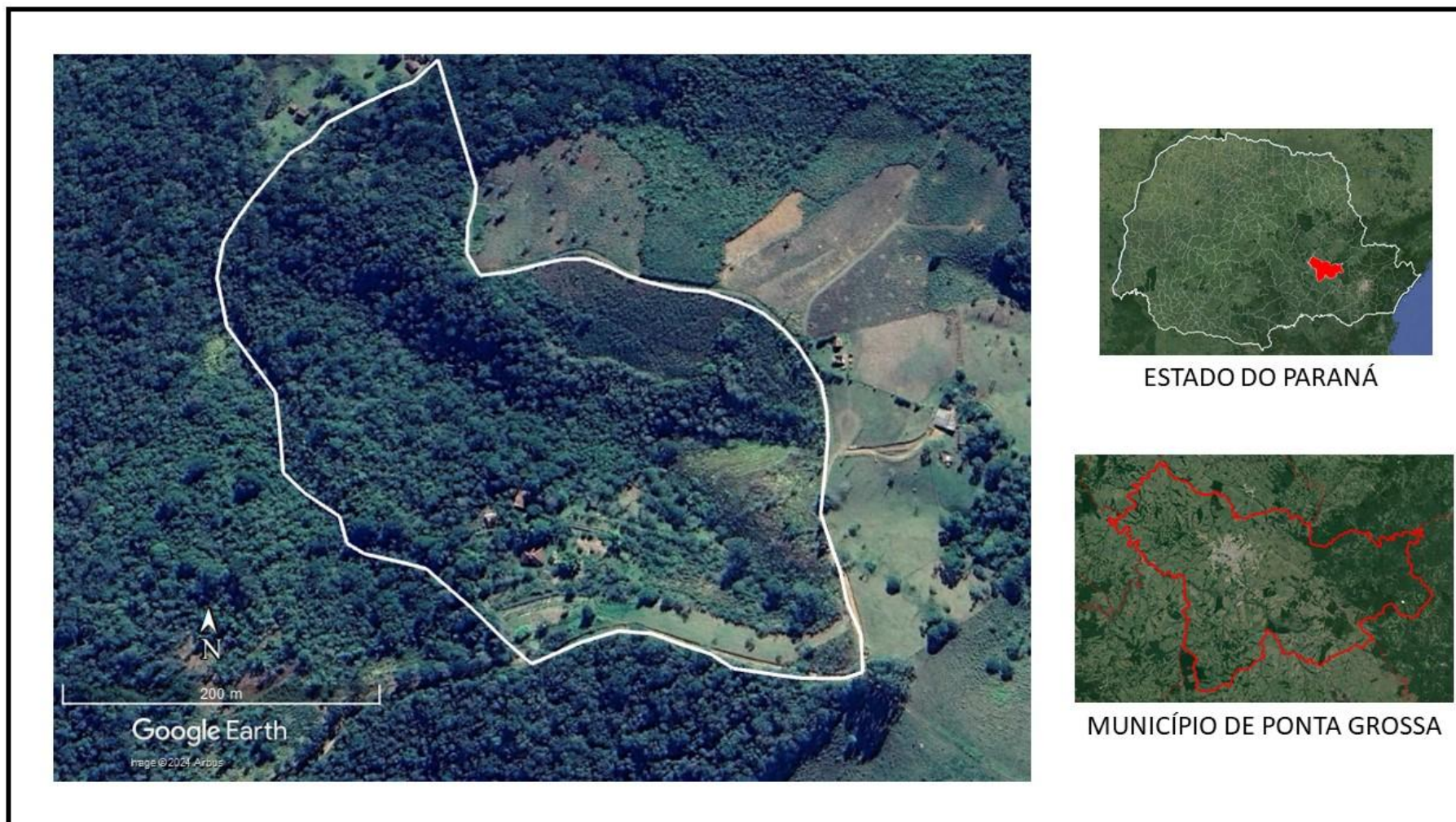
Na comunidade, o parceiro que integra a pesquisa é o Sr. Antônio Ostrufka, responsável pelo Centro de Estudos e Treinamento em Agroecologia (CETA), o qual também é presidente da Associação Solidária de Agricultores Agroecológicos de Ponta Grossa e Região (ASAECO) (Figura 18). Sr. Antônio desenvolve todas as suas atividades dentro dos princípios da agroecologia (Figura 19).

3.2.2.2 *Faxinal dos Galvão*

A Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão está localizada no município de Guamiranga, próximo à divisa com Imbituva (Figura 20), sendo que ambos integram a Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense, incorporando, portanto, a Microrregião Geográfica de Prudentópolis (IPARDES, 2012). O município de Imbituva possui uma população de 29.924 habitantes, sendo que a fundação ocorreu em 3 de maio de 1871; já Guamiranga possui uma população estimada de 7.856 habitantes, e sua fundação ocorreu em 16 de novembro de 1995, fruto do desmembramento de Imbituva (IBGE, 2023).

¹⁶ A Águia Florestal é uma empresa de plantio e industrialização de madeira que atua na Região dos Campos Gerais e, segundo Gonçalves (2017), adquiriu terras que pertenciam aos antigos faxinais localizados no Distrito de Itaiacoca.

Figura 18 – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima, Ponta Grossa – PR



Fonte: Bahr (2024)

Figura 19 – Sede do CETA



Fonte: Bahr (2024)

Com relação à vegetação, o município de Guamiranga está totalmente inserido na Floresta Ombrófila Mista; já Imbituva é coberto, em sua maior parte pela Floresta Ombrófila Mista, tendo parte localizada nos Campos Gerais. Ambos os municípios estão situados na bacia hidrográfica do Rio Tibagi, no Segundo Planalto Paranaense, e o clima é, segundo classificação de Köppen-Geiger, do tipo Cfb.

A formação socioterritorial de Imbituva, e por conseguinte de Guamiranga, está diretamente relacionada ao Caminho das Tropas, comércio de muares que ocorreu em Sorocaba (SP), onde as tropas eram deslocadas de Viamão (RS) até a cidade paulista (Stadler, 2019). Esses muares eram comercializados em uma feira anual que ocorria na cidade de Sorocaba e posteriormente utilizados, principalmente em Minas Gerais, durante o Ciclo do Ouro. No estado do Paraná a rota utilizada foram os Campos Gerais, por apresentar uma topografia mais propícia para o transporte, sendo ainda uma atividade responsável pela formação de núcleos habitacionais, que posteriormente se transformariam em cidades, como foi o caso de Imbituva.

Figura 20 – Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão, Guamiranga – PR



Fonte: Bahr (2024)

O Caminho das Tropas possui relação intrínseca à gênese do Faxinal dos Galvão, sendo que “os primeiros moradores desse faxinal eram descendentes de portugueses, vindos de São Paulo, que se estabeleceram na região. As terras pertenciam à Comarca de Ponta Grossa. Passavam por ali os tropeiros” (Stadler, 2019, p. 86). (Figura 21). No entanto, como tem ocorrido com os demais faxinais do estado do Paraná, no Faxinal dos Galvão atualmente as propriedades encontram-se individualizadas, sem a existência do criador comum, sendo que as propriedades “se desestruturaram como tais na década de 1980, em função das mudanças históricas e geográficas, sendo que os elementos desse passado estão presentes nos modos de vida e nas práticas de usos da natureza” (Stadler, 2022, p. 22). No entanto, mesmo com a supressão do território do controle do grupo, ainda estão presentes comportamentos que demonstram aspectos identitários-culturais, assim como elementos na paisagem, ligados aos faxinalenses.

De acordo com Stadler (2022, p. 275), no Faxinal dos Galvão “se constituiu a Casa de Sementes Joaquim e Juvelina Leite, através do engajamento de Antônio Silvestre Leite e Maria Janete Ferreira Leite como guardiões de sementes”. O casal, inclusive, é parceiro em nossa pesquisa. São proprietários do Sítio Leite, e sua produção encontra-se em fase de transição agroecológica, com utilização de mão de obra familiar.

Figura 21 – Residência localizada no Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor

CAPÍTULO 4 – OS SABERES E PRÁTICAS BIOCULTURAIS TERRITORIALIZADOS

O presente capítulo aborda as interlocuções junto aos sujeitos da pesquisa, fruto de um processo que consiste em mais ouvir do que falar, com respeito, reciprocidade e ética, de forma relacional, pesquisando os sujeitos com os sujeitos — práxis territorial. Neste momento trazemos os resultados da aplicação dos questionários semiestruturados, entrevistas gravadas, conversas informais, observações, coleta de dados com GPS e de material fotográfico. Ainda, consiste em um trabalho de aproximação e convivência realizado com os sujeitos, para que possamos identificar e compreender como seus saberes e práticas tradicionais são responsáveis pelas (re)existências empreendidas perante o sistema de capital, trabalho realizado em uma perspectiva contra-hegemônica e decolonial, para identificarmos o nível de cooptação desses sujeitos frente ao sistema hegemônico, ou em outras palavras, o nível de autonomia socioambiental desses.

Frisa-se, em mais de uma ocasião ao longo do texto, a importância dos trabalhos de campo, com destaque para os momentos informais, ou seja, aqueles em que o pesquisador não está com a prancheta na mão ou o gravador ligado, ocasiões nas quais podemos ouvir as melhores histórias, sendo possível, sobretudo, pela confiança adquirida junto a esses sujeitos, com a explanação de suas vivências e com as memórias se desenrolando com mais fluidez.

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa ocorre em propriedades rurais, cujos donos participaram da pesquisa/ação, e também em comunidades, sendo que nesse caso foram escolhidos informantes-chave, os quais se tornam uma via de acesso do pesquisador ao grupo analisado, técnica utilizada

[...] em pesquisas de campo, na perspectiva da etnografia. Nessa perspectiva, campo é entendido como um espaço social e físico cujas fronteiras são definidas em termos de instituições e pessoas ou atividades de interesse em um determinado espaço geográfico (Schensul, 2004, p. 570).

Aqui é oportuno relatar sobre a escala de análise do trabalho, visto que a metodologia é aplicada em dois recortes espaciais que a princípio podem parecer de escalas diferentes: comunidades e propriedades individualizadas. A nosso ver, isso não é um problema e muito menos nos induz a erro. Isso é possível porque todos os

indicadores elencados foram elaborados para serem aplicados tanto no âmbito da comunidade como da propriedade. Mesmo que a investigação decorra sobre um recorte individual, este, por sua vez, não deixa de estar interligado, por diversos fatores, a uma comunidade cujos indivíduos compartilham do mesmo horizonte semântico aplicado a um mesmo território e transmitido às gerações ligadas por fortes laços de reciprocidade, podendo assim, conforme destaca Castro (2006), abordar o real de forma a produzir a melhor visibilidade do fenômeno que está sendo pesquisado. Por outro lado, para os casos das comunidades rurais tradicionais faxinalenses em que os geossímbolos “criador comum” e “mata-burro” já não estão presentes, como é o caso do Sete Saltos de Cima e do Faxinal dos Galvão, optou-se por direcionar a amostra em apenas um estabelecimento familiar, destacadamente aqueles que em pesquisas anteriores foram identificados pelo NEA Territórios Faxinalenses como Unidades de Referência Agroecológica, o que justifica suas escolhas.

Nesse sentido, a escala geográfica de análise adotada visa demonstrar fenômenos que integram o cotidiano dos sujeitos envolvidos, os quais estão relacionados às suas vivências e memórias, aos seus saberes e práticas de natureza, além da relação que estabelecem com seus territórios e assim expressam suas territorialidades.

4.1 FAXINAL CHARQUEADA DOS BETIM

Essa comunidade foi alvo do maior número de visitas, haja vista a sua integração em pesquisas anteriores e por se localizar mais próxima de minha residência (35 km). Ao longo da tese, conseguimos conversar com diversos moradores da comunidade e os resultados aqui apresentados são referentes ao contato com informantes-chave, o que nos foi uma via de acesso ao grupo pesquisado.

Os informantes-chave, o casal Sra. Nica e Sr. Pedro, são lideranças religiosas e de grande influência na comunidade, constituindo assim também lideranças políticas. Os dois nasceram na comunidade, assim como seus filhos e netos, sendo que a maioria da família reside no faxinal. O meu primeiro contato com o Faxinal Charqueada dos Betim, próximo ao fim do ano de 2017, foi também a oportunidade

em que conheci a Sra. Nica, ocasião em que se encontrava cercada por crianças em meio a uma aula de catequese que ela ministrava; inclusive, aquela era a última aula do ano, na qual, entre rezas e cantos, degustavam doces, bolos e refrigerantes para comemorar mais um ano que se findava. À época, as aulas de catequese ocorriam na antiga igreja, a qual foi reformada nesse ínterim, cuja nova obra se concretizou com renda arrecadada de festas e a utilização de mão de obra coletiva — os mutirões.

Com Sra. Nica e Sr. Pedro foi estabelecida uma relação de confiança que já perpassa 6 anos, e as informações coletadas foram, em sua grande maioria, entre bate-papos regados com xícaras de café, bolinhos de milho e degustações de mexericas e gabiobas. Em vista disso, aqui são relatadas memórias de histórias de vidas.

O modo de viver na comunidade é baseado em seus saberes e práticas tradicionais, que ao longo de um século e meio tornou-se um legado material e imaterial, com a reprodução social no território e a constituição de um forte núcleo familiar — os Betim —, mas com grande receptividade a outras famílias que durante esses anos escolheram e fizeram da comunidade também o seu lugar. Nesse sentido, as relações interpessoais são mediadas por fortes vínculos que vão além do parentesco e da amizade, constituindo em laços de compadrios e reciprocidade.

A partir do momento em que se cruza o mata-burro, logo após a ponte sobre o Rio Charqueada, a paisagem do Faxinal Charqueada dos Betim é constituída pelo criador comum, que além dos animais, principalmente porcos e galinhas, que transitam pela floresta comunitária, também é formada pela presença das residências dos faxinalenses, das igrejas e capelas.

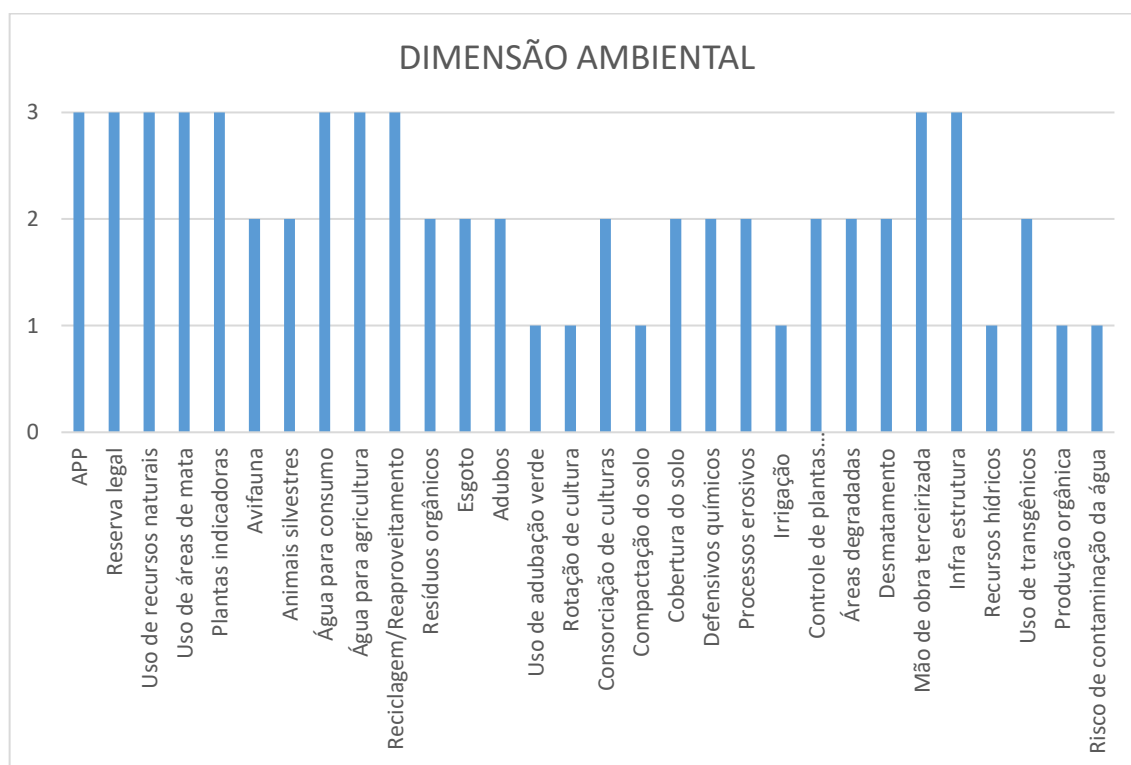
Toda a dinâmica do faxinal ocorre na floresta, que corresponde a 70% do território tradicional, a qual é de uso coletivo e fonte das memórias que são relatadas. A Floresta de Araucárias na comunidade é manejada, e, conforme destaca Struminski e Strachulski (2017), a dos faxinais não se apresenta estruturalmente intacta ou íntegra, sendo o sub-bosque ausente e o corte seletivo de madeiras simplificam o ambiente florestal.

Esse corte seletivo nem sempre ocorreu, sendo que em alguns casos o desmatamento resultou em áreas degradadas, inclusive com a extinção da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no faxinal, que durante décadas foi utilizada e comercializada

pela comunidade¹⁷. Durante esse período, a secagem era realizada no carijo, o qual está em desuso. Mesmo que a produção local não ocorra mais, o consumo faz parte do cotidiano faxinalense, sendo que as rodas de chimarrão são facilmente observadas nas áreas das casas nos fins de tarde.

Na perspectiva da dimensão ambiental (Gráfico 1), constatou-se que a mata ciliar no faxinal, assim como a Reserva Legal, encontram-se preservadas, com poucos pontos de bioerosão causados pelo pisoteio dos porcos, apresentando remoção do solo das margens do Rio Charqueada. Apesar da presença da mata ciliar, bem como da floresta manejada, foi destacada diminuição significativa da avifauna, como também de animais silvestres, sendo ainda possível serem vistos veados (*Mazama gouazoupira*) e tatus (*Euphractus sexcinctus*).

Gráfico 1 – Dimensão ambiental – Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

¹⁷ Em trabalho realizado em 2021 pelo GP Interconexões, foi realizado plantio de 150 mudas de erva-mate na comunidade.

A água consumida na comunidade (residências e hortas) provém de poço artesiano de uso coletivo, e o esgoto tem como destino as fossas que são do tipo rudimentar. Existe coleta pública de lixo que atende o faxinal uma vez por semana, no entanto a maior parte dos resíduos orgânicos gerados são utilizados como adubo na própria horta, enquanto os demais materiais, quando possível, são reutilizados, como é o caso das embalagens de vidros para armazenar produtos em conservas, as garrafas PET para leite e sementes, entre outros.

O Faxinal Charqueada dos Betim não corresponde mais àquele modelo espacial clássico dos faxinais — no centro o criador comum e ao redor as áreas destinadas para a agricultura. Sobretudo a partir da década de 1980, as áreas de plantar passaram por um processo de aquisição por atores atrelados ao capital, restando atualmente somente um faxinalense que ainda possui áreas externas ao criador, as quais são destinadas às atividades de subsistência, com o cultivo principalmente de milho, feijão e abóbora.

Nessas áreas as práticas agrícolas são realizadas com a utilização entre 50% e 90% de adubação orgânica, com a adoção de rotação de culturas, mas não ocorre o uso de adubação verde. Ainda, é realizado o consórcio de culturas: milho – feijão – abóbora, visando ao maior e melhor aproveitamento do espaço de plantio, menor probabilidade à ataque de doenças, com a cobertura constante do solo e a diminuição da perda de água (MAPA, 2023). O solo na área de plantar do faxinal encontra-se parcialmente compactado, com pequenos processos erosivos, coberto apenas com o cultivo, e os defensivos químicos são utilizados esporadicamente, não fazem uso de irrigação, e o controle de plantas espontâneas é com herbicida e capina.

Durante um dos trabalhos de campo, Sr. Pedro apresentou uma garrafa PET contendo feijão, explicando que tratava de sementes crioulas por ele selecionadas, as quais seriam utilizadas no próximo plantio. Essas são por ele bem guardadas, e argumenta: “com uma garrafa dessa cheia eu consigo plantar feijão que dá pra nós comer o ano todo”¹⁸.

O trabalho empreendido nas atividades agrícolas é todo familiar, e as técnicas são manuais, que vão desde o plantio realizado com a utilização da “matraca” (Figura 22), o processo de colheita e o posterior processamento, como é o caso do trabalho de “maiar” o feijão, etapa quando é colocado sobre uma lona e bate-se com uma

¹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 08 de novembro de 2022.

Figura 22 – Plantio de sementes crioulas



Fonte: O autor

grande vara para que os grãos se desprendam das vagens. Logo na sequência ocorre a etapa de separação das melhores sementes, as quais serão guardadas para serem utilizadas no próximo plantio (Figura 23).

Diante da aquisição de terras em áreas de fronteira ao faxinal, diversos problemas resultam em conflitos, os quais são evidenciados e acabam interferindo na própria comunidade, como o uso de transgênicos, herbicidas e os reflorestamentos, que decorrem, por exemplo, na contaminação dos recursos hídricos e na proliferação de árvores exóticas, principalmente o pinus, cujas sementes facilmente se dissipam. Ainda, com a ocupação das antigas áreas de plantar por atores atrelados ao sistema capitalista, ocorreu a substituição no uso dessas terras, onde o plantio de alimentos foi substituído por eucalipto e soja.

A amplitude na importância da floresta comunitária faxinalense também está relacionada com as práticas tradicionais de cura, em que, através do uso sustentável

Figura 23 – Sementes de feijão crioulo



Fonte: Bahr (2024)

dos recursos naturais, ocorre a coleta de plantas com finalidade medicinal. O Faxinal dos Betim possui duas benzedadeiras, Sra. Nica e sua irmã. Em certa ocasião, Sra. Nica relatou que aprendeu a prática com sua mãe, que por sua vez, adquiriu o conhecimento com a mãe dela, representando um legado imaterial dos saberes hereditários de natureza. Como é uma prática majoritariamente feminina, demonstrou frustração por sua única filha não possuir interesse na proliferação do ciclo de saberes.

Nesse sentido, mostrou-se disposta a identificar as plantas que utiliza em suas práticas de cura. Foram identificadas no faxinal 50 espécies com finalidade medicinal, das quais 80% dessas são nativas da floresta comunitária, e o restante integra as cultivadas em hortas, as quais se misturam com temperos e demais cultivos de verduras e legumes, sempre ao lado das residências (Quadro 7).

Quadro 7 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Charqueada dos Betim (continua)

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	PARTE UTILIZADA	FORMA DE USO	INDICAÇÃO
Abacateiro	<i>Persea americana</i> Mill.	Horta	Fruto	Comer a polpa	Colesterol
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Horta	Folhas	Chá	Calmante, nervo. Dor de barriga
Alevante	<i>Mentha crispa</i> L.	Horta	Folhas	Chá	Lombriga, sistema nervoso
Arnica	<i>Arnica montana</i> L.	Nativa	Folhas	Chá (macetar com rubim) – pode tomar e passar com álcool)	Dor, machucado
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Nativa	Casca e folhas	Ferve e passa nos machucados	Cicatrizante de feridas
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Horta	Folhas	Pomada	Alergia
Artemísia	<i>Artemisia absinthium</i>	Horta	Folhas	Chá e pomada	Cólica menstrual, cólica em bebê, cicatrizante (cozinhar com o hortelã)
Assa-peixe	<i>Vernonia polysphaera</i>	Nativa	Raiz e folhas	Chá e lavar ferida Obs.: Folha é comestível	Ferida e grosseiro
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i> L.	Horta	Folhas	Gargarejo com o chá	Dor de dente
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Horta	Folhas	Chá, macetar	Problema no fígado
Calção-de-velho	<i>Buddleia brasiliensis</i>	Nativa	Folhas	Tomar banho (bom colocar folhas de gabirolva e araçá)	Bom para parto e friagem
Cânfora	<i>Cinnamomum camphora</i>	Horta	Folhas	Chá	Pré-infarto
Capim-limão	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.	Horta	Folhas	Chá. Pode bater com gengibre e limão (digestivo)	Calmante
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.	Nativa	Folhas	Chá (cozinha) e banha a parte afetada	Edema, inchaço
Caraguatá	<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.	Nativa	Fruto	Xarope (cozinha e apura com mel)	Tosse, bronquite

Quadro 7 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Charqueada dos Betim (continuação)

Caroveira	<i>Sclerolobium paniculatum</i>	Nativa	Folhas	Pomada e tomar banho	Cicatrizante
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	Nativa	Folhas	Pode ser chá ou macetar com água fria	Estômago, fígado, emagrecimento, diabetes
Carrapicho	<i>Desmodium adscendens</i>	Nativa	Folhas	Chá. Pode fazer um litro. Bom junto com penicilina e quebra-pedra	Bexiga, infecção urinária
Catinga-de-mulata	<i>Tanacetum parthenium</i> (L.) Sch.Bip.	Horta	Folhas	Deixar curtir com álcool	Machucadura, distensão, dor de dente
Chuchu	<i>Sechium edule</i>	Horta	Folhas	Chá	Pressão alta
Cipó-cruz	<i>Arrabidaea chica</i>	Nativa	Folhas e cipós	Chá	Pressão alta, dor na coluna
Cravo	<i>Syzygium aromaticum</i>	Nativa	Folhas	Xarope ou chá	Resfriado
Erva-de-bicho	<i>Polygonum punctatum</i> Elliot	Nativa	Folhas	Banha e bafo	Hemorroida, friagem
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.		Folhas	Chá	Calmante e dor de estômago, labirintite
Erva de Santa Maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Nativa	Ramos e sementes	Chá (ramo pequeno). Pode tomar com leite. A semente moída é passada no peito e nas costas com vinagre. Corta febre de lombriga	Vermes
Erva-santana	<i>Parietaria officinalis</i>	Nativa	Folhas	Pasta com óleo, secar bem a folha, mistura	Grosseiro, ferida, alergia
Espada-de-São-Jorge	<i>Sansevieria trifasciata</i>	Horta	Folhas	Sapeca e utiliza o sumo	Reumatismo
Espinheira-santa	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. ex Reissek	Nativa	Folhas	Chá e chimarrão	Problema digestivo, fígado, pressão alta
Fel-da-terra	<i>Centaurium erythraea</i> Rafn	Nativa	Folhas	Chá	Estômago, fígado
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Horta	Raiz	Xarope com açúcar queimado, pinga	Garganta, tremor de frio, recaída

Quadro 7 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Charqueada dos Betim (continuação)

Gerbão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	Nativa	Folhas	Chá (pode fazer gargarejo e ingerir o chá)	Dor de dente
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> L.	Nativa	Folhas	Banho	Friagem
Guaçatunga	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Nativo	Folhas	Pomada	Cicatrizante
Hortelã branco	<i>Hyptis crenata</i>	Horta	Folhas	Chá	Calmante, cicatrizante, bom também para vermes, com a Erva de Santa Maria
Hortelã de São João ou Mentrasto	<i>Hypericum perforatum</i>	Nativa	Folhas	Chá e banho	Menopausa, dor de barriga de bebê, calmante
Hortelã preto	<i>Mentha arvensis</i> L.	Horta	Folhas	Chá e chimarrão	Digestivo
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Horta	Folhas	Chá. Pode ser feito com a folha desidratada. Bom para gripe (com alho)	Desmaio, depressão
Malva	<i>Malva sylvestris</i> L.	Horta	Folhas	Insere na pomada	Cicatrizante
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Horta	Folhas	Chá. Fruto também é bom. Raspa branca de dentro é bom para colesterol no sangue	Calmante
Maria-mole	<i>Senecio brasiliensis</i>	Nativa	Folhas	Frita no óleo e passa ao redor do ouvido	Dor de ouvido
Maria-preta	<i>Solanum americanum</i>	Nativa	Frutos e folhas	Pasta macerada	Furúnculo
Noz-moscada	<i>Myristica fragrans</i> Houtt.	Horta	Semente	Xarope	Digestivo, tosse, bronquite, pneumonia (com dipirona)
Penicilina	<i>Alternanthera brasiliana</i>	Horta	Folha	Chá / pomada. Pode ser misturado na grande mistura	Antibiótico
Pitangueira selvagem	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Nativa	Folhas e cascas	Chá	Pressão alta, nervo
Poejo	<i>Mentha pulegium</i> L.	Horta	Folhas	Chá e xarope (ferver com açúcar)	Gripe, Bronquite
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Nativa	Folhas	Chá	Bexiga, rim

Quadro 7 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Charqueada dos Betim (conclusão)

Quina ou quineira	<i>Quassia amara</i>	Nativa	Cascas	Deixar curtir na água	Dor de barriga, diabeite
Rubim	<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	Nativa	Folhas	Chá (Não muito forte – 2 folhas)	Antibiótico natural, tratamento de problemas no estômago e para pneumonia, ferida
Santa Bárbara	<i>Barbarea vulgaris</i>	Nativa	Cascas	Chá. Pode deixar em um litro e ir utilizando	Antibiótico, dor de barriga, dor de dente, dor de estômago
Sete-sangrias	<i>Cuphea carthagenensis</i> (Jacq.) J.F.Macbr.	Nativa	Folhas	Chá – tomar morno	Pressão alta

Elaboração: O autor

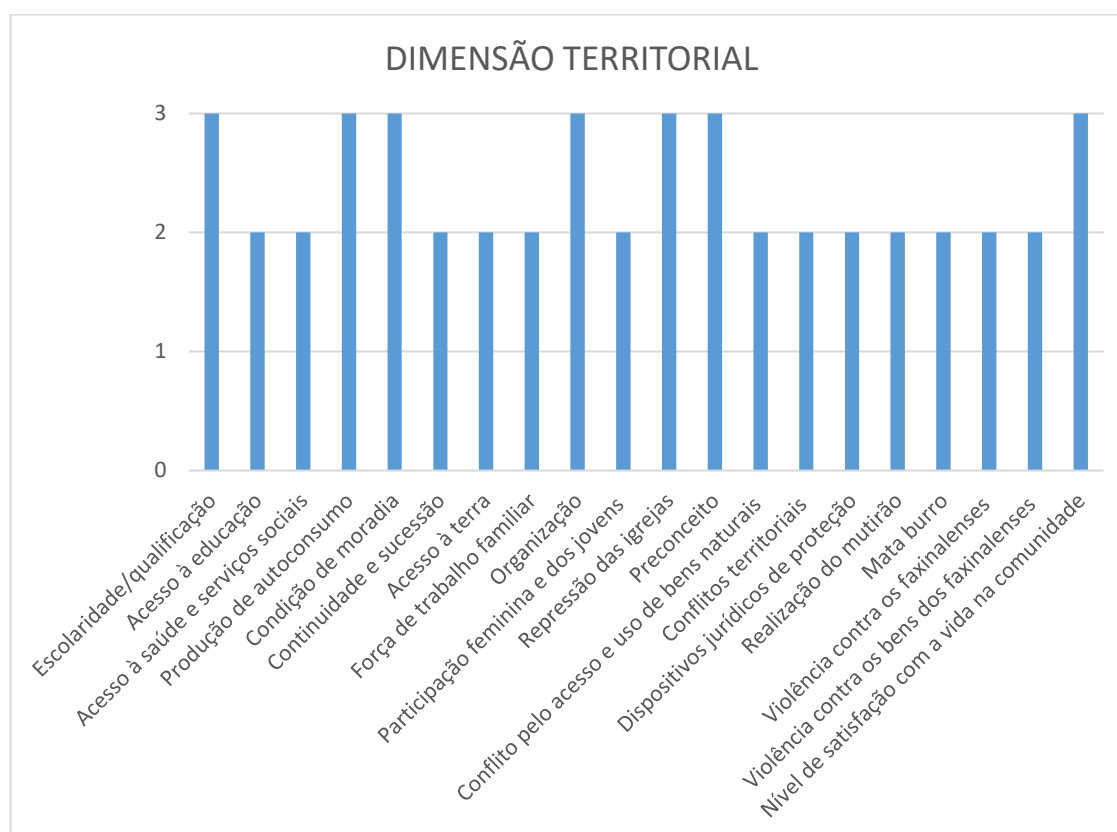
Fonte: Dona Nica (2022), ANVISA (2017) e PPMAC (2024)

Nota: O uso das plantas está condicionado ao saber-fazer tradicional, portanto, o preparo e os resultados estão relacionados a esse conhecimento, sendo que não indica-se o uso sem a presença da pessoa detentora do saber-fazer.

Atualmente no Faxinal Charqueada dos Betim, 43% dos chefes de família são aposentados ou pensionistas, e a comunidade enfrenta uma fase de intenso êxodo rural. Esse movimento, sobretudo dos jovens para os centros urbanos, está condicionado a uma das principais reclamações dos faxinalenses — dificuldade no acesso à educação, contrariando o posicionamento do Governo do Estado do Paraná que coloca que “a identidade da escola é construída a partir da participação das famílias, educandos e educadores. Luta-se para manter as escolas no campo e com identidade marcada pela participação popular (identidade do campo)” (APEC, 2018). A única escola que existia na comunidade foi fechada na década de 1990, obrigando o deslocamento dos estudantes até a área urbana de Imbaú. Nota-se, a partir daí, que esses estudantes ao se deslocarem para estudar, após a conclusão de seus estudos, não retornam à comunidade, resultando em uma descontinuidade na sucessão das famílias e atividades tradicionais rurais (Gráfico 2).

A exemplo da dificuldade de acesso à educação, o mesmo também ocorre no (não) acesso aos serviços de saúde, reclamação frequente dos faxinalenses. A comunidade não dispõe de um posto de saúde, ou atendimento médico formal na comunidade, situação agravada pela inexistência de transporte público para o

Gráfico 2 – Dimensão Territorial – Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

deslocamento entre a comunidade e a cidade de Imbaú, ou quando ocorre a necessidade de procurar serviço de saúde em outros municípios.

A maior parte dos faxinalenses dos Betim possui suas terras com título de posse, assim como julgam as condições de suas moradias apropriadas. Durante nossas conversas, não conseguiram detalhar casos de preconceito contra o grupo ou repressão das igrejas, no entanto relataram a existência de conflitos territoriais e casos de violência contra os faxinalenses e seus bens.

O criador comum do Faxinal Charqueada dos Betim destaca-se na paisagem, sendo um espaço simbólico-cultural onde a maioria dos moradores cria animais à solta, e 70,8% dos faxinalenses são a favor de sua existência e continuidade¹⁹. A principal criação é de porcos e galinhas, sendo destinados principalmente para consumo próprio, tendo ainda pequena presença de cavalos, os quais são utilizados

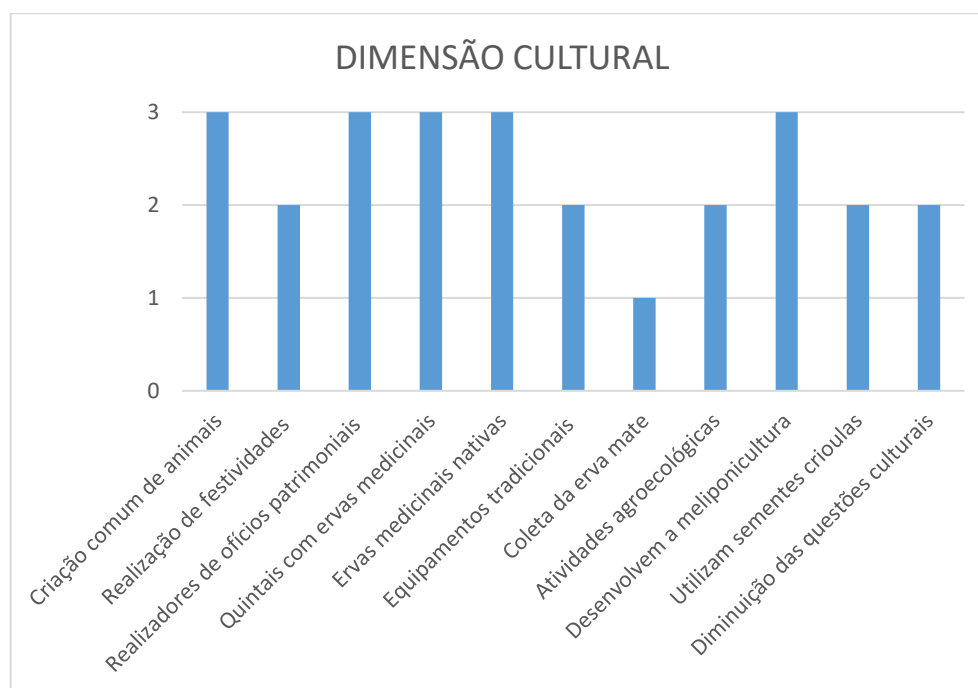
¹⁹ Das 50 famílias que residem no Faxinal Charqueada dos Betim, 33 responderam a um questionário aplicado no início de 2018 que aborda uma série de temas que serão tratados ao longo do texto, em conjunto com o questionário respondido por Sr. Pedro e Sra. Nica.

principalmente como lazer, sendo que a função desses animais como meio de transporte foi substituída pelas motos há mais de uma década (Gráfico 3).

A religião é um aspecto bastante significativo no faxinal, com influência do catolicismo popular, o qual é constituído de um hibridismo entre as práticas oficiais pela Igreja Católica e as tradicionais, as quais são fruto de cosmovisões próprias dos faxinalenses. Nesse sentido, têm-se, por exemplo, as festas que são voltadas aos santos católicos, como também as influenciadas pelo catolicismo popular, como o Monge São João Maria e a dança de São Gonçalo, sendo esta última realizada no dia 10 de janeiro.

Além disso, a religião também torna-se a responsável pela principal forma de organização dos faxinalenses dos Betim, em que os integrantes do conselho eclesiástico possuem papel relevante politicamente na comunidade, fator que ocorre na ausência de outra representação, como associações, comissões ou conselhos. Cabe ainda frisar que a Igreja Católica possui o monopólio religioso na comunidade, e, ao contrário da maioria dos faxinais do estado, nos Betim não ocorreu desterritorialização sob o ponto de vista religioso, pois, segundo Haesbaert (2016),

Gráfico 3 – Dimensão cultural – Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

em territórios marcados por traços étnico-culturais, a identidade depende dessas referências, tenham elas um caráter mais concreto ou mais simbólico. A esse respeito, Floriani e Floriani (2020) destacam que as igrejas neopentecostais têm provocado o desmantelamento nas comunidades, sendo responsáveis, muitas vezes, pela extinção de práticas sociais coletivas, como os mutirões e festividades, visto que essas igrejas são sustentadas na teologia da prosperidade, a qual prega o individualismo e a apropriação privada dos bens comuns.

Mesmo com a diminuição na realização dos mutirões, em que, por exemplo, não utilizam mais essa mobilização para a manutenção das cercas externas do criador comum, mata-burros ou dos valos, as festividades continuam sendo realizadas por meio da prática coletiva. Nesse caso, as tarefas são divididas por afinidade dos integrantes, tendo aqueles mais familiarizados com atividades da cozinha, vendas, músicos e assim por diante (Figura 24). Foi ressaltado por Sra. Nica que as atividades culturais têm diminuído na comunidade, sendo por um lado o período pandêmico um dos responsáveis, como também a chegada de novas famílias e a falta de interesse dos jovens se configuram como fatores para essa atenuação.

Na interface entre os aspectos culturais, ambientais e econômicos encontra-se a meliponicultura, atividade desenvolvida no Faxinal Charqueada dos Betim, inclusive é prática participante dentro do âmbito do projeto “NEA: Núcleo de estudos e capacitação sociotécnica em agroecologia nos territórios faxinalenses”. A criação racional das abelhas nativas sem ferrão possui importância ambiental, pois são responsáveis pela polinização de até 80% da vegetação nativa (Menezes, 2018), colaborando com a manutenção biológica da floresta comunitária; também importância cultural, pois faz parte da vivência faxinalense, sendo comum a presença de caixas dessas abelhas nas residências, onde o mel é utilizado sobretudo com finalidade medicinal; e importância econômica, visto que gera um complemento de renda para as famílias envolvidas na atividade, com a comercialização de diversos produtos e subprodutos, como o mel, própolis, cera, assim como as caixas racionais, colmeias, caixas iscas, além da locação de enxames, que são utilizados na polinização de algumas culturas, como é caso do morango, sendo que a inserção nos mercados ocorre por meio de um circuito curto de comercialização.

Figura 24 – Cartaz de festa no Faxinal Charqueada dos Betim

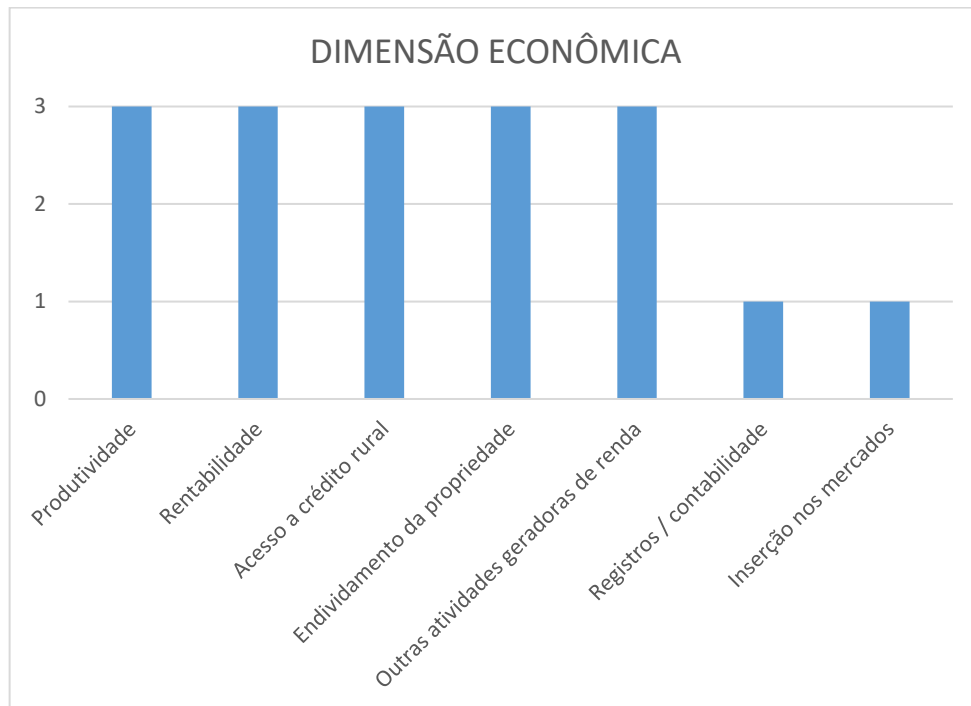


Fonte: O autor

No que tange à dimensão econômica referente ao questionário (Gráfico 4), foi destacado durante as entrevistas que os gastos das famílias rurais são reduzidos, isso em comparação a uma família urbana, e salientam que a produtividade e a rentabilidade, mesmo não sendo em grande quantidade, é destacada como suficiente. Nesse sentido, podemos evidenciar aqui certo grau de autonomia, o que também ocorre em relação às condições de acesso a crédito rural, no qual mesmo tendo direito não fazem uso, e consequentemente não possuem dívidas.

Ademais, destaca-se que, em meados de 2019, a comunidade passou por um momento de organização interna visando ser contemplada com direitos que atendam esses novos sujeitos sociais (Shiraishi Neto, 2013). Para tanto, algumas reuniões ocorreram na comunidade onde professores do IFPR – Telêmaco Borba e Paranaguá e membros da APF atuaram no sentido de auxiliar na organização e coordenação dos trabalhos, ocasião em que foram tratados aspectos de legislação, cultura, economia, entre outras dúvidas que surgiram durante os encontros (Figura 25).

Gráfico 4 – Dimensão econômica – Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Figura 25 – Reunião no Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: Bahr (2019)

Em um primeiro momento, formou-se uma equipe de faxinalenses dos Betim para conhecer uma ARESUR, que em 22 de abril de 2019 se dirigiu ao Faxinal Saudade Santa Anita, no município de Turvo, onde *in loco* puderam conhecer um pouco mais sobre uma comunidade que se enquadra nessa categoria de Unidade de Conservação do Estado do Paraná. Na ocasião, diversas questões foram observadas e discutidas, e tiveram a oportunidade de fazer uma visita guiada para conversar com os moradores do faxinal e observar aspectos ambientais e econômicos, além de culturais e sociais.

No mesmo ano, em 20 de outubro, uma equipe do Faxinal Charqueada dos Betim participou do 8º Encontro dos Povos Faxinalenses, no município de Rebouças, momento ímpar em que participaram das atividades propostas, como visitas guiadas ao Faxinal Marmeleiro de Baixo, palestras e seminários cujo intercâmbio de ideias evidenciou a compatibilidade identitária (Figura 26).

Figura 26 – Participação no 8º Encontro dos Povos Faxinalenses



Fonte: O autor

A partir de então, duas frentes de trabalho iniciam, uma no sentido da busca pelo enquadramento da comunidade enquanto ARESUR e outra visando à criação de lei municipal. Com relação à ARESUR, o processo não progrediu, pois dependia de lei criada e sancionada pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio do IAT (Instituto Água e Terra). Nesse sentido, destacamos que a conjuntura do próprio governo estadual é totalmente desfavorável, visto, por exemplo, que as últimas comunidades a integrarem essa categoria de Unidade de Conservação ocorreram no longínquo ano de 2013, e o governo atual não está aberto a essa discussão.

No contexto local, os vereadores Maristela Pelissaro e David José Antunes Teixeira se mostraram simpatizantes à ideia, contribuindo para a elaboração e a efetivação da Lei Municipal. Os encaminhamentos tiveram início com o aceno positivo da comunidade, que durante as reuniões realizadas no faxinal viram a lei como um importante instrumento de segurança jurídica. A partir daí, foi realizada uma reunião da Câmara de Vereadores de Imbaú, com a presença dos faxinalenses, vereadores e comunidade, visando a esclarecimentos gerais. Na sequência, os vereadores mencionados elaboram o projeto de lei que foi votado em 13 de dezembro de 2019 (Figura 27), em audiência com a câmara repleta de faxinalenses, e em 17 de dezembro de 2019 foi sancionada a Lei nº 640²⁰, que

Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus Acordos Comunitários, que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum, nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema Faxinal no Município de Imbaú, Estado do Paraná (Imbaú, 2019).

Logo após esse importante processo organizacional da comunidade, os anos seguintes foram marcados por certa desmobilização, ocasionada em certa medida pela pandemia de COVID-19 e sua eminente necessidade de afastamento social, mas sobretudo pelas ações tomadas por sujeitos atrelados ao capital, com o cercamento de áreas de uso coletivo, ameaçando assim o criador comum e consequentemente as atividades tradicionais, além da cooptação de alguns faxinalenses, com a oferta de emprego, benefícios nas terras doravante cercadas e alguns donativos.

Esses sujeitos ligados ao sistema hegemônico são também responsáveis por diversos conflitos que se encontram presentes na comunidade, ou mesmo no entorno,

²⁰ ANEXO B – LEI Nº 640, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Figura 27 – Votação da Lei Municipal – Câmara Municipal de Imbaú



Fonte: O autor

divergências as quais possuem influências diretas no território tradicional. Sob a abordagem territorial, a colocação de fechos em áreas de uso comum, junto à destruição de mata-burros, torna-se o maior problema, pois acaba limitando o criador comum, assim como o uso coletivo dos recursos naturais (Figuras 28 e 29).

Em uma perspectiva socioambiental, os conflitos são relacionados às disparidades de racionalidades, refletindo em alterações degradacionais do ambiente, resultando em influências negativas diretas aos faxinalenses. Nesse sentido, foi destacado pelos moradores dos Betim o desmatamento da mata nativa e o consequente reflorestamento com árvores exóticas, com 1,7% do território tradicional atualmente ocupado por reflorestamentos de eucalipto, área que a princípio era ocupada para o plantio de alimentos. O que *a priori* pode parecer pouco é tido com grande preocupação pelos faxinalenses, visto que esse uso passou a ocorrer nos últimos 10 anos, além de boa parte do entorno já apresentar grandes áreas com eucalipto (Figura 30).

A água também é ressaltada pelos faxinalenses como alvo de poluição, sobretudo devido ao uso de agrotóxicos que é realizado nas imediações, apresentando alterações visuais negativas em suas características físicas, e ainda o que corrobora essa afirmação é a diminuição no número de peixes.

Diante do exposto, os índices obtidos no Faxinal Charqueada dos Betim, em todas as dimensões, apresentaram situação acima da média estipulada, indicando

Figura 28 – Cercamento de áreas de uso comum



Fonte: O autor

Figura 29 – Mata-burro destruído



Fonte: O autor

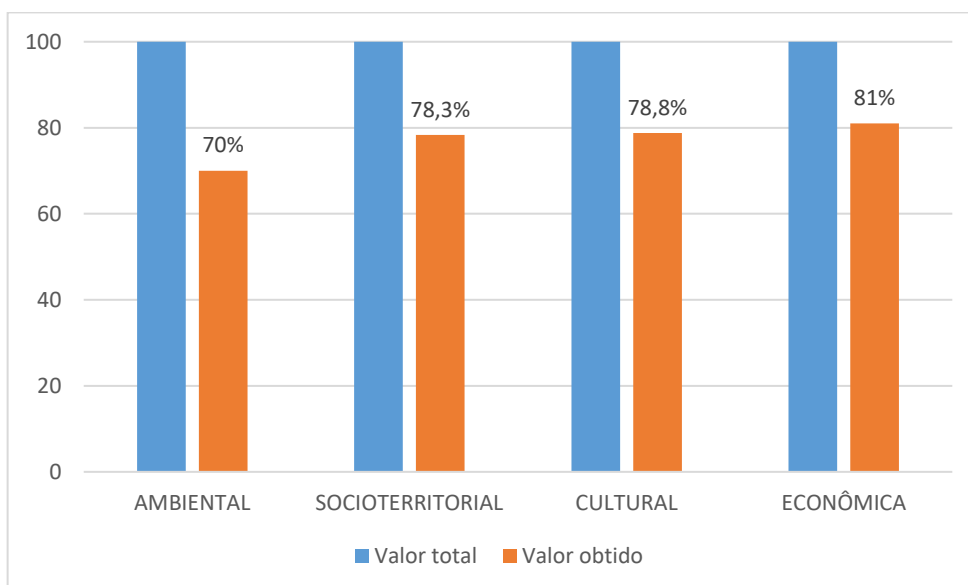
Figura 30 – Uso da terra com eucalipto



Fonte: O autor

que o Faxinal Charqueada dos Betim se enquadra no grau máximo de autonomia socioambiental, com índice 153, conforme índices apresentados no Gráfico 5 e na Tabela 3.

Gráfico 5 – Índices por dimensões (%) – Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

Tabela 3 – Indicadores do Faxinal Charqueada dos Betim

DIMENSÕES	ÍNDICADORES
AMBIENTAL	63
TERRITORIAL	47
CULTURAL	26
ECONÔMICA	17
TOTAL¹:	153

Fonte: O autor

¹ Nota:

- Grau mínimo de autonomia: até 50% (abaixo de 103);
- Grau médio de autonomia: entre 50 e 70% (entre 103 e 142);
- Grau máximo de autonomia: mais de 70% (acima de 142).

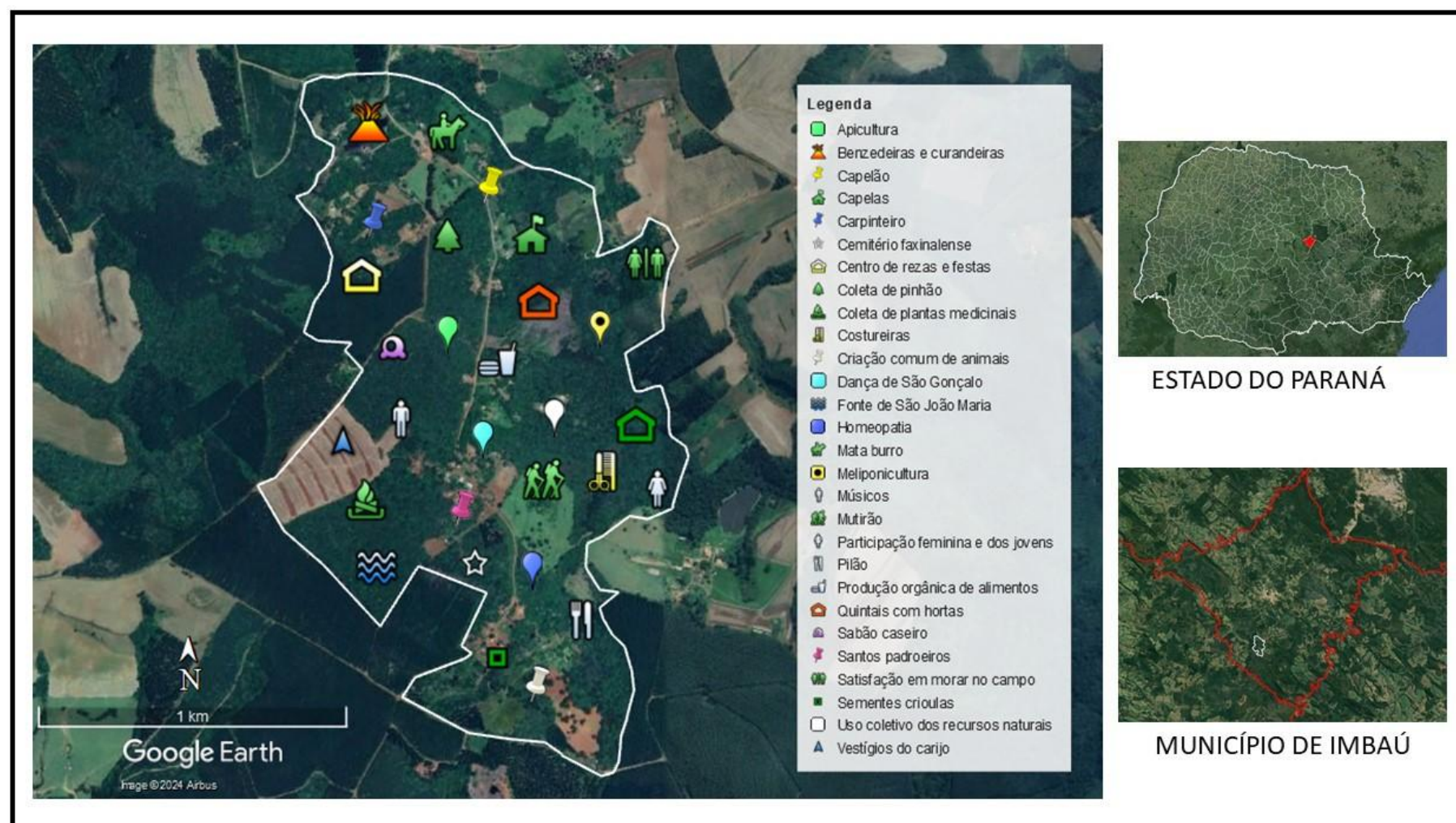
Após a análise dos indicadores fornecidos pela tabela acima, verifica-se que o maior índice do Faxinal Charqueada dos Betim foi na dimensão econômica, com 17 pontos, o que corresponde a 81% do total. Isso ocorreu, de acordo com os próprios faxinalenses, como resultado de sua produção interna, que, embora seja em pequena escala, supre a subsistência local. Ainda, a opção por não utilizarem de crédito rural decorre do desejo de não contraírem dívidas, e a pequena comercialização do excedente dos produtos, acrescida das aposentadorias e pensões, é suficiente para a manutenção das famílias.

Na sequência, a dimensão cultural apresentou o maior índice, com 78,8%, e apenas um indicador foi designado no parâmetro mais baixo, demonstrando a importância dos aspectos culturais para a comunidade. Posteriormente, a dimensão territorial indicou 78,3%, sinalizando algumas deficiências, sobretudo as de responsabilidade do Estado, bem como a existência de conflitos socioterritoriais. E, por fim, a dimensão que apresentou o menor índice foi a ambiental, que, mesmo sendo baixa, se encontra na média estipulada (70%), indicando a sua maior fragilidade.

Sendo assim, foi possível mapear o patrimônio geográfico do Faxinal Charqueada dos Betim, ou seja, seus saberes e práticas tradicionais territorializados (Figura 31). Esse mapeamento, cujo resultado é proveniente dos relatos e memórias dos faxinalenses, bem como das observações realizadas em campo, compreende o recorte espaço-temporal atual, sendo frisado que mesmo que algumas atividades tenham sido deixadas de serem praticadas ao longo dos anos, acentuam que a maioria permanece presente, inclusive, algumas foram ressignificadas.

Esse patrimônio geográfico é constituído pelo desenvolvimento da apicultura, da meliponicultura, da criação comum de porcos e galinhas, do uso coletivo dos

Figura 31 – Patrimônio Geográfico do Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

recursos naturais, o mutirão, o feitiço do sabão caseiro, a coleta do pinhão e de plantas medicinais, assim como a presença de carpinteiros, costureiras e músicos. Algumas destas práticas estão diretamente ligadas a religiosidade, como a devoção aos santos padroeiros, a presença das benzedadeiras e curandeiras, do capelão e da Dança de São Gonçalo, sendo que muitas são praticadas nos espaços sagrados, como as capelas, centro de rezas e festas, e mesmo na fonte de São João Maria.

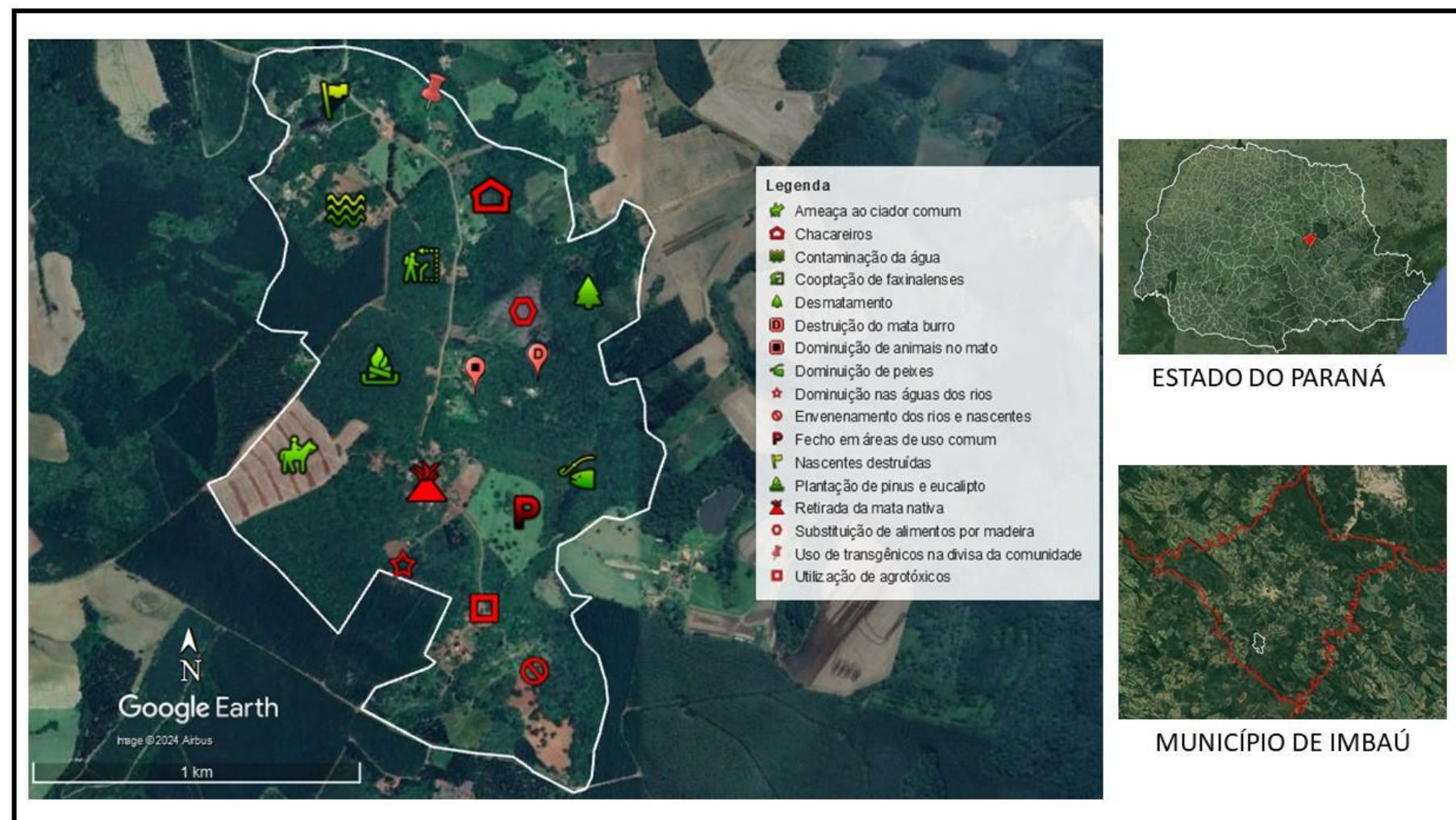
Ainda, praticam uma agricultura de subsistência baseada na produção orgânica de alimentos, muitas delas com o uso de sementes crioulas, assim como possuem nos quintais das casas hortas onde cultivam verduras, legumes e plantas medicinais. Também, destaca-se diversos espaços e objetos relevantes à cultura faxinalense, como os mata-burros, vestígios do carijo, pilão e o cemitério faxinalense. Tudo o que foi aqui destacado, associado a crescente participação de mulheres e jovens, resultam em satisfação por parte desses sujeitos em morar na comunidade.

Também foi mapeado os principais conflitos existentes no território tradicional, assim como aqueles que ocorrem no entorno e, no entanto, apresentam consequências diretas aos faxinalenses (Figura 32). Entendendo que os principais problemas estão relacionados as ameaças ao criador comum, essas decorrem devido a presença de chacareiros, do desmatamento, da destruição dos mata-burros e da colocação de fechos em áreas de uso comum. As adjacências do faxinal apresentam um panorama associado a substituição do plantio de alimentos por madeiras, com pinus e eucalipto, destruição de nascentes e a retirada da mata nativa, além da utilização de agrotóxicos e o uso de transgênicos, a contaminação e envenenamento dos rios e nascentes, resultando na diminuição da quantidade de água, de peixes e de animais no mato.

4.2 FAXINAL SETE SALTOS DE BAIXO

O Faxinal Sete Saltos de Baixo está localizado no Distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa, comunidade-alvo do maior número de pesquisas entre as aqui estudadas, principalmente pela atuação de pesquisadores da UEPG. Para esta seção do capítulo, os resultados apresentados referem-se às entrevistas com informantes-chave, realizadas em 5 de setembro de 2022 e 1 de maio de 2024, com

Figura 32 – Conflitos no Faxinal Charqueada dos Betim



Fonte: O autor

família de faxinalenses que reside há mais de 40 anos no faxinal, e, ainda, complementam-se com informações coletadas por meio de inúmeras conversas que ocorreram de forma remota, realizadas por aplicativo de mensagem.

Meu primeiro contato com a família faxinalense do Sr. Antônio Chagas, assim como com o próprio Faxinal Sete Saltos de Baixo, foi em uma manhã fria e chuvosa de inverno, temperatura essa amenizada pelo calor do fogão à lenha que aquecia toda a casa de madeira e pelo carinho com que ocorreu o acolhimento. Apesar de não conhecer a família e de ter recebido a indicação por amigos em comum, a recepção foi de grande esmero, e a conversa fluiu de maneira muito proveitosa.

Durante a minha permanência, Sr. Antônio estava acompanhado de sua esposa, a Sra. Cila, e de sua filha, a Sra. Marli, a atual presidenta da Associação dos Moradores de Sete Saltos, movimento social faxinalense criado em 1995. A associação exerce papel relevante no faxinal, que entre outras atribuições é responsável pela organização do mutirão anual para a manutenção dos vedos e cercas. Sobre a associação, a Sra. Marli comenta que atualmente tem tido pouca participação dos faxinalenses durante as reuniões, argumentando que “o povo está desacreditado”, devido sobretudo à falta de políticas públicas que atendam às suas demandas.

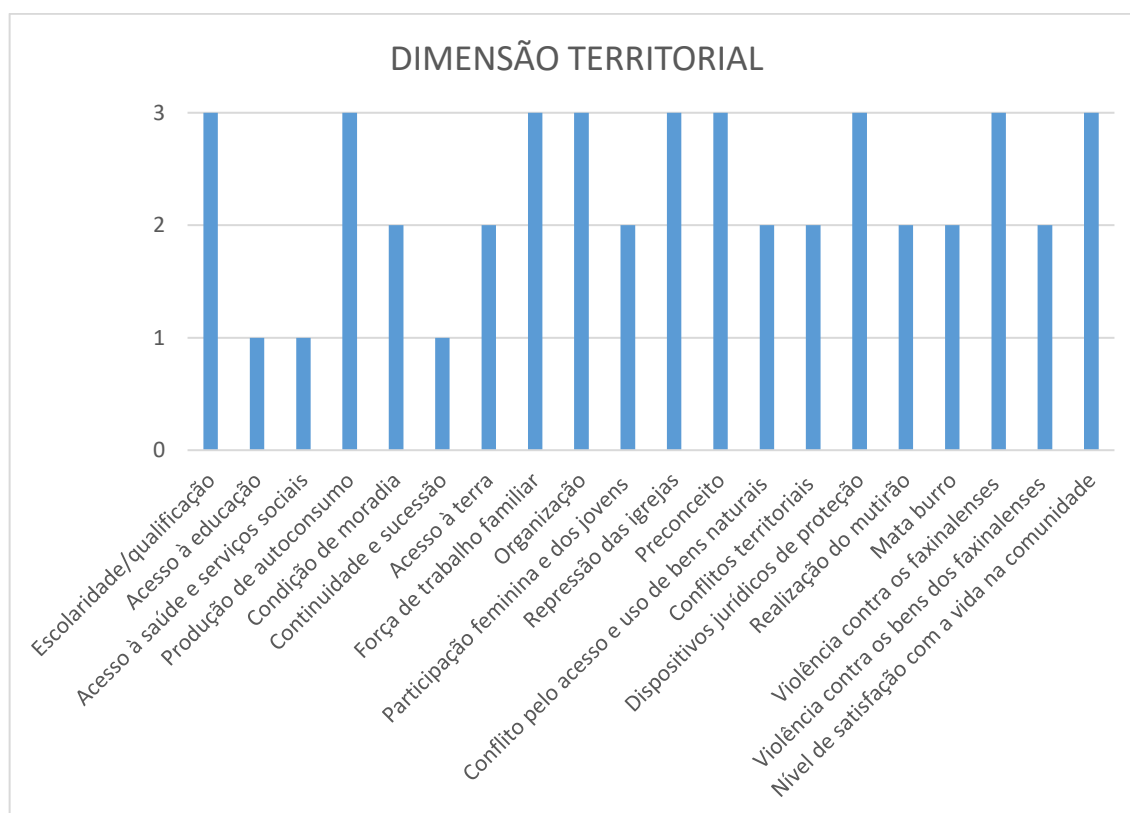
No faxinal residem atualmente 58 famílias, as quais estão distribuídas pelos 3.817 ha do território tradicional (Moro; Lima, 2012), sendo que 106,30 ha compreendem a ARESUR Sete Saltos de Baixo, criada em maio de 2013 (Paraná, 2013). A esse respeito, Gonçalves (2018) tece uma crítica, que mesmo com a inserção da comunidade no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, os faxinalenses são constantemente colocados na invisibilidade social e política, como a dificuldade de deslocamento que possuem, devido às condições precárias das estradas, além de serem desprovidos de um sistema de transporte coletivo público. Soma-se a isso o fato de a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa nunca ter feito o repasse do ICMS Ecológico, o qual possui a incumbência de atender às necessidades da comunidade.

De acordo com moradores da comunidade, o faxinal teve início há mais de um século, quando Francisco Timóteo Ferreira adquiriu terras de posseiros que vieram de Guarapuava, onde foram feitos valos e cercas que deram início ao criador comum, prática aceita e adotada pelos moradores que vieram posteriormente. Hodiernamente a comunidade é constituída basicamente por famílias de aposentados

que se dedicam às atividades de subsistência, principalmente com a criação de porcos e frangos, assim como as hortas que se localizam próximo às residências. De acordo com os faxinalenses, não ocorre interesse por boa parte da juventude em se manter na comunidade, e a falta de motivação decorre da dificuldade do trabalho rural e da ausência de serviços básicos, como educação e saúde (Gráfico 6).

Durante nossas conversas, foram frequentes nas narrativas expostas as dificuldades enfrentadas no passado — “naquele tempo”, termo utilizado para lembrar o penoso trabalho no campo, como a derrubada das capoeiras, as queimadas, as roçadas para o plantio, fatores argumentados pelos faxinalenses mais velhos como motivos para que a juventude opte pela não continuidade das atividades tradicionais, fatores responsáveis pelo êxodo rural. Nesse sentido, o Sr. Antônio explica que “a gente se criou-se na roça, naquele tempo era penoso. No tempo do milho era roça de capoeira, chegava o mês de abril o cara deitava a foice roçando capoeira grossa [...]”

Gráfico 6 – Dimensão territorial – Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

queimava e plantava, depois carpia de enxada dois alqueires, dois e pouco, e hoje eles não querem nada”²¹.

Nessa frase, o Sr. Antônio destaca uma mudança de perspectiva, referindo-se aos mais jovens, alegando que a juventude tem preferido vender a mão de obra para as empresas locais, como o caso da Águia Florestal. Nesse sentido, a Sra. Marli complementa quando comenta que “os novos desistem, vão trabalhar de empregado. Já não plantam roça, e para ter os bichinhos tem que ter com o que tratar eles, e se for para comprar não compensa”.

Ainda diante das dificuldades enfrentadas, os faxinalenses destacam a visita esporádica do médico à comunidade, realizada a cada 15 dias, com o atendimento de seis pessoas por dia de atendimento. Em outros casos, é necessário o deslocamento até a comunidade do Cerrado, cerca de 25 km, e nessa situação é preciso veículo próprio, pois não existe transporte coletivo que realize o itinerário.

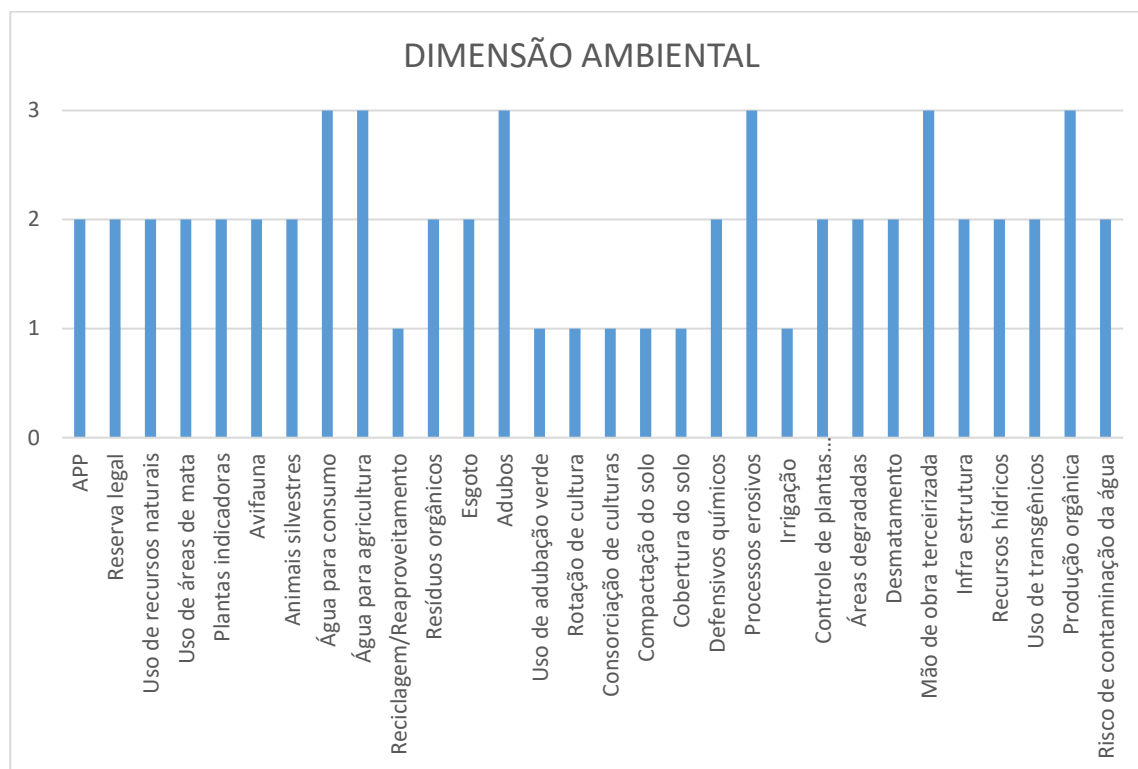
Esse fato se assemelha à prestação do serviço de educação: em um primeiro momento os alunos frequentavam a escola da comunidade, a qual foi extinta na década de 1990; a partir daí, os estudantes passaram a estudar na comunidade de Santa Cruz, localizada no município de Campo Largo, mas uma política municipal causou ruptura no atendimento aos alunos que residiam em outros municípios, fazendo com que as crianças e os adolescentes passassem a estudar no Cerrado, trajeto que leva mais de uma hora, sendo realizado em uma van até um trecho e posteriormente por ônibus.

Essa dificuldade no deslocamento é ocasionada pelas más condições de qualidade das vias, com piora em dias de chuva. Segundo os faxinalenses a manutenção é esporádica, e a agenda da prefeitura é insuficiente para que as estradas estejam em condições de trafegabilidade, e, ainda, soma-se a burocracia na solicitação dos serviços.

Os saberes e as práticas tradicionais estão bastante presentes na comunidade, que, além da criação comum de animais, realiza o uso sustentável dos recursos naturais, resultando, por exemplo, em presença significativa da vegetação, sobretudo da APP do Rio Sete Saltos (Gráfico 7). Os relatos explanam que há cerca de 20 anos realizavam a coleta da erva-mate em plenitude, sendo que atualmente os exemplares são muito restritos, apesar de ainda preservarem o carijó. Diante dos

²¹ Entrevista concedida ao autor, em 5 de setembro de 2022.

Gráfico 7 – Dimensão ambiental – Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: Bahr (2024)

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

indicadores relacionados à dimensão ambiental, o relato é que diminuiu significativamente o número de aves, assim como de animais silvestres, podendo ainda serem vistos catetos (*Pecari tajacu*) e cutias (*Dasyprocta azarae*).

Na comunidade não existe serviço de coleta de lixo, mesmo com a solicitação realizada junto à prefeitura, sendo que os resíduos são queimados pelos próprios moradores, e os materiais que assim permitem são reaproveitados. A água utilizada pelos moradores nas residências e hortas provém de nascente (Figura 33), já o destino dos esgotos são as fossas rudimentares.

A água, inclusive, é motivo de conflitos internos entre os faxinalenses e as famílias de neorurais que adquiriam terras no interior do criador comum – os chacareiros. De acordo com os faxinalenses, a quantidade de água é suficiente para a manutenção de suas famílias, mas com a chegada de grande número de chacareiros e, conseqüentemente, o aumento expressivo no consumo de água, isso tem se tornado um problema, com previsão de escassez.

Figura 33 – Nascente d'água no Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: Comunidade Tradicional Faxinalense Sete Saltos de Baixo (2024)

Os conflitos com os chacareiros fazem parte reiteradamente dos relatos dos faxinalenses, que, além da questão da água, também destacam que com a instalação dessas chácaras ocorre a supressão da vegetação original e o cercamento de suas áreas, diminuindo o tamanho do criador comum. É destacado, ainda, como uma forma recente de contenção no parcelamento da terra no interior do faxinal, sobretudo do criador comum, a ação da COPEL, que somente tem realizado novas instalações elétricas em terrenos com documentação regular.

A maioria das terras de plantar do Faxinal Sete Saltos de Baixo atualmente encontra-se arrendada para o plantio de soja, ou mesmo ocupada por reflorestamentos de pinus e eucalipto, diferentemente do que foi constatado por Monteiro e Löwen Sahr (2005), que à época essas terras eram destinadas a uma agricultura de subsistência, com roças de feijão, milho, batata e mandioca, adotando um sistema de rotação de terras. Como resultado do processo de efetivação do modelo modernizador no espaço rural, com a implementação de um arcabouço tecnológico, os aspectos culturais enraizados localmente não foram levados em conta, sendo, nesse sentido, julgados pelos atores atrelados ao sistema hegemônico como atrasados, retrógrados e obsoletos.

Destacam-se na paisagem do Faxinal Sete Saltos de Baixo, o criador comum, com porcos e frangos criados soltos, três mata-burros (Figuras 34), a Igreja Nossa Senhora de Aparecida, bem como as residências dos faxinalenses com suas hortas, as quais são anexas às casas, e nelas é possível encontrar hortaliças, temperos e plantas medicinais. A paisagem ainda é marcada pelas antigas terras de plantar, onde a agricultura de subsistência tem de forma acelerada dado lugar à monotonia da agricultura comercial e dos reflorestamentos com árvores exóticas (Gráfico 8).

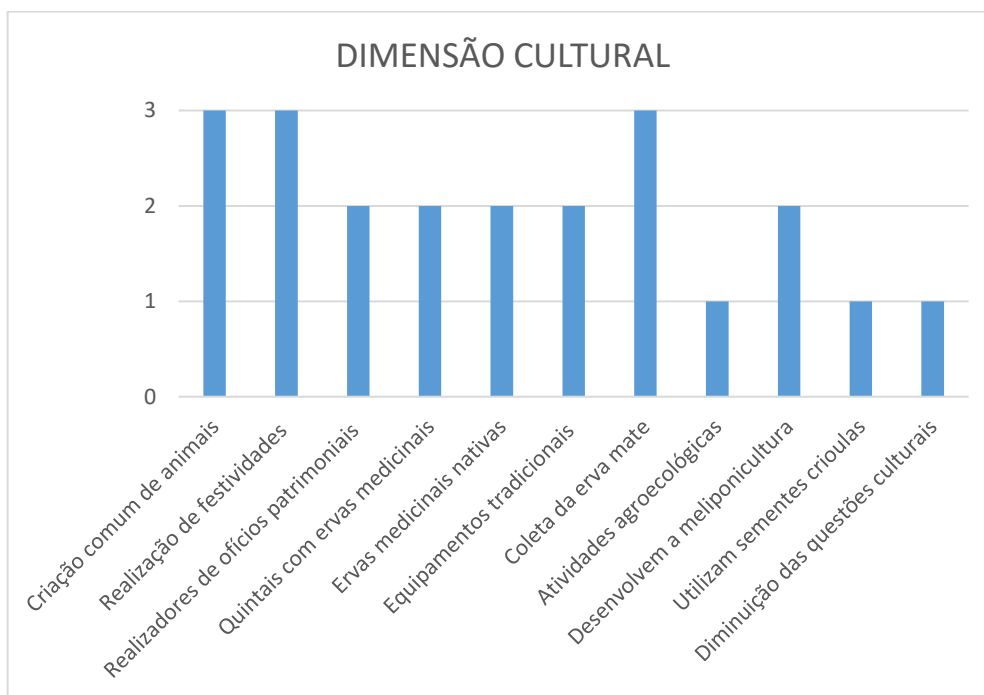
A religião no faxinal possui um papel cultural-simbólico bastante importante (Figura 35), com a presença hegemônica da Igreja Católica, sendo a padroeira da comunidade Nossa Senhora Aparecida. Nesse sentido, a demarcação das festividades realizadas na comunidade está associada ao calendário festivo do catolicismo, como as festas juninas, compostas pelo casamento caipira, fogueira e o baile até meia-noite (Figura 36), e ainda as demais festas que são organizadas em um sistema de mutirão, as quais contam com a celebração de missas, almoços

Figura 34 – Mata-burro no Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

Gráfico 8 – Dimensão cultural – Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Figura 35 – Ornamentação religiosa em casa faxinalense



Fonte: O autor

Figura 36 – Cartaz de festa no Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: Comunidade Tradicional Faxinalense Sete Saltos de Baixo (2024)

comunitários, bingos e rifas para arrecadação de fundos, sempre com grande participação de faxinalenses, moradores de comunidades vizinhas e de antigos moradores do faxinal.

Ainda, faz parte da tradição faxinalense local a realização das festas caseiras, como a celebração proposta pelo Sr. Antônio, realizada no dia 28 de outubro. A Sra. Marli diz que nesse dia “a reza é tipo uma hora, duas horas da tarde, aí faz a mesa dos anjos, depois a comida dos grandes, tipo umas 3 horas o pessoal tá almoçando. Daí tem o leilão. Isso já vem dos tempos dos meus avós”²².

Quando indagados sobre a presença de benzedeiras na comunidade, relataram sobre a Sra. Nita, que já não realiza as atividades devido à idade avançada: “Antes tinha mais, mas a maioria do pessoal mais velho foi falecendo, e os mais novos não vai tendo interesse.” Mesmo diante da ausência dos conhecedores de ofícios de cura, é de conhecimento de uma parcela dos faxinalenses a identificação e o uso de plantas com finalidade medicinal, conforme Staniski, Floriani e Strachulski (2014)

²² Entrevista concedida ao autor, em 5 de setembro de 2022.

(Quadro 8). Ainda que exista o predomínio católico, o Sr. Antônio relata um fato marcante relacionado à intolerância religiosa, quando um novo proprietário no faxinal — chacareiro — matou um porco seu, que era criado solto, com a justificativa de não gostar do animal por crenças religiosas.

Quadro 8 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Sete Saltos de Baixo

(continua)

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	PARTE UTILIZADA	FORMA DE USO	INDICAÇÃO
Agrião	<i>Nasturtium officinalis</i> L.	Naturalizada	Folhas	Xarope	Gripe
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Naturalizada	Folhas	Chá	Diarreia
Alevante	<i>Mentha spicata</i> L.	Naturalizada	Folhas	Chá	Vermes
Alfavaca	<i>Oncimum selloi</i> Benth.	Nativa	Folhas	Chá	Rim, gripe
Araçá	<i>Psidium catteianum</i> Sabine	Nativa	Casca	Chá	Câncer
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Naturalizada	Folhas	Chá	Dor de cabeça
Baradana	<i>Arctium minus</i> (Hill) Bernh	Naturalizada	Raiz	Chá	Problema no sangue
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Naturalizada	Folhas	Chá	Estômago
Cabriúva	<i>Myrocarpus</i> sp.	Nativa	Casca	Chá	Ferimentos na pele, problemas de pele
Cânfora	<i>Cinnamomum camphora</i> (L.) J. Presl.	Cultivada	Folhas	Chá	Estômago
Caroba	<i>Jacaranda</i> sp.	Nativa	Folhas	Chá e banho	Ferimentos na pele, problemas de sangue
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> L. (Less.) DC.	Nativa	Folhas	Chá e banho	Emagrecedor, friagem, dor, inchaço (banho)
Carrapicho	<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze	Nativa	Folhas	Chá	Rim
Chapéu-de-couro	<i>Echinodorus glandiflorus</i> (Cham. & Schltr.) Micheli	Nativa	Folhas	Chá e chimarrão	Infecção, gripe, infecção no sistema urinário
Cipó-de-São-João	<i>Pyrostegia venusta</i> (Ker Gawl.) Miers	Nativa	Toda a planta (jovem)	Banho	Infecção no trato urinário

Quadro 8 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Sete Saltos de Baixo (continuação)

Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Naturalizada	Folha e semente	Chá	Infecção na garganta, calmante
Copaíba-da-horta	Não identificado	Não identificado	Latex	Garrafada	Câncer
Erva-de-bicho	<i>Polygonum hydropiperoides</i> Michx	Nativa	Folhas	Banho	Hemorroidas
Erva-de-lagarto	<i>Diodia alata</i> Nees & Mart	Nativa	Folhas	Banho	Infecção do útero, problemas genitais
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Cultivada	Folha e semente	Chá	Bronquite, gripe, problemas intestinais
Erva-tostão	<i>Nyctaginaceae boerhaviadiffusa</i> L.	Nativa	Folhas	Chá e chimarrão	Rim
Fel-da-terra	<i>Centaurium erythraea</i> Rafn.	Naturalizada	Folha e caule	Chá	Estômago
Guabiroba	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O. Berg	Nativa	Folha	Banho	Dor reumática
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Cultivada	Raiz	Chimarrão e pastilha	Resfriado, gripe
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	Nativa	Folhas	Chá e chimarrão	Gripe, tosse
Hortelã	<i>Mentha piperita</i> L.	Cultivada	Folha	Chá	Vermes, diarreia
Hortelã preto	<i>Mentha arvensis</i> L.	Cultivada	Folha	Chá	Vermes, tosse
Ipê-roxo	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Nativa	Casca	Chá	Câncer
Laranjeira	<i>Citrus sinensis</i> L.	Cultivada	Folha ou casca	Chá	Gripe, resfriado
Louro	<i>Laurus nobilis</i> L.	Cultivada	Folha	Chá e chimarrão	Calmante
Losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Nativa	Folha	Chá macerada e	Estômago, enjoo
Maçanilha/ Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.	Naturalizada	Flor	Chá e chimarrão	Calmante, coração, bom para tudo
Manjerona	<i>Origanum majorana</i> L.	Naturalizada	Folha	Chá e xarope	Resfriado e gripe
Marcela	<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	Nativa	Flor	Chá	Gripe, dor no peito, estômago

Quadro 8 – Plantas com finalidade medicinal do Faxinal Sete Saltos de Baixo (conclusão)

Milome	<i>Aristolochia cymbifera</i> Mart. & Zucc.	Nativa	Folha e cipó	Chá e banho	Estômago, resfriado, dor nas articulações (banho)
Mimosa	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Naturalizada	Folha	Chá	Calmante
Pata-de-cavalo	<i>Cyperus rotundus</i> L.	Nativa	Toda planta (jovem)	Chá	Regulariza o ciclo menstrual
Pau-de-andrade	<i>Persea pyrifolia</i> Nees & Mart.	Nativa	Casca	Banho	Ferimentos na pele, problemas de pele
Pau-de-quina	<i>Quassia amara</i> L.	Nativa	Folha	Chá	Diarreia, infecção
Pau-de-raposa	<i>Cinnamomum stenophyllum</i> (Meisn.) Vattimo-Gil	Nativa	Casca	Chá	Câncer, diabete, ferimentos
Picão-preto	<i>Bidens pilosa</i> L.	Naturalizada	Folhas	Banho	Infecção, resfriado
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	Nativa	Casca	Chá	Câncer
Poejo Pitangueira	<i>Mentha pulegium</i> L.	Naturalizada	Folha	Chá	Gripe, tosse
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Naturalizada	Folha	Chá	Infecção urinária
Sete-Sangrias	<i>Cuphea calophylla</i> Cham. & Schltldl.	Nativa	Raiz ou toda planta	Chá	Infecção do trato urinário
Sordinha / Chorão	<i>Rhipsalis</i> sp.	Nativa	Toda planta	Emplasto	Machucadura, quebras
Tanchagem	<i>Plantago</i> sp.	Nativa	Folha	Chá	Infecções diversas
Unha-de-gato	<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.) DC.	Nativa	Cipó	Chá	Dor na coluna, vesícula
Urtiga-brava	<i>Urtica baccifera</i> (L.) Gaudich. ex Wedd.	Nativa	Raiz	Chá, chimarrão e banho	Estômago, hemorroidas, dor na coluna
Vassourinha	<i>Baccharis</i> sp.	Nativa	Toda planta (jovem)	Chá	Regulariza o ciclo menstrual
Vicke	<i>Mentha</i> sp.	Cultivada	Folha	Chá	Tosse

Fonte: Staniski; Floriani; Strachulki (2014).

Os mutirões no faxinal já foram muito mais frequentes. Nos momentos em que a prática ainda é desenvolvida, destaca-se a organização das festas (Figura 37) e a manutenção das cercas e valos, a qual ocorre anualmente. A Sra. Marli comentou que, dos 19 faxinalenses que possuem animais no criador comum, 10 participam do

mutirão anual das cercas e valos, que, além do cumprimento de seu objetivo principal que é o isolamento do criadouro, também se configura como um importante encontro social, com muito bate-papo regado a chimarrão.

Além da organização do mutirão anual dos vedos do criador, a associação de Sete Saltos de Baixo também é responsável pelo estabelecimento das normas de convivência para a comunidade, que já se encontram em prática, como a conservação dos portões sempre fechados, o não abuso da velocidade dos veículos haja vista o risco de atropelamento de pessoas e animais, assim como uma arrecadação para a manutenção dos canos e cavaletes d'água, roçadas e limpeza do poço, sendo todas estabelecidas em comum acordo durante as reuniões, com registro dessas ações realizado em atas.

Figura 37 – Mutirão para organização de festas

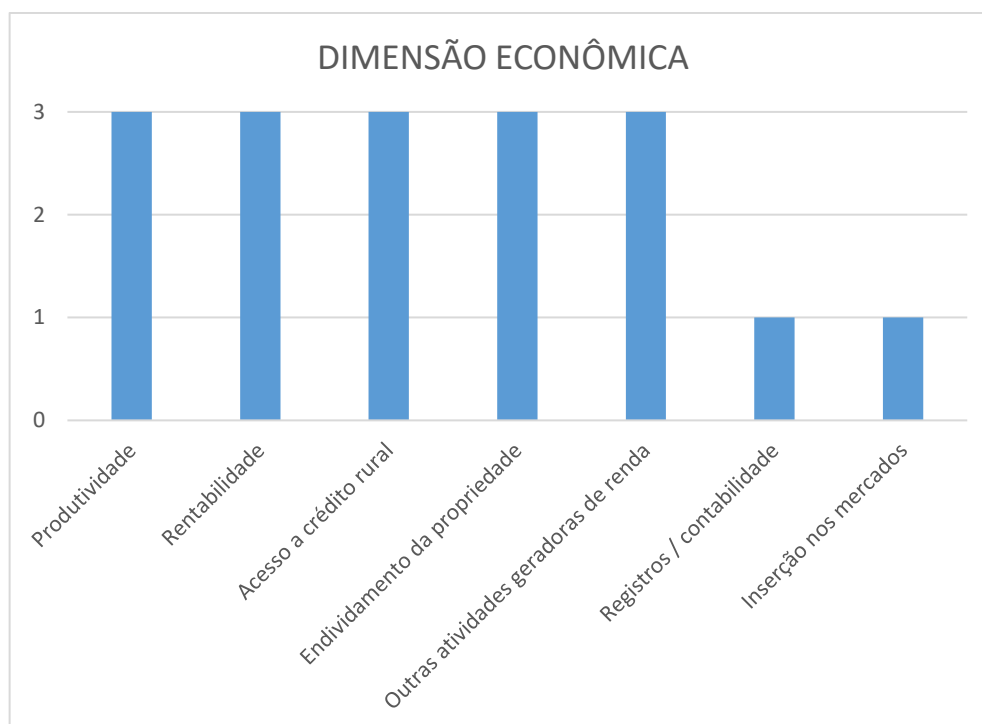


Fonte: Comunidade Tradicional Faxinalense Sete Saltos de Baixo (2024)

Com uma agricultura baseada principalmente em hortas, a produção é elencada como suficiente, e mesmo possuindo acesso aos créditos não fazem o uso, e, por isso, não possuem dívidas (Gráfico 9). Mesmo diante de uma série de dificuldades que foram relatadas aqui, ao serem indagados sobre a satisfação em morar na comunidade essa é destacada como muito grande. O Seu Antônio assim traduz essa questão: “Gosto muito daqui. Aqui eu nasci e aqui me criei”.

O quantitativo referente aos índices de autonomia socioambiental do Faxinal Sete Saltos de Baixo está expressos no Gráfico 10 e na Tabela 4, os quais demonstram que a área em estudo se enquadra no grau máximo de autonomia socioambiental, com índice 144.

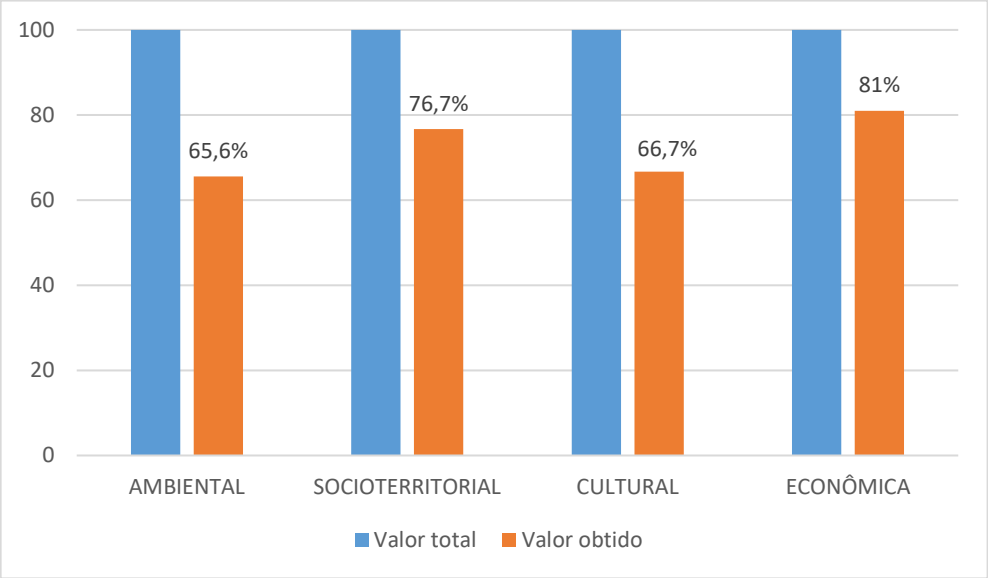
Gráfico 9 – Dimensão econômica – Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Gráfico 10 – Índices por dimensões (%) – Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: Bahr (2024)

Tabela 4 – Indicadores Faxinal Sete Saltos de Baixo

DIMENSÕES	INDICADORES
AMBIENTAL	59
TERRITORIAL	46
CULTURAL	22
ECONÔMICA	17
Total¹:	144

Fonte: O autor

- ¹ Nota:
- Grau mínimo de autonomia: até 50% (abaixo de 103);
 - Grau médio de autonomia: entre 50 e 70% (entre 103 e 142);
 - Grau máximo de autonomia: mais de 70% (acima de 142).

A dimensão econômica foi a que apresentou o melhor índice, com 81%, que a exemplo do Faxinal Charqueada dos Betim apresentou os mesmos índices relacionados aos parâmetros em que a produtividade para autoconsumo e a inexistência de dívidas, somadas aos rendimentos provenientes de aposentadoria, resultam em um quadro no qual as famílias têm suas necessidades econômicas atendidas de maneira satisfatória.

Na sequência tem-se a dimensão territorial, a qual ficou na média estipulada, com 70%, sendo que os índices apontados como negativos estão relacionados à dificuldade de acesso dos faxinalenses aos serviços sociais. Em contrapartida,

positivamente diversas questões se sobressaem, como por exemplo, a produção para autoconsumo, o trabalho familiar com grande participação de jovens e mulheres e a existência de dispositivos legais que asseguram juridicamente a comunidade, o que tem minimizado casos de violência e, por conseguinte, garantido satisfação em morar na comunidade.

Abaixo da média estipulada encontram-se as demais dimensões. Referente à cultural, mantêm-se em plenitude a criação comum de animais, a realização de festividades e a coleta da erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Em contrapartida, a presença da cultura em manter os quintais com plantas medicinais tem diminuído, ou, em alguns casos, chegou ao fim, como a realização de ofícios tradicionais de cura.

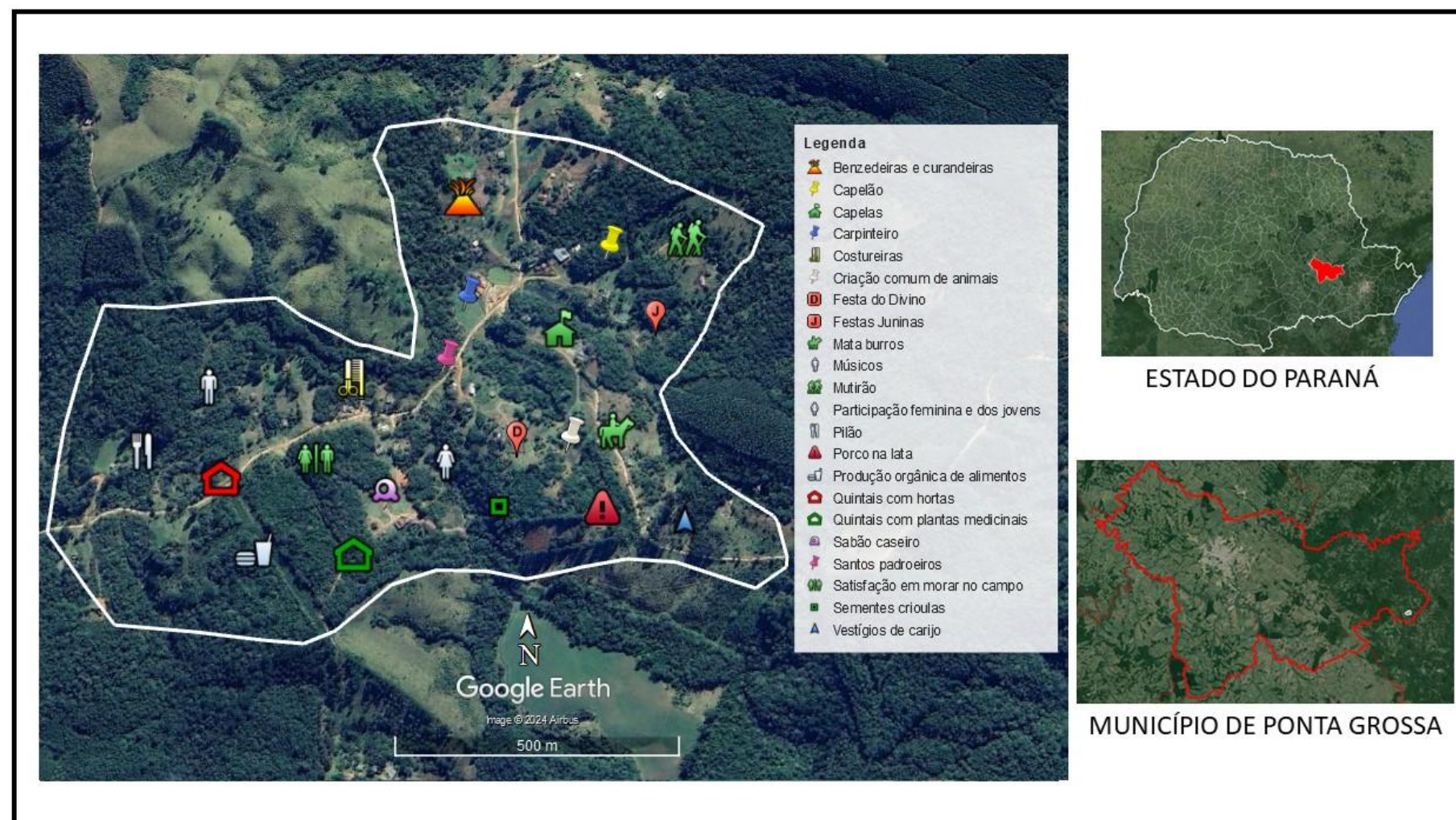
Já referente à dimensão ambiental, a maior parte dos indicadores estão inseridos no parâmetro intermediário. Positivamente podemos destacar as questões que desvelam que o manejo sustentável da floresta coletiva impacta minimamente o meio, ao passo que os índices mais baixos são referentes à ausência de práticas condizentes ao âmbito da agroecologia.

Também foi possível mapear o patrimônio geográfico do Faxinal Sete Saltos de Baixo (Figura 38), onde realizam a criação comum de porcos e galinhas, portanto encontra-se preservado o criador comum, realizam o cultivo de alimentos orgânicos visando à subsistência, utilizam sementes crioulas e contam com a presença de quintais com hortas e plantas medicinais. Ainda, praticam diversas atividades no sistema de mutirão, assim como existem na comunidade carpinteiros, costureiras e músicos, além de fazerem o sabão caseiro e o porco na lata.

Com grande influência do catolicismo popular, o faxinal conta com a presença de benzedeira e curandeiras, do capelão e grande devoção à santos padroeiros, onde também realizam a Festa do Divino e as dedicadas aos santos juninas, as quais são realizadas, sobretudo, na capela. Ainda, a comunidade conta com mata-burros, os quais foram recém reformados, vestígios do carijo e o pilão em algumas casas. De forma geral a comunidade conta com grande participação feminina e de jovens, e demonstram satisfação em morar no campo.

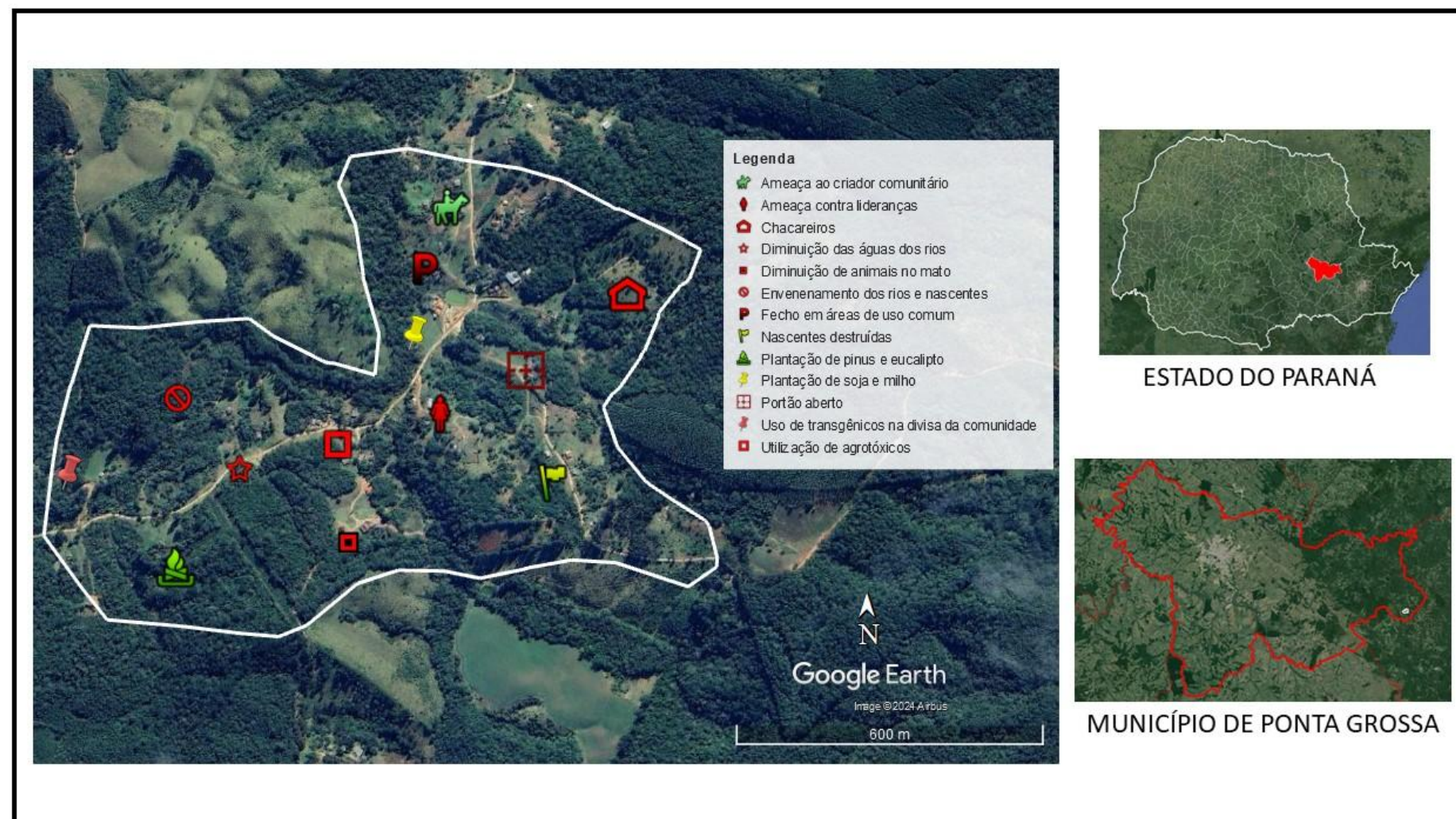
Com relação aos conflitos existentes em Sete Saltos de Baixo (Figura 39), tem destaque as ameaças ao criador comunitário, que ocorrem pela presença de chacareiros, a existência de fechos em áreas de uso comum e pela constante atitude

Figura 38 – Patrimônio Geográfico do Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

Figura 39 – Conflitos no Faxinal Sete Saltos de Baixo



Fonte: O autor

de deixarem portões abertos. A presença dos chacareiros, aliás, é um fator que tem levado a intensas disputas por água. Ainda, registra-se o envenenamento dos rios, a destruição de nascentes, a utilização de agrotóxicos e o uso de transgênicos na divisa da comunidade, o que resulta na diminuição de animais no mato e de peixes nas águas dos rios, bem como as antigas áreas destinadas a agricultura que atualmente são ocupadas por pinus, eucalipto, soja e milho. Além disso, foi destacado situações frequentes de ameaças contra lideranças.

4.3 UNIDADE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA FAXINAL SETE SALTOS DE CIMA

Também no Distrito de Itaiacoca está localizada a comunidade de Sete Saltos de Cima, a aproximadamente 50 km da área urbana de Ponta Grossa, onde encontra-se a Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima, sob responsabilidade do Sr. Antônio Ostrufka, juntamente com sua esposa a Sra. Aparecida (Cida), nossos parceiros na pesquisa. De acordo com o Sr. Antônio, o casal reside na propriedade há 20 anos, o qual conta com orgulho como transformou uma área que originalmente apresentava vários trechos degradados, em uma propriedade que atualmente é referência em agroecologia.

Meu primeiro contato com o Sr. Antônio ocorreu em sua propriedade agroecológica quando tive a oportunidade de realizar uma disciplina como aluno especial no PPGG, da UEPG. Esse encontro ocorreu em 13 e 14 de setembro de 2019, durante a Primeira Reunião do Parlamento Unitinerante de Itaiacoca (Figura 40), com mais de 30 participantes que estavam representando 20 instituições. A ocasião, inclusive, foi a certeza em minha decisão para participar da seleção para o doutorado, que iniciei no ano seguinte.

Essa decisão particular em muito está associada às verificações realizadas em campo, a partir do contato direto e próximo com sujeitos que vivem na prática aquilo que defendo nesta tese — o diálogo de saberes como caminho para a autonomia socioambiental. Estiveram presentes no evento representantes de diferentes instituições de ensino superior, fazendo aquilo que o Prof. Dimas Floriani

Figura 40 – Cartaz do evento: Vivências em Agroecologia



Fonte: O autor

defende²³: “o conhecimento das universidades para além de seus muros!”, em uma troca de saberes com estudantes, representantes do poder público, quilombolas, faxinalenses e camponeses, todos reunidos em um mesmo nível decisório.

O Sr. Antônio é presidente da ASAECO, além de ser responsável e sediar em sua propriedade o CETA, o qual é altamente ligado à causa agroecológica. Nessa perspectiva, sedia e ministra uma série de cursos aos interessados em ampliar seus conhecimentos em agricultura de base ecológica, principalmente aos moradores locais, na concepção de um diálogo de saberes. Por ser um agricultor, o Sr. Antônio aplica seus conhecimentos na prática, além de ser um entusiasta nas parcerias com trabalhos científicos.

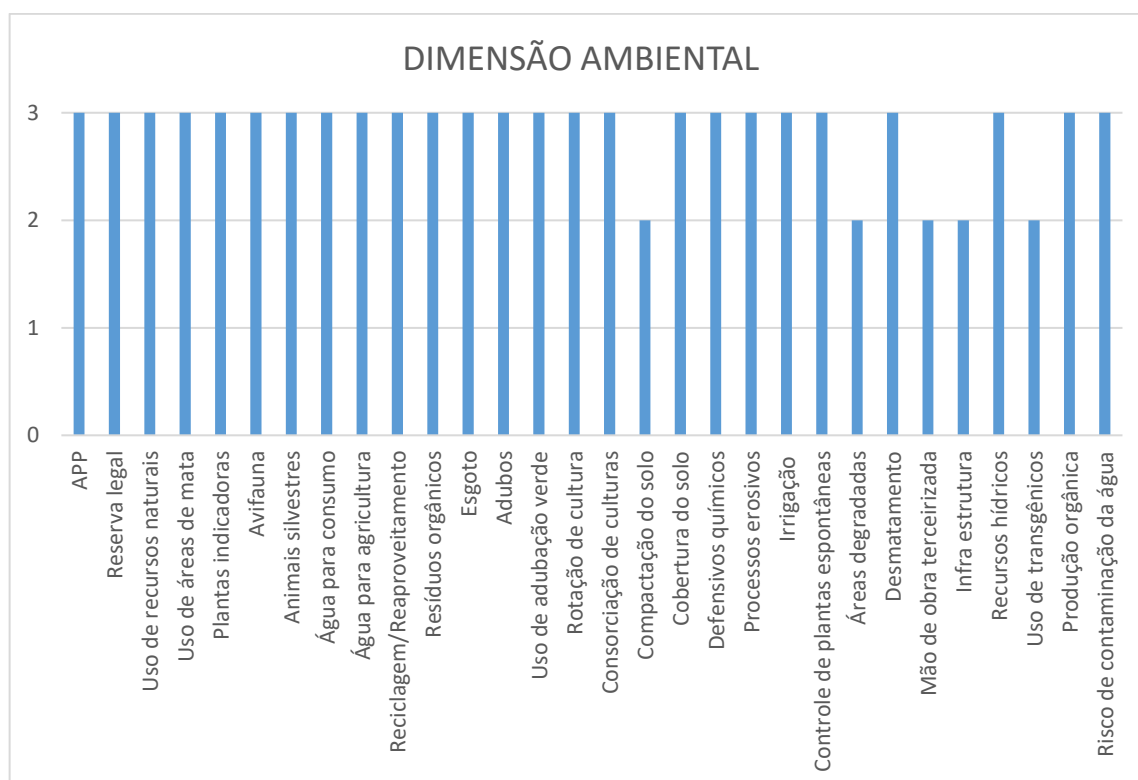
A propriedade possui uma área de 10 ha, e dentro dos indicadores propostos na dimensão ambiental dispõe de 100% da APP preservada, sendo 40% da

²³ Essa defesa ocorreu durante suas explanações realizadas no evento “Primeira Reunião do Parlamento Unitinerante de Itaiacoca”.

propriedade de Reserva Legal destinada ao manejo sustentável das áreas de mata e dos recursos naturais. Isso resulta em número significativo de exemplares da avifauna, como tucano (*Ramphastos toco*) e gavião carijó (*Rupornis magnirostris*), bem como de animais silvestres, como exemplos a cutia (*Dasypsecta azarae*), o tatu (*Euphractus sexcinctus*), a paca (*Cuniculus paca*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), entre outros (Gráfico 11).

A água, tanto a destinada para o consumo da família quanto a utilizada nas atividades agrícolas, deriva de nascente, que forma o Arroio da Conquista. Essa mina d'água se encontra no interior da propriedade, garantindo assim sua preservação, como também de todos os recursos hídricos, os quais estão ausentes do risco de contaminação. É realizada a separação do lixo, sendo que os resíduos orgânicos são aproveitados na compostagem; já os demais, ou são reutilizados, ou são doados às cooperativas de reciclagem na cidade de Ponta Grossa, e o esgoto gerado tem como destino a fossa de evapotranspiração.

Gráfico 11 – Dimensão ambiental – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



Fonte: Bahr (2024)

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Nas atividades agrícolas, 100% da adubação é realizada de forma orgânica, com ausência total de defensivos químicos, sendo praticada a adubação verde, principalmente com aveia e ervilhaca, além do sistema de rotação e consorciação de culturas, resultando em uma produção toda orgânica, e material resultante da fermentação de micro-organismos, o qual potencializa a produção (Figura 41). Existem pequenas áreas onde o solo encontra-se compactado, sobretudo aquelas porções que não são trabalhadas, no entanto não existem áreas com processos erosivos, sobretudo porque é realizada a cobertura do solo o ano todo. Em um dos momentos da entrevista, ao ser questionado sobre a utilização de defensivos químicos, a resposta foi negativa. Pergunto: só utiliza orgânico? “Nem orgânico eu uso mais, não tá precisando, muito raro eu usar”²⁴, indicando uma condição de total equilíbrio ecológico.

Na irrigação também se utiliza a água proveniente da nascente localizada na própria propriedade, sendo realizada por meio de gotejamento; já o controle de plantas espontâneas é efetuado com roçada e capina. De acordo com o Sr. Antônio, a única área degradada na propriedade é próxima ao potreiro: “é que eu não trabalhei mais lá, onde trabalha, a terra melhora, pois tá sempre produzindo massa, e lá ficou parado”, destacando ainda que após ele assumir a propriedade não ocorreu mais nenhuma forma de desmatamento.

O trabalho desenvolvido na propriedade é familiar — Sr. Antônio e Sra. Cida —, com exceção de algumas atividades que demandam maior número de mão de obra, serviço esse que é realizado por meio de mutirão com companheiros da região. Ainda, destaca que tem necessidade de algumas adequações na infraestrutura existente, como melhorias no paiol, construção de um almoxarifado, bem como a aquisição de uma máquina que o auxilie no plantio.

Essa pequena máquina mencionada pelo Sr. Antônio, segundo ele mesmo, ainda não existe, sendo que o surgimento de novas tecnologias é decorrente do advento de demandas baseadas na prática cotidiana. Nesse caso, idealiza uma tecnologia capaz de realizar o plantio em áreas com cobertura do solo, sendo que essa não revire e ao mesmo tempo não compacte o solo. De forma experimental, tem feito o trabalho com o uso de cavalo, mas encontra-se em fase de extinção no uso de animais no trabalho, pensando no bem-estar.

²⁴ Entrevista concedida ao autor, em 25 de agosto de 2022.

Figura 41 – Material resultante da fermentação de micro-organismos

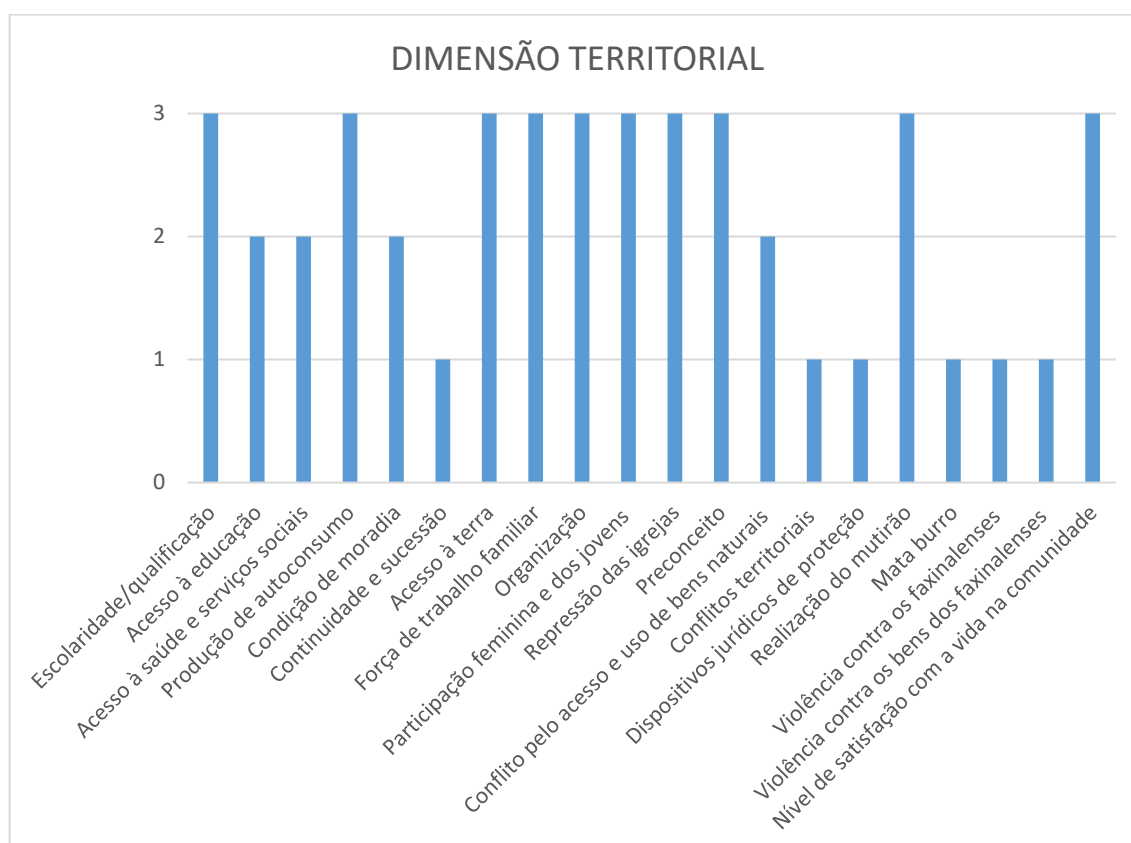


Fonte: O autor

O Sr. Antônio é um entusiasta na defesa das minhocas como bioindicador de sanidade do solo, além de essas serem responsáveis pela produção de húmus e realizarem a aeração, facilitando assim a percolação da água e dispersão de matéria orgânica. Da mesma forma, utiliza esterco na adubação, destacando a maior exigência de algumas culturas, como o repolho, couve-flor, beterraba e brócolis, visando à obtenção de uma maior e melhor produção.

Sobre os indicadores relacionados à dimensão territorial (Gráfico 12), a família argumenta que a escolaridade que possuem é suficiente para o pleno desenvolvimento das atividades, e o acesso a serviços, como educação e saúde, é destacado como de qualidade intermediária, pois é necessário um deslocamento de cerca de 25 km em veículo próprio para serem atendidos. A produção para o autoconsumo é suficiente, ressaltando ainda o grande consumo das PANCs (plantas alimentícias não convencionais); já a moradia necessita de reformas, e como os filhos não residem no local, não sabem opinar sobre a continuidade e a sucessão das atividades que ali são desenvolvidas.

Gráfico 12 – Dimensão territorial – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



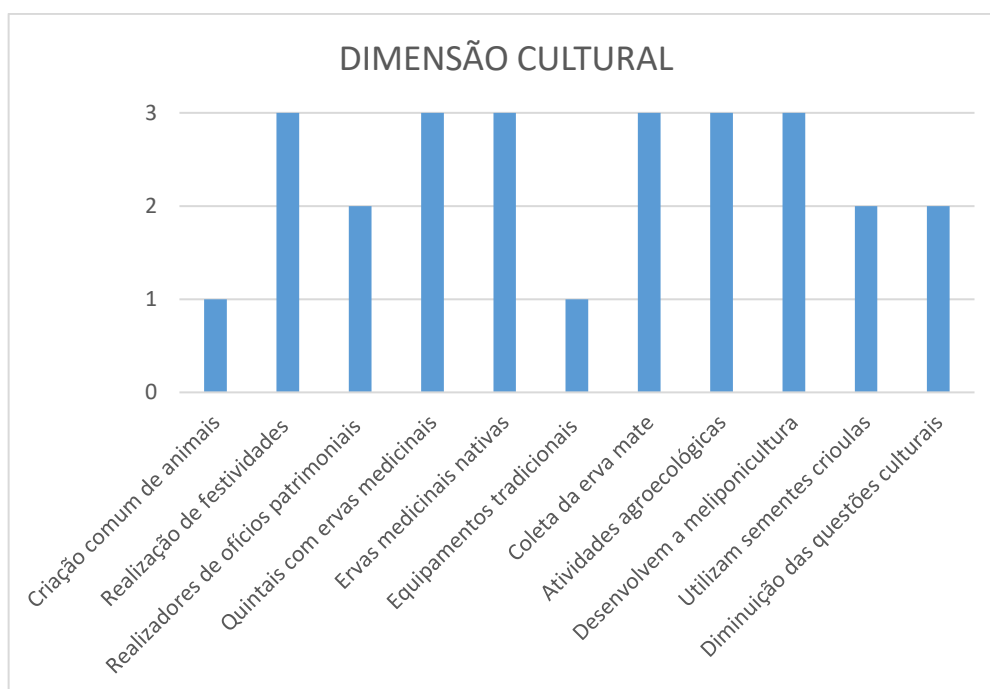
Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

No caso específico do Sr. Antônio, este nunca sofreu pressão com relação ao acesso à terra, sendo que possui título de posse, assim como relatou serem ausentes casos de repressão de igrejas ou mesmo algum tipo de preconceito. A participação nos movimentos sociais organizados é bastante efetiva, inclusive sendo sede de alguns, e ainda destaca a grande participação feminina.

Desde quando Sr. Antônio e sua família passaram a residir na propriedade, esta, assim como toda a comunidade, há tempos já tinha deixado de ser um faxinal. Portanto, algumas características típicas dessa forma de organização social não foram presenciadas desde a sua chegada, como é o caso da criação comum de animais. No entanto algumas dessas características permanecem, como as festividades, os mutirões, o conhecimento e o uso de plantas medicinais, tanto as cultivadas nos quintais quanto as nativas, que se apresentam em grande número, além da coleta e do uso da erva-mate, que ocorrem de forma nativa e em grande número na região (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Dimensão cultural – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

O Sr. Antônio realiza todas as suas atividades conforme os preceitos da agroecologia. Nesse sentido, construiu uma casa de sementes (Casa de Sementes Agricultor José Sarnick) (Figura 42), a qual conta com cerca de 10 variedades, além de possuir outras sementes que se encontram, constituindo um amplo banco genético. Ainda dentro do âmbito da agroecologia, também realiza a meliponicultura, com as espécies jataí (*Tetragonisca angustula*), mirim (*Plebeia spp.*) e mandaçaia (*Melipona mandacaia*), além de também trabalhar com a apicultura, frisando a importância do plantio de determinadas espécies, como o pêssego, para a atração das abelhas *Apis mellífera*, gerando assim um ciclo ecológico.

A produtividade obtida na propriedade é destacada como parcialmente suficiente; já a rentabilidade como suficiente, quando em plena atividade. O Sr. Antônio enfatizou que durante o período compreendido pela pandemia de COVID-19 ocorreu redução significativa dos rendimentos, haja vista a interrupção das vendas ocasionada pela quebra das parcerias anteriormente existentes. No que tange ao acesso a crédito rural, argumenta que tem possibilidade, mas não necessidade do uso, portanto não possui dívidas. Além do ganho com a venda dos produtos

Figura 42 – Casa de Sementes Agricultor José Sarnick

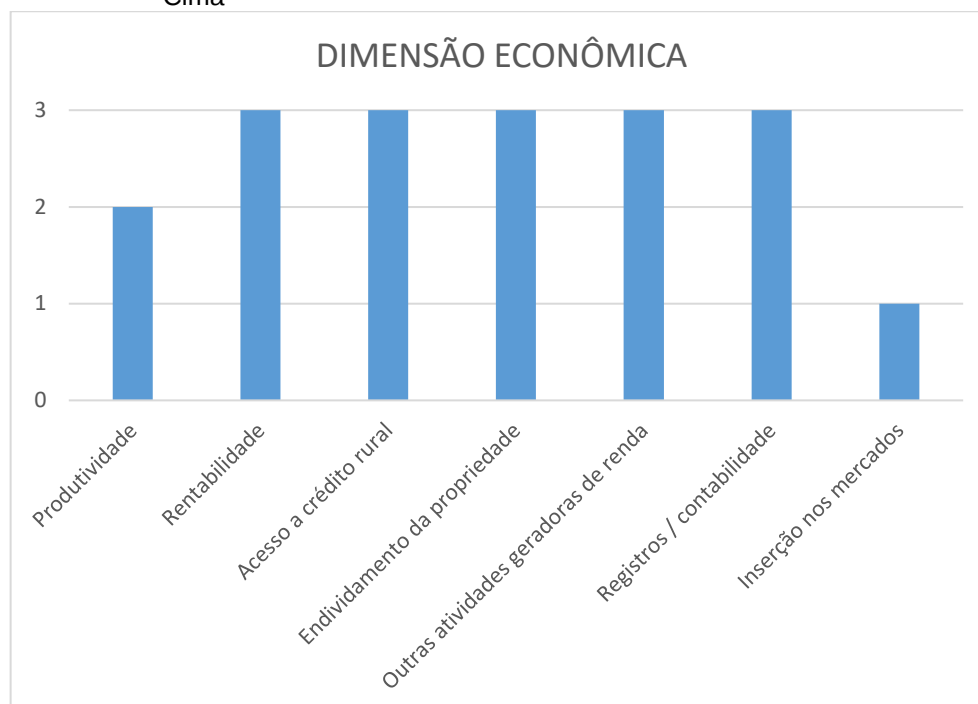


Fonte: O autor

agroecológicos, também recebe rendimentos provenientes da aposentadoria (Gráfico 14).

Para o Sr. Antônio, a comercialização dos produtos é o seu maior problema, devido sobretudo à dificuldade no escoamento da produção. Nesse sentido, relatou que ocorreram casos em que perdeu parte de sua produção, pois a distância até o centro consumidor, associada às más condições das estradas, inviabilizou o transporte de seus produtos. O agricultor lembra sobre a funcionalidade do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que pode ser viável com a formação de grupos para realização do transporte dos produtos: “Tem que ter grupo, se não tiver grupo não adianta, você não consegue transportar. O transporte você pode até pagar, mas tem que ser coletivo”, e ainda acrescenta: “o cooperativismo, o associativismo, a solidariedade, isso acabou, de o pessoal se reunir, como fruto de um projeto”.

Gráfico 14 – Dimensão econômica – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima

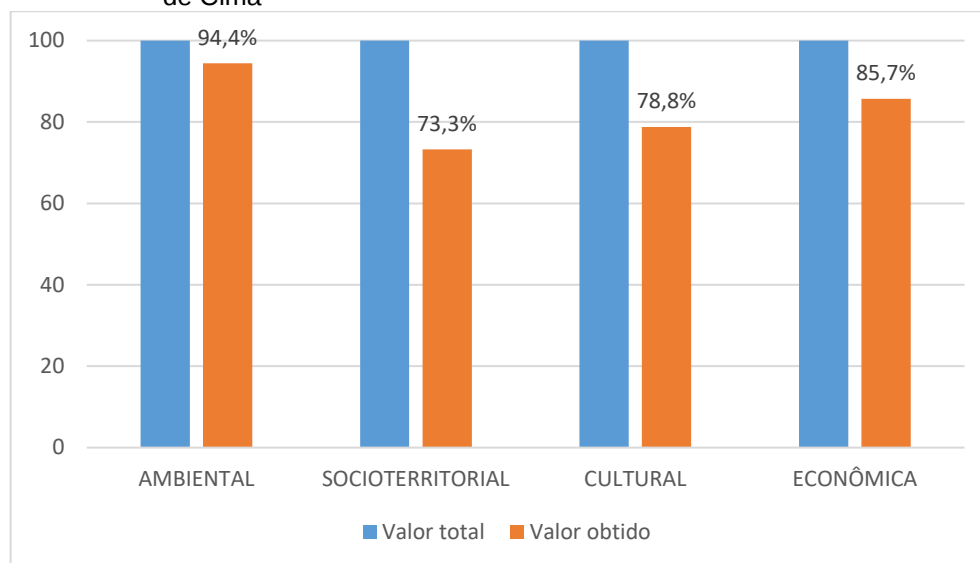


Fonte: O autor

Nota: Índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Diante do exposto, os índices obtidos em Sete Saltos de Cima apresentaram situação entre a intermediária e a positiva em todas as dimensões, conforme o quantitativo apresentado no Gráfico 15 e na Tabela 5, enquadrando-se no grau máximo de autonomia socioambiental, com índice 173, de acordo com as parciais a seguir.

Gráfico 15 – Índices por dimensões (%) – Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



Fonte: O autor

Tabela 5 – Indicadores Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima

DIMENSÕES	INDICADORES
AMBIENTAL	85
TERRITORIAL	44
CULTURAL	26
ECONÔMICA	18
Total¹:	173

Fonte: O autor

¹Nota:

- Grau mínimo de autonomia: até 50% (abaixo de 103);
- Grau médio de autonomia: entre 50 e 70% (entre 103 e 142);
- Grau máximo de autonomia: mais de 70% (acima de 142).

A dimensão ambiental apresentou índice de 85, sendo o mais elevado, o que corresponde a 94,4%. Esses valores ocorreram, sobretudo, devido a se tratar de uma propriedade agroecológica, onde ocorre a aplicação dos conceitos ecológicos no manejo dos agroecossistemas (Guzmán, 2012), sendo que no sistema produtivo leva-se em conta os tempos dos ciclos naturais, com a adoção de técnicas de conservação dos recursos naturais.

Como reflexo desse resultado satisfatório, a dimensão econômica também se sobressaiu, com índice de 18, ou seja, 85,7%. Os dois únicos indicadores que não obtiveram nota máxima foram a produtividade, sendo destacada como parcialmente

suficiente, fato que passou a ocorrer durante a pandemia, e a inserção nos mercados, circunstância ocasionada pela dificuldade de escoamento da produção até o centro consumidor.

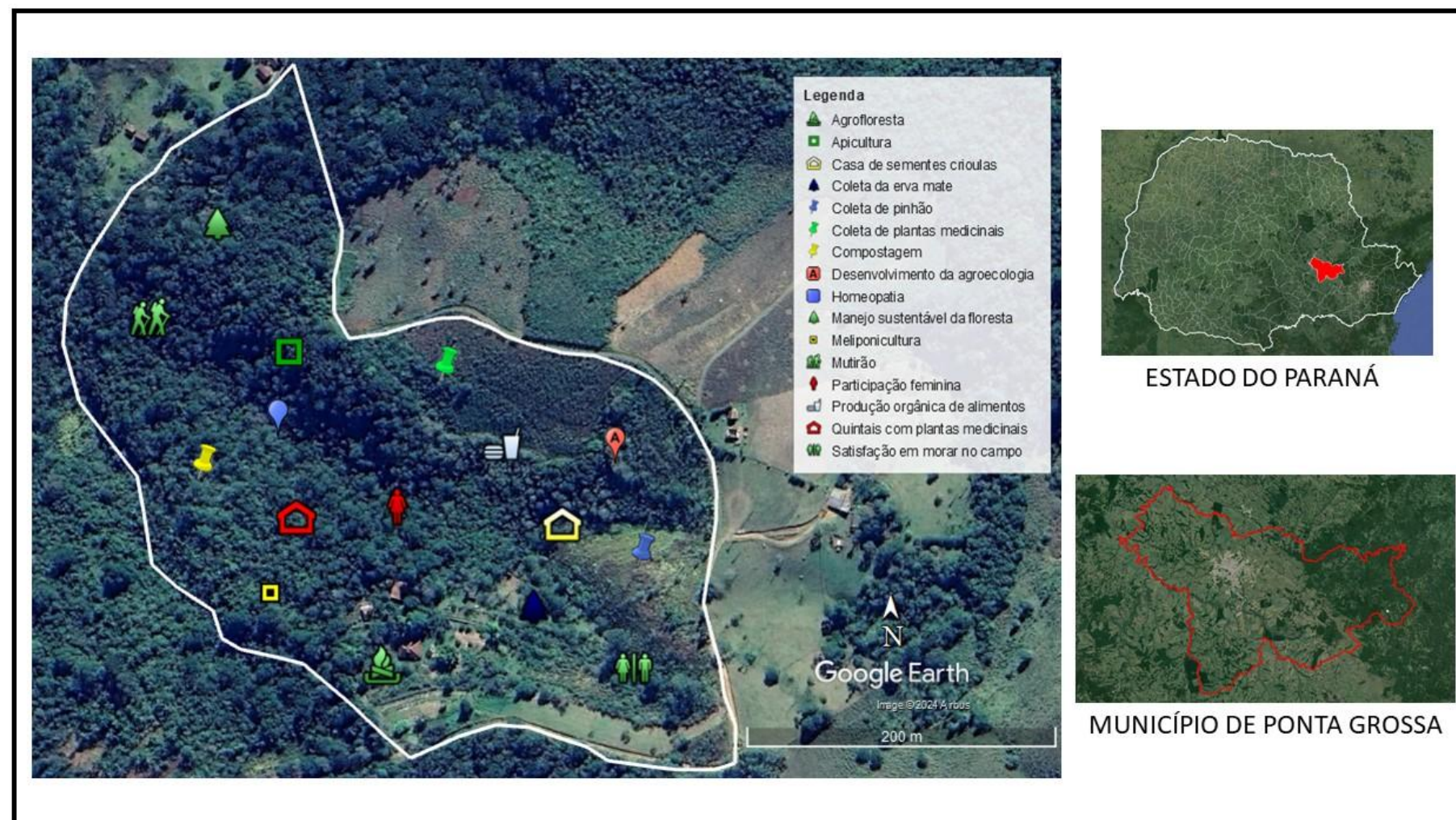
Na sequência, a dimensão cultural apontou um indicador de 26, o que equivale a 78,8%. Em se tratando de propriedade individualizada, que não é um faxinal, os índices que foram contabilizados como baixos dizem respeito a um modo de vida que nessa localidade não se encontra mais presente, ao mesmo tempo que esse indicador, nesse sentido, é bastante significativo.

E a última dimensão é a territorial, sendo o índice de 44, ou 73,3%, que mesmo sendo o indicador mais baixo de Sete Saltos de Cima é acima da média estipulada. A exemplo da dimensão cultural, os índices que se apresentaram como baixos referem-se a um modo de vida não mais presente, no entanto a maioria dos indicadores foram pautados dentro do valor máximo.

Com relação ao mapeamento do patrimônio geográfico da UR Sete Saltos de Cima (Figura 43), integram esse arcabouço as práticas agroecológicas, o manejo sustentável da floresta e o desenvolvimento do sistema agroflorestal, realizam ainda, a apicultura e a meliponicultura, a coleta da erva mate, do pinhão e de plantas medicinais, sendo que algumas espécies destas também são cultivadas na horta. Como a propriedade é totalmente agroecológica, além de realizarem a compostagem, as sementes crioulas utilizadas são armazenadas na casa de Sementes José Sarnick, e algumas atividades agrícolas são desenvolvidas através de mutirão. Com grande participação feminina em todas as atividades é relatado que possuem grande satisfação em morar no campo.

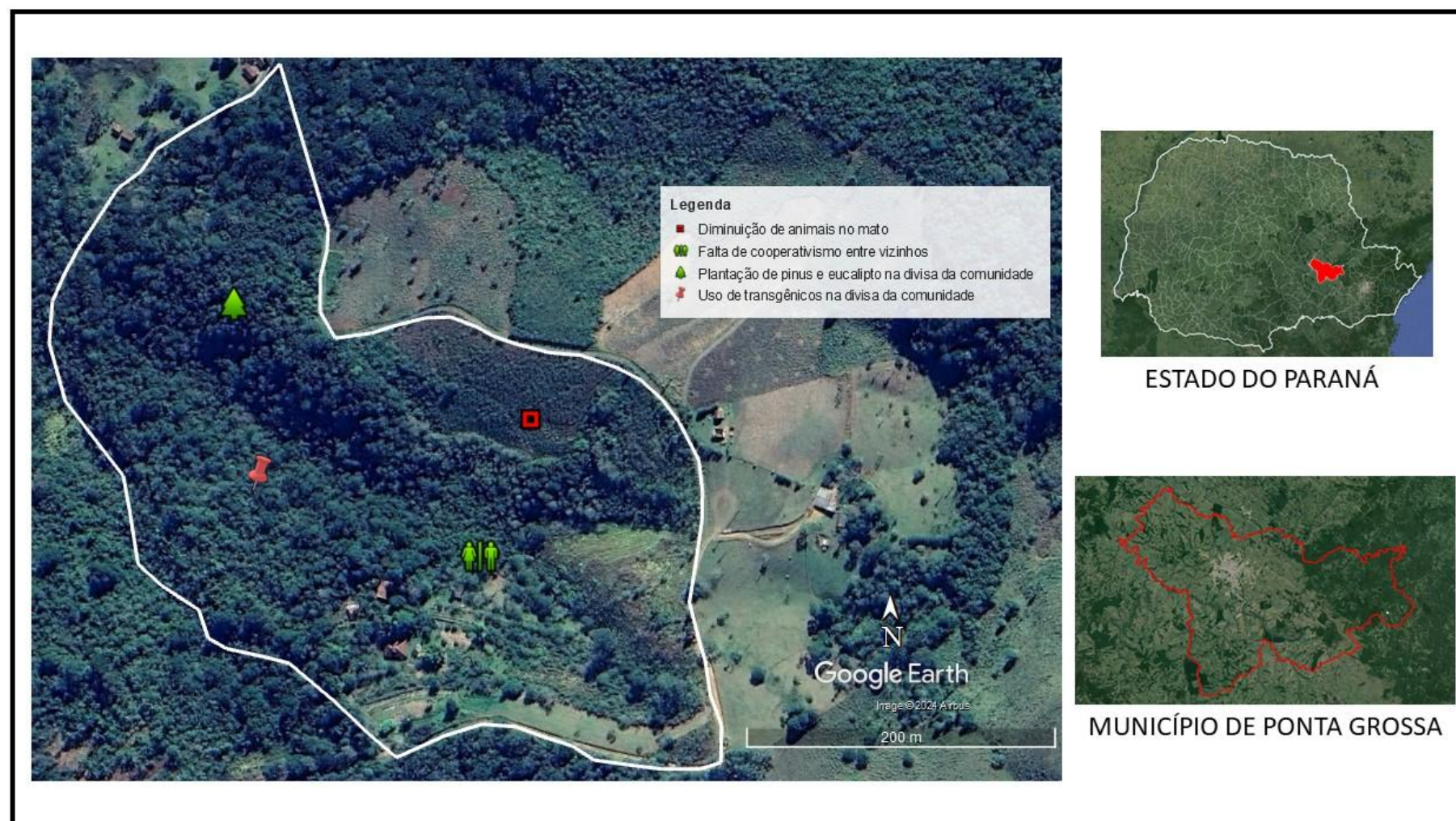
Apesar da origem dos conflitos existentes serem externos à propriedade, os seus efeitos são vivenciados intrinsecamente. Nesse sentido, foi destacado o uso de transgênicos e o plantio de pinus e eucalipto na divisa da propriedade, assim como a diminuição de animais no mato. No entanto, o que mais o Sr. Antônio Ostrufka problematizou, foi a falta de cooperativismo entre os vizinhos, o que, a seu ver, é prejudicial à todos, pois caso houvesse união, poderiam aumentar o escoamento da produção e conseqüentemente ampliar os seus rendimentos (Figura 44).

Figura 43 – Patrimônio Geográfico Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



Fonte: O autor (2024)

Figura 44 – Conflitos em Unidade de Referência Agroecológica Sete Saltos de Cima



Fonte: O autor (2024)

4.4 UNIDADE DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA FAXINAL DOS GALVÃO

No município de Guamiranga, na divisa com Imbituva, localiza-se a Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão, propriedade do Sr. Antônio Silvestre, que reside no local há 10 anos junto com sua esposa, a Sra. Maria Janete e o filho Paulo Ricardo. Essa propriedade sempre foi frequentada pelo Sr. Silvestre, sendo atual proprietário por meio de herança, a qual possui 10 ha. O sítio, mesmo estando no município de Guamiranga, está localizado mais próximo à área urbana de Imbituva, onde transcorre a maior parte da rotina familiar. Faz parte dessa rotina o trabalho desenvolvido pela Sra. Maria Janete, professora na Escola Municipal Faxinal dos Galvão, assim como a venda de produtos agrícolas produzidos na propriedade, que ocorre nas feiras no centro de Imbituva (Figura 45).

Todo o discurso das relações empreendidas com a natureza, e por conseguinte as práticas adotadas pelo Sr. Silvestre, possui a tônica do que o agricultor

Figura 45 – Comercialização de produtos orgânicos em Imbituva



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões (2024)

chama de “conhecimento espiritual”, explicado por ele que todas as suas condutas seguem o respeito pelas leis que regem a natureza. Segundo suas próprias palavras, assim explica:

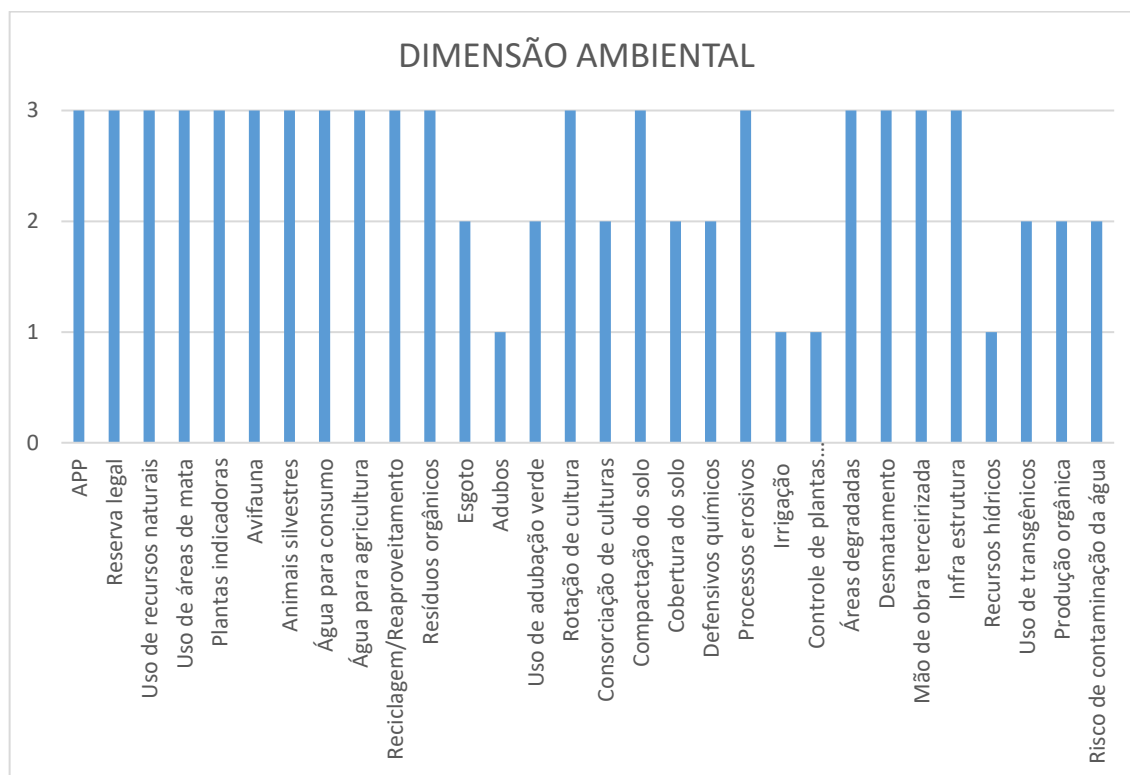
[...] daí que vem você sentir a natureza por completo, o cheiro da terra, o gosto do sol, que por mais que esteja quente, você sabe que aquilo ali é necessário; a terra molhada, o canto dos pássaros, o vento, daí você começa a entender [...] igual lá, aquelas lavouras de soja, de milho, proteínas, leite, tem que ter, e nós jamais podemos criticar, [...] o que nós temos que entender é um respeitar o outro e ter responsabilidade de uso das coisas [...] o que o povo está fazendo é usando desnecessário, do jeito deles, muito perto de água [...]. Como é que aquela mata lá, ninguém aduba ela e ela se sustenta? Grande variedade! Ela dá os frutos, ela alimenta tudo os bichos que for necessário. [...] A natureza é perfeita! Nesse lugar meu aqui, eu sei até os caminhos das chuvas. Se ela passar no verão ali para o outro lado do rio, ela cruza, tem o caminho ali. [...] Para ela vir a primeira vez ela tem que vir pelos rios, pelas matas. Tudo perfeito!²⁵

O Sr. Silvestre tem desenvolvido em sua propriedade o processo de transição agroecológica. Afirma que em seu sítio estão localizadas nove nascentes, o que resulta também em grande número de cursos d'água, os quais possuem a maior parte das APPs preservadas, sendo que a exceção ocorre pelo acesso que a criação possui até o rio. Ainda, mais de 20% da propriedade é constituída por Reserva Legal, o que resulta em 4 ha de áreas de mata, as quais são utilizadas por meio de manejo sustentável, como a atual fase de um projeto de implementação de agrofloresta, com o plantio de palmito (*Euterpe edulis*) e ipê (*Handroanthus albus*) (Gráfico 16).

Essa associação entre a grande quantidade de água e vegetação resulta em número significativo de representantes da avifauna na propriedade, como canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), jacu (*Penelope jacquacu*), pomba (*Columbina picui*), entre outros, assim como demais animais silvestres, a exemplo da jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e quati (*Nasua nasua*). Apesar do grande número da fauna, o agricultor aponta que esses diminuíram significativamente, se comparado às suas lembranças de infância, quando frequentava o sítio de seu avô há mais de três décadas. Para o Sr. Silvestre, o desaparecimento de aves está relacionado ao consumo que estas fazem de sementes transgênicas, resultado do grande número dessas atividades agrícolas que são desenvolvidas no entorno, sendo que ele já presenciou muitos pombos (*Columbina picui*) e inhambu (*Crypturellus*

²⁵ Entrevista concedida ao autor, em 10 de setembro de 2022.

Gráfico 16 – Dimensão ambiental – Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



Fonte: Bahr (2024)

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

parvirostris) mortos às margens da lavoura, sobretudo após o plantio com uso de sementes geneticamente modificadas.

Um exemplo de saberes de natureza — relação sociedade e natureza, trazido pelo Sr. Silvestre, que também foi evidenciado pelo Sr. Antônio Ostrufka, foi quando ambos foram indagados se possuíam criação de frangos em suas propriedades, e eles destacaram que já tiveram, mas não possuem mais esses animais, pois a criação foi dizimada por gaviões. Essa questão foi tratada por ambos como um processo natural, no qual eles não deveriam intervir, ou seja, não intercederam na cadeia alimentar.

Com relação ao lixo gerado na propriedade, fazem o máximo possível de reaproveitamento, como as garrafas PETs que são reutilizadas para acondicionar o leite, ou os vidros para a realização das conservas, e aqueles materiais que não se permitem o aproveitamento na propriedade são destinados à reciclagem, com encaminhamento à comunidade próxima (5 km). Já com os resíduos orgânicos de cozinha, é realizada a compostagem, sendo ainda utilizada fossa rudimentar para despejo do esgoto gerado na residência e equipamentos, como é o caso do estábulo.

Relacionado às práticas de produção, Sr. Silvestre destaca que os produtos consumidos pela família são produzidos nos moldes do que preconiza a agricultura de base ecológica, o que resulta em uma produção orgânica. No que se refere à produção total da propriedade — subsistência e comercialização —, a adubação verde é utilizada esporadicamente, enquanto o húmus de minhoca com frequência (Figura 46). A rotação de culturas é realizada em todos os sistemas; já a consorciação, em apenas alguns, o que tem resultado na ausência de áreas que possam apresentar solo compactado e processos erosivos. A cobertura do solo ocorre somente com o cultivo ou com pastagem de inverno, os defensivos químicos são utilizados esporadicamente, a irrigação é realizada com aspersão, e o controle de pragas ocorre com herbicida nas lavouras maiores, e capina nas menores.

Não existem áreas degradadas na propriedade, e, a partir do momento que a família passou a morar na localidade, nunca houve desmatamento, somente manejo

Figura 46 – Húmus de minhoca



Fonte: O autor

nas áreas reflorestadas de eucalipto, onde com os desbastes a madeira é utilizada como lenha na própria propriedade. A mão de obra empregada é familiar, ou seja, não existe contratação de mão de obra terceirizada, e a família julga a infraestrutura atual da propriedade como parcialmente adequada, frisando que tem interesse em ampliar o espaço das vacas, visando ao bem-estar dos animais, com a construção de cobertura e cama de areia, destacando ainda que a principal fonte de renda provém da venda de leite, ordenhado de 16 vacas.

Com relação à qualidade da água presente na propriedade, destacou que aquela proveniente das nascentes localizadas no interior do sítio apresenta boa qualidade, sendo que o mesmo não se pode afirmar em relação ao curso d'água que faz a divisa da propriedade, o qual é apontado como poluído. Para o Sr. Silvestre, o possível agente causador dessa poluição está relacionado às atividades agrícolas das propriedades limítrofes, uma vez que os plantios são realizados com uso intensivo de agrotóxicos e com sementes transgênicas. No sentido de minimizar os impactos por via aérea, o agricultor tem se precavido com um sistema de barreira vegetal de isolamento.

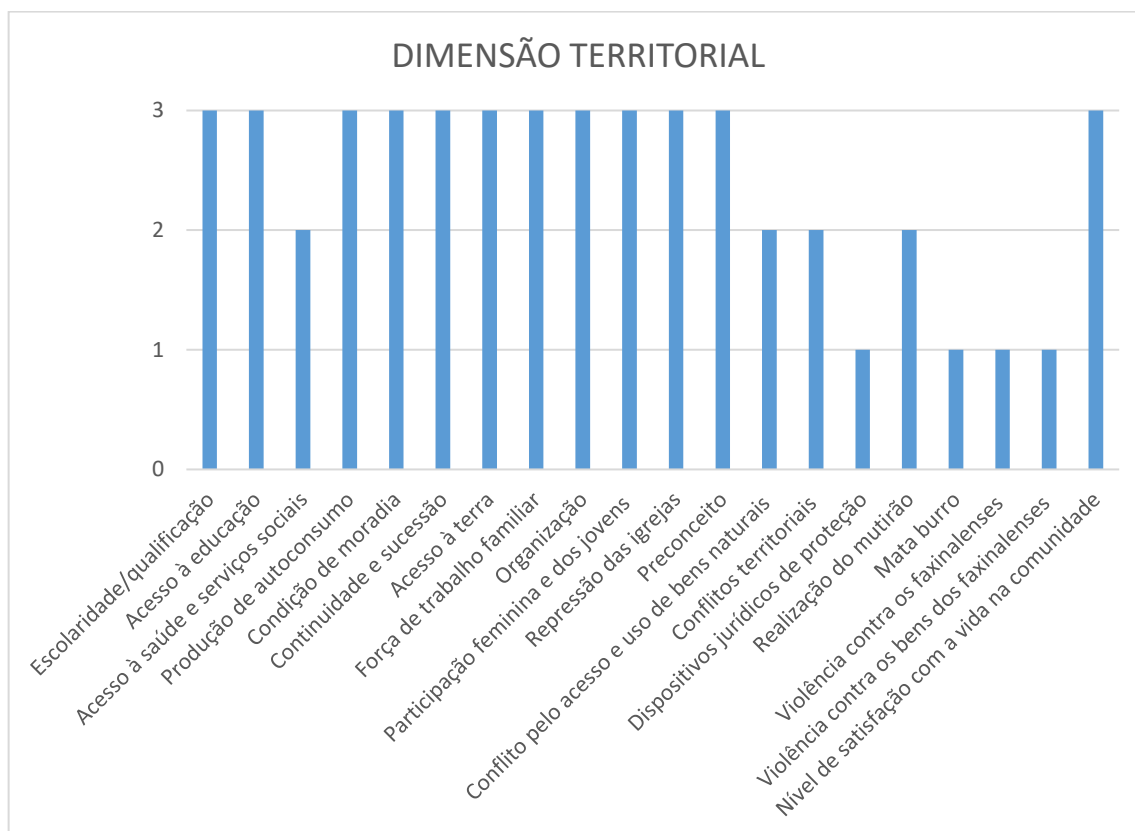
Com relação aos indicadores da dimensão territorial (Gráfico 17), foi ressaltado que o nível de escolaridade da família é suficiente para as atividades que são desenvolvidas na propriedade, ao mesmo tempo que consideram os serviços de educação e de saúde presentes nas proximidades como de boa qualidade. No entanto foi apontado de forma negativa as estradas rurais, que pela falta de manutenção dificultam os deslocamentos, principalmente o escoamento da produção.

Como cooperado, e visando ao escoamento do leite produzido, é atribuição da cooperativa deslocar o caminhão coletor para realizar a retirada da produção na propriedade, tarefa que se torna bastante laboriosa em dias chuvosos. Em diversas ocasiões, o Sr. Silvestre teve que levar, com veículo próprio, aquilo que era possível até um determinado ponto de encontro na estrada, onde o caminhão tivesse acesso, “de dó de jogar o leite, mas no fim não compensava, porque o gasto com combustível era maior que o lucro gerado”²⁶, afirma o agricultor.

De acordo com a família, a produção para autoconsumo é suficiente, bem como consideram as condições de moradia adequadas, demonstrando grande interesse em continuar residindo no campo, onde todos se envolvem nas atividades,

²⁶ Entrevista concedida ao autor, em 10 de setembro de 2022.

Gráfico 17 – Dimensão territorial – Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor (2024)

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

com participação ativa de mulheres e jovens. A Sra. Maria Janete, além do trabalho que desenvolve como educadora na Escola Municipal Faxinal dos Galvão, também colabora nas atividades agrícolas, bem como na fabricação de queijos e conservas. O Sr. Silvestre participa de duas associações, sendo uma de produtores de leite, que em conjunto fazem a utilização de ferramentas, mas destaca que o objetivo é buscar uma articulação para que consigam interceder nas políticas de preço; e ainda participam de associação de moradores da comunidade, sendo ambas pertencentes ao município de Guamiranga.

Desde quando a família passou a morar na comunidade, não existiam mais áreas com criador comum, cuja existência está restrita à memória e aos relatos dos moradores mais antigos. Ainda assim, diversos aspectos relacionados à identidade e cultura faxinalense fazem parte do modo de viver dos moradores, como a realização de torneios esportivos, eventos folclóricos, as rodas de chimarrão e as festividades relacionadas aos santos padroeiros e ao catolicismo popular, que são realizadas da Igreja Católica e organizadas em sistema de mutirão (Figuras 47 e 48). Esses

Figura 47 – Igreja Católica do Faxinal dos Galvão



Fonte: Google Maps (2024)

Figura 48 – Cartaz de festa no Faxinal dos Galvão

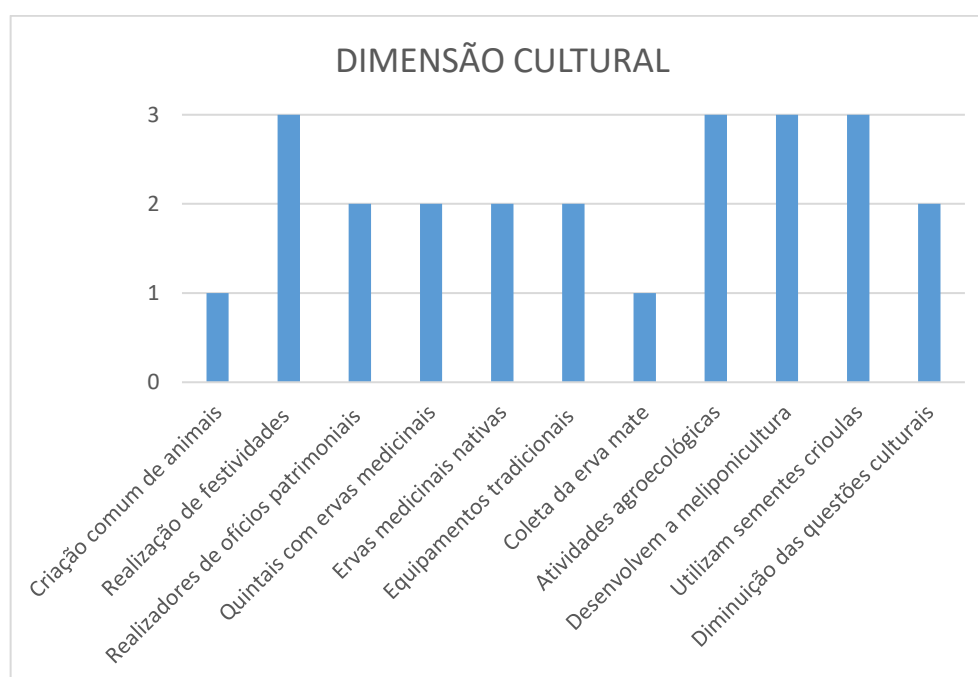


Fonte: O autor

momentos de festividades ficaram suspensos devido à pandemia de COVID-19, sendo que a retomada dessas atividades está ocorrendo de forma gradual, em consequência de algumas exigências atuais, como a presença de seguranças, cozinha estruturada nos modelos do que institui a Vigilância Sanitária e vistoria do Corpo de Bombeiros, o que tem inviabilizado o pleno retorno (Gráfico 18).

Diante disso, é destacado pela família sobre a dimensão econômica, que a produtividade atual obtida com a venda de milho e leite é suficiente, o que resulta também em uma rentabilidade satisfatória, a qual é complementada com a renda de professora da Sra. Maria Janete. O restante da produção da propriedade é para consumo familiar, como verduras e legumes, sendo que o excedente é escoado por meio de um circuito curto de comercialização. Ainda, destacam que atualmente possuem acesso a crédito rural — já utilizaram, mas que não estimam o serviço (Gráfico19).

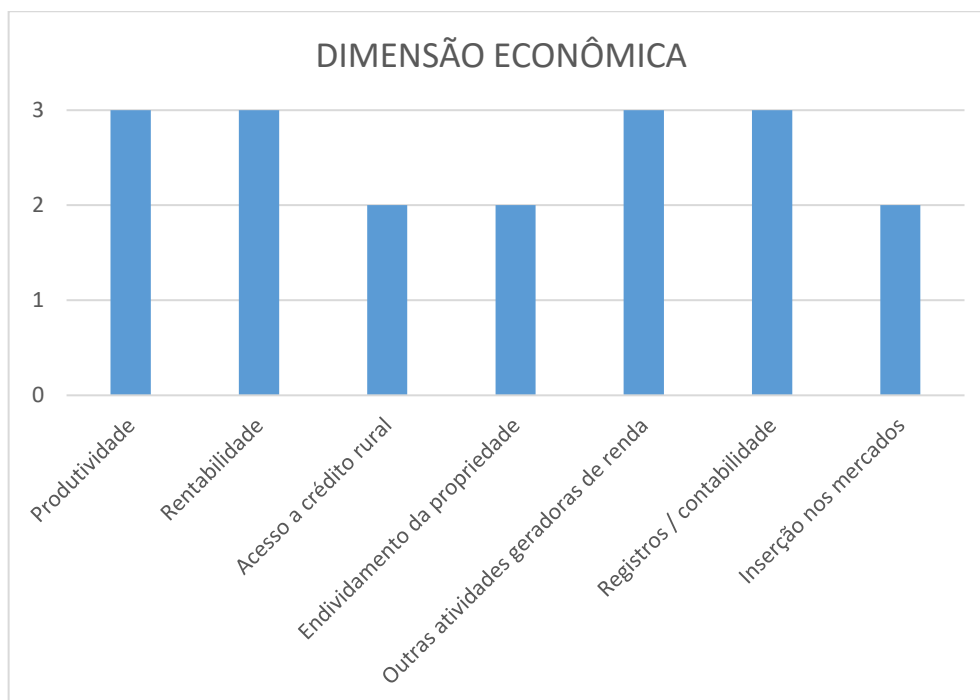
Gráfico 18 – Dimensão cultural – Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Gráfico 19 – Dimensão econômica – Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



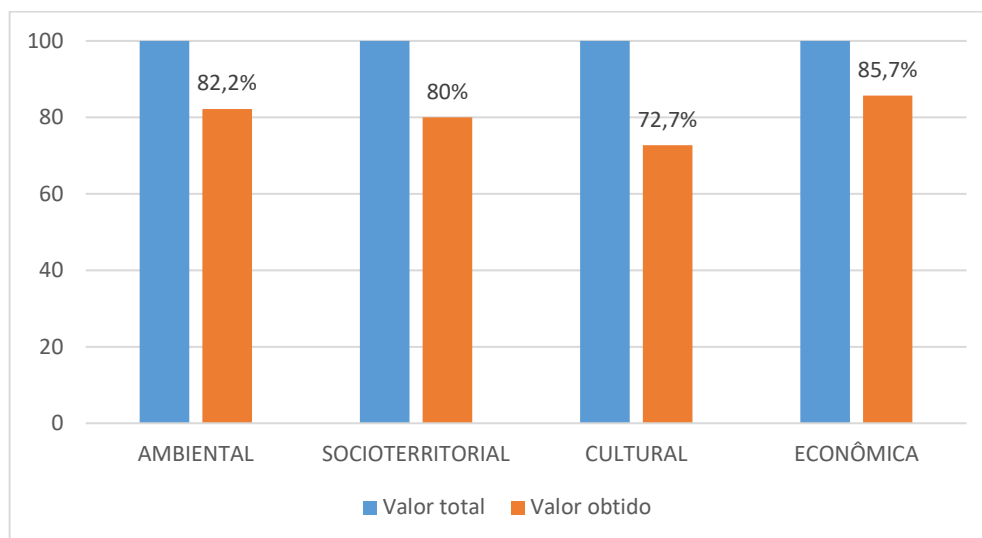
Fonte: O autor

Nota: índices da escala vertical: 1 (situação negativa), 2 (situação intermediária) e 3 (situação positiva).

Mediante o exposto, o Sr. Silvestre explana o projeto de interesse, já em fase inicial de implementação, que é investir no turismo de aventura de base ecológico. Explica, ainda, que este também possui caráter pedagógico e cultural, sendo composto de cavalgadas, visita às cachoeiras da região, rapel e escalada, além de degustação da culinária tradicional local, acompanhada da contação das histórias regionais, tudo isso, de acordo com o agricultor, numa dinâmica coletiva, ou seja, envolvendo diversas propriedades do entorno.

Com relação ao quantitativo, os índices apresentados no Faxinal dos Galvão, em todas as dimensões, apresentam situação entre a intermediária e a positiva, o qual se enquadra no grau máximo de autonomia socioambiental, com índice 164, conforme indicam as parciais apresentadas no Gráfico 20 e na Tabela 6.

Gráfico 20 – Índices por dimensões (%) – Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor

Tabela 6 – Indicadores Faxinal dos Galvão

DIMENSÕES	INDICADORES
AMBIENTAL	74
TERRITORIAL	48
CULTURAL	24
ECONÔMICA	18
Total¹:	164

Fonte: O autor

¹ Nota:

- Grau mínimo de autonomia: até 50% (abaixo de 103);
- Grau médio de autonomia: entre 50 e 70% (entre 103 e 142);
- Grau máximo de autonomia: mais de 70% (acima de 142).

A dimensão que apresentou o maior indicador foi a econômica, com índice de 18, o que condiz com 85,7%. Com as atividades fluindo em plenitude, foi destacada positivamente a produtividade e consequentemente a rentabilidade, as quais são suficientes para a manutenção da família. Apresentando situação intermediária, destaca-se o acesso e uso de crédito rural, o que ocasiona certo endividamento frente aos prestadores de crédito.

Na sequência, aparecem os indicadores referentes à dimensão ambiental, os quais apresentaram índice de 74, ou seja, 82,2%, resultado das práticas de transição

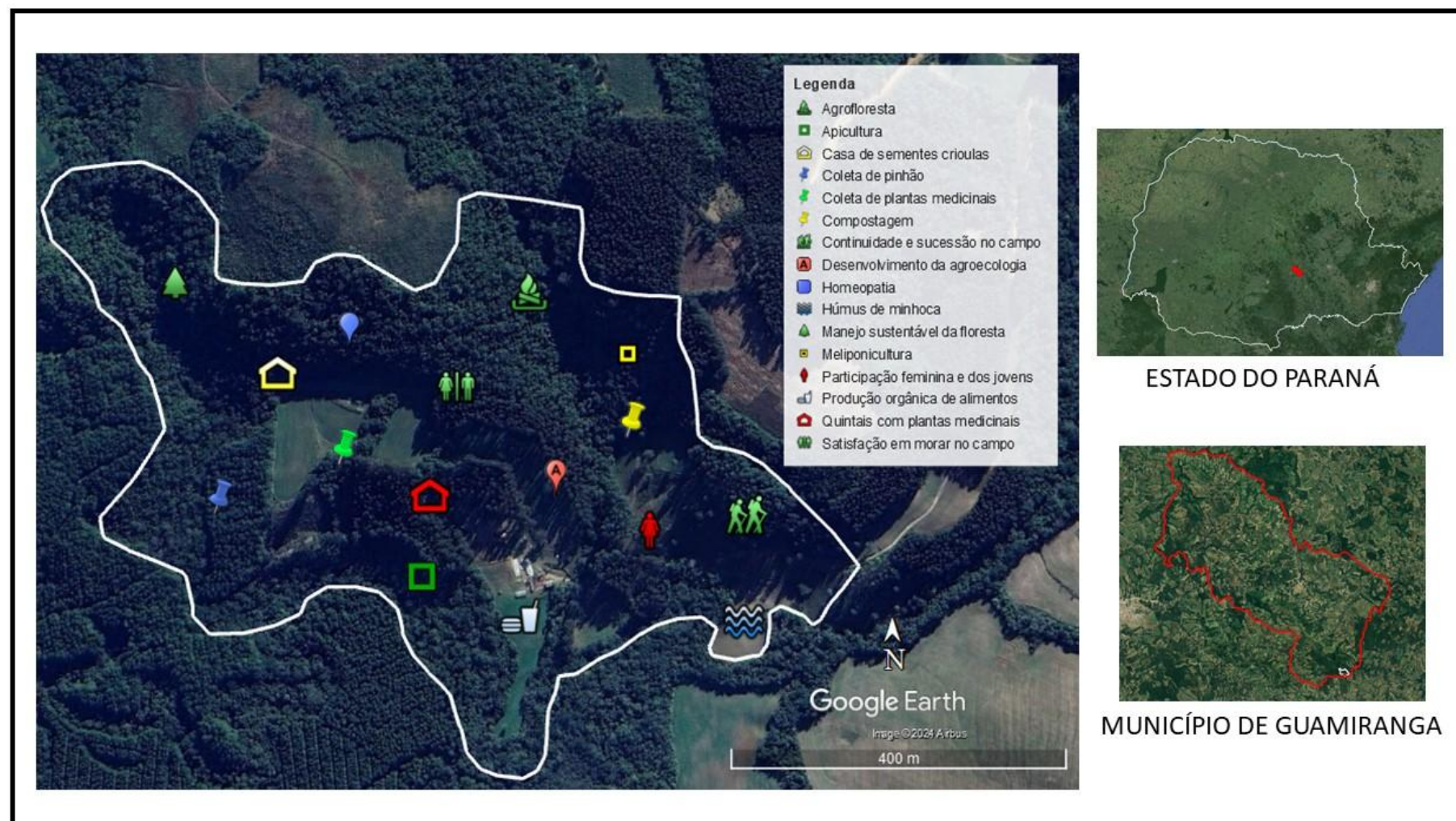
agroecológica, e os consequentes reflexos positivos na conservação das florestas, águas e solo.

Os índices mensurados na dimensão territorial são de 48, equivalente a 80%, estipulado como alto. As variáveis que apresentaram valores baixos referem-se a indicadores associados a um modo de viver não mais presente — os faxinais, que também influenciaram nos indicadores baixos alusivos à dimensão cultural, que mesmo sendo a que apontou os menores valores, com 24 de índice, equivalente a 72,7%, encontra-se acima da média estipulada.

O mapeamento do patrimônio geográfico (Figura 49) identificou que as principais práticas são baseadas no desenvolvimento da agroecologia, por meio da realização do manejo sustentável da floresta, incluindo a coleta de pinhão e de plantas medicinais, assim como a constituição da agrofloresta. Como caminho já identificado para a autonomia socioambiental, a produção própria de insumos é importante, como a compostagem, o húmus de minhoca e a instalação da Casa de Sementes Joaquim e Juvelina Leite. Ainda, desenvolvem a apicultura e a meliponicultura, cultivam plantas medicinais em hortas e com grande participação feminina e de jovens denotam grande satisfação em morar no campo, sendo esses fatores decisórios na continuidade e sucessão das atividades ora apresentadas.

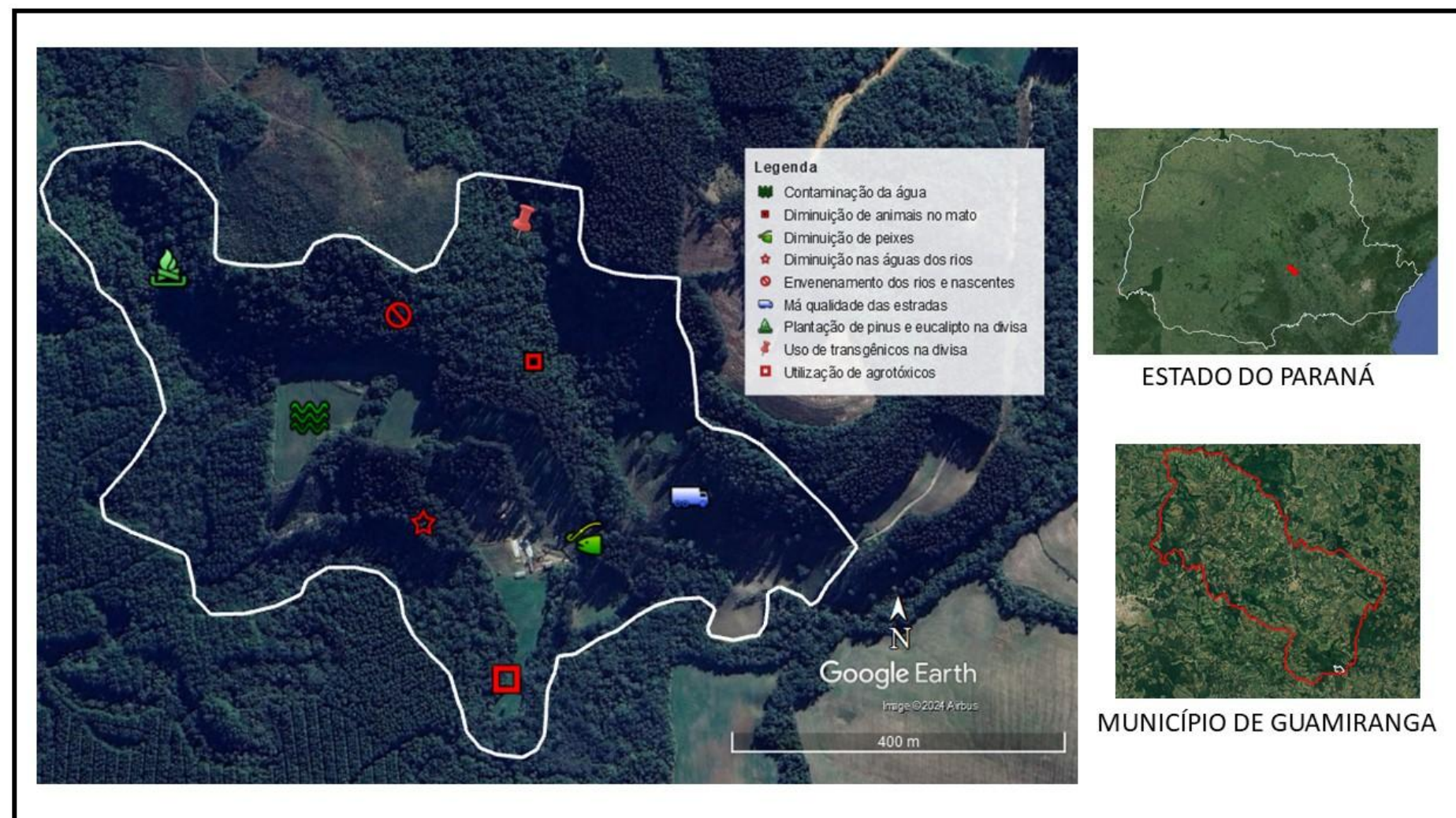
Já os conflitos mapeados na propriedade do Sr. Antônio Leite, no Faxinal dos Galvão (Figura 50), dizem respeito a plantação de pinus e eucalipto, além do uso de transgênicos na divisa da propriedade, que, segundo o próprio agricultor, tem ocasionado a diminuição de animais no mato. Mas a exemplo do que ocorre em Sete Saltos de Cima, também é destacado aqui que a falta de cooperativismo entre os vizinhos é um grande problema, pois a união desses facilitaria o escoamento da produção em grande quantidade, reduzindo assim os custos, e, obviamente, aumentando os ganhos.

Figura 49 – Patrimônio Geográfico Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor

Figura 50 – Conflitos Unidade de Referência Agroecológica Faxinal dos Galvão



Fonte: O autor

CAPÍTULO 5 – O DIÁLOGO DE SABERES E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL

O diálogo de saberes para ser efetivo deve ser franco, ético e, sobretudo, com igualdade de posições, e nenhum conhecimento deve ser colocado como superior a outro — critério de horizontalidade. Essa produção de conhecimento, baseada em diferentes saberes, visa ao desenvolvimento comunitário local, e, portanto, à construção de autonomias a partir da práxis territorial. Nesse sentido, buscou-se integrar esses saberes dentro de uma perspectiva contra-hegemônica e decolonial, sobretudo devido ao envolvimento direto junto aos sujeitos da pesquisa, “reconhecendo e valorizando as diferenças, as identidades, as classes sociais, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito e de cada família, bem como seus conhecimentos e técnicas” (Saquet, 2021, p. 56).

Em tempo, cabe aqui uma contextualização. O processo de realização do diálogo de saberes ora proposto, o qual envolve sujeitos que ocupam o espaço rural paranaense em uma condição de subalternidade, os quais são pertencentes a uma identidade uma cultura que os integram a uma forma de uso coletivo do território, preferencialmente, o ideal é que sua realização seja *in loco*. No entanto o início do processo de construção da tese é concomitante ao início da pandemia de COVID-19 (março de 2020). Portanto, tivemos que nos reinventar, e as tecnologias de comunicação, como aplicativos de mensagens, reuniões e cursos *online* foram essenciais durante o período. Associadas a essas, sobretudo no período mais problemático, as visitas foram esporádicas, e com a adoção de todos os cuidados que o momento exigia. Destaco aqui, e sobretudo engrandeço, os sujeitos envolvidos, que durante esse período sanitário incerto, que adoeceu e infelizmente vitimou muitas pessoas, sempre se mostraram parceiros bastante ávidos na busca por conhecimentos.

5.1 DIÁLOGO DE SABERES E AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL

5.1.1 No reino encantado das abelhas sem ferrão

A criação racional de abelhas faz parte da vivência da sociedade que habita o espaço rural, principalmente com a finalidade da coleta de mel. Apesar de ser amplamente praticada, essa é uma atividade adotada principalmente pelo agricultor familiar, sendo que o ramo, basicamente, é dividido em dois segmentos: a apicultura e a meliponicultura.

A apicultura é a criação das abelhas africanizadas²⁷ *Apis melífera*, as quais foram introduzidas no Brasil a partir de 1950 e tiveram boa adaptação no país, com grande produção de mel, própolis, cera e geleia real. Essa prática tem se mostrado bastante rentável no Paraná, sendo o segundo maior produtor do Brasil, com destaque para a região dos Campos Gerais, onde Arapoti lidera essa produção com 925,6 toneladas (IBGE, 2022). Ainda, possui evidência o Mel de Ortigueira, o qual dispõe de registro de Indicação Geográfica²⁸ (IG), como também Imbaú, onde o mel possui relevância na economia do município, inclusive com alusão expressa no brasão do município (Figura 51).

Dito isso, nosso enfoque é referente a meliponicultura, ou seja, a criação racional das abelhas sem ferrão (ASF), atividade que possui consonância com os princípios agroecológicos (Teixeira, 2007). A meliponicultura diferencia-se da apicultura pelo caráter exótico (espécies alóctones) das abelhas envolvidas na atividade, em que as ASF são nativas (espécies autóctones) e da família das melíferas (Menezes, 2018).

No Brasil há mais de 300 espécies de meliponíneos, distribuídas em 27 gêneros, as quais são as principais responsáveis pela polinização de muitas espécies arbóreas, sobretudo as nativas (Kerr; Filho *apud* Santos; Sales; Lopes, 2020). No Paraná estima-se a ocorrência de cerca de 35 espécies de ASF, sendo as mais

²⁷ Essa nomenclatura é amplamente utilizada por criadores, haja vista o processo de hibridismo que ocorreu com a introdução de diferentes espécies no Brasil.

²⁸ O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how* ou *savoir-faire*) (MAPA, 2023).

Figura 51 – Brasão do município de Imbaú-PR



Fonte: Imbaú (2024)

comuns, visando à exploração racional, a jataí (*Tetragonisca angustula*), que produz excelente mel, boa produtividade e é dócil; a mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), que atualmente encontra-se extremamente rara na natureza; as mirins (*Plebeia spp.*), que, devido à grande variedade de espécies é o grupo mais numeroso no estado; a tubuna (*Scaptotrigona bipunctata*), pouco agressiva e com boa produção de mel; a irapuá (*Trigona spinipes*), mais agressiva e o mel não indicado ao consumo (necessita pasteurização); e a irati ou abelha-limão (*Lestrimelitta limao*), conhecida por invadir colmeias de outras ASF (Palumbo, 2015).

A meliponicultura é praticada pelas populações originárias da América Latina anteriormente ao período colonial, e por isso também as ASF são conhecidas como abelhas indígenas. Nesse sentido, a atividade sempre foi amplamente desenvolvida pelas comunidades tradicionais, como é o caso dos faxinalenses, sendo comum em suas residências a criação racional, com a presença de caixas de ASF, onde o mel é destinado principalmente ao consumo da própria família.

O mel produzido pelas ASF é muito apreciado, possui elevado valor de mercado e ainda está intimamente ligado a diversas finalidades medicinais, que associado aos ofícios tradicionais de cura também possui um caráter simbólico-cultural, conferindo à meliponicultura praticada pelos povos e comunidades

tradicionais propriedade ambiental, econômica, social e cultural. As atividades culturais desenvolvidas em territórios rurais tradicionais derivam da relação dos coletivos humanos com outros seres não humanos, distinguindo-os de outras categorias sociais no espaço rural em que a relação (tecnológica) de codependência com a natureza já não é fator de produção de saberes socioambientais específicos. Assim, a reprodução do patrimônio biocultural regional constitui importante função na produção de identidades territoriais tradicionais e subjetividades ecológicas.

Diante do exposto, destaca-se que todos os sujeitos envolvidos na pesquisa praticam a meliponicultura, em diferentes escalas de produção, como no caso do Faxinal Sete Saltos de Baixo, que possui poucos enxames, ou em Sete Saltos de Cima, com um número um pouco maior, mais suficiente para o consumo familiar, com a presença das espécies jataí, mirim e mandaçaia.

Já em uma escala um pouco maior, destacamos a meliponicultura desenvolvida pelo Sr. Silvestre, no Faxinal dos Galvão, onde possui criação racional de jataí e mandaçaia. As caixas com jataí encontram-se próximas à entrada da propriedade, afastadas uma da outra, conforme necessidade imposta pela espécie (Figura 52); já as abelhas mandaçaia ficam dispostas ao redor de sua casa, alocadas em 22 caixas (Figura 53). No entanto, têm enfrentado ataques de aves, as quais têm exterminado as abelhas durante as revoadas. Como parte da racionalidade assumida pelo agricultor — saberes de natureza —, este preferiu mudar as caixas das abelhas para uma outra propriedade, ao invés de eliminar as aves, seguindo “parâmetros axiológicos de uma ética ambiental, no qual se forjam os princípios morais que legitimam as condutas individuais e o comportamento social perante a natureza, o ambiente e o uso dos recursos naturais” (Leff, 2009, p. 281).

No Faxinal Charqueada dos Betim, a meliponicultura foi a atividade vinculada ao Projeto NEA, interesse que surgiu dos sujeitos parceiros na pesquisa em ampliar suas atividades com as ASF. Portanto, Diego, filho do Sr. Pedro e da Sra. Nica, que desenvolve atividades de apicultura comercial, tinha a meliponicultura enquanto *hobby* e se mostrou disposto a ressignificar as atividades, ampliando os trabalhos com as ASF.²⁹

²⁹ No âmbito do Projeto NEA: Núcleo de Estudos e Capacitação Sociotécnica em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses, a UR Faxinal Charqueada dos Betim foi contemplada com equipamentos e ferramentas para construção de uma marcenaria capaz de produzir as caixas racionais utilizadas com as ASF.

Figura 52 – Meliponário de abelhas jataí



Fonte: O autor

Figura 53 – Meliponário de abelhas mandaçaia



Fonte: O autor

A princípio, os poucos enxames eram alocados em caixas do modelo tradicional (ou rústica), bem como o trabalho era desenvolvido somente com a espécie jataí. As caixas racionais têm como objetivo criar um ambiente similar ao que as ASF encontram na natureza, onde essas se desenvolvem principalmente em ocos dos troncos das árvores. As caixas do tipo tradicional têm como característica não possuírem nenhuma forma de divisão interna, sendo que toda a colônia fica no mesmo espaço, não possuindo separação entre o ninho, o estoque de pólen e os potes de mel.

A partir daí, inicia-se um trabalho de capacitação junto ao parceiro da pesquisa, o qual começa o processo de construção, estudo e uso de outros modelos de caixas racionais, bem como a inclusão de novas espécies em seu meliponário. Esse trabalho de capacitação ocorre por meio da participação em cursos e aulas (presenciais e *online*)³⁰, além da realização de troca de experiências com outros meliponicultores, visando criar estratégias que atendam às necessidades locais, ou seja, as suas práticas associadas aos contextos geográficos locais. Nesse sentido, Floriani *et al.* (2019, p. 34-35) evidenciam que

[...] essa dinâmica vivida pelos habitantes lhes permite ressignificar suas práticas produtivas e culturais, mesclando elementos tradicionais e modernos em seu cotidiano, imprimindo na paisagem vivida essa complexidade multiterritorial e multitemporal.

Esse diálogo de saberes também resultou no incremento de novas tecnologias no manejo das ASF, como na elaboração de iscas para captura de novos enxames na floresta, onde anteriormente utilizavam-se caixas iscas de madeira, passando agora a elaborar e utilizar iscas com a reutilização de materiais (garrafas PET), sendo essas mais acessíveis, fáceis de serem construídas e que apresentou bons resultados. Para esse processo de captura de novos enxames, as iscas são instaladas em árvores da floresta comunitária faxinalense, com a finalidade de atrair e consequentemente formar novas colônias, sendo que a captura ocorre majoritariamente de abelhas jataí (Figuras 54 e 55).

³⁰ Nesse sentido, tem destaque o curso ofertado pela EMBRAPA – Meio Ambiente, dividido em quatro módulos, sob consultoria de Cristiano Menezes e disponível no YouTube (Menezes, 2018).

Figura 54 – Iscas para captura das ASF



Fonte: O autor

Figura 55 – Transferência de um enxame capturado na floresta para a caixa racional



Fonte: O autor

Outra técnica que foi desenvolvida está relacionada ao controle de invasores nas colônias, principalmente forídeos³¹ e a abelha-limão, que tem grande poder de destruição sobre as colônias invadidas. Nesses casos, foi desenvolvida a técnica de captura das abelhas invasoras, por meio da construção de armadilhas.

Ainda, para fins de análise, foi realizada durante o período de um ano (de julho de 2021 a julho de 2022) a comparação entre diferentes modelos de caixas racionais, verificando as características relacionadas à construção, o manejo e a produtividade (Quadro 9 e Figura 56). Para a referida análise utilizou-se a espécie jataí nos diferentes modelos de caixa, a qual é a mais abundante na região e, até o momento, a única capturada com as iscas na floresta comunitária faxinalense da Charqueada dos Betim.

Quadro 9 – Comparativo entre diferentes modelos de caixas racionais

	MODELO TRADICIONAL	MODELO INPA ³²	MODELO AF ³³
CONSTRUÇÃO	- fácil construção - menor uso de material	- construção mais elaborada - maior quantidade de material	- construção mais elaborada - maior quantidade de material
MANEJO	- fácil inserção de novos enxames - dificuldade na divisão de enxames - a retirada do mel ocorre na totalidade da caixa - maior probabilidade de contaminação do mel	- fácil inserção de novos enxames - fácil divisão de enxames - a retirada do mel é facilitada (por módulos) - menor probabilidade de contaminação do mel	- fácil inserção de novos enxames - fácil divisão de enxames - a retirada do mel é facilitada (por módulos) - menor probabilidade de contaminação do mel
PRODUÇÃO	- modelo com maior produção de mel	- produção intermediária de mel	- produção intermediária de mel

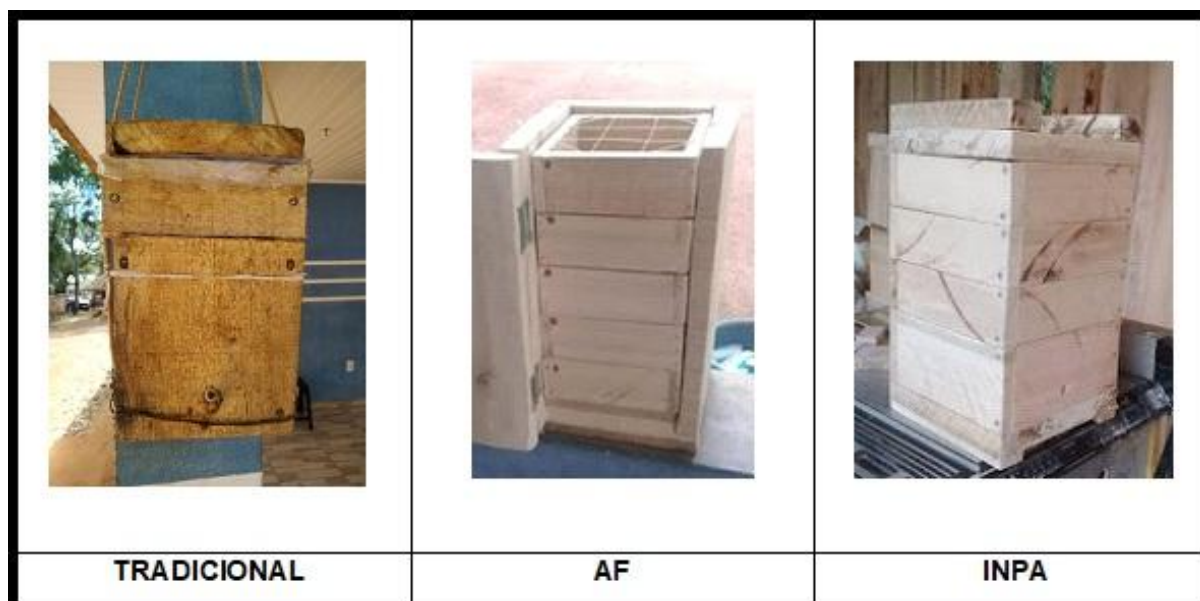
Fonte: Bahr; Floriani; Nabozny (2022)

³¹ São moscas pequenas e rápidas, que botam ovos sobre o pólen estocado nas colônias. Após a eclosão, suas larvas consomem todos os itens proteicos da colmeia, inclusive a cria. (EMBRAPA, 2024)

³² Modelo INPA: possui esse nome por ser desenvolvida no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

³³ Modelo AF: faz referência ao local onde foi criada – Apiário Flamboyant.

Figura 56 – Diferentes modelos de caixas racionais



Fonte: O autor

Com respeito ao modelo ideal de caixa racional, Menezes (2018) argumenta que não existe um que seja considerado superior a outro, pois isso é relativo e dependente de uma série de fatores. Para o caso específico do Faxinal Charqueada dos Betim, levando em consideração as suas características biogeográficas, a caixa modelo tradicional apresentou maior produção de mel, com 1 litro por ano, sendo que as demais (INPA e AF) foram responsáveis pela produção de 0,8 litro no período analisado.

Referente ao item construção, o modelo tradicional apresentou maior vantagens, sendo o mais fácil de ser confeccionado, por possuir menos detalhes, e o que demanda menor quantidade de material. Já com relação ao manejo, entendido aqui como a locação de um enxame novo, a subdivisão de enxames e a retirada do mel e derivados, as caixas modelos INPA e AF apresentam-se como mais vantajosas, visto que essas possuem divisões (módulos), trabalho que se mostrou mais fácil de ser elaborado, portanto com menor probabilidade de erro e de contaminação, e consequentemente de perdas na produtividade.

Desse modo, destaca-se que na meliponicultura todos os fatores estão interligados, desde a abordagem econômica, social e cultural, sendo ainda relevante o caráter ambiental, pois a reprodução da floresta comunitária faxinalense depende das ASF, ao mesmo tempo que os faxinalenses dependem da floresta para

continuidade das atividades que desenvolvem de forma coletiva, e consequentemente na afirmação de suas identidades territoriais. Dessa forma, o desenvolvimento pleno da meliponicultura no Faxinal Charqueada dos Betim, visando à autonomia socioambiental, só se tornou possível devido às características presentes, as quais foram identificadas por meio dos parâmetros ora analisados, sendo esses, resultado da resiliência do patrimônio biocultural presente na comunidade.

Ainda, criou-se uma rede que, além da própria troca de experiências sobre a atividade, também se tornou uma rede de comércio, em uma nova organização social, territorial, tecnológica e econômica, que passa a ocorrer não mais somente em escala local, sendo ampliada para toda a região, principalmente com o uso de aplicativos de mensagens. A meliponicultura produziu novas formas de relação na comunidade, e entre comunidade e os consumidores, sendo que as atividades desenvolvidas com as ASF puderam dar sentido às práticas econômicas e sociais, vislumbrando assim a autonomia socioambiental.

5.1.2 Por uma vida sem veneno

As práticas tradicionais desenvolvidas pelas comunidades faxinais ao longo de séculos são concernentes ao que preconiza a agroecologia, uma “agricultura para os novos tempos, que dispõe de saberes, desde os ancestrais aos atuais” (Machado; Machado Filho, 2017, p. 35), a qual é uma clara expressão do que chamamos aqui de diálogo de saberes, amparando-se, portanto, nos saberes tradicionais/ancestrais e na ciência, sobretudo com a finalidade de produzir alimentos saudáveis em uma perspectiva sustentável. E a agroecologia vai além, pois visa à incorporação de “questões sociais, políticas, culturais, ambientais, energéticas e éticas” (Machado; Machado Filho, 2017, p. 35).

Nesse sentido, nas comunidades faxinais e rurais estudadas encontram-se territorializadas práticas que são resultado dos saberes acumulados historicamente — saberes territoriais, com os quais esses grupos manejam a floresta comunitária, bem como desenvolve uma agricultura com forte relação aos princípios agroecológicos. Em vista disso, Caporal e Costabeber (2004, p. 13) destacam como

[...] papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a

implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Cabe salientar que em algumas comunidades podemos encontrar um panorama díspar ao até aqui apresentado, ou seja, integrantes ou mesmo a comunidade como um todo associadas à racionalidade econômica e instrumental dominante (Leff, 2006). Portanto, quando nos referimos às comunidades tradicionais faxinalenses não podemos inseri-las em um modelo homogêneo, pois, mesmo que as raízes estejam atreladas a uma agricultura de base ecológica, existem casos em que essa continuidade de saberes tradicionais associadas às práticas sustentáveis não se encontram mais presentes, como os inúmeros casos em que essas áreas foram ocupadas por plantios de fumo e soja, ou reflorestamentos de pinus e eucalipto.

Porém em todas as comunidades envolvidas em nossa pesquisa é desenvolvida a agricultura de base ecológica — em maior ou menor escala de produção. No Faxinal Sete Saltos de Baixo, essas práticas agrícolas se encontram presentes nas hortas existentes nas proximidades das casas, nas quais são utilizadas adubação orgânica, sobretudo de restos de alimentos, e podemos encontrar legumes, verduras, temperos e plantas medicinais. As áreas de plantar do faxinal, atualmente, encontram-se arrendadas para o desenvolvimento de agricultura comercial.

No Faxinal Charqueada dos Betim também é comum a presença de hortas, as quais ficam localizadas próximas as casas, onde são cultivadas hortaliças e plantas medicinais, sendo a adubação de base orgânica (Figura 57). Já com relação às áreas de plantar, a maioria foi comercializada e encontra-se ocupada principalmente com reflorestamentos de eucalipto. No entanto o Sr. Pedro ainda mantém as suas áreas, as quais são utilizadas para uma agricultura de subsistência, principalmente com o plantio de feijão, milho e abóbora. Em 2022, fez experimento com feijão utilizando sementes crioulas, o qual apresentou grande produtividade, sendo que a produção de uma safra foi suficiente para o consumo familiar pelo período de um ano. Todo processo empreendido na atividade foi realizado com a utilização de ferramentas e técnicas tradicionais, como a matraca para o plantio, a colheita manual e posteriormente o feijão foi “maiado”³⁴ com bambu (Figura 58).

³⁴ “Maiar”, ou malhar o feijão, consiste na técnica onde o feijão, após ser colhido, é alocado sobre uma lona, e posteriormente bate-se na planta afim de retirar o grão de feijão da vagem.

Figura 57 – Hortas próximas às residências



Fonte: O autor

Figura 58 – Resultado da colheita de feijão crioulo



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões (2024)

No Faxinal dos Galvão, a principal atividade praticada pelo Sr. Silvestre é a pecuária de leite, extraído de 16 vacas. Ainda, desenvolve atividades agrícolas, sendo uma parcela da propriedade destinada à agricultura comercial, com o plantio de milho, e uma outra parte encontra-se em transição dos modelos convencionais para estilos de agricultura mais sustentáveis, pois

[...] na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (Caporal; Costabeber, 2004, p. 12).

Esse modelo ecológico é nosso foco de análise, e que iremos transcorrer com mais detalhes. Uma das atividades relacionadas à agricultura orgânica é o plantio de morango, sendo que este apresentou bons resultados, sobretudo associado à polinização das ASF jataí (Figura 59). Segundo Menezes (2018), à polinização das abelhas jataí na cultura do morango produz frutos bem formados, apresentando grande diferença de qualidade e peso, chegando a uma diferença de 43% a mais de peso.

No contexto da participação do Sr. Silvestre no projeto NEA, foi construída uma horta mandala agroecológica, sistema no qual as prioridades são o controle da erosão do solo, a preservação da biota na interação entre o solo e a planta, a manutenção da sua fertilidade, o uso de adubação verde e a compostagem derivada do próprio sistema (Lessa; Batista; Shimada, 2021), modelo no qual o plantio ocorre em forma circular e as plantas são consorciadas entre si. Para o desenvolvimento do experimento, a fase inicial foi realizada com orientações sobre as características e vantagens da horta no sistema de mandala, realizada pela engenheira agrônoma do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, Simone Miara, durante o dia de campo³⁵ na UR Faxinal dos Galvão³⁶ (Figura 60).

³⁵ O dia de campo na UR Faxinal dos Galvão ocorreu em 12 de setembro de 2020.

³⁶ No âmbito do Projeto NEA: Núcleo de Estudos e Capacitação Sociotécnica em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses, a UR Faxinal dos Galvão foi contemplada com equipamentos, ferramentas, sementes e mudas para a construção do experimento mandala agroecológica.

Figura 59 – Cultivo de morango



Fonte: O autor

Figura 60 – Orientações sobre a horta no sistema de mandala



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões (2024)

Posteriormente, foi realizada a escolha da área, a qual se pautou em um espaço com topografia adequada, ou seja, sem muita declividade. Ainda, realizou-se a coleta de solo para realização de análise laboratorial (Figura 61), sendo que o resultado do teste indicou solo pouco ácido, necessitando, portanto, de correção com calcário. Na sequência, a adubação foi realizada com esterco de peru e frango, além de húmus de minhoca produzido na própria propriedade — minhocário —, sendo a matéria-prima utilizada o esterco das vacas leiteiras, o qual é retirado durante a limpeza para ordenha e posteriormente peneirado.

Após ter sido realizada a correção do solo, atingindo a neutralidade, e com o solo adubado, iniciou-se o processo de marcação da mandala, o qual foi realizado com a utilização de cavalos, bem como a execução dos canteiros, dos arruamentos e do sistema de irrigação. A parte central da mandala agroecológica ficou alocada às ervas medicinais, sendo que algumas já existiam na propriedade, além de outras adquiridas com moradores da região.

Figura 61 – Coleta de amostra de solo



Fonte: O autor

As sementes utilizadas na mandala pertencem ao acervo localizado na própria propriedade — Casa de Sementes Joaquim e Juvelina Leite —, que conta com grande diversidade de milhos e feijões, sendo que este último possui mais de 20 variedades, evitando, assim, uma erosão genética (Figura 62).

Na lua minguante, teve início o plantio na mandala com diferentes tipos de feijões, além de melão, batata, milho, abobrinha, tomate, pepino, brócolis, couve-flor, beterraba, couve, cebolinha, mucuna, melancia, batata-doce, mandioca, cebola, espinafre, alho-poró, amendoim e crotalária como adubação verde. Todo processo adotado pelo Sr. Silvestre teve como princípio a produção orgânica, visando o cultivo de alimentos saudáveis e o respeito aos ciclos da natureza, inserido em uma dinâmica de busca pelo máximo de aproveitamento dos insumos que são produzidos na própria propriedade (sementes, mudas, adubação).

Figura 62 – Casa de Sementes Joaquim e Juvelina Leite



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões (2024)

Em Sete Saltos de Cima, o Sr. Antônio³⁷ desenvolve todas as suas atividades com princípios ecológicos, sendo um entusiasta da agroecologia, assim como sempre tem a porteira de sua propriedade aberta para trabalhos de pesquisa, em uma busca constante no diálogo entre os saberes tradicionais populares e o científico. Em seus relatos sempre frisa com orgulho as transformações ocorridas em sua propriedade, pois a paisagem observada quando chegou, no ano de 2004, era totalmente diferente do que se vê atualmente, quando conta com muita floresta, água, animais e solo fértil.

As suas preocupações iniciais, e consequentemente suas ações práticas, foram voltadas para o plantio de arvoredos e a execução do pomar, assim como um trabalho intensivo na recuperação da fertilidade do solo. Nesse sentido, um manejo utilizado de longa data, e em toda a área destinada ao plantio, é a cobertura permanente do solo, sendo que as plantações ocorrem no meio do capim — Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), técnica que resultou em uma qualidade de solo que atingiu um ponto de equilíbrio ecológico, sendo que atualmente a necessidade é reduzida de adubação.

A sua produção visa atender à subsistência da família, e, também, tem parte comercializada por intermédio do Programa PNAE, a qual é destinada à merenda escolar. Todo o manejo é baseado nos princípios da agroecologia, sobretudo com base nas análises que o agricultor faz das temporalidades referentes aos ciclos naturais, sendo esse um grande observador da natureza, e por conseguinte um ensaísta. Referente ao trato da fertilidade do solo, utiliza adubação verde com aveia, centeio, nabo e ervilhaca, sendo que esta última tem como principal função manter o nitrogênio no solo. Também faz o uso de esterco, do plantio direto, da palha na cobertura do solo, e não utiliza nenhum tipo de adubação química. Um princípio adotado pelo Sr. Antônio, visando à segurança alimentar, é produzir grande variedade em pouca quantidade.

Por meio das observações realizadas pelo Sr. Antônio, o agricultor destaca a importância do trabalho das raízes das plantas, das minhocas e micorrizas, no processo de aeração do solo, o que facilita a circulação de ar e a umidade nas camadas em profundidade. Nesse sentido, as ações adotadas pelo agricultor vão no sentido das explicações de Tormena (2009), quando diz que uma inadequada

³⁷ No contexto do Projeto NEA: Núcleo de Estudos e Capacitação Sociotécnica em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses, a UR Sete Saltos de Cima foi contemplada com equipamentos, ferramentas, sementes e mudas visando à ampliação dos experimentos agroecológicos na propriedade.

aeração do solo pode causar perda de nitrogênio (N), estar mais sujeito à compactação do solo, assim como dificultar a circulação de água nessa camada.

E é nesse solo fértil que é semeada a grande variedade de sementes que integram a Casa de Sementes José Sarnick, além das mudas que são produzidas na estufa da própria propriedade (Figura 63). Ainda, o Sr. Antônio realiza experiências genéticas, nas quais destaca um milho que é resultado de cinco anos de trabalho, sendo esse uma variedade mais resistente, o qual pode ser plantado em épocas mais frias da região, como junho e julho, e ainda apresenta grande produtividade.

Desenvolvendo a agricultura sintrópica, segundo palavras do próprio agricultor, ao longo do ano, são realizados o plantio de feijões das variedades preto, vermelho e amarelão, que são consorciados com o milho e abobrinha, além de arroz, repolho, couve-flor, brócolis, pepino e laranja (Figura 64). Também possui o plantio de oito variedades de bambu, cujo objetivo, a princípio, era a bioconstrução (Figura 65), mas também agora visa à alimentação.

Figura 63 – Estufa para produção de mudas



Fonte: O autor

Figura 64 – Plantio consorciado



Fonte: O autor

Figura 65 – Bioconstrução



Fonte: O autor

Portanto, a partir da análise das dimensões socioambientais, identificou-se que, mediante o diálogo de saberes, foi possível demonstrar e compreender que uma agricultura de base ecológica vislumbra caminhos que transitam em direção à autonomia socioambiental, uma vez que os saberes bioculturais são intrínsecos aos sujeitos que estão atrelados a territórios tradicionais, bem como também aqueles que se enquadram enquanto sujeitos ecológicos (Carvalho, 2017). Ainda, revela-se que a ressignificação de suas territorialidades, diante de um contexto no qual o sistema hegemônico atua de forma bastante agressiva sobre atores que não se enquadram no modelo proposto, é uma forma de resiliência, a qual é construída por meio de estratégias mediante o diálogo de saberes, partindo da visão e das vivências desses grupos que ocupam o espaço rural paranaense, em um campo em que atuam de forma complexa às suas racionalidades e subjetividades.

5.1.3 A floresta comunitária faxinalense

A floresta comunitária é o âmago das comunidades faxinalenses, onde ocorre o uso dos recursos naturais de forma coletiva. É na floresta que se localizam as residências — o morar; é na floresta que criam seus animais soltos ou coletam frutos silvestres — alimento para o corpo; é na floresta que retiram as plantas medicinais — o curar; é na floresta que estão os caminhos e carreiros — o deslocar; é na floresta que coletam a erva mate — o compartilhamento de alimento para a alma; é na floresta que ocorre o viver.

Os faxinais Charqueada dos Betim e Sete Saltos de Baixo dispõem do criador comum, ocorrendo, portanto, a criação à solta de animais, a qual é desenvolvida pela maioria dos moradores dessas comunidades. Os principais animais criados são porcos e frangos; e, em menor número, cavalos e vacas. Cabe salientar que, em nossa concepção, o criador comum não é o que define um faxinal, mesmo esse sendo um importante diferencial entre os faxinais e as demais comunidades.

Os animais que são criados soltos na floresta comunitária complementam sua alimentação com frutos nativos, como a gabirolva (*Campomanesia xanthocarpa*), o araçá (*Psidium cattleianum*) e a goiaba (*Psidium guajava*), assim como o pinhão. Esses animais são importantes na constituição da dieta proteica dos faxinalenses, evitando assim a compra de carne de fora da comunidade. Em ambas, o número de

animais criados é pequeno, representando uma criação de subsistência, sendo que a venda do excedente ocorre principalmente nas festividades de fim de ano.

Na propriedade do Sr. Silvestre, no Faxinal dos Galvão, o agricultor desenvolve a criação extensiva (não são mantidos em chiqueiros ou mangueirões) de porcos da raça Moura, também conhecidos por porcos crioulos. Essa raça é criada nos faxinais do Paraná há mais de um século, e os porcos são “manejados em sistema silvipastoril tradicional, onde parte da alimentação dos animais é oriunda dos recursos naturais” (Leite *et al.*, 2021, p. 238) (Figura 66).

No entanto atualmente o número de exemplares da raça é bastante reduzido, inclusive não se encontra presente em todos os faxinais. Para Leite *et al.* (2021), as mudanças ocorridas na indústria, no mercado, bem como nas preferências dos consumidores, sobretudo a partir da metade do século XX, fizeram com que fossem substituídos por raças exóticas mais produtivas, com menor quantidade de gordura na carcaça, ocasionando a desvalorização dos suínos crioulos e uma drástica redução em número e diversidade, inclusive muitas dessas raças estão sob ameaça de extinção.

Figura 66 – Criação de porcos da raça Moura



Fonte: O autor

Ao mesmo tempo, o porco Moura tem adquirido um ótimo apelo comercial e, de acordo com Warpechowski (2024), se configura como um patrimônio brasileiro que precisa ser preservado, além de ser reconhecido como um animal único, fazendo parte do *terroir* da região, onde o modo de criação, extensivo (solto em pastagem e floresta nativa) ou semiextensivo, com alimentação baseada em alimentos nativos e restos de culturas (frutas, pinhão, mandioca, batatas e outros tubérculos), proporciona à carne um sabor específico e marmoreio (gordura entremeada nas fibras), que vem sendo bastante valorizado, sendo que a excelência da carne é comparada às raças ibéricas como o Alentejano e o Pata Negra, as quais possuem a mesma origem genética que o Moura (Figura 67).

Figura 67 – Propaganda de comércio da carne do porco Moura



Fonte: O autor

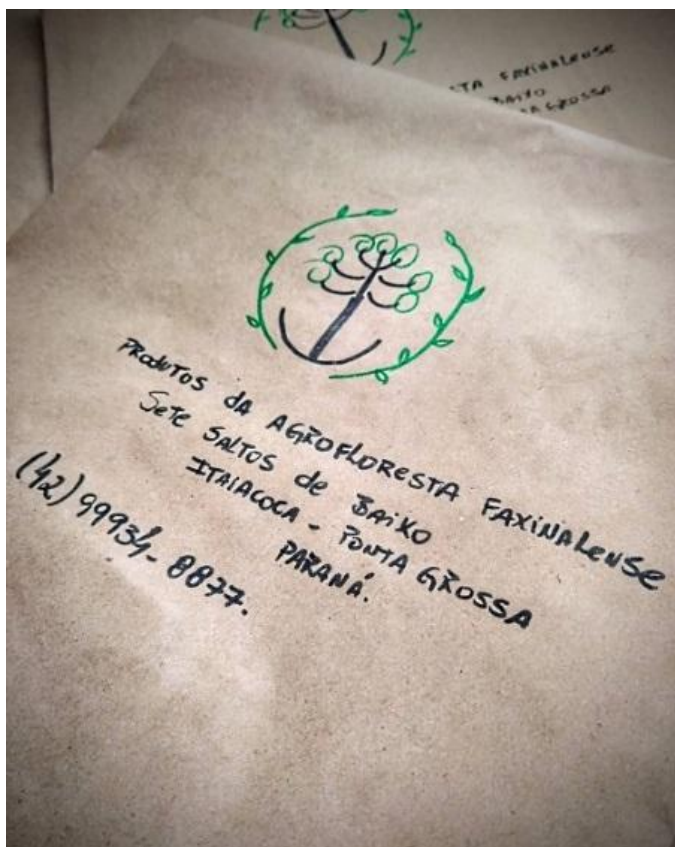
Também é na floresta comunitária faxinalense que ocorre a coleta das folhas e ramos da erva-mate, árvore que se apresenta de forma nativa na Floresta Ombrófila Mista, integrante do Bioma Mata Atlântica, que na região dos faxinais compõe a paisagem, integrando a economia e a cultura faxinalense. No entanto as áreas que compõem o estudo já apresentaram um comércio bastante pujante da erva-mate, sendo que atualmente a produção visa ao consumo local, sendo rotineiras as rodas de chimarrão associadas às prosas.

No Faxinal Charquada dos Betim, a erva-mate foi muito explorada, sendo que nas últimas duas décadas já não se encontravam mais os pés, fato que levou o GP Interconexões a realizar uma recomposição de parcela desse exemplar da flora local. Já em Sete Saltos de Baixo, ela é presente de maneira nativa, integrando a floresta comunitária faxinalense, sendo coletada pelos proprietários de onde os pés se encontram. A erva-mate nativa, inclusive, é cultivada entre outros tipos de vegetação, onde essas outras plantas fazem com que os raios de sol não incidam diretamente sobre a erva-mate, e por isso ela é chamada de sombreada, resultando em um produto de excelente qualidade e de sabor diferenciado e muito apreciado.

Devido aos atributos da erva-mate coletada no Faxinal Sete Saltos de Baixo, essa integrou o rol de produtos que participam do “Projeto Selo Socioambiental Produtos da Agrofloresta Faxinalense” (Figura 68), o qual busca viabilizar propostas concretas de inclusão social para o desenvolvimento sustentável dessa coletividade, por meio do processamento de produtos alimentícios não madeiráveis da agrofloresta tradicional faxinalense, visando ainda à criação de novos circuitos de comercialização solidária.

Esse manejo dos componentes da agrobiodiversidade realizado por meio de um conjunto de saberes e técnicas baseado no conhecimento local e tradicional confere um produto com características próprias e dentro da perspectiva sustentável. Com base nos mesmos conhecimento e técnicas, essas práticas culturais também são desenvolvidas em Sete Saltos de Cima e no Faxinal dos Galvão, onde a erva-mate faz parte do manejo agroflorestal empreendido pelos agricultores, associada a outras culturas, com temperatura equilibrada e evitando que as folhas sejam queimadas pelo sol, sendo a agrofloresta uma realidade presente em Sete Saltos de Cima e em fase inicial em Faxinal dos Galvão.

Figura 68 – Embalagem para produtos da agrofloresta faxinalense



Fonte: Comunidade Tradicional Faxinalense Sete Saltos de Baixo (2024)

Além disso, a floresta possui grande importância quando as referências são as ASF, pois se estima que elas sejam responsáveis por cerca de 40% a 90% da polinização das espécies florestais nativas (IAT, 2009). Nesse sentido, o “Plano de Conservação para Abelhas Sociais Nativas Sem Ferrão do Paraná” tem como um de seus objetivos “incentivar as formas sustentáveis de criação de abelhas nativas, preferencialmente em sistemas agroflorestais” (IAT, 2009, p. 20).

E ainda, essa floresta é dotada de recursos que são utilizados na cura — do corpo e da alma —, sempre em número e qualitativo expressivo para sanar as doenças. Apesar de apresentar um número reduzido dos conhecedores de ofícios tradicionais de cura, todos os nossos sujeitos possuem conhecimento sobre o uso das plantas medicinais, destacando que somente no Faxinal Charqueada dos Betim tem-se a presença de benzedadeiras.

Portanto, a floresta comunitária faxinalense está diretamente relacionada ao patrimônio biocultural desses sujeitos, fazendo parte de suas vivências e memórias, em uma relação de coexistência e codependência mediada por seus saberes e

práticas tradicionais. E mais, podemos afirmar que a existência da floresta é vital para que esse povo consiga expressar de maneira integral suas territorialidades, e consequentemente sua autonomia socioambiental.

5.2 A AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL PELA ÓTICA DOS SUJEITOS

A autonomia é um processo, portanto a sua busca é um decurso em constante construção; ao mesmo tempo que sua compreensão pode ser individual, mas também pode ocorrer a partir de determinado grupo, de acordo com suas necessidades; sendo ainda relativa no tempo e no espaço, ou seja, é dotada de grande complexidade, ou conforme palavras de Freire (1996, p. 55), é “amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É [...] centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade”.

Nesse sentido, existe um entendimento entre todos os sujeitos envolvidos na pesquisa — percepção coletiva — em compreender a autonomia socioambiental além de se pautar apenas pela abordagem econômica, de reprodução material, mas sim no sentido mais amplo, de formação de um sujeito ecológico (Carvalho, 2012), e portanto, a partir de outras racionalidades, organizarem-se socialmente onde sejam capazes de avançar ou mesmo coexistir com o atual sistema de racionalidade capitalista, conforme apontam Floriani e Floriani (2020).

Desse modo, a busca pela autonomia socioambiental tem como princípio a valorização e o respeito às territorialidades, guiados por concepções de sustentabilidade ecológica. Essa valorização nunca é relacionada a uma imposição de modelos, pois “incidem no território diversas racionalidades sociais e subjetividades que confluem na complexidade de escolhas e ações coletivas e individuais por um ou outro modelo socioprodutivo no cotidiano de uma comunidade” (Floriani; Floriani, 2022, p. 8).

Assim, é um consenso entre os sujeitos envolvidos na pesquisa que para a produção da autonomia socioambiental esta passa pela manutenção e/ou ressignificação de seus saberes e práticas tradicionais, assim como a preservação de suas identidades e a forma como se relacionam com seus territórios e constroem suas territorialidades.

Ainda, como confluência elencada pelo grupo, foi enfatizada a atenção sobre a produção interna do máximo de insumos necessários para a manutenção de suas atividades nas propriedades, o que resulta, além de economia sob o aspecto financeiro, a garantia da procedência na produção, dentro dos princípios de uma agricultura de base ecológica, indicando, portanto, “que existem pontos particulares, mas também comuns na formação identitária das coletividades (produção de subjetividades), posto que não são sistemas isolados e compartilham uma história comum” (Floriani; Floriani, 2020, p. 6).

Dessa forma, é destacado pelo Sr. Antônio, em Sete Saltos de Cima, um cuidado especial em relação à adubação verde, a produção de sementes e das mudas, o plantio de frutos, assim como a preocupação com a quantidade e qualidade da água. O horizonte de trabalho empreendido na propriedade segue os princípios agroecológicos, nos quais a adubação é 100% orgânica, utilizando o esterco, o lixo de origem orgânica e o capim resultante do manejo da lavoura e da agrofloresta. Como exemplos dessa produção própria da adubação, visando a uma agricultura sustentável, possui destaque o uso do capim manejado, o qual é dotado de uma massa verde considerável, com peso muito significativo na cobertura do solo, que associado ao esterco de galinha lançado sobre esse gera um composto que tem resultado em excelente produção. O Sr. Antônio ressalta também a utilização de tronco de bananeira, o qual possui excelente biomassa, promovendo assim a fitossanidade para diversas culturas, e ainda a adubação verde realizada com capim-napier (*Pennisetum purpureum*) e mucuna cinza (*Mucuna pruriens*).

Também, no sentido de produzir frutos, sobretudo visando ao consumo familiar, realizou o replantio de diversas espécies nativas, como a goiaba (*Psidium guajava*), gabioba (*Campomanesia xanthocarpa*), cereja-preta (*Prunus serotina*), pitanga (*Eugenia uniflora*), uvaia (*Eugenia pyriformis*), além de diversas cítricas. A esse respeito, comenta sobre uma colheita que somou 600 kg de laranja em um único pé. Também foi realizado o plantio de árvores nativas que não se encontravam mais, como o caso de 1.000 pés de bracatinga (*Mimosa scabrella*). Mesmo com a boa quantidade de água presente na propriedade, está em fase inicial de implementação a coleta das águas da chuva para posterior uso nas lavouras, entendimento de planejamento sustentável. E sempre dentro da perspectiva já destacada, a produção é de grande diversidade em pequenas quantidades, o que além de garantir a

segurança alimentar, também visa à autonomia socioambiental, tendo o ambiente como um espaço de vida, por meio de diversos projetos de natureza que confluem em um território.

A exemplo do que ocorre em Sete Saltos de Cima, a preocupação do Sr. Silvestre, no Faxinal dos Galvão, também tem como foco principal a produção própria dos insumos, frisando a importância das parcerias realizadas junto a outras instituições — diálogo de saberes e a transmissão de seus conhecimentos (Figura 69). As práticas de natureza adotadas na propriedade são baseadas em saberes que são transmitidos de maneira hereditária — o saber-fazer, ou seja, uma sucessão de saberes com base em práticas de natureza, acrescidos e incrementados, por meio das observações que são realizadas dos ciclos naturais.

Essa sucessão de saberes também é um seguimento de relações que a família mantém com o território, criando uma motivação de continuidade na propriedade que está ligada à criação de identidade àquele espaço de pertencimento — lugar, identidade e construção de paisagens (McDowell, 1996), inclusive motivação

Figura 69 – Diálogo de saberes e práticas



Fonte: O autor

já compartilhada entre os herdeiros, criando assim fortes caminhos de sucessão familiar.

De acordo com o Sr. Silvestre, cerca de 80% da propriedade se enquadra em uma agricultura de base ecológica, com a busca constante de um equilíbrio ambiental por meio de atividades sustentáveis. Referente aos compostos utilizados para adubação, a grande produção de esterco, decorrente da criação de gado de leite, propiciou a produção de húmus de minhoca, o qual é amplamente utilizado nas atividades agrícolas. Ainda, a autonomia é ampliada pela produção própria de mudas, bem como o uso e a guarda de uma grande variedade de sementes crioulas, no trabalho de base familiar e através de como estabelecem suas relações com o território a partir de suas práticas de natureza.

Por sua vez, essas práticas estão dentro de uma concepção holística de natureza, com a integração dos elementos na composição do todo, em uma compreensão de sistema e respeito, sobretudo aos tempos da natureza. Nesse entendimento adotado pelo agricultor, integram esse sistema as matas, as águas, os animais, os ventos, o solo, a lua e o sol, em um processo de interdependência, equilíbrio, constante aprendizado e autonomia.

No Faxinal Charqueada dos Betim, os conflitos de racionalidades são constantes, portanto a autonomia socioambiental está diretamente atrelada à defesa de seu território e de suas territorialidades, requerendo a criação frequente de estratégias em uma busca reiterada da justiça ambiental e do bem viver. Nesse sentido, o diálogo de saberes também propiciou empoderamento junto aos sujeitos da comunidade, com esses buscando o reconhecimento de suas identidades coletivas, o respeito às suas territorialidades e práticas de natureza, tendo como resultado, por exemplo, a elaboração da lei municipal que reconhece o território tradicional faxinalense.

Ao mesmo tempo, decorrente de saberes e práticas tradicionais existe um conjunto de racionalidades e subjetividades que incidem sobre o território, onde atuam contra a cooptação exercida por atores vinculados ao grande capital, sejam no interior do território ou mesmo em áreas de fronteira. A capacidade de resiliência adotada pelo coletivo decorre sobretudo da manutenção e ressignificação de suas práticas tradicionais, as quais atuam como resistência, e a resposta dada é a própria existência do povo perante a atuação dessas forças de cooptação.

Nesse sentido, destacamos a meliponicultura como estratégia de construção da autonomia socioambiental no Faxinal Charquada dos Betim. Para o desenvolvimento das atividades a preocupação inicial se pautou na construção própria das caixas racionais utilizadas com as ASF, bem como na captura de enxames na floresta comunitária. Como a atividade não demanda uma grande propriedade, a questão espacial também não encontrou obstáculo, a qual é desenvolvida em uma pequena área, ressignificando a atividade e dando também significado ao lugar — lugares de transformação social, onde a produção de natureza se tornou resistência e adaptação frente ao poder econômico.

Em Sete Saltos de Baixo, uma das formas da busca por autonomia socioambiental ocorre baseada na produção própria da proteína animal, resultante da criação à solta de animais na floresta comunitária, bem como na extração de erva-mate nativa, indicando capacidade de articular com os recursos internos disponíveis, sobretudo por meio de estratégias de cooperação e pertencimento, e conforme destacam Floriani e Floriani (2021), constituem identidades coletivas e propostas para uma ética da natureza. A manutenção da floresta comunitária, que está diretamente relacionada à criação dos animais, extrativismo de baixo impacto e manejo sustentável, demonstra as experiências de autonomia do saber-cuidar — modo de viver e habitar, resistindo à mercantilização da natureza, indicando que os “povos tradicionais, [são] detentores de um saber capaz de dialogar com a natureza, respeitando seus limites e suas potencialidades” (Floriani; Floriani, 2020, p. 5).

Ainda se destaca o fato de serem uma ARESUR, importante instrumento jurídico de reconhecimento dos faxinalenses, na busca por justiça, autonomia socioambiental e o bem viver, que lhes assegura um poder de fala de maneira igualitária perante as reivindicações de seus direitos e na defesa do território e de suas territorialidades, sendo uma “possibilidade de explicitar seus saberes e tecnologias próprias às suas experiências alternativas (de gestão dos territórios, práticas de manejo e de produção agroecológicas etc.)” (Floriani; Floriani, 2021, p. 43). Nesse sentido, como parte de suas subjetividades e atrelados ao processo de autonomia, configura-se uma série de práticas jurídicas consuetudinárias internas, as quais compõem um arcabouço de normativas visando à convivência e o bem viver, em que podemos destacar a destinação de uma parcela de cada propriedade para uso comum, a manutenção de portões e porteirolas sempre fechadas evitando a saída

de animais, a proibição em maltratar ou roubar animais do criador comum, em desmatar, contaminar as fontes de água e também de lavouras dentro do criador comum.

Entre os diferentes sujeitos que compõem a pesquisa, além de compartilharem de um mesmo processo identitário e histórico, tem-se também como similaridade a busca pela autonomia socioambiental como uma estratégia de manutenção de seus territórios e territorialidades, além da consciência por parte desses do poder de atuação de atores sociais atrelados ao capital, os quais operam em uma força contrária. Nesse sentido, portanto, a criação de estratégias de associação com atores parceiros, tais como universidades, organizações não governamentais, setores do poder público municipal e estadual — diálogo se saberes — é uma condição bastante favorável de manutenção de seus territórios e territorialidades.

DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do capital no espaço rural dos países subdesenvolvidos é agressiva, pois além de expropriar os camponeses de suas terras, opera no sentido de deslegitimar os seus saberes — violência material e simbólica. O sistema hegemônico impõe um arcabouço tecnificado no campo, baseado na utilização de um número reduzido de trabalhadores, práticas ambientalmente insustentáveis e o uso de grandes áreas de terra, que, além de resultar em uma paisagem rural bastante homogênea, que no caso do estado do Paraná é ocupada predominantemente por plantios de produtos destinados à exportação e reflorestamentos com árvores exóticas, também visa homogeneizar o modo de viver da população rural.

Assim, todo um conjunto de conhecimentos historicamente acumulados — sistemas de práticas bioculturais, que tem como base os saberes e práticas tradicionais — é ignorado e muitas vezes dizimado. Diante desse processo de colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005; Lander, 2005), o reflexo dessas ações é imensurável, pois assim o povo de um país perde parte de seu patrimônio material e imaterial.

No caso abordado no presente trabalho, o amplo patrimônio geográfico consiste em laços que incorporam os sujeitos da pesquisa a seus territórios, em que as suas racionalidades e subjetividades são apresentadas nas formas com que se relacionam com a natureza. Assim, evidencia-se ainda que, em se tratando de diferentes grupos, esses compartilham de um mesmo processo identitário-histórico-cultural, o qual tem ao longo do tempo-espaço se apresentado como resistência diante do poder hegemônico, que atua no sentido de desestabilizar esse conjunto de saberes acumulados historicamente.

É demonstrado, portanto, que nas sucessivas forças de ação e reação — disputas de racionalidades — existe um grau de cooptação das populações que ocupam o espaço rural. Por outro lado, a manutenção e a resignificação dos saberes e práticas tradicionais, sobretudo diante de um diálogo de saberes, são capazes de prover a autonomia socioambiental de sujeitos que não fazem parte do roteiro imposto pelo sistema capitalista, indicando um *status* decisório de emancipação.

Esse diálogo de saberes foi exequível pela integração dos sujeitos em projetos de pesquisa/extensão, em que o processo de construção do trabalho ocorreu

junto a eles, sendo possível compreender em que medida os sistemas de práticas bioculturais puderam viabilizar, por meio do diálogo de saberes, a autonomia socioambiental em territórios tradicionais e rurais do estado, perante os contextos de territorialização de projetos de desenvolvimento e de tecnologias no espaço rural.

Nesse sentido, a metodologia de autonomia socioambiental se mostrou bastante satisfatória enquanto ferramenta de diagnóstico, com resultados fáceis de serem analisados, prática de ser aplicada e de caráter didático ao ser apresentada. Ainda, por possuir uma abordagem quali-quantitativa, foi possível a realização de análises e discussões, bem como mapear os conflitos existentes e as suas geografias. Especificamente sobre os resultados da aplicação da metodologia junto aos sujeitos da pesquisa, esses demonstraram que o conjunto de relações cotidianas pode vislumbrar a autonomia socioambiental, sobretudo com o respeito às particularidades e subjetividades próprias a cada território.

No que concerne ao Faxinal Charqueada dos Betim, todos os índices apresentados encontram-se acima da média estipulada, indicando que a preservação e a ressignificação das práticas tradicionais agem no sentido de minimizar as forças de cooptação que atuam sobre os faxinalenses, como o caso da participação junto ao projeto NEA por meio da meliponicultura e, ainda, a preservação do criador comum e o uso coletivo e sustentável do território e dos recursos naturais. Faz parte também desses saberes tradicionais, o conhecimento e uso das plantas medicinais, e essa conexão intrínseca com o território resulta em relações de sustentabilidade, apresentando um quadro ambiental de qualidade. Ainda, destacam-se os fortes laços de reciprocidade, de compadrio e de influência do catolicismo popular, sendo este responsável pelas principais formas de organização no interior da comunidade. No entanto algumas práticas tradicionais têm sido inviabilizadas, sobretudo pela colocação de fechos em áreas de uso comum, a destruição de mata-burros e a substituição de áreas de plantio de alimentos por árvores exóticas, além de um crescente êxodo rural.

Já o Faxinal Sete Saltos de Baixo apresentou duas dimensões abaixo da média estipulada, sendo a ambiental, que em nossa análise os valores se encontram relacionados à ausência de algumas práticas preservacionistas, como as sugeridas, por exemplo, no PMO; e a cultural, que em nosso entendimento refere-se à diminuição de determinadas atividades culturais ao longo dos anos. No entanto, os índices totais

da comunidade apresentam-se acima da média estipulada, sobretudo pela existência de instrumentos jurídicos de proteção do território tradicional (ARESUR), fruto da organização e grande participação de jovens e mulheres faxinalenses, assim como a preservação do criador comum, do mutirão anual para manutenção de cercas e valos, a realização das festividades, assim como fatores econômicos favoráveis, resultado de uma produção de subsistência e rentabilidade satisfatórios, o que insere a comunidade no grau máximo de autonomia socioambiental.

A propriedade do Sr. Antônio Ostrufka, em Sete Saltos de Cima, foi a que apresentou os maiores índices entre as analisadas. Os resultados da aplicação da metodologia foram condizentes com as práticas adotadas no cotidiano da propriedade, a qual visa à segurança alimentar e ao equilíbrio ecológico, tendo como um dos fundamentos o diálogo de saberes. Dessa forma, a adoção da agroecologia foi capaz de reverter o quadro degradacional que se apresentava quando da chegada do Sr. Antônio, dando origem a um ambiente saudável, o que foi indicado por meio dos valores de qualidade dentro da dimensão ambiental. Os índices que foram apontados como baixos são referentes a um modo de viver não mais existente, no entanto diversos aspectos tradicionais permanecem presentes, como a prática do mutirão, sobretudo nas atividades agrícolas, a presença e o uso por parte dos moradores de carreiros e caminhos para os deslocamentos pela região, o uso do cemitério da comunidade, e as práticas de sociabilidade relacionadas à religiosidade, como as festas, rezas e missas realizadas na igreja da comunidade.

Em Faxinal dos Galvão, na propriedade do Sr. Antônio Silvestre, a aplicação da metodologia resultou em valores acima da média estipulada em todas as dimensões, o que enquadra a propriedade no grau máximo de autonomia socioambiental. Esses valores alcançados são condizentes com a proposta adotada pelo sujeito da pesquisa, haja vista a área se encontrar em fase de transição agroecológica, apresentando índices acima de 80% nas dimensões ambiental, territorial e econômica. A única dimensão abaixo desse valor foi diagnosticada na cultural, que a exemplo de Sete Saltos de Cima, refere-se a um modo de viver não mais presente, entretanto destacam-se diversas características de um modo coletivo de viver, como o uso de carreiros e caminhos para o deslocamento dos moradores da região, as práticas religiosas que são desenvolvidas na igreja da comunidade e as práticas de criar porcos em mangueirões ou poteiros.

Deste modo, mais do que mensurar por meio da metodologia qualiquantitativa os diferentes graus de autonomia socioambiental em comunidades rurais tradicionais, assim como as suas fragilidades e potencialidades, também podem-se identificar qual o entendimento de autonomia na visão dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Sendo assim, foi possível compreender que as práticas bioculturais podem viabilizar, mediante o diálogo de saberes, a autonomia socioambiental nesses territórios, desde que esse diálogo realmente ocorra com paridade entre as partes envolvidas — sem desqualificar nenhum tipo de conhecimento, ao mesmo tempo que as demandas enunciadas pelos sujeitos subalternos sejam levadas em consideração, ou seja, tornem-se primordiais durante todo o processo.

Verificou-se ainda que todo conhecimento oriundo desses sujeitos é desenvolvido e adaptado às circunstâncias locais, sendo a capacidade emancipatória de reprodução desses coletivos baseadas no espaço-tempo cotidiano. Também, demonstram as suas geografias através da forma como utilizam a terra e organizam seu espaço, sobretudo baseados nos ciclos da natureza, expressando assim seus saberes-fazeres patrimoniais.

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre esses grupos e o espaço que ocupam, transcorrem a partir de um paradigma de convivência assente na sustentabilidade enquanto caminho de vida, e transcorrem no âmbito do território, entendido como uma porção do espaço envolto por memórias coletivas, questões culturais e identitárias. A abordagem da Geografia diante dos fatos e feitos investigados, conseguiu uma aproximação condizente com os objetivos propostos, visto seu caráter de interpelação das relações que são estabelecidas entre o grupo estudado e a natureza — o território. Ainda, a adoção da perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, adotada nas análises e interpretações da pesquisa, foram imprescindíveis para alcançar os resultados ora apresentados, visto a complexidade cultural, ambiental e social dos sujeitos em suas relações com a natureza — saberes de natureza, em uma rede de conexões que envolvem humanos — em fortes laços de reciprocidade (compadrio, mutirão, cooperativismo, uso coletivo do território e dos recursos naturais) — e não-humanos (plantas, animais, solo, meteorologia).

A maioria dessas relações ocorrem na floresta comunitária faxinalense, a qual está diretamente relacionada ao patrimônio biocultural desses sujeitos — a identidade de um grupo socioterritorialmente ligado a uma região. Apesar de ameaçada por

projetos modernizadores do espaço rural, ainda é o lugar onde materializam os seus saberes e práticas tradicionais, se configurando como espaço de produção de autonomias socioambientais e subjetividades, e mais, é o espaço-essência de um modo de vida ainda presente no sul do Brasil.

E mais, com o intuito de preservar esse modo bastante particular de viver, e sobretudo fortalecer os aspectos da identidade e cultura desses sujeitos, o diálogo de saberes também deve atuar no campo de uma educação inclusiva, ou seja, uma escola do campo visando o desenvolvimento integral — uma educação decolonial libertadora. Nesse sentido, é importante que a educação seja um espaço de respeito à identidade e cultura local, em que esses aspectos sejam elencados como conteúdos programáticos e que estejam relacionados a esses sujeitos — seus territórios e suas territorialidades, que fizeram e fazem parte dessa história — sujeitos de sua história.

Ainda, visto que as potencialidades estão diretamente atreladas ao desenvolvimento das práticas tradicionais, dependendo de uma conjuntura ligada ao fator decisório desses sujeitos, podem, conforme Floriani e Floriani (2020), coexistir com a racionalidade atualmente vigente. Nesse sentido, diversos produtos e práticas possuem atributos que se enquadram, por exemplo, nas características para o registro de Indicação Geográfica, o qual

[...] é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire) (MAPA, 2023).

Dessa forma, associados ao saber-fazer destacam-se alguns produtos, como o mel e derivados resultantes da criação racional das ASF, a criação de porcos da raça Moura, a erva-mate nativa sombreada, além de uma variedade de verduras, legumes e frutas nativas que são produzidas através de práticas sustentáveis nestes territórios tradicionais e rurais. Ainda, evidencia-se o saber relacionado aos ofícios tradicionais de cura, que além de darem sentido e significados a vida das pessoas, podem contribuir auxiliando no atendimento primário de algumas enfermidades, como ocorre, por exemplo, no município de São João do Triunfo (PR), onde as benzedadeiras atuam como agentes de saúde.

Também, ações ligadas ao saber-cuidar, podendo atuar como parceiros de instituições de ensino em visitas técnicas, no campo da Educação Ambiental, visto a *expertise* que possuem na área, ou também em um turismo de base comunitário, visando a divulgação e, conseqüentemente, o respeito e preservação da cultura e identidade desse modo de vida.

Evidentemente que a viabilidade das matérias acima destacadas deve ser analisada pelas comunidades, onde os sujeitos envolvidos é quem realmente dão prosseguimento ao processo — o início para um diálogo de saberes.

Diante de tudo o que foi exposto, esse é um recorte do retrato de um Brasil profundo caboclo, constituído por sujeitos que, na constituição de relações com a natureza, demonstram o saber-fazer e o saber-cuidar, os quais produzem conhecimento a partir de diferentes matrizes de racionalidades. Também, se constituem em saberes que atuam como resistência frente ao capital, sobretudo no intuito de manterem seus territórios e suas territorialidades, os quais mostram-se capazes de serem resilientes através da construção de estratégias criadas a partir do diálogo de saberes, produzindo técnicas que propiciam esses atores transitar nos caminhos da autonomia socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264 p.
- ALMEIDA, A. W. B. de.; MARIN, R. A.; SHIRAISHI NETO, J. **Projeto Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais**: série faxinalenses do sul do Brasil. PNSCA: Irati/Guarapuava, 2008.
- ALTIERI, M. A. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. Boulder: Westview Press, 1987.
- AMCG. Associação dos Municípios dos Campos Gerais. **Municípios**. Disponível em: <https://www.amcg.com.br/municipios>. Acesso em: 24 de abril de 2023.
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Plantas medicinais**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33832/2733907/Lista+DCB+Plantas+Medicinais+atualizada+em+dezembro+2017.pdf/84dea010-5223-4302-81e0-088a4ebc3d0c>. Acesso em: 9 jul. de 2024.
- APEC, Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo. **Escolas públicas do campo no Paraná: o que e como fazer!** 2018. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/05/BOLETIM-Articula%C3%A7%C3%A3o-Paranaense-por-Uma-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-edicao2.pdf> Acesso em: 15 fev. 2024.
- BAHR, G. C.; CASTRO, A. M. de. O monge São João de Maria e os Campos Gerais do Paraná: devoção e tradicionalidade. *In*: SILVA, A. T. B; ARAUJO, A. C. M. de.; MELLO, R. G. **Geopolítica e debates emergentes em política, economia, religião e cultura**: volume 2. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022. p. 212-220.
- BAHR, G. C.; FLORIANI, N.; NABOZNY, A. A meliponicultura no Faxinal Charqueada dos Betim: a autonomia socioambiental a partir da resignificação dos saberes e práticas tradicionais. *In*: FLORIANI, N.; FLORIANI, D. (org.). **Territorialidades ecológicas, autonomia socioambiental e desenvolvimento local**: experiências de um núcleo de estudos e capacitação sociotécnica em agroecologia. Santo Augusto: Panaro, 2022. p. 117-136.
- BENATTE, A. P.; CAMPIGOTO, J. A.; CARVALHO, R. Os santos nos faxinais: religiosidade e povos tradicionais. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 140-160, jul./dez. 2011.
- BRANDENBURG, A. O movimento ecológico na agricultura: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**: caminhos da agricultura ecológica, Curitiba, Ed. UFPR, 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 fev. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Caderno do plano de manejo orgânico**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021.

CÂNDIDO, G. de A.; NÓBREGA, M. M.; FIGUEIREDO, M. T. M. de.; SOUTO MAIOR, M. M. Avaliação da Sustentabilidade de Unidades de Produção Agroecológicas: um estudo comparativo dos métodos Idea e Mesmis. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 99-120, 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CARMO, M. S. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, 45 (1): v. 1, n. 15, 1998.

CARVALHO, S. M.; FLORIANI, N. **Faxinal Taquari dos Ribeiros**: diálogos interdisciplinares, sustentabilidade e etnoecologia. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 121 p. (Boletim Técnico, 22).

CICHOSKI, P. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa**: contribuições de Orlando Fals Borda. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

COMUNIDADE TRADICIONAL FAXINALENSE SETE SALTOS DE BAIXO. **Comunidade Tradicional Faxinalense Sete Saltos de Baixo**. Ponta, Grossa, 31 de out. de 2024. Facebook: faxinal7saltosdebaixo. Disponível em: <https://www.facebook.com/faxinal7saltosdebaixo/>. Acesso em: 31 de out. de 2024.

CRUZ, G. F. da. Alguns aspectos do clima dos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GHIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007. p. 59-72.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento territorial e desenvolvimento rural**: o caso do Paraná tradicional. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2003.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. *In*: CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre meio ambiente e desenvolvimento. Belém: CEJUP, 1997. p. 243-261.

DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e etnoconservação. *In*: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2004. p. 9-22.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Curso Básico de Abelhas Sem Ferrão**: Inimigos Naturais e Cuidados Especiais. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355163/39571288/Roteiro+Te%C3%B3rica+-+Cuidados+Especiais.pdf/4fd9e18e-34ea-638c-250b-73c2241e6f07#:~:text=For%C3%ADdeos%3A%20s%C3%A3o%20moscas%20pequenas%20e,dentro%20das%20col%C3%B4nias%20%C3%A9%20normal>. Acesso em: 29 fev. 2024.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. MEIO AMBIENTE. Curso de meliponicultura – Parte 1 – Quem são as Abelhas sem Ferrão? **YouTube**, 27 de maio de 2020. 22min10s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YkMgucy6Dg>. Acesso em: 3 fev. 2024.

ESCOBAR, A. Depois da natureza passos para uma Ecologia Política Antiesseencialista. *In*: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (org.). **Políticas públicas ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Flacso Brasil/Editorial Abaré, 2005. p. 17-55.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayan, Colômbia: Envion Editores, 2010.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, n. 38, p. 73-89, 1999.

FERIOTTI, M. de L. **Universidade, formação de professores e movimentos sociais**: a colcha de retalhos como metáfora das relações interdisciplinares e transdisciplinares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2017.

FERREIRA, E. S. **A influência do sistema faxinal no estado ambiental da bacia hidrográfica do Rio Sete Saltos – PR**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do estado do Paraná, Brasil. **Polis**, n. 56, p. 1-23, 2020.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. In: FLORIANI, D.; HEDLUND, A. N.; SILVA, G. L. F. **Por uma epistemologia da diversidade e dos espaços marginais: (in)justiça ambiental, sujeitos subalternos, discursividades e res(x)istências no contexto do socioambientalismo contemporâneo**. Curitiba: MADE/UFPR, 2021. p. 37-60.

FLORIANI, N.; BARRERA-BASSOLS, N. (org.). **Saberes, Paisagens e Territórios Rurais da América Latina**. Curitiba: Editora da UFPR, 2016.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D.; SILVA, A. de. A.; HALISKI, A. M. Territorializações agroecológicas: saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais tradicionais do Paraná. **Estudos sociedade e agricultura**. v. 30, n. 1, 1-27, jan./jun. 2022.

FLORIANI, N.; HALISKI, A. M. Da divergência à convergência: um estudo de caso sobre a necessidade do diálogo de saberes como alternativa aos conflitos socioambientais em comunidades rurais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 193-211, jul./dez. 2017.

FLORIANI, N.; NABOZNY, A. **Conhecimentos locais e diversidade socioterritorial: saberes, práticas e políticas de natureza**. Aula do curso de Pós-Graduação em Geografia/UEPG. 2020.

FLORIANI, N.; SKEWES, J. C.; THER RIOS, F.; ALMEIDA SILVA, A. de; HALISKI, A. M.; SHIRAIISHI-NETO, J. Territorialidades da convivencialidade e do sentirpensar com as florestas comunitárias tradicionais na América Latina. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. (UFPR)**, v. 50, p. 21-48, 2019.

FLORIANI, N.; THER RIOS, F.; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis**, v. 12, n. 34, p. 73-94, abr. 2013.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2024. **Sobre o PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FRAGA, N. C. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In: FÖETSCH, A.; GEMELLI, D. D.; BUCH, H. E. R. (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, M. de. F. F. **Povos e comunidades tradicionais**: relações com a escolado/no campo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

GOOGLE MAPS. 2024. **Faxinal dos Galvão**. [s.l.]. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Igreja+Barreiro>. Acesso em: 31 de out. de 2024.

GRUPO DE PESQUISA INTERCONXÕES. **Grupo de Pesquisa Interconexões**. Imbituva, 31 de out. de 2024. BLOG. Disponível em: <https://gpinterconexoes2.blogspot.com/p/galeria-de-fotos.html>. Acesso em: 31 de out. de 2024.

GTCM, Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura**: 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010.

GUATARI F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *In*: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Seropédica: Embrapa Agrobiologia. 2012. p. 101-132.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HISSA, C. E. V. Transdisciplinaridade: breves notas acerca de limites e fronteiras da ciência moderna. **NUPEAT-IESA-UFG**, v. 1, n. 1, p. 90-105, jan./jun. 2011.

IAT, Instituto Água e Terra. **Plano de Conservação para Abelhas Sociais Nativas Sem Ferrão**. Curitiba: IAP/ Projeto Paraná Biodiversidade, 2009.

IAT, Instituto Água e Terra. **Dados sobre Unidade de Conservação**. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-sobre-Unidades-de-Conservacao> Acesso em: 26 out. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Apicultura**: produção de mel bate recorde no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/imbau.html>. Acesso em: 18 fev. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Imbaú. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/imbau.html> Acesso em: 17 nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Imbituva. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/imbituva.html> Acesso em: 13 nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Guamiranga. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/quamiranga.html> Acesso em: 13 nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Ponta Grossa. 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ponta_grossa.html Acesso em: 30 out. 2023.

IMBAÚ. Lei Municipal nº 640/2019. Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses [...]. **Diário Oficial**, Imbaú, n. 640, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/i/imbau/lei-ordinaria/2019/64/640/lei-ordinaria-n-640-2019-sumula-dispoe-sobre-o-processo-de-reconhecimento%E2%80%A6> Acesso em: 24 abr. 2023.

IMBAÚ. **Dados de economia**. 2023. Disponível em: <http://imbau.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1124> Acesso em: 24 abr. 2023.

IMBAÚ. **Brasão de armas municipal**. 2024. Disponível em: <http://imbau.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1130> Acesso em: 01 nov. 2024.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_paran_a.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

ITCG, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Terras e Territórios Quilombolas, Indígenas, Faxinais, Ilhéus e Cipozeiras no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA/ITCG, 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020. 102 p.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23. (Colección Sur-Sur).

LEITE, D. M.; AGUIAR, A.; SOUZA, V. A.; MASS, A. P. H; WARPECHOWISKI, M.; ZANELLA, R.; LODDI, M. M. Caracterização fenotípica de suínos crioulos da região Centro-Sul do Paraná, Brasil. **Archivos Latinoamericanos de Produccion Animal**. Calgary (Canadá), v. 29, n. 34, p. 237-246, 2021.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 535 p.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LESSA, A. C. V.; BATISTA, R. O. S.; SHIMADA, S. O. **Guia de produção de uma horta mandala agroecológica para escola sustentáveis**. São Cristóvão: UFSE, 2021.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.

LÖWEN SAHR, C. L. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 213-226, 2008.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 296 p.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Fichas agroecológicas: tecnologias apropriadas para agricultura orgânica**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/fichas-agroecologicas/arquivos-producao-vegetal/9-consorcio-de-milho-feijao-e-abobora-ou-moranga-milpa.pdf> Acesso em: 15 fev. 2024.

MARTINS, R. **Ilex-mate**: chá sul-americano. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In DEREK, G. *et al.* **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p 158-214.

MENDONÇA, F. **Geografia Física: Ciência Humana?** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 72 p.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 80 p.

MENEZES, C. **Curso de meliponicultura**. Youtube Embrapa Meio ambiente. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YkMgucy6Dg>. Acesso em 3 fev. 2024.

MONTEIRO, R. R.; LÖWEN SAHR, C. L. O sistema faxinal enquanto forma de organização cabocla: o caso do Faxinal Sete Saltos de Baixo em Ponta Grossa – PR. *In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente. Anais [...]* 11 a 15 de novembro de 2005.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORO, R. S.; LIMA, C. N. de. Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR. **Terr@ Plural**, v. 6, n. 1, p. 79-90, 2012.

MORO, R. S.; COMIM, M.; PEREIRA, T. K.; SAKANO, T. A. de F.; MACHADO, N. C. Estrutura da vegetação arbórea no criadouro comum. *In: CARVALHO, S. M.; FLORIANI, N. Faxinal Taquari dos Ribeiros: diálogos interdisciplinares, sustentabilidade e etnoecologia*. Ponta Grossa: Ed. UEPG. 2017. p. 53-66.

MOTA, L. T. **Presença e resistência Kaingang no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

NERONE, M. M. **Sistema Faxinal**: terras de plantar, terras de criar. Ponta Grossa: UEPG, 2015. 220 p.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999/2000.

PALUMBO, H. N. **Nossas brasileiras**: as abelhas nativas. Curitiba: [s.n.], 2015.

PARANÁ. Decreto Estadual n. 3.446, de 25 de julho de 1997. Cria as áreas especiais de uso regulamentado – ARESUR no estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 5067, 14 ago. 1997.

PARANÁ. Lei n. 15.673, de 11 de novembro de 2007. Dispõe que o estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 7597, 12 nov. 2007.

PARANÁ. Resolução SEMA n. 021/2013. Cria a ARESUR do Faxinal Sete Saltos de Baixo, situado no Município de Ponta Grossa e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 8970, 4 jun. 2013.

PEREIRA, R.; TOMASI, T. Entre valos e vedos: (trans)territorialidades das comunidades tradicionais da estrada da Lomba – Paraná. *In: PEREIRA, R.; TOMASI, T.; FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Etnoconhecimentos, saberes e práticas em*

comunidades tradicionais paranaenses: abordagens teórico-metodológicas. Santo Augusto: Editora Panaro, 2021.

PEREIRA, R. **Entre valos e vêdos:** territorialidades de permanência dos sujeitos das comunidades tradicionais rurais da Estrada da Lomba – Paraná. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 148 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 16, n. 8, p. 41-65, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ambiente (meio ambiente). *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 94-102.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. Political ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** v. 35, p. 65-88, dez. 2015.

PPMAC, PORTAL DAS PLANTAS MEDICINAIS, AROMÁTICAS E CONDIMENTARES. **Plantas medicinais, aromáticas e condimentares.** Disponível em: <https://www.ppmac.org/medicinal-aromatica-condimentar>. Acesso em: 9 jul. 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. (Colección Sur-Sur).

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, M. G. M. dos.; SALES., N. I. S.; LOPES, R. A. Meliponicultura como alternativa sustentável na preservação as abelhas sem ferrão e do Cerrado do norte goiano. **Cadernos de agroecologia**, São Cristóvão, v. 15, n. 2, p. 1-5. 2020.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia popular, territorial e decolonial** [S. l.: s. n.], 18 jun. 2021. Publicado pelo canal PÓS GRADUAÇÃO GEOGRAFIA FCT UNESP - PP. 1 vídeo (2 horas, 39 minutos, 35 segundos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l-2xQm4ExBs>. Acesso em: 10 out. 2022.

SAQUET, M. A. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e decolonial**. Rev. NERA Presidente Prudente. v. 24, n. 57, p. 54-78, 2021.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHENSUL, J. J. Key informants. **Encyclopedia of health e behavior**. Vol. 1, 2004, p. 569-571.

SHIRAICHI NETO, J. **O direito das minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?** Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, J. A. da. **Fatores endógenos e exógenos que levaram a imigração/resistência de pequenos produtores do distrito de Itaiacoca, na década de 1970**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SOUZA, M. L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 22, n. 2, p. 274-308, 2018.

SOUZA, M. L. de. O que é Geografia ambiental? **Ambientes**, v. 1, n. 1, p. 14-37, 2019.

SOUZA, R. M. de. **“Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, R. M. de. A tutela das plantações industriais de árvores e a resistência camponesa no município de Imbaú – PR. In: SOUZA, R. M. de. (org.). **Identidade coletiva e conflitos territoriais no Sul do Brasil**. Manaus: UEA Edições, 2014. p. 87-102.

SOUZA, R. M. de. **Deserto Verde no Município de Imbaú** (Boletim Informativo). Telêmaco Borba: IFPR, 2013.

STADLER, C. T. B. **Sementes crioulas “um sopro de vida”**: semeando territórios da agrobiodiversidade, partilhando saberes, narrando histórias, em três comunidades tradicionais do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

STANISKI, A.; FLORIANI, N.; STRACHULKI, J. Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade faxinalense Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa – PR. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 321-340, jul./dez. 2014.

STRUMINSKI, E.; STRACHULSKI, J. A evolução da vegetação do Faxinal Taquari dos Ribeiros. In: CARVALHO, S. M.; FLORIANI, N. **Faxinal Taquari dos**

Ribeiros: diálogos interdisciplinares, sustentabilidade e etnoecologia. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017, p. 27-52.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná:** o uso comum da terra. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, A. F. E. Princípios agroecológicos aplicados a criação de abelhas nativas sem ferrão. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Guarapari, v. 2, n. 2, p.1295-1298, out./2007.

TOLEDO, I. A. de; CAMPIGOTO, J. A. **A cultura no sistema faxinal** - comunidade de Marmeleiro de Baixo, Rebouças/PR. *Revista Tempo, espaço, linguagem*. v.1, n. 3, p. 71-91, set./dez. 2010.

TOMASI, T.; PEREIRA, R. Movimento político-identitário em comunidades tradicionais do Paraná: liderança, engajamento e territorialidades. *In*: PEREIRA, R.; TOMASI, T.; FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Etnoconhecimentos, saberes e práticas em comunidades tradicionais paranaenses:** abordagens teórico-metodológicas. Santo Augusto: Editora Panaro, 2021.

TORMENA, C. A. Compactação dos solos em SPD precisa ser atenuada. **Revista Visão Agrícola**. n. 9, p. 194-197, jul./dez. 2009.

UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 5. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2023.

VILAIN, L. **La méthode IDEA:** Indicateurs de durabilité des exploitations agricoles – Guide d'utilisation. Dijon, France: Editions Educagri, 2000. 100 p.

WARPECHOWSKI, M. B. **Projeto de pesquisa da UFPR resgata suínos da raça Moura**. 2024. Disponível em: <https://agrarias.ufpr.br/blog/noticias/ufpr-tem-projeto-de-pesquisa-e-resgate-de-suinos-da-raca-moura> Acesso em: 27 fev. 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio desse termo, que eu _____ estou de acordo em conceder entrevista referente ao projeto/pesquisa intitulado “ECOLOGIA DE SABERES E SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM COMUNIDADES FAXINAIS, REMANESCENTES DE FAXINAIS, AGRICULTORES TRADICIONAIS E FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ”, desenvolvido sob a responsabilidade do pesquisador Gustavo Conceição Bahr, doutorando do Programa em Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Professor Doutor Nicolas Floriani, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail florianico@gmail.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar com o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é: discutir como os saberes e práticas tradicionais engajados territorialmente podem viabilizar a autonomia socioambiental em estabelecimentos rurais faxinais do Paraná.

Fui ainda informado(a) que posso me retirar desse estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto o recebimento de uma cópia assinada desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) entrevistado(a) _____

Assinatura do doutorando: _____

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ECOLOGIA DE SABERES E SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS RURAIS FAXINAIS, REMANESCENTES DE FAXINAIS, AGRICULTORES TRADICIONAIS E FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ

Pesquisador: GUSTAVO CONCEICAO BAHR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63076022.4.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.684.665

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

ECOLOGIA DE SABERES E SISTEMAS DE PRÁTICAS BIOCULTURAIS COMO DISPOSITIVOS DE AUTONOMIA SOCIOAMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS RURAIS FAXINAIS, REMANESCENTES DE FAXINAIS, AGRICULTORES TRADICIONAIS E FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Debater como os saberes e práticas tradicionais engajados territorialmente podem viabilizar a autonomia socioambiental em estabelecimentos rurais

faxinais, remanescentes de faxinais, agricultores tradicionais e familiares do Paraná

Objetivo Secundário:

Caracterizar os sistemas de práticas bioculturais materiais e imateriais nos territórios em estudo; Mapear as territorializações dois tempos distintos

(lembança e presente); Identificar e analisar as potencialidades das propriedades estudadas; Desenvolver um conjunto de indicadores compostos

para avaliar a autonomia socioambiental; Validar a metodologia com os sujeitos.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.684.665

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são mínimos, visto que após a realização das entrevistas as informações serão analisadas junto com o orientador, cabendo a divulgação de informações que não comprometam o bem estar dos integrantes do trabalho.

Benefícios:

A nosso ver, a partir da análise os parceiros na pesquisa poderão saber quais são suas principais potencialidades, assim como suas fragilidades.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os agricultores tradicionais e familiares são dotados de uma série de saberes e práticas tradicionais que estão relacionados as suas tradições e costumes, possuindo modo próprio de produzir e viver. Podemos citar como exemplos os faxinalenses, quilombolas, agroecologistas, agricultores em transição agroecológica, agricultores familiares, agricultores assentados, entre outros. Devido ao ingresso do capital no campo, as comunidades onde esses atores rurais residem, tem passado por uma série de alterações que colocam em risco seus territórios e as suas territorialidades. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a ecologia dos saberes e práticas, enquanto Patrimônio Biocultural Regional, pode configurar-se como dispositivo viabilizador de autonomia socioambiental em algumas dessas comunidades do centro-sul do Estado do Paraná, visando o desenvolvimento territorial. Para isso, o trabalho ocorrerá em comunidades compostas por agricultores tradicionais e familiares, a partir da aplicação de um plano de avaliação e diagnóstico dos saberes e práticas locais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propepssecretaria@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 5.684.665

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2010012.pdf	06/09/2022 09:22:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento.pdf	06/09/2022 09:22:23	GUSTAVO CONCEICAO BAHR	Aceito
Folha de Rosto	folhaDRosto.pdf	06/09/2022 09:22:05	GUSTAVO CONCEICAO BAHR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_CEP.pdf	01/09/2022 10:41:37	GUSTAVO CONCEICAO BAHR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 05 de Outubro de 2022

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

ANEXO B – LEI Nº 640, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

22/06/2020

Lei Ordinária 640 2019 de Imbaú PR

**LEI Nº 640, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.**

SUMULA: "Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus Acordos Comunitários, que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum, nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema Faxinal no Município de IMBAÚ, Estado do Paraná, e dá outras providências". A CÂMARA MUNICIPAL DE IMBAÚ aprovou e eu, Prefeito do Município de Imbaú sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º A consciência de sua identidade faxinalense é o critério fundamental para determinar o reconhecimento do grupo social.

§ 1º Para fins desta Lei, a identidade faxinalense será atestada mediante auto definição do próprio grupo social, que deverá encaminhar à Prefeitura Municipal, Declaração de Auto definição de Faxinalense.

§ 2º Entende-se pela auto definição faxinalense, a manifestação consciente de grupo pela sua própria condição de existência, que se caracteriza pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum de pastagens nativas para criação animal, em consonância com a conservação dos recursos naturais segundo suas práticas tradicionais.

Art. 2º O Município mediante a Declaração de Auto definição de Faxinalenses, deverá emitir um certificado reconhecendo a existência social do grupo, no prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo recebido.

Parágrafo único. Após a emissão do certificado, o Município deverá encaminhar ofício à comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, comunicando o reconhecimento do grupo social.

Art. 3º O Município reconhece todos os acordos comunitários, realizados entre os próprios faxinalenses e que se relacionam as práticas necessárias para o uso comum de pastagens nativas, sempre observando a conservação ambiental.

§ 1º O Município proibirá qualquer ação dentro da área de uso comum fora das especificações contidas nos acordos comunitários realizados entre os faxinalenses, sendo que para isso deverá

22/06/2020

Lei Ordinária 640 2019 de Imbaú PR

adotar todas as medidas que se fizerem necessárias.

§ 2º As infrações pelo não cumprimento dos acordos comunitários, disposto no caput, sujeitará o infrator à multa de no mínimo um e no máximo três salários mínimos, arbitrados pela Comissão Municipal de Fiscalização do Faxinal, independente das sanções civis e penais a que derem causa.

§ 3º as multas serão escalonadas de acordo com os danos causados que poderão ser:

- a) grau mínimo: 1 salário mínimo;
- b) grau médio: 2 salários mínimos;
- c) grau máximo: 3 salários mínimos.

§ 4º A fiscalização do disposto neste artigo caberá a comissão Municipal de Fiscalização do Faxinal, que será composta por:

01 representante do Departamento da Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

01 representante da Vigilância Sanitária.

03 representantes da comunidade.

Art. 4º As terras do criador em comum que forem transferidas para novos proprietários deverão permanecer sempre disponíveis em atenção às formas tradicionais de uso.

Art. 5º Os recursos oriundos do ICMS Ecológico, originados da ARESUR, deverão ser repassados bimestralmente para a Associação do Faxinal, na quantia de 80% do valor arrecadado, correspondente ao Faxinal que originou tal recurso mediante convênio.

§ 1º Os recursos repassados pelo Município deverão ser aplicados no Plano de Desenvolvimento e Uso Sustentável do Faxinal, elaborado pela comunidade faxinalense anualmente.

§ 2º A comunidade faxinalense deverá prestar contas semestralmente, dos recursos repassados pelo Município à Comissão Municipal de Fiscalização do Faxinal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "OS PIONEIROS", aos 17 dias do mês de dezembro de 2019.

Laur de Oliveira
Prefeito Municipal

[Download do documento](#)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 12/02/2020

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.